

No limiar da incerteza: as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo

Adriana Estela Custódio Carletto

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória
Junho de 2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

No limiar da incerteza: as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo

Adriana Estela Custódio Carletto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 17/06/2008 por:

Profa. Dra. Maria Beatriz Lima Herkenhoff – Orientadora, UFES

Profa. Dra. Vânia Maria Manfroi, UFSC

Profa. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade, UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, Junho de 2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C2811 Carletto, Adriana Estela Custódio Carletto, 1970-
No limiar da incerteza: as relações e condições de trabalho dos
assistentes sociais no Espírito Santo / Adriana Estela Custódio
Carletto. – 2008.
398 f. : il.

Orientadora: Maria Beatriz Lima Herkenhoff.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Serviço Social. 2. Mercado de trabalho. I. Herkenhoff, Maria
Beatriz Lima. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 36

A conversão de uma *possibilidade* em *realidade* não obedece a nenhum determinismo histórico – ela é função de *escolhas conscientes* operadas por massas de milhões e milhões de homens e mulheres, escolhas que direcionam a sua *ação política* no marco complexo das *lutas de classe*.

José Paulo Netto e Marcelo Braz, em *Economia Política: uma introdução crítica*

Agradecimento Especial

A minha professora e orientadora, Maria Beatriz Lima Herkenhoff, um exemplo intelectual; que não mede esforços para compartilhar seus conhecimentos; com quem estabeleci muito mais do que uma relação professor-aluno; que é uma pessoa brilhante e sabe reconhecer o valor do outro. Pelo apoio nos momentos de decisão e pelas reflexões possibilitadas em todo o processo. O meu muito obrigada, meu afeto e minha admiração.

A professora Vânia Maria Manfroi, cujos ensinamentos transcendem o campo acadêmico, sendo, para mim, um referencial a ser seguido por toda vida. Seu incentivo constante, baseado no respeito e no companheirismo, tem contribuído imensamente para meu crescimento pessoal e intelectual.

Aos meus pais Antônia e Djalma por terem me acompanhado durante todo esse percurso. Vocês são muito especiais em minha vida.

Ao meu filho Luiz Fernando, meu amor incondicional.

A Luiz Carlos, meu marido, obrigada por tudo: pela paciência, por compreender as intermináveis horas fora de casa, ausentando-me de todas as decisões domésticas, pelo companheirismo, enfim, sem palavras...

A minha amiga Ruteléia que, no decorrer de todos esses anos, sempre esteve ao meu lado. Construimos uma grande amizade. Nossas diferenças nos aproximam, complementam, além de produzir ótimos e saborosos frutos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por ter iluminado esse meu longo percurso e por ter me dado forças para não desistir.

Quanto mais longa, difícil e importante consideramos uma caminhada maior é o valor que atribuímos aos encontros que nela acontecem e à confortante presença dos amigos e familiares.

Muitos me acompanharam durante a realização deste estudo, apoiando-me e auxiliando-me das mais diversas maneiras. Foram ajudas valiosas, inestimáveis e que tornaram possível alcançar a meta desejada.

Com quem compartilho sonhos e esperanças quero repartir a alegria dessa realização e agradecer pela companhia. Pode ser que vocês, queridos amigos e familiares nem se lembrem do quanto me ajudaram, mas tenho certeza que cada um saberá se reconhecer nesse especial momento de minha vida e no particular espaço que ocupam em meu coração.

Quero também registrar o meu agradecimento ao CRESS/17^a Região pela disponibilização dos dados da Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo”. A todos os assistentes sociais, sujeitos dessa pesquisa. E também a todos aqueles que, de alguma forma, envidaram esforços para que esse projeto se concretizasse.

Ao Mestrado em Política Social da UFES pelo apoio e a todos os professores que de alguma forma contribuíram para a minha formação intelectual e profissional. Agradeço ainda à atenção da Adriana, secretária do Mestrado, que em todos os momentos sempre esteve disposta a nos atender com muita simpatia.

Ao meu cunhado Carlinhos que, por várias vezes, me socorreu com suas “caronas” tão providenciais. Agradeço de coração.

A minha amiga Patrícia, pelo carinho, incentivo, colaboração e por todos esses anos de amizade.

Ao meu amigo João Carlos, por nessa reta final ter me hospedado em sua casa. Serei eternamente grata por sua hospitalidade e pelos momentos de descontração.

A professora Rosa Lúcia Prédes Trindade, por ter aceitado o convite para compor a minha banca de defesa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 ENTRE FIOS E TRAMAS: UM OLHAR SOBRE O CAPITALISMO	31
1.1 OS PRIMEIROS PASSOS PARA SE DESVENDAR A OFENSIVA PERVERSA DO CAPITAL	32
1.2 O ESTÁGIO IMPERIALISTA/MONOPOLISTA DO CAPITAL	43
1.2.1 O imperialismo em sua fase clássica	43
1.2.2 Os “anos dourados” da fase imperialista do capital	55
1.2.3 O capitalismo contemporâneo	70
2 MUDANÇAS NO MUNDO DA PRODUÇÃO: AS NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO E DE SUA REPRODUÇÃO	101
2.1 O TRABALHO COMO PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL	102
2.2 O DEBATE EM TORNO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO	118
2.3 REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO	123
2.3.1 As atuais configurações do trabalho: problematizando alguns pontos	135
3 BRASIL: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE	153
3.1 BREVES INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	153
3.2 DA “REVOLUÇÃO” DE 1930 À DITADURA: UM BREVE RESGATE	157

3.3	CERTEZAS E ILUSÕES: DO GOLPE DE 1964 À REDEMOCRATIZAÇÃO	178
3.4	TRAJETÓRIAS CONTEMPORÂNEAS: O BRASIL PÓS-DÉCADA DE 1990	188
4	O SERVIÇO SOCIAL NA COMPLEXA TRAMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS	210
4.1	O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÕES INICIAIS	211
4.2	O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	224
4.2.1	A renovação do Serviço Social brasileiro e a construção do projeto ético-político da profissão	233
5	TECENDO UMA REALIDADE: AS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO.....	261
5.1	O ESPÍRITO SANTO: TRÊS TEMPOS DE UMA MESMA HISTÓRIA	262
5.2	O QUE SE TEM A DIZER DAS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO?	283
5.2.1	Perfil Geral dos Assistentes Sociais no Espírito Santo	284
5.2.2	Re-descobrimo a Prática Profissional	294
5.2.3	As relações e condições de trabalho dos assistentes sociais: a realidade capixaba	304
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	345
	REFERÊNCIAS	350
	APÊNDICES	372

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Estado civil dos assistentes sociais em 1997 e 2006-2007	287
Tabela 2:	Distribuição dos assistentes sociais por instituição de graduação ..	289
Tabela 3:	Titulação do assistente social em 1997 e 2006-2007.....	292
Tabela 4:	Titulação dos assistentes sociais – comparativo entre o Espírito Santo e a região Sudeste	293
Tabela 5:	Como desenvolvem as atividades	299
Tabela 6:	Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição em 1997 e 2006-2007	307
Tabela 7:	Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição – comparativo entre o panorama local, regional e nacional	307
Tabela 8:	Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição e tipo de vínculo	311
Tabela 9:	Distribuição dos assistentes sociais por áreas de atuação	313
Tabela 10:	Distribuição dos assistentes sociais por local de residência	318
Tabela 11:	Distribuição dos assistentes sociais por carga horária semanal – comparativo entre pesquisa nacional e pesquisa local	320
Tabela 12:	Outro vínculo	322
Tabela 13:	Motivação para outro vínculo na área de Serviço Social	322
Tabela 14:	Movimentos sociais dos quais os assistentes sociais participam	325
Tabela 15:	Conselhos dos quais os assistentes sociais participam	326

Tabela 16: Militância e participação: comparação entre pesquisa local e nacional	
.....	327

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Investimentos realizados – jan./2000 a nov./2006 (198 projetos, totalizando R\$ 9.108,1 bilhões)	275
Gráfico 2:	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	276
Gráfico 3:	Despesa média <i>per capita</i> das famílias capixabas	281
Gráfico 4:	Distribuição dos assistentes sociais por sexo	284
Gráfico 5:	Distribuição dos assistentes sociais por faixa etária	286
Gráfico 6:	Distribuição dos assistentes sociais por estado civil	286
Gráfico 7:	Distribuição dos assistentes sociais por número de filhos	287
Gráfico 8:	Número de filhos – comparativo entre a pesquisa nacional e local ..	288
Gráfico 9:	Titulação – comparativo nacional <i>versus</i> local	293
Gráfico 10:	Atividades desenvolvidas	299
Gráfico 11:	Profissionais de outras áreas x atribuições privativas do assistente social	301
Gráfico 12:	Conceito de principal vínculo	305
Gráfico 13:	Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição	306
Gráfico 14:	Distribuição dos assistentes sociais por tempo de atuação na instituição	312
Gráfico 15:	Processo de multifuncionalidade em que os assistentes sociais estão inseridos	314
Gráfico 16:	Distribuição dos assistentes sociais por renda total	317
Gráfico 17:	Distribuição dos assistentes sociais por local de trabalho	318

Gráfico 18:	Distribuição dos assistentes sociais por carga horária semanal	320
Gráfico 19:	Número de assistentes sociais na instituição é suficiente?	321
Gráfico 20:	Condições de trabalho permitem a atuação profissional com base no Código de Ética de 1993	331

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Competências e atribuições privativas do assistente social.....	255
Quadro 2:	Demandas institucionais	295
Quadro 3:	Demandas do usuário	296
Quadro 4:	Política social em que o assistente social atua	297
Quadro 5:	Cargo que ocupa na instituição	316
Quadro 6:	Mudanças na política de trabalho na instituição	330
Quadro 7:	Principais problemas relacionados às condições de trabalho	333
Quadro 8:	Repercussão do trabalho do assistente social sobre a sua saúde ...	335

LISTA DE SIGLAS

ABAS	- Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS	- Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
ALCA	- Acordo do Livre Comércio Americano
BANDES	- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BANESTES	- Banco do Estado do Espírito Santo
BH	- Belo Horizonte
BIRD	- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	- Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESAN	- Companhia Espírito Santense de Saneamento
CFAS	- Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CIVIT	- Centro Industrial de Vitória

CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas
CODES	- Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
CST	- Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
EADIs	- Estações Aduaneiras
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	- Estados Unidos
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNRES	- Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GATT	- Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GERCA	- Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GERES	- Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	- Instituto Jones dos Santos Neves
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social

- LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social
- LOS - Lei Orgânica da Saúde
- NATO/OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OEA - Organização dos Estados Americanos
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- ONGs - Organizações não Governamentais
- OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- PCB - Partido Comunista do Brasil
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PEA - População Economicamente Ativa
- PET - Programa de Educação Tutorial
- PETROBRAS- Petróleo Brasileiro S/A
- PIB - Produto Interno Bruto
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PT - Partido dos Trabalhadores
- RFA - República Federal da Alemanha
- RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UNIVILA - Faculdade de Ciências Administrativas e Econômicas de Vila Velha

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como as mudanças processadas na sociedade capitalista, em âmbito mundial, nacional e local, repercutem sobre as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo, no período entre novembro de 2006 a agosto de 2007. A fim de realizar essa análise colocamos no centro desse debate o processo de produção e reprodução das relações sociais, apresentando alguns dos fundamentos necessários para elucidar os dilemas do trabalho e a sociabilidade em tempo de capital fetiche. A preocupação que move esse estudo é facilitar a compreensão desse processo enquanto totalidade histórica inacabada, complexa e densa de contradições. Para realizar esse estudo tomamos como base os dados da pesquisa “Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais no Espírito Santo”, realizada pelo CRESS/17ª Região em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e as faculdades Salesiana e UNIVILA. Duzentos e dois assistentes sociais foram entrevistados, respondendo questões referentes a cinco eixos de análise: perfil do profissional; inserção institucional; relações e condições de trabalho; prática profissional, demandas e políticas sociais; e militância e participação. Dentre esse leque de questões nossa prioridade foi traçar um perfil das relações e condições de trabalho nas quais se realiza a atividade profissional. Para além da construção coletiva da história, buscamos situar as particularidades assumidas pelo Serviço Social na sociedade capixaba. Na análise dos dados nosso maior desafio foi ultrapassar o plano da imediatez e da facticidade e reunir substratos teóricos, analíticos e empíricos que permitissem adensar e subsidiar a análise do nosso objeto de estudo no interior de uma processualidade histórica. A nossa preocupação foi, sob a ótica da totalidade, identificar como o Serviço Social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais vigentes.

Palavras-chave: Serviço Social, mercado de trabalho, relações de trabalho, condições de trabalho.

ABSTRACT

The present study aims at understanding how the changes taken place in the capitalistic society on a local, national and world basis has an impact on the social workers' work relations and conditions from Espírito Santo between November 2006 and August 2007. In order to achieve this analysis, we have set this process of production and reproduction of social relations in the center of this debate presenting some of the necessary foundations to elucidate the work dilemmas and the sociability in a time of fetish capital. The concern which leads this study is to facilitate the understanding of this process as an unfinished, historical, complex and dense totality of contradictions. For the achievement of this study we have taken the research data "The Work Market of Social Workers from Espírito Santo" as a base performed by CRSS/17^a Region with a partnership with the Federal University of Espírito Santo and Salesiana and UNIVILA Universities. Two-hundred and two social workers were interviewed, answering questions referred to five points of analysis: professional's profile, institutional insertion; work conditions and relations; professional practice; demands and social policies; militancy and participation. Among this set of questions, our priority was to trace an outline of conditions and relations of work in which the professional activity is performed, beyond the collective construction of history, searching to locate our particularities undertaken by the Social Work in our society. In the data analysis, our greatest challenge was to surpass the plan of immediateness and factualness and to gather theoretical, analytical and empirical substrates which permit to deepen and subsidize the analysis of our study project in the center of a historical process. Our concern was to identify how the Social Work takes part of the process of production and reproduction of social effective relations.

Key-words: Social Work, work market, work relations and conditions.

INTRODUÇÃO

Presenciamos no mundo contemporâneo uma transformação significativa dos padrões de produção e de acumulação que tem alterado profundamente a dinâmica internacional do capital e da concorrência intercapitalista. Sabemos que o capital, no decorrer de sua história, subordinou o trabalho, real e formalmente, substituindo o trabalhador artesanal pelo moderno trabalhador polivalente e concentrando trabalho e capital no mesmo processo produtivo. Mas, hoje, ele amplia sua face financeira integrando grupos industriais associados às instituições financeiras que passam a ditar as regras do processo de acumulação.

A base dessas profundas transformações se inscreve, portanto, no conjunto das estratégias formuladas pelo próprio capital a fim de preservar a sua sobrevivência, a sua reprodução e a sua acumulação. Num movimento que busca de forma incessante e ilimitada a ampliação da riqueza, os investimentos financeiros tornam a relação social entre o capital e o trabalho aparentemente invisível.

O trabalho parece não ter vida própria e o capital é algo natural, eterno e imutável. Tudo fica subordinado à sua dinâmica e as forças produtivas do trabalho aparecem como forças produtivas do próprio capital. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva dos trabalhadores que, destituídos de propriedade, precisam de um lugar no mercado – restrito e seletivo – para produzir os meios necessários à sua sobrevivência.

Ao longo das últimas décadas, com a adoção das orientações neoliberais também há um crescimento exponencial das desigualdades e do contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais. O neoliberalismo, apresentando-se como único caminho para a retomada do crescimento econômico, captura os Estados nacionais e intensifica ainda mais os níveis de exploração sobre o conjunto dos trabalhadores. Coloca sob novas bases as contradições existentes na relação capital-trabalho, tornando-as mais complexas, mas sem conseguir superá-las.

No interior desse processo surgem novos mecanismos de consenso e parâmetros morais subordinados aos limites dos gastos sociais públicos. Despolitiza-se a

questão social¹ e, em contrapartida, as tensões sociais – provocadas em sua maioria pelo não atendimento das demandas sociais coletivas – passam a ser minimizadas por meio do atendimento a questões meramente pontuais (MOTA, 2006).

Essas transformações, inicialmente processadas nos países centrais, também se expandiram para os países periféricos, inclusive o Brasil, que acabou incorporando às suas mazelas particulares, as conseqüências decorrentes dessas mudanças. Indissociáveis do processo de reestruturação produtiva e do capital, os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais também sofrem expressivas transformações. O capital, para tornar viável o seu desejo constante de obtenção e maximização do lucro, lança mão de diversas estratégias, cujo ônus maior recai sobre as grandes majorias.

É justamente a conjugação da tríade reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização que produz resultados perversos e destrutivos para o conjunto dos trabalhadores como, por exemplo, as elevadas taxas de desemprego e subemprego, o avanço da informalidade, a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação do trabalho. Reforça-se assim, a forte ofensiva do capital sobre o trabalho.

Como se vê, as mudanças no processo produtivo e nas relações de trabalho, impulsionadas pela reorganização do Estado de acordo com os princípios liberais, têm ocasionado a perda de direitos e conquistas sociais e a adoção de políticas sociais fragmentadas, seletivas, descontínuas e que não privilegiam a universalidade dos direitos.

Por sua vez, as condições de trabalho que são impostas pelo capitalismo ao conjunto dos trabalhadores também influenciam diretamente na absorção dos assistentes sociais no mercado de trabalho, uma vez que estes profissionais

¹ “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21). Ou, nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2007), “[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).

também se encontram inseridos nesse processo de precarização. O mercado profissional sofre diretamente os impactos das transformações processadas na esfera produtiva e estatal, alterando as relações entre o Estado e a sociedade.

Hoje, as mediações entre Estado e sociedade, que envolvem tanto a esfera da racionalização material quanto da reprodução e do controle social, determinam as atuais alterações desencadeadas na intervenção profissional do assistente social. Essas alterações redefinem o conjunto das práticas sociais, desenvolvendo-se de forma particular nos diferentes espaços ocupacionais e expressando-se, basicamente, em dois níveis:

[...] um, mais visível e imediato, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho do profissional; o outro, mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentem como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas (MOTA; AMARAL, 2006, p. 25).

É mediante essa realidade que se torna pertinente desvelar as inflexões ocorridas no âmbito do Serviço Social, inscrevendo a profissão em um contexto de reprodução das classes sociais, em que se verifica uma relação contraditória e antagônica entre as classes.

Muito além de se atribuir à profissão uma dimensão “vívda e representada pela consciência de seus agentes”, nossa intenção é atribuir uma dimensão que considere que o Serviço Social está vinculado a uma determinação histórica (IAMAMOTO, 2003; SILVA, 2002). E é essa dimensão que “[...] condiciona e ultrapassa a própria vontade e consciência de seus agentes individuais, situando a profissão no processo das relações sociais” (SILVA, 2002, p. 23).

Dessa forma, compreender o processo de produção e reprodução das relações sociais, em um determinado momento histórico, estabelecendo vínculos com a realidade concreta e realizando uma análise que contemple os elementos essenciais presentes na dinâmica capitalista, faz parte de um movimento de investigação que tem como foco as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo, no período de novembro de 2006 a agosto de 2007.

Essa proposta de estudo se inscreve na linha de pesquisa "Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo", que tem como objetivo estudar as transformações do capitalismo contemporâneo com ênfase no período caracterizado pelo predomínio do capital financeiro, em que se configuram novas relações de dominação e poder. É um período também marcado pelo aumento do endividamento dos Estados nacionais e seus reflexos sobre a questão social e sobre o aumento da pobreza. São observadas ainda profundas transformações no mundo do trabalho e nas relações laborais e de assalariamento.

Nossa investigação, submetida a um processo de atualização histórica que tem como parâmetro o capitalismo em sua fase imperialista/monopolista – e as configurações do mundo do trabalho – será encaminhada no sentido de responder: como as mudanças processadas na sociedade capitalista, em âmbito mundial, nacional e local, repercutem sobre as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo, no período entre novembro de 2006 a agosto de 2007?

Por isso, compreender a inserção desses profissionais nos espaços institucionais, as formas de contratação, as relações e as condições de trabalho e as determinações fundamentais e diferenciadas de sua prática profissional, seja nos espaços públicos ou privados, se apresentam como fatores essenciais nesse processo investigativo.

A escolha do objeto de estudo está vinculada a minha inserção na pesquisa "Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais no Espírito Santo", realizada pelo CRESS – Conselho Regional de Serviço Social – ES, 17ª região, em conjunto com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e as faculdades particulares Salesiana e Faculdade de Ciências Administrativas e Econômicas de Vila Velha – UNIVILA. Inclusive, o objeto proposto por nós está vinculado a essa pesquisa².

Contudo, enquanto o objetivo da referida pesquisa é mapear, no contexto atual do Espírito Santo, a forma de ocupação do mercado de trabalho pelo assistente social,

² Todos os dados utilizados neste estudo foram extraídos da pesquisa "Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais no Espírito Santo", realizada pelo CRESS – Conselho Regional de Serviço Social – ES, 17ª região, em conjunto com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e as faculdades particulares Salesiana e Faculdade de Ciências Administrativas e Econômicas de Vila Velha – UNIVILA. Ao final deste trabalho (Anexo I), consta o nome de todos os pesquisadores envolvidos nessa pesquisa.

identificando seus campos de atuação e as formas constituídas do fazer profissional, o nosso recorte tem como objetivo compreender como as mudanças processadas na sociedade capitalista, em âmbito mundial, nacional e local, repercutem sobre as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo, no período entre novembro de 2006 a agosto de 2007.

A relevância desse estudo justifica-se à medida que a última pesquisa sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no estado foi coordenada pela Professora Dra. Raquel Matos Lopes Gentili, em 1997, cujo objetivo era traçar um perfil profissional do assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo. A partir desse período houve uma ampliação dos graduados em Serviço Social no estado, uma vez que foram implantados novos cursos em faculdades particulares, assim como foram criados cursos a distância.

Também existem alguns estudos pontuais como, por exemplo, a pesquisa “Absorção dos Recém-Graduados da UFES no Mercado de Trabalho de Serviço Social no ES”, realizada em 2005 pelo Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social.

Com relação à realidade nacional, localizamos alguns estudos que apresentam, principalmente, a particularidade de um determinado estado, município ou região. Dentre esses estudos, podemos citar a pesquisa realizada por Serra (2000) que investigou o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Rio de Janeiro. Nesse estudo, a autora constatou a existência de um processo de refuncionalização da profissão. Constatou ainda que os profissionais de Serviço Social também se inscrevem no processo de precarização das condições de trabalho.

Já outra pesquisa de âmbito nacional, realizada em 2004 pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, em conjunto com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS teve como objetivo geral elaborar um perfil do profissional de Serviço Social em atividade no Brasil. Como objetivos específicos mapear o universo dos assistentes sociais em âmbitos estadual, regional e nacional e traçar o perfil atual do profissional de Serviço Social.

Teve como propósito ainda oferecer elementos sobre alguns aspectos do perfil dos assistentes sociais brasileiros, à medida que até o período de 2004 as pesquisas

existentes possuíam apenas abrangência local, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos nos estados de Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo e Pernambuco.

Podemos afirmar, então, que nossa proposta de estudo pode oferecer aos assistentes sociais, às faculdades, à UFES e ao CRESS um panorama geral acerca do que se tem por detrás das relações e condições de trabalho dos profissionais capixabas. A partir dos resultados obtidos, tornar-se-á possível traçar um perfil dessas relações e condições de trabalho nas quais se realiza a atividade profissional.

A fim de buscar respostas para nossa questão norteadora, o nosso estudo, de caráter exploratório, parte de uma perspectiva que, além de privilegiar a apreensão das múltiplas determinações dos processos sociais, também privilegia a abordagem histórica do objeto proposto. A opção por essa perspectiva fundamenta-se no entendimento de que “[...] um fenômeno social é um fato histórico [à medida que] é examinado como momento de um determinado todo e desempenha uma função dupla: definir a si mesmo e definir o todo, ser ao mesmo tempo produtor e produto, conquistar o próprio significado e ao mesmo tempo conferir sentido a algo mais [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 40).

São empreendidas aproximações sucessivas com o fenômeno estudado no sentido de estabelecer conexões entre o contexto macro e a realidade vivenciada pelos assistentes sociais capixabas. Partir-se-á da premissa de que a compreensão das relações e condições de trabalho desses profissionais é indissociável do contraditório processo de produção e reprodução da sociedade capitalista.

Desse modo, “[...] mais do que conhecer uma realidade dada [...]” (SILVA, 2004, p. 27), os princípios metodológicos adotados não obedecerão a uma seqüência linear e permitirão “[...] pensar as possibilidades de uma realidade em movimento” (SILVA, 2004, p. 27).

Para alcançar o objetivo proposto foi adotada uma investigação teórico-empírica, à medida que a coleta dos dados do mundo social tem como finalidade “[...] testar, gerar ou interagir com as proposições da ciência social [...]” (MAY, 2004, p.25).

Foram aplicados elementos da abordagem qualitativa com o objetivo de possibilitar uma compreensão mais ampla dos dados mediante a problematização dos dados empíricos. Também utilizamos a abordagem quantitativa, o que permitiu uma melhor visualização e compreensão dos dados, que foram organizados em formas de gráficos, tabelas e quadros referenciais.

Para realizar esse estudo tomamos como base os dados da pesquisa “Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais no Espírito Santo”, realizada pelo CRESS/17ª Região. O universo da pesquisa foi constituído pelos assistentes sociais filiados ao CRESS até novembro de 2006. Para a escolha da amostra, solicitou-se, inicialmente, a listagem dos profissionais inscritos até aquele período.

Ao observar os dados cadastrais foi possível identificar uma grande concentração de assistentes sociais na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. No início da pesquisa realizada pelo CRESS o total de assistentes sociais no Espírito Santo era de 1773, sendo que os cadastros de 1434 profissionais informavam como local de moradia ou de trabalho a RMGV. Assim, como existia uma grande dificuldade em realizar a pesquisa – “Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais no Espírito Santo” – com profissionais do interior do estado e a maioria dos assistentes sociais se concentrava na RMGV, optou-se por esse universo.

A escolha da amostra foi do tipo aleatória, realizada por meio de sorteio com os nomes constantes na lista cadastral fornecida pelo Conselho. Do universo total de 1434 assistentes sociais filiados e com endereços da RMGV, foram sorteados 286 profissionais. Contudo, em função de algumas dificuldades³ o número de pesquisados, após a coleta de dados, foi de 202. O estudo estatístico elaborado pelo Professor Lúcio Patrocínio⁴ indicou uma margem de erro de aproximadamente 6 %.

Como instrumental foi utilizado um questionário (Apêndice A), com perguntas estruturadas e semi-estruturadas, que foi aplicado pelos estudantes de graduação das três instituições de ensino. O instrumental passou por um pré-teste e por uma

³ Falta de atualização dos dados cadastrais dos profissionais inscritos no CRESS; falta de horários dos pesquisadores, pois todos eram voluntários e a amostra só foi definida no final do semestre letivo.

⁴ Estatístico e ex-professor da Faculdade Salesiana de Vitória.

reformulação para uma melhor adequação e entendimento das questões propostas. Foram priorizados nesse questionário os seguintes eixos de análise: perfil; instituição; relações e condições de trabalho; prática profissional; militância e participação. Todo questionário foi acompanhado de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) que garantia ao profissional o sigilo quanto aos dados confidenciais⁵.

Todo processo da pesquisa do CRESS foi desenvolvido coletivamente sob a coordenação da Professora Dra. Vânia Maria Manfroi e com a participação de profissionais, alunos do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do curso de graduação em Serviço Social da UFES; professores e alunos das faculdades Salesiana e UNIVILA.

A partir dos resultados da pesquisa do CRESS foi possível desenvolver a nossa proposta de estudo. Para uma melhor compreensão dos dados adotamos uma análise que possibilitou sistematizar, preliminarmente, os dados empíricos para que, posteriormente, eles fossem agrupados e analisados à luz do referencial teórico. A análise foi construída tendo como base algumas categorias centrais como, por exemplo, as categorias trabalho; relações e condições de trabalho.

Durante o processo de sistematização empírica procuramos comparar alguns dados com a pesquisa “Perfil do profissional assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo”, coordenada pela Professora Dra. Raquel Mattos Lopes Gentilli em 1997. Também estabelecemos algumas comparações com a pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional”, realizada pelo conjunto CFESS/CRESS no período entre 2004 e 2005.

A construção dessa análise inicia-se a partir do “[...] esforço de apreensão do objeto de investigação no interior dos processos mais amplos que o determinam, sob a perspectiva da totalidade histórica” (SILVA, 2004, p. 24). Com a finalidade de contemplar a questão proposta e alcançar o objetivo que demarca o nosso estudo

⁵ Também adotamos ao longo do nosso estudo alguns procedimentos éticos para assegurar o anonimato dos participantes, mantendo em sigilo as informações confidenciais obtidas. Do mesmo modo, foram respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos participantes.

procuramos reunir substratos teóricos, analíticos e empíricos que permitissem a reconstrução histórica, teórica e metodológica do objeto de estudo.

A sistematização das análises se organiza em cinco capítulos que compõem a estrutura dessa dissertação. Em nosso capítulo de abertura procuramos traçar algumas particularidades do capitalismo em sua fase imperialista/monopolista. Reconstruímos essa fase tendo como base um diálogo com autores que compartilham da crítica marxista da economia política, buscando estabelecer certos parâmetros que nos permitissem identificar quais as determinações econômicas, políticas, sociais, ideológicas e culturais presentes no interior da sociedade burguesa constituída.

A discussão do segundo capítulo recai sobre os fundamentos teóricos e históricos do trabalho no interior da sociedade capitalista, apontando alguns debates que envolvem essa temática nos dias atuais. Para dar sustentação a essa diretriz analítica retomamos, quando possível, eixos teóricos apresentados no primeiro capítulo.

No terceiro capítulo a exposição coloca em relevo certos traços característicos que marcam a realidade brasileira. Buscamos tecer algumas considerações preliminares sobre o conjunto de determinações imbricadas entre o passado e o presente e que se interpõe na relação da formação social do país com o movimento assumido pelo capitalismo em âmbito mundial.

Na seqüência, depois de agrupar o máximo possível de mediações e determinações, nosso movimento buscou situar historicamente a profissão e compreender como a natureza dos processos de mudança em curso repercute no Serviço Social. Caracterizamos a participação da profissão no processo de reprodução das relações sociais, tanto sob a perspectiva do capital como do trabalho. Durante esse capítulo priorizamos uma interlocução com as proposições defendidas por José Paulo Netto, uma das mais expressivas contribuições para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro. Essa interlocução crítica foi o fio condutor da nossa discussão em torno da profissionalização e do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil.

No quinto capítulo, num primeiro momento, articulamos o conteúdo anteriormente trabalhado com as especificidades que marcam a sociedade capixaba⁶. Num segundo momento, apresentamos a sistematização dos dados empíricos que dão forma ao nosso objeto de estudo, mas sempre procurando manter uma sintonia com as determinações mais gerais da sociedade capitalista.

É claro que as reflexões apresentadas ao longo desse estudo não visam apenas cumprir exigências acadêmicas, mas foram desenvolvidas como forma de suscitar novas reflexões e discussões em torno das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais. Mesmo que ligeiramente, tentamos situar o leitor sobre os principais debates presentes no interior da categoria.

E é por isso que esse estudo não deve ser considerado um trabalho acabado, mas, sim, como uma tentativa de abertura de novas pistas de investigação. Temos a devida compreensão dos limites e dificuldades que envolvem a análise de uma realidade em curso e a composição de um processo de reflexão coletiva, mas nesse estudo buscamos apenas dar continuidade a uma discussão que está longe de se esgotar.

⁶ Devido à escassez de produções teóricas para discutir a formação política, econômica e social do Espírito Santo, lançamos mão de alguns substratos teóricos, cujos autores não adotam o mesmo referencial teórico-metodológico privilegiado neste estudo. Nossa intenção foi apenas reunir alguns elementos para apresentar, mesmo que minimamente, algumas particularidades do processo de formação do nosso estado, o que não quer dizer que compartilhamos das idéias defendidas por estes autores.

ENTRE FIOS E TRAMAS: UM OLHAR SOBRE O CAPITALISMO

O capitalismo, que é uma forma social, quando existe no tempo, no espaço, na população e na História, tece uma teia de milhões de fios; as condições de sua existência constituem uma complexa rede cujos fios pressupõem muitos outros [...]

BRAVERMAN⁷

Ao longo de sua existência, o sistema capitalista – mediante a adoção de mecanismos econômicos, políticos e ideológicos – tem demonstrado uma notável capacidade de interceptar e anular, mesmo que transitoriamente, os efeitos deletérios de suas crises. O fenômeno das crises, em suas mais variadas manifestações – superprodução, subconsumo, especulação, destruição de forças produtivas –, continua sendo um elemento constitutivo da dinâmica capitalista.

A cada dia, as crises sociais e o sofrimento que infligem a grandes massas populares se apresentam mais graves e mais agudas. Mas isso não quer dizer que essas crises, de maneira mecânica, colocam em xeque a dinâmica capitalista. Dramaticamente, porém, tais crises sociais podem até mesmo – e muitas vezes o fazem –, aniquilar as conquistas dos trabalhadores e reassentar as bases para aprofundar ainda mais a exploração do capital sobre o trabalho, mesmo que ao custo de enorme destruição social.

Revestido de um potencial extraordinário para mover-se e transformar-se, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca, o capitalismo tem se reordenado estrategicamente no sentido de manter e ampliar seus padrões de acumulação e dominação.

Com isso, sua história vai sendo construída a partir da interação entre o desenvolvimento de forças produtivas, as mudanças engendradas nas atividades estritamente econômicas, as inovações tecnológicas e organizacionais e os processos sociopolíticos, culturais e ideológicos que envolvem as diferentes classes sociais em um determinado período histórico. No entanto, esses vetores não

⁷ BRAVERMAN, 1987, p. 29-30.

transformam apenas a si mesmos, mas suas interações também se modificam no decorrer do desenvolvimento do modo de produção⁸ capitalista (NETTO; BRAZ, 2006).

Em um processo contínuo de recriação e de negação, o capitalismo, por outro lado, reproduz e perpetua as condições de exploração sobre o trabalhador, aprofundando ainda mais o sistema totalizante de contradições existente entre as distintas classes sociais. Essas contradições, em suas manifestações sociopolíticas, permeiam e penetram todos os passos de sua dinâmica.

É justamente na tentativa de elucidar um pouco mais essas questões – e as temáticas e tendências que as polarizam – que a partir de agora vamos apresentar um panorama geral da trajetória capitalista, buscando estabelecer algumas balizas que nos permitam identificar determinações econômicas, políticas, sociais, ideológicas e culturais presentes no interior da sociedade burguesa constituída.

1.1 OS PRIMEIROS PASSOS PARA SE DESVENDAR A OFENSIVA PERVERSA DO CAPITAL

O desafio que se impõe é polemizar as questões acima sob uma perspectiva histórico-crítica, lançando o olhar sobre uma gama de particularidades que nos permita decifrar os liames entre capital⁹ e trabalho. Sem nos restringir a uma abordagem cronológica, nosso estudo centrar-se-á na discussão em torno das

⁸ O conceito de modo de produção não fica restrito à atividade econômica imediata, mas, ao contrário, remete à produção da totalidade da vida social ou ao modo de existência.

⁹ Para o senso comum o termo capital parece sinônimo imediato de dinheiro. No entanto, refere-se a um dinheiro especial, dinheiro esse que se transforma em algo que produz ainda mais dinheiro, ou seja, capital. Logo, de maneira imediata, dinheiro não é o mesmo que capital. Para Marx (1985), o capital não é simplesmente uma coisa material, mas, sim, uma determinada relação social de produção. Correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, o capital toma corpo em uma coisa material e lhe incute um caráter social específico, sendo a soma dos meios materiais de produção produzidos. Nada mais é do que o conjunto dos meios de produção convertido em capital, que em si, tem tão pouco de capital como o ouro e a prata têm de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parcela da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de trabalho substantivados face à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital.

transformações engendradas pelo capital nos quadros da expansão monopolista/imperialista, quando o capitalismo passa por um período de profundas transformações em seu ordenamento e em sua dinâmica econômica.

Essas modificações – ocorridas desde o último quartel do século XIX – marcam a passagem do capitalismo concorrencial¹⁰ para a sua fase imperialista e alteram de forma significativa a dinâmica da sociedade burguesa, aprofundando as contradições fundamentais do capitalismo e as combinando com novas contradições e antagonismos. Nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista a forma empresarial típica será a monopolista¹¹, quando ganha “[...] corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro¹², [adquire] marcada importância a exportação de capitais, [começa] a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e [termina] a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 1977, p. 642).

No entanto, isso não significa dizer que as pequenas e médias empresas serão suprimidas pelos monopólios. Na verdade, estas empresas subsistirão e, até mesmo, poderão se multiplicar, mas agora totalmente subordinadas às pressões exercidas pelas organizações monopolistas.

A partir daí, tanto a concentração e a centralização do capital, sob a forma dos primeiros *trustes* e *cartéis*, quanto a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começam a desenvolver-se. O modo capitalista de produção também passa a incorporar a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais, subordinando-os ao mercado e os remodelando para servirem às necessidades do capital (BRAVERMAN, 1987).

O ingresso do capitalismo em sua fase monopolista aponta, de certo modo, um momento de inflexão em que a sociedade burguesa alcança sua maturidade

¹⁰ Esse é o segundo estágio de desenvolvimento capitalista que perdurou desde 1780 até o último terço do século XIX. Durante esse período, o capitalismo foi se consolidando nos principais países da Europa Ocidental e, além de erradicar ou subordinar à sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalistas, também revelou as suas principais características estruturais. A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em virtude das amplas possibilidades de negócios que se abrem aos pequenos e médios capitalistas (NETTO; BRAZ, 2006).

¹¹ É por este motivo que alguns autores denominam esta fase de capitalismo monopolista, terminologia que será frequentemente utilizada no decorrer deste estudo.

¹² O capital financeiro é constituído a partir da fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários e ganha centralidade no estágio imperialista/monopolista do capital.

histórica, concretizando as possibilidades de desenvolvimento que ao serem objetivadas, tornam mais amplos e mais complexos os sistemas de mediação que preservam a sua dinâmica. Diante disso, tem-se, por um lado, a contínua reafirmação de tendências e regularidades que lhes são inerentes, ou seja, as suas leis de desenvolvimento gerais capitalistas e, por outro, a concreta alteração das leis particulares de sua etapa imperialista (NETTO, 2005).

O exame histórico desse período nos mostra ainda que a rápida consumação do processo de colonização do mundo, a existência de rivalidades internacionais e de conflitos gerados em torno da divisão do globo em esferas de influência econômica e hegemônica contribuem para a efetivação da moderna fase imperialista.

Com isso, o estágio monopolista incorpora o aumento substancial de organizações monopólicas no interior de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado e o movimento do capital, e as mudanças processadas na estrutura do poder do Estado. O habitante da sociedade capitalista também começa a ser “[...] enlaçado na teia trançada de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe” (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

A leitura de Sweezy (1976) nos revela que as formas de organização monopólica visam, antes de qualquer coisa, preservar e aumentar as taxas de lucros, viabilizando o crescimento dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados. Para alcançar tais objetivos, a organização monopólica introduz na dinâmica econômica capitalista um conjunto de fenômenos que merece ser mencionado.

Por um lado, tem-se o crescimento progressivo dos preços e serviços monopolizados; a concentração das taxas de lucro nos setores monopolizados; a tendência ao subconsumo em articulação com a tendência decrescente da taxa média de lucro. Já por outro lado, com a introdução de novas tecnologias, a produtividade do trabalho aumenta, tendo, como conseqüência, a redução do trabalho vivo. Tem-se também a elevação da taxa de acumulação que acentua a

tendência descendente da taxa média de lucro. A associação desse conjunto de fatores faz aumentar ainda mais o contingente de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva (SWEEZY, 1976).

Não é preciso uma análise tão detalhada para perceber que os superlucros são, nas palavras de Netto (2005), a “pedra-de-toque” do capitalismo monopolista e do sistema de poder político utilizado por esses monopólios. No entanto, respostas positivas às requisições das classes subalternas podem ser apresentadas na mesma medida em que elas também podem ser refuncionalizadas para atender o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros.

São exatamente sob essas condições que as refrações da questão social tornam-se, ou melhor, puderam tornar-se objeto de uma intervenção estatal contínua e sistemática. É somente com a concretização de um conjunto de possibilidades econômicas, sociais e políticas segregadas na fase monopolista que as políticas sociais se colocam como um importante mecanismo de enfrentamento à questão social.

Segundo Netto (2005), durante a fase concorrencial¹³, a questão social era, por regra, objeto de intervenção do Estado, uma vez que motivava a mobilização por parte dos trabalhadores, ameaçando a ordem burguesa e colocando em risco o fornecimento da força de trabalho para o capital.

Já na era dos monopólios – devido às características presentes no novo ordenamento econômico, a consolidação política do movimento operário e as necessidades de legitimação política do Estado burguês –, a questão social se internaliza na ordem econômico-política. Com isso,

[...] não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção ‘socializada’; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo

¹³ Nessa mesma fase, as lutas de classe também surgiram em sua modalidade moderna, ou melhor, fundadas a partir da contradição existente entre capital e trabalho, o que antagonizou ainda mais os interesses da burguesia e dos trabalhadores. Num primeiro momento, essas lutas adquiriram formas grosseiras, mas, pouco a pouco, por meio de uma crescente politização, tornaram-se mais conscientes (NETTO; BRAZ, 2006).

conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace [...] das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (NETTO, 2005, p. 30, grifos do autor).

Como se vê, só podemos pensar em política social¹⁴ pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo em sua fase imperialista. É claro que nessa fase existem também as políticas sociais privadas, que tem um caráter não imperativo e não oficial e são conduzidas por instituições religiosas e laicas. Essas modalidades de intervenção são, normalmente, assistemáticas e embasadas essencialmente em motivações ético-morais. Mesmo que essas políticas – privadas – tenham precedido o Estado burguês no capitalismo monopolista, com o desenvolvimento deste estágio ocorre uma crescente e efetiva subordinação das políticas sociais privadas às públicas – exceto em situações muito pontuais –, o que não ocorre sem conflitos e tensões¹⁵ (NETTO, 2005).

É, portanto, com a emersão do capitalismo monopolista que a política social do Estado burguês, embasada em uma intervenção contínua, sistemática e estratégica sobre as refrações da questão social, começa a evidenciar, de forma mais contundente, a “[...] indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada [...]” (NETTO, 2005, p. 30).

Na tentativa de embutir a lógica do capital de forma consensual junto à classe proletária e de mascarar as contradições inerentes ao processo produtivo, as políticas sociais assumem uma função específica. Por meio delas o Estado burguês

¹⁴ As políticas sociais e a configuração da proteção social se apresentam como desdobramentos, respostas e como mecanismos de enfrentamento – geralmente setorializadas e fragmentadas – às múltiplas expressões da questão social no sistema capitalista, cujas bases se encontram fundamentadas nas relações de exploração existentes entre o capital e o trabalho. Como processo social, essas políticas se conceberam na convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção do Estado. Normalmente, sua origem é vinculada aos movimentos de massa social-democratas e a instituição dos Estados-nação na Europa Ocidental no final do século XIX. No entanto, sua generalização inscreve-se na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, sobretudo, após o término da Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

¹⁵ Outra questão importante, mas que não iremos tematizar neste estudo, refere-se às protoformas das políticas sociais que foram implementadas pelos organismos estatais antes mesmo da emergência da organização monopólica.

busca administrar as manifestações da questão social de modo a atender às requisições da ordem monopólica. Conformam-se assim, pela adesão de categorias e de setores cujas demandas são por ele incorporadas, sistemas de consenso que são variáveis, mas operantes.

É a partir daí que a relação entre capital e trabalho entrelaça-se em uma relação simbiótica com as estruturas do aparato estatal, o que vai repercutir diretamente na constituição das políticas sociais públicas. Como alternativa para assegurar a ordem econômica monopólica, o capitalismo captura o Estado, tornando-o o seu Estado (SANTOS, 2006).

Esse Estado passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. Sua intervenção, dotada de uma estratégia que o transforma em um mecanismo organizador e regulador da economia, tem como papel principal administrar os períodos de crise, criando um sistema de poder político funcional à lógica dos monopólios (SANTOS, 2006). A intervenção do Estado burguês na dinâmica econômica tem, na verdade, a função precípua de garantir o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização capitalistas.

Já as políticas sociais assumem a função específica de impingir a lógica do capital de modo consensual no interior da classe proletarizada, ocultando, dessa maneira, as contradições inerentes ao processo produtivo. Sintonizadas, em maior ou menor grau, com as orientações econômico-sociais macroscópicas do Estado burguês em sua fase monopólica, a funcionalidade das políticas sociais equivale à necessidade de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. É por isso que para Netto (2005) as políticas sociais não podem ser pensadas apenas a partir de uma perspectiva meramente econômica e, tampouco, como mecanismos políticos, mas sim como produto da interação entre ambos os aspectos.

Da mesma forma que o Estado, as políticas sociais não são meros mecanismos que contribuem para a produção e a reprodução da ordem capitalista. Muito pelo contrário, as políticas sociais fazem parte de uma relação entre classes, sendo utilizadas como instrumento de mediação entre a sociedade civil e o Estado. Elas,

na realidade, refletem uma dupla dimensão: de coerção e consenso, de concessão e conquista.

É claro que em lugar de falar do binômio “concessão-conquista” seria mais correto, como nos mostra a análise de Pastorini (1997), falar de um processo que tem início com a reivindicação de demandas das classes subalternas. Esse processo envolve uma luta entre diferentes setores e classes contraditórias e estabelece uma negociação entre as partes, podendo acarretar ganhos e perdas tanto para um quanto para outros. O ponto de chegada desse processo é o outorgamento, por meio das políticas sociais, de algumas “concessões” para determinadas demandas dos setores subalternizados.

Sendo assim, o Estado e as políticas sociais expressam a correlação de forças e das lutas presentes na sociedade civil. Dentro de um contexto de lutas entre classes contraditórias e opostas, as políticas sociais resultam de um processo que se dá entre as reivindicações e pressões exercidas pelos setores populares e as concessões dos grupos majoritários no poder, cujo objetivo é obter legitimidade e controle social (PASTORINI, 2007).

É assim que, de forma contraditória, essas políticas, por um lado, operam via prestação de serviços, como um mecanismo que pode aumentar os níveis de vida da população, mas, por outro, também produzem as condições adequadas para a reprodução da estrutura política, econômica e social e para a aceitação e a legitimação necessárias para a manutenção da ordem social vigente. Tal contradição traz consigo conseqüências diretas e significativas sob o conjunto da sociedade, à medida que consegue reverter a insatisfação e a mobilização da população e desestimular a participação popular, outorgando ao Estado e aos setores hegemônicos certo controle sobre as classes subalternizadas (PASTORINI, 2007).

Fica claro, dessa forma, que a funcionalidade da política social consiste necessariamente em atender às demandas apresentadas pelos monopólios, assegurando as condições adequadas para o desenvolvimento monopolista. E independentemente das intervenções estatais na economia, a política social, na fase

monopolista do capital está associada à necessidade de preservação e de controle da força de trabalho por meio da regulamentação das relações capital e trabalho e dos sistemas de seguro social.

No âmbito sociopolítico, essas políticas oferecem “[...] um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes [...]” (NETTO, 2005, p. 31). Todavia, esse aspecto não se restringe somente ao real atendimento, por parte do Estado, de algumas demandas das classes subalternas, mas envolve outras questões. Essas requisições, na verdade, são atendidas mediante as mobilizações e pressões exercidas por forças exteriores ao aparelho estatal, permitindo, assim, que aqueles que tivessem alguma de suas demandas atendidas se reconhecessem como atores representados no Estado.

Com isso queremos reforçar a idéia de que a funcionalidade da política social no capitalismo monopolista não é apenas uma “decorrência natural” do Estado burguês capturado pelo monopólio. Ao contrário, segundo Netto (2005), a vigência do Estado burguês somente coloca a possibilidade de existência dessas políticas, mas a sua concretização decorre, principalmente, da mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores. Não há dúvidas de que o Estado, algumas vezes, responde com antecipações estratégicas às requisições das classes subalternas, no entanto, a dinâmica presente nas políticas sociais não se esgota em uma tensão bipolar. Elas resultam de um processo extremamente complexo, em que protagonistas e demandas estão perpassados por diversas contradições, conflitos e tensões.

Para esse autor, a diferenciação no interior da burguesia, os cortes existentes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparato estatal transformam as políticas sociais em mecanismos que estão muito além de uma mera conexão causal entre os seus diferentes protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias. Contudo, as lutas e confluências não se esgotam na formulação dessas políticas, a implementação – como veremos no quinto capítulo – é outro campo marcado por tensões e acordos.

Por detrás de todas essas questões, o enfrentamento da questão social pelo Estado ocorre, e não poderia ser de outro modo, de forma fragmentada, parcializada,

compensatória, seletiva e temporária. E não poderia ser de outro modo porque apreender a questão social como uma problemática resultante de uma determinada totalidade processual é o mesmo que remetê-la concretamente à relação conflituosa entre capitalistas e trabalhadores, o que significa, pelo menos em tese, contestar a ordem burguesa vigente. É por este motivo que as refrações da questão social, ao invés de serem apreendidas a partir de uma totalidade processual específica, são recortadas como problemáticas particulares e são assim enfrentadas (NETTO, 2005).

No enfrentamento dessas refrações o Estado se apropria do substrato individualista – defendido pelo pensamento liberal –, recolocando-o como componente subsidiário no trato das mazelas presentes na vida social burguesa. Com base nesse substrato, a ordem burguesa credita ao sujeito individual a responsabilidade tanto pelo seu êxito quanto pelo seu fracasso (NETTO, 2005).

Por outro lado, a criação, por meio de ações públicas, de condições sociais para o desenvolvimento dos indivíduos, não elimina a responsabilidade social e final desses sujeitos no aproveitamento ou não das possibilidades que lhes são postas. Eis aí o motivo pelo qual o redimensionamento do Estado burguês ao mesmo tempo em que corta também recupera o ideário liberal. Corta-o, por meio da implementação “[...] de políticas sociais [e] recupera-o, debitando a continuidade das suas seqüelas aos indivíduos por elas afetados” (NETTO, 2005, p. 36).

Se realizarmos um exame, mesmo que superficial, das formas de organização monopólica, veremos que a estrutura e o significado da ação do Estado burguês ampliam-se e tornam-se mais complexas. Além de preservar as condições externas da produção capitalista, a intervenção do Estado na estrutura e na dinâmica econômica ocorre de forma contínua e sistemática, sendo que suas funções políticas imbricam-se organicamente com suas funções econômicas.

As seqüelas da ordem burguesa, nesse momento, passam a ser consideradas como áreas e campos que legitimamente exigem e também merecem a intervenção estatal que, formal e explicitamente, apresenta-se como a expressão e a manifestação de toda a coletividade.

Há uma convergência entre as exigências econômico-sociais características da era dos monopólios e o protagonismo político-social das camadas trabalhadoras, sobretudo, o processo de lutas e de auto-organização da classe operária¹⁶. Simultaneamente, mas com significativa ponderação, o novo dinamismo político e cultural passa “[...] a permear a sociedade burguesa com as crescentes diferenciações no interior da estrutura de classes” (NETTO, 2005, p. 35).

Como uma possibilidade objetiva posta pela ordem monopólica, a intervenção sistemática do Estado sobre as seqüelas da questão social, permeada pela complexidade que acabamos de mencionar, está longe de ser homogênea. No interior da sociedade burguesa constituída, a sua instrumentalização em benefício do capital monopolista não se efetiva de maneira imediata e, tampouco, diretamente. Seu processamento pode nos mostrar a existência de conquistas parciais e significativas extremamente importantes para a classe operária e para o conjunto dos trabalhadores. Por outro lado, a maturidade política do proletariado e de suas organizações de classe tem um dos seus referenciais relacionados à compreensão do potencial contraditório presente no âmbito das políticas sociais (NETTO, 2005).

Todas as indicações apresentadas até o momento nos revelam que os determinantes impostos pelas organizações monopolistas tensionam ainda mais a dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Esse estágio de desenvolvimento capitalista, marcado pela inegável reposição das antigas contradições existentes em sua fase anterior, além de acirrar cada vez mais essas contradições – dando-lhes um caráter peculiar – também eleva ao máximo a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada.

No entanto, o elemento mais significativo desse processo é que a solução adotada por essas organizações, ou seja, a maximização dos lucros pelo controle dos mercados traz consigo uma dupla dimensão. Ao utilizar diferentes mecanismos para alcançar certo grau de desenvolvimento, a ordem monopólica também se torna vítima das incongruências que são próprias da acumulação e da valorização capitalista. Por este motivo, como mencionamos linhas atrás, “[...] para efetivar-se com chance de êxito, *ela demanda de mecanismos de intervenção extra-*

¹⁶ Para uma síntese desse protagonismo e processo, na transição do capitalismo concorrencial ao imperialismo, recorrer a Hobsbawm (1982, 1987), Rosenberg (1986), Thompson (1987).

econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado” (NETTO, 2005, p. 24, grifos do autor).

Como vimos também, o que move o capital é a busca incessante pela maximização dos lucros. Esse movimento, contudo, adquire uma forma específica e diferenciada em cada estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Se recorrermos à periodização histórica proposta por Ernest Mandel (1985), renomado marxista belga, veremos que o capitalismo, a partir do século XIX, percorre três fases distintas. Inicialmente, entre os anos de 1848 até a última década do século XIX¹⁷, vivencia seu estágio concorrencial, cuja maior expressão desse momento foi a revolução do vapor. Desde os fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, predomina o imperialismo clássico que se diferencia das etapas anteriores pelo processo de monopolização do capital.

Logo em seguida, entre os anos de 1945 até os dias atuais, o capitalismo atinge a sua fase tardia, em que se aprofunda a monopolização do capital. Como características centrais dessa nova fase têm-se a automação e o encurtamento do tempo de rotação do capital fixo – meios de produção. Tem-se ainda uma intervenção estatal, cuja finalidade é controlar a insegurança que a aceleração do ciclo do capital tende a promover.

É claro que para efeito deste trabalho não vamos tematizar as questões relativas ao estágio concorrencial. Interessa-nos apenas situar a discussão em torno do estágio imperialista e/ou monopolista do capital, mas seguindo a cronologia apresentada por Netto e Braz (2006). Essa cronologia propõe a divisão desse estágio em três fases: a fase clássica que vai de 1890 a 1940; os “anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial até os primeiros anos da década de 1970; e o capitalismo contemporâneo, que vai de meados dos anos de 1970 até os dias atuais. Optamos pela periodização¹⁸ proposta por Netto e Braz (2006)¹⁹ porque, do ponto de vista

¹⁷ Diferentemente de Mandel (1985), Netto e Braz (2006) afirmam que essa fase de desenvolvimento capitalista teve início em 1780.

¹⁸ Periodizar a história sempre se mostrou uma tarefa muito complexa, permeada por uma diversidade de critérios e por posicionamentos bem heterogêneos. Cheias de controvérsias, as periodizações acabam por revelar a falta de consenso entre os pesquisadores em torno das diferentes fases e momentos de transição que percorrem a história da humanidade. Para nós, a concepção materialista da história coloca-se como uma alternativa – autêntica e real – para a

cronológico, consideramos que esta divisão tornará mais fácil a sistematização de cada período histórico.

É evidente que essa cronologia é simplesmente indicativa e servirá apenas como referência para uma melhor tematização sobre as transformações que se processam no decorrer de cada uma dessas fases. No entanto, mesmo considerando a importância de todas as transformações que percorrem essas três fases, não vamos apresentar uma discussão detalhada desses períodos, mas daremos uma maior ênfase ao período pós-década de 1970. Já as inflexões dessas mudanças no mundo do trabalho serão apresentadas ao longo do segundo capítulo.

A nossa preocupação, agora, é deslindar em cada fase a história que lhe é inerente e as suas contradições internas. Compreender tais contradições é, para nós, de vital importância, à medida que é justamente a sua intensificação que produz os diferentes ciclos históricos, impulsiona a passagem de uma fase para a outra e gera alterações significativas na estrutura da sociedade.

1.2 O ESTÁGIO IMPERIALISTA/MONOPOLISTA DO CAPITAL

1.2.1 O imperialismo em sua fase clássica

A dinâmica capitalista, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, sempre foi marcada por uma sucessão de crises econômicas, mostrando-se profundamente instável e alternando períodos de expansão e crescimento da produção com períodos de depressão. De 1825 até os anos que precederam à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os momentos de prosperidade econômica foram acompanhados por diversas crises. Durante essas crises, as falências, as

superação desse impasse, à medida que se preocupa muito mais com o fundamento explicativo das transformações que se processam na sociedade do que com a periodização propriamente dita (MARTINELLI, 1995).

¹⁹ Mesmo sabendo que não existe consenso em torno da periodização do capitalismo – muito embora seja dispensável aprofundar os termos dessa polêmica no escopo deste trabalho –, não queremos com isso, sugerir a existência de uma divergência teórica entre Netto e Braz (2006) e Mandel (1985), mas simplesmente pontuar que esses autores utilizam uma nomenclatura e uma cronologia que não seguem rigorosamente o mesmo padrão.

quebradeiras, o desemprego e a miséria reforçaram ainda mais as contradições existentes no interior da sociedade capitalista.

Esse período também foi profundamente marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu principal sustentáculo, ou seja, o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. Os princípios liberais foram sustentados pelas teses de David Ricardo e, especialmente, de Adam Smith (2003), que apresentam a justificativa econômica para a necessária e constante busca do interesse individual.

Smith (2003) introduz ainda a tese que se torna o fio condutor da ação do Estado liberal. Segundo essa tese, quando cada indivíduo age em seu próprio interesse econômico, desde que atuando junto a uma coletividade de indivíduos, tende a maximizar o bem estar coletivo. É justamente o funcionamento livre e ilimitado do mercado que garante esse bem estar, ou melhor, é a “mão-invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum. Todavia, o domínio do mercado como regulador supremo das relações sociais só pode ocorrer quando existe uma suposta ausência de intervenção por parte do Estado.

De acordo com o pensamento liberal, a função do Estado, uma espécie de mal necessário, limita-se a oferecer a base legal para que o mercado tenha melhores condições de maximizar os “benefícios aos homens”. Sua intervenção, na verdade, deve se limitar à regulação das relações sociais no sentido de garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado.

Com o predomínio desses princípios, impetuosamente defendidos pelos liberais e adotados, sem restrições, pelo Estado capitalista, não é difícil perceber que as respostas dadas no trato à questão social no final do século XIX foram, em grande parte, repressivas. Essas respostas contemplaram apenas algumas demandas dos trabalhadores, transformando-as em leis que estabeleciam melhorias tímidas e erráticas nas condições de vida desses trabalhadores, mas sem com isso, atingir o cerne da questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No entanto, o predomínio das idéias liberais não passou sem conflitos e colisões. Ao longo da fase clássica do imperialismo – de 1890 aos anos de 1940 –, em

decorrência de alguns processos político-econômicos, as bases materiais e subjetivas que davam sustentação aos argumentos liberais começam a dar os primeiros sinais de enfraquecimento. Dentre esses processos, temos o crescimento do nível de organização e combatividade do movimento operário, com a ocupação de espaços políticos e sociais importantes.

Na Europa Ocidental e Nórdica industrializada, por exemplo, partidos políticos que representavam os trabalhadores ganham visibilidade e, ao transpor obstáculos legais, começam a desenvolver políticas de massa e a ocupar os parlamentos. Desde a última década do século XIX, o movimento sindical operário também ganha consistência e densidade ao levantar bandeiras que mobilizavam um expressivo contingente de trabalhadores. A burguesia, então, vê-se obrigada a reconhecer alguns direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos (NETTO; BRAZ, 2006; BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ainda no período em questão, outro episódio significativo para o enfraquecimento do ideário liberal foi a Revolução de Outubro de 1917, dirigida pelos bolcheviques. Essa Revolução cria o primeiro Estado proletário e instala o regime socialista coletivista na Rússia, sinalizando para um conjunto de promessas que há muito tempo fazia parte do imaginário dos trabalhadores, atraindo a simpatia e a adesão das vanguardas operárias, o que representou um duro golpe contra o imperialismo.

A vitória desse movimento, o conseqüente fortalecimento do movimento operário internacional e as mudanças no mundo da produção, com o advento do fordismo²⁰, foram elementos extremamente importantes para a adoção de uma atitude defensiva por parte do capital. É porque tais mudanças ofereceram maior poder coletivo ao conjunto dos trabalhadores, que passou a requisitar acordos coletivos de trabalho e ganhos de produtividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Muito mais do que conter o efeito econômico da Revolução Russa – que limitou o mercado externo para os imperialistas –, a burguesia do Ocidente envida todos os esforços necessários para isolar a experiência socialista e impedir que os “seus” trabalhadores acompanhassem o mesmo exemplo do Leste (NETTO; BRAZ, 2006).

²⁰ Este termo será melhor apresentado ao longo do segundo capítulo.

Também nesse período, as disputas imperialistas, travadas entre as potências industrializadas pela dominação e exploração de grande parte do mundo, são decisivas para a eclosão da Primeira Guerra Mundial entre os anos de 1914 a 1918. Ao término da Primeira Guerra vários sinais²¹ apontam que os trabalhadores do Ocidente estão muito próximos dos ideais defendidos pela experiência socialista. Inclusive, o surgimento de Partidos Comunistas foi estimulado a partir da criação da Internacional Comunista que foi fundada em Moscou, no ano de 1919, e que, posteriormente, ficou conhecida como Terceira Internacional (NETTO; BRAZ, 2006).

Nesse momento, a mobilização e a organização dos trabalhadores são elementos decisivos para a mudança da natureza do Estado liberal. Tendo como bandeira de luta a emancipação humana, a socialização da riqueza e a instituição de uma sociedade não capitalista, os trabalhadores conseguem garantir importantes conquistas no plano dos direitos políticos como, por exemplo, o direito ao voto, a organização em sindicatos e partidos, a livre expressão e manifestação (BARBALET, 1989).

Essas conquistas, entretanto, não conseguem impor nenhuma medida que pudesse realmente romper a espinha dorsal do capitalismo. Mesmo que os direitos políticos, ao contrário dos direitos civis, representem direitos coletivos que são garantidos a todos os indivíduos e independem da relação que estes mantêm com a propriedade privada, as Constituições liberais limitam o direito político apenas aos proprietários. É somente durante o século XX, na Europa, que ocorre a transformação do direito universal ao sufrágio em direito positivo (COUTINHO, 1996; BARBALET, 1989).

A generalização dos direitos políticos se dá, na verdade, a partir da luta dos trabalhadores. E se não consegue estabelecer uma nova ordem social, pelo menos contribui expressivamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no interior da dinâmica capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

²¹ Em 1920, 7.000.000 de trabalhadores, na Alemanha, participaram de greves políticas e econômicas. Entre os anos de 1918 a 1921, a média anual de trabalhadores que aderiram à greve na Grã-Bretanha atingiu aproximadamente 2.000.000, sendo que em 1921, a greve dos mineiros paralisou uma Grã-Bretanha profundamente atingida pelas conseqüências da Primeira Guerra. Aconteceram também grandes greves na França, na Itália e nos Estados Unidos (VARGA, 1963).

Outro elemento – e não menos significativo – que contribui para o processo de enfraquecimento das bases materiais e subjetivas dos argumentos liberais é a concentração e a monopolização do capital que fragiliza a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado passa a ser comandado pelas grandes organizações monopólicas e a criação de novas empresas começa a depender, inevitavelmente, de um grande volume de investimentos. Esses investimentos, na maioria das vezes, são provenientes de empréstimos bancários, em uma verdadeira fusão entre o capital bancário e o industrial, o que dá origem ao que se convencionou chamar de capital financeiro (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

Mas, para além do fortalecimento do movimento operário internacional, da disseminação das idéias socialistas, da Primeira Guerra Mundial e da concentração e monopolização do capital, “[...] existe ainda um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado se deixado à mercê dos seus supostos movimentos naturais: a crise de 1929-1932 [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Essa crise foi a maior crise econômica mundial vivenciada pelo capitalismo até aquele momento e, segundo Huberman (1978), não se caracterizou pela escassez, mas sim, pela superabundância, à medida que com a superprodução os preços ao invés de subirem, caem.

Com essa crise surge a desconfiança de que os princípios do liberalismo econômico já não mais atendiam aos interesses do capital e se instaura, em paralelo à expansão das idéias socialistas, uma grave e intensa crise econômica e de legitimidade política do capitalismo.

A Grande Depressão, como também ficou conhecida essa crise, teve como marco inicial a desenfreada especulação com ações, que culminou com o craque da Bolsa de Valores de Nova Iorque, na última semana de outubro de 1929. Essa crise provocou um processo recessivo que atingiu a economia em âmbito mundial – principalmente, a economia dos países mais industrializados – que além de acarretar uma queda brutal na produção e o aumento do número de

desempregados, também reduziu os preços dos produtos, especialmente, os preços dos alimentos e das matérias-primas.

Para Chesnais (1998), a queda da Bolsa de Valores desencadeou o esgotamento de uma economia baseada nas livres forças de mercado com fortes investimentos em papéis e títulos na Bolsa de Valores. A busca por ganhos rápidos facilitados pelo excesso de liquidez oriundo da superprodução proveniente do pós-Primeira Guerra Mundial, associada à ausência dos Estados nacionais no controle da esfera financeira, foram os responsáveis pela crise econômica desse período.

A cultura especulativa e do endividamento contaminava as camadas médias e altas nos Estados Unidos – EUA, impulsionando para um forte investimento no mercado de ações em detrimento de investimentos no setor produtivo. Não foi por acaso que a crise de 1929 afetou a todos indistintamente, provocando um caos social enorme, exigindo uma política social e econômica contrária ao que até então predominava (CHESNAIS, 1998).

Essa crise alastrou-se pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes e provocando uma inflexão na atitude da burguesia quanto à sua demasiada confiança nos automatismos do mercado. Revelou-se, com isso, a necessidade de se criar novas modalidades interventivas que contemplassem as condições gerais da produção e da acumulação. Tal exigência tinha um caráter estritamente econômico, dando início a uma revisão do ideário clássico liberal.

O Estado começa a interferir nas atividades econômicas em muitos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Roosevelt implementa, em 1933, um programa de caráter econômico e social, o *New Deal*²² – Novo Tratado. Esse Tratado tinha como objetivo reduzir as taxas de desemprego e elevar a renda nacional. Inicia-se, assim, o processo de intervenção estatal na economia, em detrimento das tradicionais liberdades federativas (FURTADO, 1988).

²² Medida adotada durante os dois primeiros mandatos (1932-1936 e 1936-1940) do presidente Roosevelt nos EUA, cuja finalidade era retomar o desenvolvimento econômico. Os EUA desde a crise de 1929 passavam por um período marcado pela retração econômica, pelo pauperismo e pelas elevadas taxas de desemprego. O *New Deal* foi uma saída pragmática e representou um momento de forte intervenção do Estado na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, o que simbolizou um recuo em relação ao liberalismo que predominou até aquele período.

Antes visto como um entrave ao crescimento nacional, o Estado surge agora como uma instituição soberana e capaz de garantir um novo estágio de desenvolvimento do capital. Passa, dessa forma, a definir regras para o funcionamento econômico e a garantir uma política de bem-estar social por meio do crescimento de uma rede de proteção social, cuja finalidade é propiciar ao trabalhador o acesso a serviços sociais necessários para a manutenção de sua força de trabalho com vistas a atender aos interesses da acumulação capitalista. Tem-se a partir daí a adoção de um modelo de regulação econômica e social que vem na contramão da economia baseada nas livres forças de mercado.

Presente em grande parte dos países da Europa e os Estados Unidos, essa tendência regulacionista se acentua nos anos subseqüentes, tendo em vista a necessidade de reconstruir os países atingidos pela grande crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Estão postas as bases para o surgimento de um Estado de Bem-Estar Social²³ que tem como princípios básicos a política econômica de pleno emprego defendida por Keynes e o conceito de proteção social proposto no relatório de Beveridge²⁴.

Na seqüência da crise de 1929, a intensificação da luta de classes na Europa e a construção do “socialismo real” soviético também forçam o capital a adotar estratégias contra-ofensivas no sentido de harmonizar a relação entre as classes por meio de algumas concessões ao conjunto dos trabalhadores. Mesmo que lentamente as políticas sociais se multiplicam, mas sem, com isso, afetar a legitimidade do domínio capitalista. Em um momento em que se consolida, apesar de todos os limites, a experiência socialista na União Soviética, seria praticamente insustentável para o capital – sob o ponto de vista econômico, político-ideológico – vivenciar uma nova crise com as mesmas dimensões daquela deflagrada em 1929.

²³ Assunto que será discutido mais adiante.

²⁴ Nesse relatório, proposto por William Beveridge, em 1943, são definidas as bases do sistema de proteção social inglês. Esse sistema de proteção social visa garantir um rendimento que possa substituir os salários quando interrompidos pelo desemprego, por doença ou acidente. Visa também assegurar a aposentadoria na velhice, socorrer aqueles que perderam o sustento por causa da morte de outrem e atender a determinadas despesas extraordinárias, como as decorrentes do nascimento, da morte e do casamento. O termo segurança social, nesse relatório, é empregado no sentido de assegurar um rendimento mínimo, mas que deve estar associado a providências capazes de fazer cessar, o mais rápido possível, a interrupção dos salários. O Plano Beveridge supõe, na verdade, a conformação de um sistema complexo e completo de proteção social face à ausência do salário que deve ser fruto do pleno emprego (FALEIROS, 2000).

É por isso que a partir desse período, nas sociedades em que as idéias democráticas tinham bases mais arraigadas e/ou o movimento operário e sindical e as forças democráticas mostraram-se capazes de resistir, o Estado, a serviço do grande monopólio, foi obrigado a legitimar-se para intervir de forma mais eficaz, como é o caso da experiência vivenciada pela Europa Nórdica e Ocidental – excluindo a Península Ibérica – durante as “três décadas gloriosas”.

A presença de “[...] um forte movimento operário e sindical, fortalecido por partidos comunistas e socialistas, [e] o medo burguês em face das experiências socialistas e idéias democráticas revigoradas pela resistência ao fascismo [obrigam] os Estados imperialistas a incorporar demandas populares [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 205). Até mesmo nos Estados Unidos, onde a repressão às idéias socialistas consegue reduzir a influência das correntes de esquerda e a corrupção do movimento sindical pelo patronato mostra-se intensa²⁵, o Estado a serviço dos grandes monopólios vê-se compelido a adotar, ainda que timidamente, medidas de caráter social protetor (NETTO; BRAZ, 2006).

Já naqueles países onde tais condições se mostram frágeis – como a Itália, por exemplo, –, e/ou naqueles em que o movimento operário é duramente reprimido, como na Alemanha, a intervenção do Estado ocorre segundo a natureza antidemocrática do capital, sendo conduzida ao ponto máximo pelas organizações monopólicas. Com a supressão de todos os direitos e garantias relacionados ao trabalho e aos trabalhadores, instaura-se um regime político que, naquele momento, apresenta-se como o mais apropriado para promover o livre desenvolvimento dos monopólios, o fascismo²⁶ (NETTO; BRAZ, 2006).

²⁵ Sob o imperialismo, a corrupção de lideranças do movimento sindical – prática comum adotada pela classe capitalista – ganhou novos contornos. Nessa fase capitalista, os superlucros alcançados pelos grandes monopólios, via exportação de capitais, serviram para o patronato dos países centrais estimular a formação de uma aristocracia operária. É a “[...] obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas [...] [que] oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários [...] atraindo-os para o lado da burguesia [...]” (LÊNIN, 1977, p. 669).

²⁶ O fascismo representou, naquele momento, um regime político ideal para os monopólios ou para o estabelecimento da dominação desses monopólios. Não é uma mera causalidade que a fase clássica do imperialismo tenha sido marcada pela ascensão, prestígio e predomínio do regime fascista. Contudo, segundo Netto e Braz (2006), as análises que apontam o esgotamento do fascismo com a derrota que sofreu em 1945 são totalmente equivocadas. Na verdade, desde que exista um controle monopolista da economia, a possibilidade do fascismo será sempre real.

Por meio da extração desenfreada da mais-valia²⁷ absoluta²⁸, o fascismo, segundo Mandel (1985), dá novo fôlego ao processo subsequente de expansão capitalista. Com um modelo de intervenção na economia centrado no terrorismo de Estado, o fascismo imobiliza e em alguns casos até mesmo destrói as organizações dos trabalhadores. Além de regular a massa salarial de acordo com os interesses monopolistas e de favorecer impetuosamente o grande capital, o fascismo também militariza a vida social e realiza grandes investimentos na indústria bélica. No limite desse terrorismo de Estado, como é o caso da Alemanha de Adolf Hitler, o regime fascista passa a ocupar territórios, saquear suas riquezas e forças produtivas, brindando o grande capital com força de trabalho escravo²⁹ (NETTO; BRAZ, 2006).

No entanto, nesse tipo de regime político, a tensão existente entre as classes sociais – cuja margem de discussão e de negociação com a classe operária se reduz a patamares mínimos – não poderia se sustentar nem a médio nem em longo prazo. Essa tensão que envolve a alternativa fascista, a liberal burguesa e a socialista³⁰ só é resolvida, mesmo que temporariamente, com a vitória dos aliados no término da Segunda Guerra Mundial – o que inclui o acordo celebrado com a União Soviética e que foi determinante na derrota do nazi-fascismo.

²⁷ É a forma monetária que o sobreproduto social assume em uma sociedade de produção mercantil. Na sociedade capitalista, a mais-valia é produzida pelos trabalhadores assalariados e apropriada pelos capitalistas. Ou ainda, é a diferença que existe entre o novo valor criado pelo processo de produção e o custo de reprodução da força de trabalho – ou valor da força de trabalho. Em última instância, é o trabalho não pago apropriado pela classe capitalista (MANDEL, 1985).

²⁸ A elevação da mais-valia absoluta ocorre devido ao aumento obtido pelo prolongamento do dia – ou da semana – de trabalho, sem que haja um aumento proporcional dos salários dos produtores diretos. Mas quando os capitalistas não dispõem de condições que lhes permitam ampliar a jornada de trabalho, eles tratam de buscar outros meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário. Ao se manter um limite para a jornada de trabalho, o que se reduz naquele tempo de trabalho necessário é acrescido no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se, portanto, a produção de mais-valia relativa. O que precisamos ter claro nessa diferenciação é que “a mais-valia [...] é uma só, não há uma mais-valia que é relativa e a outra que é absoluta. [...] O que pode ser absoluta ou relativa é a maneira de se incrementar a extração de valor excedente” (TAUJLE, 2001, p. 58).

²⁹ Nos campos de trabalho forçado da Alemanha nazista os prisioneiros serviam aos grandes monopólios alemães.

³⁰ Estava em jogo, naquela época, a disputa econômica e territorial de três grandes projetos. Dois se localizavam no âmbito da burguesia – o fascismo e o projeto liberal-reformista –, e o terceiro envolvia o projeto socialista, que já nesse momento se encontrava sob o comando de Stálin. Com isso, “[...] a humanidade [sai] da guerra quente e [adentra] na guerra fria, com o contraponto entre socialismo (realmente existente) e a democracia liberal-burguesa nos seus vários formatos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 70).

Naqueles países em que o fascismo não consegue atender aos interesses do monopólio surgem, desde os anos de 1930, algumas propostas que defendem uma ativa intervenção estatal³¹ no nível dos investimentos, estimulando-os diretamente, inclusive, com o Estado exercendo a função de empresário capitalista em setores estratégicos da economia. Com relação à reprodução da força de trabalho essas propostas buscam desonerar o capital de parte de suas despesas, por meio da implantação de programas sociais que são gerenciados por agências estatais (NETTO; BRAZ, 2006).

É justamente nesse momento, em um período marcado pela intensa flutuação e concentração de renda, que John Maynard Keynes publica, em 1936, a Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro – base da chamada "revolução keynesiana" –, tornando-se um dos principais responsáveis pela inovação teórica e intelectual formulada à época.

Nessa obra, Keynes (1983) defende a intervenção estatal na economia como forma de reativar a produção. Segundo esse autor, como o sistema de livre mercado torna-se insuficiente para atender aos interesses do capital, cabe ao Estado desenvolver uma ação mais efetiva no direcionamento da economia no sentido de controlar a concentração de renda.

Diante do *animal spirit* dos empresários, com sua visão de curtíssimo prazo, o Estado – ao adotar um conjunto de medidas econômicas e sociais – possui legitimidade suficiente para disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, podendo, inclusive, contrair déficit público para controlar o volume de moeda disponível e as flutuações da economia (KEYNES, 1983).

Cabe ao Estado a função de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio da adoção de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que, nos períodos de depressão, atuem como estímulo à economia. Dessa forma, a “[...] política keynesiana, [...] a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns

³¹ Como esse tipo de intervenção estatal contraria os princípios defendidos pelo pensamento liberal-conservador – em que o papel do Estado, sob o ponto de vista formal, deve ser mínimo –, o respaldo de um suporte teórico faz-se necessário.

mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu* [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 85-86).

Dentre esses mecanismos, a planificação indicativa da economia, com o objetivo de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação entre capital e trabalho, mediante uma política salarial e de controle de preços; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos associada a uma política de juros; e as políticas sociais, compõem o conjunto de estratégias e técnicas anticíclicas adotadas pelos poderes públicos com a finalidade de conter a queda tendencial da taxa de lucros (NETTO; BRAZ, 2006). Obtém-se, com isso, certo controle sobre o ciclo do capital.

Contudo, a adoção desse tipo de política resultaria em um déficit sistemático no orçamento público. Por outro lado, nos momentos de prosperidade cabe ao Estado manter uma política tributária elevada, gerando um superávit que poderia, inclusive, ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva que poderia ser empregado como investimento nos períodos de depressão (KEYNES, 1983).

E para escapar de uma possível armadilha recessiva provocada pelas decisões individuais dos agentes econômicos, especialmente o empresariado, a intervenção do Estado teria como meta a adoção de um programa fundado no pleno emprego e na maior igualdade social. Com a intenção de alcançar tal objetivo, a ação estatal além de gerar emprego via produção de serviços públicos e produção privada, também deveria elevar a renda e promover maior igualdade por intermédio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ao exercer um importante papel na administração macroeconômica, o Estado, então, passaria a atuar diretamente na produção e na regulação das relações econômicas e sociais. No entanto, mesmo sendo aceitas intervenções por parte do Estado na economia – para garantir a produção – e na área social para atender, sobretudo, aqueles que se encontram incapazes para o trabalho, o bem estar ainda deveria ser buscado individualmente no mercado.

Keynes (1983), ao defender esses princípios, causou uma verdadeira revolução de conceitos na esfera econômica mundial. Tendo como foco a estabilidade social em conjunto com a estabilidade econômica, as análises desse teórico outorgam ao Estado a função básica de regular a economia e fomentar o pleno emprego, especialmente, por meio da adoção de medidas que permitam: a redução da taxa de juros, que estimulem investimentos e redistribuam a renda, estimulando os gastos de consumo.

As proposições defendidas por esse teórico, em sintonia com a experiência do *New Deal* americano, começam, dessa forma, a influenciar de maneira especial as saídas européias da crise. Tanto nas propostas keynesianas como nas formulações apresentadas pelo *New Deal*, a sustentação pública de uma série de medidas anticrise ou anticíclicas tiveram a finalidade de amortecer as crises cíclicas de superprodução, de superacumulação e de subconsumo. Mas, de acordo com Mandel (1985), tais medidas – e entre elas se incluem o incremento às políticas sociais – conseguiram, no máximo, amortecer os efeitos da crise, controlando os ciclos econômicos. No período em questão, as políticas sociais se generalizam e passam a compor o conjunto de medidas anticíclicas do período.

A partir das idéias keynesianas o Estado, mediante forte intervencionismo e regulação, assume o seu papel de planejador e regulador, rompendo parcialmente com a dogmática liberal-conservadora da época. Mas isso não significa o abandono do capitalismo ou, até mesmo, a defesa da socialização dos meios de produção.

É somente no imediato pós-guerra que tais idéias – as “políticas keynesianas” – são realmente desenvolvidas e experimentam grande êxito, o que vamos tratar mais detalhadamente na próxima seção quando tematizaremos os “anos dourados” da fase imperialista do capital.

1.2.2 – Os “anos dourados” da fase imperialista do capital

Após a crise de 1929 e a retomada dos níveis de acumulação, o capitalismo monopolista passa por uma fase única em toda a sua história. Trata-se de um período histórico – entre o fim da Segunda Guerra Mundial até a passagem dos anos de 1960 aos anos de 1970 – marcado por uma nova macroestrutura socioeconômica que combina, pela primeira vez, a forte intervenção do Estado como planejador e produtor com o controle social baseado no *Welfare State*³². Essa fase, denominada por alguns autores de “anos dourados”, “anos de ouro” ou, ainda, as “três décadas gloriosas”, expressa exatamente um momento de *onda longa expansiva*³³ do capital, em que o crescimento econômico e as taxas de lucros mantiveram-se ascendentes.

Mesmo que as crises cíclicas do capital não tenham sido totalmente suprimidas, as suas implicações foram significativamente reduzidas, sobretudo, devido à regulação exercida por parte do Estado – normalmente inspirada pelas teorias keynesianas – e às elevadas taxas de crescimento.

Nesse período, como forma de enfrentamento às desigualdades geradas pelo capitalismo, as economias capitalistas desenvolvidas elaboram estratégias, até então inéditas, de proteção social e trabalhista. É quando se ergue o Estado social em seus diferentes formatos históricos e vêm à tona os eixos basilares do processo

³² Este termo, originado na Inglaterra, é utilizado, normalmente, para nomear genericamente aqueles países que implementaram políticas sociais sob a orientação keynesiano-fordista. No caso específico do Brasil também é comum encontrarmos essa mesma nomenclatura ou a sua tradução – Estado de Bem-Estar – para explicar algumas particularidades da realidade brasileira. De maneira muito menos freqüente, encontramos também a utilização do termo Estado-providência para designar genericamente a ação social do Estado. No entanto, essas expressões foram formuladas e utilizadas em cada país para definir formas determinadas e específicas de regulação estatal na área social e econômica e que muitas vezes foram incorporadas ou traduzidas sem o devido zelo na sua precisão e explicitação. Existem ainda outras nomenclaturas que nem sempre estão relacionadas ao mesmo fenômeno e, por isso, não podem ser consideradas como sinônimo de *Welfare State*. Temos por exemplo, o *Etat-Providence* (Estado-providência), que tem origem no Estado social na França e o *Sozialstaat*, utilizado na Alemanha, cuja tradução literal é Estado social. O que precisamos ter claro é que tanto a conceituação quanto à abrangência do *Welfare State* são permeadas por polêmicas e divergências, até mesmo no que diz respeito ao emprego do termo para designar realidades históricas, econômicas e sociais bem particulares (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

³³ Na *onda longa expansiva* “[...] os períodos cíclicos de prosperidade [são] mais longos e intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas” (MANDEL, 1985, p. 85). Netto e Braz (2006) destacam que, nesses períodos, as crises não foram suprimidas, mas houve uma redução de seus impactos. As crises representaram, portanto, uma série de pequenos *episódios* em um período de predomínio do crescimento econômico.

de expansão e consolidação da política social³⁴. Esse momento é marcado por uma forte expansão – com taxas de lucros elevadas e ganhos de produtividade para as empresas – e por políticas sociais voltadas para o conjunto dos trabalhadores.

O Estado agora – denominado de Estado de Bem-Estar Social, *Welfare State* ou Estado Keynesiano – começa a intervir diretamente no intenso processo de expansão econômica e no enfrentamento dessas desigualdades. Em maior ou menor grau, esse novo modelo de Estado é “[...] difundido no centro do capitalismo mundial, com as funções de conceder proteção social a todos os cidadãos e garantir a edificação de uma sociedade menos desigual, enfrentando a estratificação imposta pelo mercado” (POCHMANN, 2004, p. 4).

Tendo como contrapartida a expansão estatal dos sistemas de proteção social, o Estado de Bem-Estar se consolida como modelo de democracia social dominante, sendo que seus aspectos fundamentais se configuram no papel exercido

[...] pelos fundos públicos no financiamento da reprodução da força de trabalho e do próprio capital, na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de políticas sociais (educação, saúde, previdência, etc.) e na expansão do consumo de massa, padronizado, de bens e serviços coletivos (VIANNA, 2000, p. 18).

A necessidade de mudanças nas atribuições socioeconômicas do Estado capitalista decorre primariamente de um inquestionável aparato de regulação. Sua finalidade principal é o enquadramento do capital financeiro e o seu respectivo direcionamento para financiar a produção via planejamento que, naquele momento histórico, era necessário para atender aos interesses da própria dinâmica capitalista. Essa necessidade de mudança decorre ainda, por um lado, de certa harmonização das contradições entre capital e trabalho que só foi possível por meio de algumas concessões, por parte do capital, ao conjunto dos trabalhadores dos países centrais; e, por outro, de uma forte coerção exercida pelas ditaduras militares sobre os frágeis movimentos operários dos países periféricos (PINTO, 2005).

³⁴ Apesar das políticas sociais vivenciarem uma forte expansão após o término da Segunda Guerra Mundial – que tem como base a forte intervenção estatal na regulação das relações sociais e econômicas –, não podemos interpretar que a sua instituição e a sua expansão estão diretamente vinculadas à constituição do *Welfare State*.

No entanto, a nova regulação estatal só foi possível por meio da conjugação de alguns fatores presentes à época: o estabelecimento de políticas keynesianas com o objetivo de gerar pleno emprego e crescimento econômico em um mercado capitalista liberal; a instituição de serviços e políticas sociais no sentido de criar demanda e ampliar o mercado de consumo; e a existência de um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho, estabelecendo o que foi designado de “consenso do pós-guerra” (MISHRA, 1995).

Esse “consenso” estabelece uma aliança entre classes que só é viabilizada por causa do abandono, por grande parte dos trabalhadores, do projeto de socialização da economia. As alianças estabelecidas entre partidos de esquerda e direita também garantem o estabelecimento de acordos e compromissos que permitem a aprovação de várias legislações sociais e a expansão do chamado Welfare State (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Materializado pela ascensão ao poder de partidos ligados à social democracia, esse “consenso” institucionaliza a possibilidade de se estabelecer políticas abrangentes e mais universalizadas, tendo como princípio: a cidadania, o compromisso governamental com o aumento de recursos destinados à ampliação de benefícios sociais, o consenso político favorável à economia mista e um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento do Estado com o crescimento econômico e com o pleno emprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Segundo Hobsbawn (1997), o objetivo do *Welfare State* é justamente tentar suprimir o grande contingente de desempregados e incentivar a demanda. O seu surgimento, na verdade, é uma estratégia adotada pelo próprio capitalismo para corrigir e compensar as intercorrências geradas no plano social, respondendo, assim, às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista.

Torna-se, portanto, um mecanismo indispensável para garantir a acumulação de capital, para regular os conflitos de classe e para desmobilizar os trabalhadores. Durante a sua vigência, os maiores incrementos no gasto público correspondem também a períodos marcados por aumento de impostos, sobretudo, entre os assalariados. Ao invés de atender às necessidades sociais, as medidas do Estado de Bem-Estar se orientam de acordo com as exigências do capital, sendo adotadas

“[...] por governos conservadores e liberais com fins reguladores e disciplinadores e como antídoto a um socialismo que demandava reformas radicais [...]” (SILVA, 2004, p. 66).

Entretanto, há um grande diferencial entre o Estado nos “anos dourados” – que se coloca a serviço dos monopólios –, daquele Estado do capitalismo concorrencial. Enquanto

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as seqüelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, é *uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2005, p. 26, grifos do autor).

O que ocorre, na verdade, é que a intervenção por parte do Estado desonera o capital de grande parte do ônus da manutenção da força de trabalho, que passam, agora, a ser financiados pelos tributos que são recolhidos do conjunto da população. Financiamento este que garante a prestação de uma série de serviços públicos como a educação, o transporte, a saúde e a habitação. Todavia, mesmo que essas funções se coloquem a serviço dos grandes monopólios, elas não conseguem conferir ao Estado um alto grau de legitimidade. Isso acontece porque – em um marco democrático –, o Estado, para servir ao monopólio, precisa incorporar outros interesses sociais, ou melhor, ele não pode representar, meramente, um instrumento de coerção, mas deve desenvolver mecanismos que promovam a coesão social (NETTO; BRAZ, 2006).

É exatamente na tentativa de legitimar-se que o Estado – a serviço dos monopólios – começa a reconhecer alguns direitos sociais que, juntamente com os direitos civis e políticos, vão dar forma ao que Marshall (1967) denomina de “cidadania moderna”³⁵. Como resultado desse reconhecimento – produto da pressão exercida pelos trabalhadores – tem-se a consolidação e a ampliação das políticas sociais.

³⁵ A formulação de Thomas Marshall (1967) sobre cidadania, em uma conjuntura marcada por uma vasta utilização das estratégias fordista-keynesianas, é paradigmática das transformações societárias daquela época, em que a discussão em torno da política social ganha uma nova dimensão teórica,

O capitalismo monopolista, nesse momento, associa o grande dinamismo econômico dos “anos dourados” com a garantia de significativos direitos sociais. Contudo, embora restrito aos trabalhadores de alguns países imperialistas, a garantia desses direitos se dá somente naquelas sociedades em que já existem instituições políticas democráticas, respaldadas por uma combativa organização sindical e pela presença de partidos políticos de massas (NETTO; BRAZ, 2006).

Fica claro a partir daí que aquele liberalismo heterodoxo defendido por Keynes e seus seguidores transforma-se na expressão intelectual sistemática das propostas que foram apresentadas como alternativa para a saída da intensa crise que tem seu ápice entre os anos 1929-1932. Os pressupostos keynesianos assumem relevância justamente em um momento em que o modo de produção social capitalista, submetido “[...] à sua lógica anárquica, destrutiva e excludente [...]” (BIANCHETTI, 2001, p. 10) fragiliza o próprio sistema.

Associadas a essas idéias têm-se também as profundas mudanças no âmbito da produção que ocorrem, sobretudo, por meio da generalização do fordismo no pós-Segunda Guerra, quando surgem novos produtos e processos de produção, e com o desenvolvimento da indústria bélica no contexto da Guerra Fria (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Tem-se com tudo isso a base material que vai contribuir para a expansão dos direitos sociais no período em questão. Já a base subjetiva relaciona-se à força do movimento dos trabalhadores e ao novo paradigma socialista que, naquele momento, está em franca expansão no Leste Europeu. Essa base subjetiva forja um grande pacto social entre o capital e o trabalho, sob a coordenação e a sustentação do Estado, especialmente, nos governos social-democratas na Europa Ocidental. São essas justamente as circunstâncias que inspiram o ensaio de Marshall (1967) sobre a cidadania e sua suposta compatibilidade com a desigualdade existente entre as classes, mas que não resistiu aos processos mais profundos e complexos da sociedade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Para entender um pouco melhor essa *onda longa expansiva do capital*, precisamos resgatar outros elementos que marcam esse período de expansão, apresentando algumas contradições internas, cuja manifestação desencadeará uma nova crise no final dos anos de 1960. Entre tais elementos inclui-se a formulação de um novo reordenamento internacional que envolve a materialização de um novo sistema monetário internacional – padrão dólar-ouro – e a criação de instituições internacionais de coordenação e controle.

Baseado no acordo de *Bretton Woods*³⁶ – cujo objetivo era propor ações que promovessem a estabilidade da economia internacional e das moedas nacionais desestabilizadas pela Segunda Guerra Mundial – esse reordenamento se materializa sob a égide absoluta da supremacia norte-americana.

Como tal, esse reordenamento faz parte da adoção de uma estratégia de recuperação socioeconômica que se consolida tendo como base o princípio da economia da demanda efetiva – idealizada no programa do *New Deal* e concretizada com o acordo de *Bretton Woods* e com o Plano Marshall³⁷ – e a busca de harmonização entre a classe capitalista e os trabalhadores. No entanto, essa estratégia somente se consubstancia em virtude da redução da influência dos condicionantes externos sobre as políticas macroeconômicas internas dos países capitalistas e da regulação, por parte das autoridades monetárias estatais, sobre a moeda de crédito e sobre o capital a juros, por meio do processo de monetarização da dívida pública (BELUZZO, 1999; BALANCO; PINTO, 2004).

Essa estratégia também se consubstancia por causa da existência de uma mediação estatal entre o empresariado e os trabalhadores – representados pelas organizações sindicais –, cujo objetivo é articular o aumento dos salários reais aos ganhos de produtividade e dos preços e integrar o trabalhador aos processos decisórios da produção. À medida que essa mediação não alcança os objetivos

³⁶ Esse acordo foi celebrado na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, no ano de 1944.

³⁷ O Plano Marshall, também conhecido como Programa de Recuperação Européia, foi a principal estratégia adotada pelos Estados Unidos, nos anos posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial, para a reconstrução dos países aliados da Europa. Instituído em 1947, esse Plano preconiza a política *laissez-fairiana* direcionada à estabilização dos mercados por meio do crescimento econômico. Permaneceu vigente durante o período de quatro anos fiscais, sendo que os países que integravam a Organização Européia para a Cooperação e Desenvolvimento receberam assistência técnica e econômica.

propostos, o Estado utiliza o seu poder de coerção, realiza a incorporação de investimentos diretos e transferências de seguridade social como componentes efetivos da demanda e do controle social (BELUZZO, 1999; BALANCO; PINTO, 2004).

Um dos elementos importantes dessa estratégia de recuperação econômica é a criação, em julho de 1944, do sistema monetário de *Bretton Woods* – como indicamos linhas atrás – quando são definidos os mecanismos norteadores do novo período de crescimento e são assinados acordos que fundamentam as novas diretrizes para o sistema monetário e financeiro das nações capitalistas, lideradas agora pelos Estados Unidos. Para implementação dessas novas diretrizes são criados o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) – que, posteriormente, dá origem ao Banco Mundial.

Ainda na Conferência que institui o sistema de *Bretton Woods* é convencionada uma taxa de câmbio fixa, negociada internacionalmente, de conversibilidade do dólar em ouro. Isso quer dizer que, sendo o dólar a moeda mundial ancorada no padrão-ouro, as taxas de câmbio de outras moedas nacionais são definidas tendo como referência o dólar americano.

Esse sistema monetário se sustenta a partir de três elementos fundamentais: taxas de câmbio fixas que em virtude de desequilíbrios fundamentais associados aos balanços de pagamentos podem ser ajustadas; aceitação do controle dos fluxos de capitais internacionais e a criação do FMI com a função de reger a dinâmica e as operações do sistema capitalista internacional, monitorar as políticas nacionais e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos com desequilíbrios.

Contudo, dentre esses elementos, apenas o controle dos fluxos de capital funciona mais ou menos dentro daquilo que foi planejado. Esse controle, com a redução da influência dos condicionantes externos sobre as políticas econômicas internas, possibilita aos governos um maior espaço para a adoção de políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego.

Segundo Iamamoto (2007), o acordo de *Bretton Woods* representa, na verdade, o início de uma estratégia unificada, tanto comercial como ideológica, que tem como desdobramentos os planos Marshall e Dodge – ambos com a finalidade de reconstruir a Europa e o Japão, respectivamente –, e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO/OTAN)³⁸ e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que, mais tarde, vai dar origem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além dos vieses apresentados até aqui, encontramos na base desse ciclo de expansão um contexto marcado pela guerra e pelo fascismo, pela terceira revolução tecnológica – com a introdução da microeletrônica – e, principalmente, pela derrota histórica do movimento operário, propiciada tanto pelo fascismo e pela Guerra como também pelo destino da experiência socialista. O pacto keynesiano/fordista, nesse período, só pôde ser viabilizado com a submissão de muitas lideranças operárias às demandas imediatas e corporativas, sobretudo, no setor monopolista do capital.

Muito mais que condições econômicas, a sustentação dessa *onda longa expansiva* que marca os “anos de ouro” do capital também necessitou de condições políticas e culturais específicas. Dentre elas incluem-se os compromissos e reposicionamentos políticos das classes e suas frações, “[...] ajustando-se às novas condições e a difusão em massa do novo *ethos* consumista de massas [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.88).

Para a classe burguesa, a manutenção de elevadas taxas de lucro – sustentadas na superexploração dos trabalhadores durante um intervalo estável de tempo – pressupõe o estabelecimento de certos acordos e concessões. Já para o movimento operário organizado essa possibilidade histórica implica o abandono de um projeto mais radical, em favor de conquistas e reformas imediatas. Incluem-se aí os direitos sociais que são viabilizados por meio das políticas sociais. É a combinação de alguns processos que gera essa atitude mais imediatista e corporativista por parte dos trabalhadores. Na maioria das vezes, esses trabalhadores se contentam com os acordos coletivos em torno dos ganhos de produtividade e da ampliação das

³⁸ A OTAN, também designada de Aliança Atlântica, é um organismo internacional de colaboração militar que foi criada em 1949 no contexto da Guerra Fria. Seu objetivo era instituir uma frente de oposição ao bloco comunista, contrapartida militar do que representou o Plano Marshall no domínio político econômico (IAMAMOTO, 2007).

políticas sociais, via salários indiretos garantidos pelo fundo público (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Naquele momento há uma melhoria significativa nas condições de vida dos trabalhadores que passam a ter acesso ao consumo e ao lazer. Há também uma sensação de estabilidade no emprego, em um contexto marcado pelo pleno emprego keynesiano. É justamente a conjugação desses fatores que contribui para diluir a radicalidade das lutas e disseminar a falsa idéia de uma possível combinação entre acumulação e certos níveis de desigualdade (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A coordenação e sustentação desse pacto pelos grandes partidos social-democratas, cujo projeto centra-se na reforma do capitalismo e não na transformação do sistema vigente, também dá um novo tempero ao movimento sindical e operário. E além de todos esses fatores tem-se ainda o forte isolamento da esquerda revolucionária. Frações inteiras do conjunto dos trabalhadores perdem sua identidade com o projeto socialista, especialmente, após 1956, quando vêm à tona os crimes praticados por Stálin na União Soviética. Segundo Behring e Boschetti (2007), é essa derrota histórica e a capacidade de regeneração do capitalismo – com base no keynesianismo/fordismo – que dão fôlego aos “anos dourados” do capital.

A sustentabilidade das elevadas taxas de lucro só foi possível com a adoção de um novo rearranjo político articulado ao término da Segunda Guerra. A partir daí, tanto a regulação da concorrência intercapitalista quanto o arrefecimento da contradição entre capital e trabalho são facilitadas pelo novo controle social estruturado em torno de certas concessões aos trabalhadores (PINTO, 2005).

Embora a intensa acumulação capitalista nos “anos dourados” tenha como núcleo funcional a grande empresa e o Estado como planejador e produtor – mediante forte intervencionismo e regulação –, essa mesma estrutura organizacional não consegue diminuir a distância que separa os países periféricos do núcleo orgânico do sistema, o que confirma o desenvolvimento desigual e hierarquizado do sistema capitalista (PINTO, 2005).

De acordo com Brenner (2003), as altas taxas de lucro alcançadas pelas economias avançadas após a Segunda Guerra conseguem manter elevados índices de investimentos, o que gera uma aceleração da produtividade e um crescimento rápido dos salários reais – mas sem com isso ameaçar os lucros do capital. Nesse período, a maioria das economias capitalistas avançadas e, até mesmo, algumas economias “subdesenvolvidas”, alcançam elevadas taxas de crescimento do investimento privado e estatal, aumento da produção, da produtividade e dos salários em patamares nunca vistos anteriormente, com pequenos níveis de desemprego e de inflação e processos recessivos mínimos.

É também nos “anos de ouro” do capital que surgem no cenário mundial dois blocos antagônicos, polarizando as disputas ideológicas e a política internacional: de um lado, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, do qual também faziam parte a Europa Ocidental, a América Latina e o Japão. E do outro, o bloco socialista, liderado pela União Soviética, com a participação da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental), Bulgária e Albânia.

Esses dois blocos se organizam em torno de uma guerra ideológica, comumente designada como Guerra Fria – que vai de 1946 a 1989. Até o término da guerra do Vietnã, em 1973, por exemplo, houve uma intensa luta ideológica para provar qual dos dois blocos era capaz de produzir e oferecer para o restante do mundo um rápido desenvolvimento associado com o bem-estar social. Esta disputa esteve subordinada ainda à irracionalidade de uma corrida armamentista potencialmente genocida e à adoção de estratégias antidemocráticas de lutas políticas.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética, Washington e Moscou, centram a disputa entre os blocos capitalista e socialista, demonstrando sinais de que coordenavam Estados nacionais e regimes políticos. Ao longo dessa Guerra, as lutas sociais, as disputas políticas, as diferenças ou rivalidades nacionais, étnicas e religiosas e quaisquer outros conflitos no chamado “Terceiro Mundo” transformam-se em um jogo disputado entre os dois poderosos blocos e suas duas grandes potências. Esses blocos representam a divisão do mundo em “[...] dois sistemas, duas geopolíticas, duas superpotências militares e nucleares. O mundo

parece galvanizado por duas polarizadas possibilidades predominantes” (IANNI, 1999, p. 56).

Nessa divisão bipolar de caráter ideológico, os Estados Unidos buscam garantir a manutenção dos países latino-americanos no bloco capitalista. Desse modo, a criação da Organização dos Estados Americanos – OEA, em 1948, foi uma das estratégias para consolidação da hegemonia norte-americana em todo o continente, à medida que para suprimir qualquer influência socialista sobre a América Latina, os EUA não mediram esforços militares e econômicos. Por outro lado, a União Soviética subsidiava a formação de grupos que tinham como objetivo promover revoluções socialistas na América Latina.

Em 1961, no auge da Guerra Fria, os soviéticos constroem um muro sobre a linha divisória que divide Berlim, na Alemanha, em duas áreas de ocupação, separando, concretamente, a cidade. A função desse muro é evitar a fuga de alemães do Oriente para o Ocidente. Certamente, o muro de Berlim torna-se o símbolo da divisão do mundo em dois blocos. Para o bloco capitalista, representa o autoritarismo soviético. Já para os soviéticos, significa uma proteção contra a influência negativa do modo de vida do sistema capitalista, sendo que, para os alemães, o muro representa o símbolo da ocupação militar de seu país.

Ainda ao longo dos anos de 1960, diante dos avanços do capitalismo mundial, alguns países, especialmente, o Japão e a República Federal da Alemanha – RFA expandem consideravelmente sua produção, reduzindo as taxas de lucro e a participação dos demais países no mercado internacional. A inserção do Japão e da Alemanha como países fortes e competitivos, contribui para que os Estados Unidos deixem de ser a única potência econômica no Ocidente. Tem-se ainda o peso do poder das corporações multinacionais e dos mercados financeiros com seu amplo movimento especulativo e investimentos intercontinentais.

Em meio à fase de prosperidade vivenciada pela maioria dos países centrais, a dívida pública torna-se um componente da acumulação capitalista, à medida que cumpre o seu papel de se transformar em fonte de estabilidade cíclica e de acumulação. Assim, a transferência de parte da riqueza e da renda para o Estado e a sua redistribuição sistêmica integradora de um mecanismo reprodutivo favorável

aos capitais privados na esfera não financeira foi aceita, sem maiores questionamentos, até que esse padrão de acumulação começasse a dar os primeiros sinais de esgotamento (PINTO, 2005).

O Estado, embora tendo à sua disposição uma parcela significativa do valor socialmente produzido – na forma de impostos e contribuições que compõem o fundo público –, e mesmo exercendo um controle sobre os elementos do processo produtivo e reprodutivo, vai perdendo gradativamente a efetividade prática de sua ação. Isso acontece porque o Estado se depara, por um lado, com a contraditória demanda pela ampliação de sua regulação e, por outro, com a pressão exercida por meio da supercapitalização que se fortalece com a queda da taxa de lucros (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Para o capital, a intervenção estatal só tem sentido quando contribui para o aumento da taxa de lucros e atua como pressuposto do capital em geral. É somente nesses termos que se torna aceitável a realização de uma certa redistribuição horizontal e limitada na forma de salários indiretos, garantidos por meio das políticas sociais. Por sua vez, a demanda contraditória sobre o Estado expressa, na verdade, a contradição interna do capitalismo existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ora, entre tais condições é inegável que os “anos de ouro” do capital tornam mais explícitas as características do capitalismo monopolista. Durante esse período, o investimento se concentra, majoritariamente, nos setores de maior concorrência, à medida que a inversão nos setores monopolizados apresenta-se gradativamente mais difícil. As taxas de lucro nos setores monopolizados também tendem a ser mais altas e a taxa de acumulação se eleva, reforçando a tendência decrescente da taxa média de lucro (NETTO; BRAZ, 2006).

De acordo com Netto e Braz (2006), com a introdução de inovações tecnológicas, há ainda um aumento da tendência em se economizar trabalho vivo. Mesmo que em patamares reduzidos, a tendência ao subconsumo se mantém e tanto os preços das mercadorias quanto dos serviços produzidos pelos setores monopolizados tendem a crescer progressivamente. Já os custos de venda também sobem, uma vez que o sistema de distribuição tende à hipertrofia. E, por fim, a inflação se cronifica,

tornando-se um instrumento utilizado pelos monopólios para succionar recursos do conjunto da sociedade, garantindo, assim, o aumento dos preços das mercadorias produzidas.

Mas apesar da *onda longa de expansão econômica* vivenciada nesse período e da ampliação de alguns direitos sociais, o capitalismo não consegue apresentar respostas que pudessem realmente solucionar as contradições próprias desse modo de produção. Muito pelo contrário, consegue acentuar ainda mais a anarquia da produção e a concorrência entre os monopólios, entre os setores monopolizados e os não-monopolizados, aprofundando exponencialmente a contradição básica do modo de produção capitalista. Essa contradição básica – entre a socialização da produção e a apropriação privada do excedente – é agora ampliada em escala mundial (NETTO; BRAZ, 2006).

Por volta de meados da década de 1960 os “anos dourados” do capitalismo “regulado” começam a se exaurir (HOBBSAWN, 1997). A economia capitalista começa, então, a conviver com uma significativa inflexão da taxa geral de lucro e dos níveis de acumulação gerados por uma grave crise. Como resultado dos processos recessivos, a redução das taxas de investimento e crescimento também é acompanhada por resultados sociais bastante negativos, com o aumento do desemprego, sobretudo, nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Mecanismos de reestruturação são implementados pela burguesia monopolista com a finalidade de reverter as conquistas sociais alcançadas no Segundo pós-guerra.

As taxas de crescimento, a capacidade do Estado em desempenhar suas atribuições *mediadoras civilizadoras* cada vez mais amplas e a inserção das novas gerações no mercado de trabalho – limitado nesse período pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra – já não são as mesmas, contrariando as expectativas do pleno emprego, base fundamental do *Welfare State*. As dívidas públicas e privadas crescem assustadoramente. As elites político-econômicas começam “[...] a questionar e a responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado *mediador civilizador*, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se [incluem] as políticas sociais [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 103).

A intervenção estatal passa a ser vista como responsável pela queda no crescimento, à medida que provoca crise fiscal, desestimula o capital a investir, contribui para a criação de monopólios estatais, defende interesses de grupos econômicos empresariais e desestimula o trabalhador a trabalhar. O paradigma regulacionista é, assim, questionado, sendo necessária uma reestruturação do aparelho do Estado como condição primordial para a superação da crise (OLIVEIRA, 2005).

Até mesmo aqueles países com longa tradição de intervencionismo estatal são alvos de crítica e começam a adotar medidas liberalizantes como uma possível solução para aumentar o índice de crescimento e reduzir a taxa de inflação e o desemprego que, naquele momento, encontra-se em plena ascensão. Pouco a pouco vai se disseminando – tanto nos países do centro quanto naqueles da periferia – a idéia de que não existem alternativas para a retomada do crescimento econômico, a não ser resgatar o mercado como instância suprema das relações econômicas.

Entre os anos de 1971 a 1973, dois acontecimentos anunciam que a ilusão dos “anos dourados” está chegando ao fim. Em 1971 tem-se a ruptura unilateral, por parte dos Estados Unidos, do acordo de Bretton Woods, com a adoção de uma taxa de câmbio flexível para financiar sua dívida pública. Essa ruptura, estimulada pela explosão da dívida federal e do crescente déficit da balança de pagamentos³⁹, é reforçada pela emissão de dólares para financiamento da Guerra do Vietnã, gerando o esvaziamento das reservas norte-americanas. A partir de então, o mercado de câmbio e os ativos financeiros imbricam-se, dando início ao primeiro ciclo de mundialização financeira.

No ano de 1973, a Liga Árabe, em retaliação ao apoio Ocidental dado a Israel na Guerra do Yom Kippur, força a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP a reduzir o fornecimento de óleo cru ao Ocidente. Tal decisão provoca a elevação dos preços – culminando no primeiro choque do petróleo –, tornando-se um dos principais acontecimentos históricos que marcam a sociedade capitalista a partir da década de 1970. Em uma conjuntura que se encontra marcada pela

³⁹ As restrições impostas à política econômica norte-americana impediam a emissão de moedas para custear o crescente déficit e manter as reservas do país.

estagflação⁴⁰, o aumento excessivo do preço internacional do petróleo aprofunda ainda mais as pressões já existentes.

Subjacentes a esses acontecimentos não estão em jogo apenas a forte redução do ritmo de crescimento e a queda das taxas de lucro. Existem ainda fatores sociopolíticos de suma importância, como a pressão organizada dos trabalhadores que, naquele momento, é o mais decisivo. No curso da década de 1960 e nos primeiros anos de 1970, o peso do movimento sindical aumenta expressivamente nos países centrais, exigindo não apenas melhorias salariais, como também contestando a organização da produção taylorista-fordista. Além disso, as transformações culturais que têm raízes nos anos anteriores – expressas, sobretudo, pelo movimento da contracultura e pela revolução nos costumes – inserem outros sujeitos no cenário político. Surgem movimentos de categorias sociais específicas⁴¹ que detêm elementos anticapitalistas e que são, impropriamente, denominadas de “minorias” (NETTO; BRAZ, 2006).

Nesse momento, os países capitalistas além de vivenciar uma crise decorrente do excesso de fundos também apresentam uma redução dos investimentos nas áreas produtivas, o que caracteriza uma expressiva onda inflacionária. Porém, as estratégias adotadas para conter essa onda inflacionária desencadeiam, dentre outras implicações, uma crise mundial nos mercados imobiliários e profundas dificuldades nas instituições do setor financeiro.

É diante do contexto apresentado que entre os anos de 1974-1975 a ilusão dos “anos dourados” chega ao fim. Em um cenário inédito no pós-guerra, marcado por um período de recessão generalizada que compreende, ao mesmo tempo, todas as grandes potências imperialistas, a *onda longa expansiva* é substituída por uma *onda longa recessiva*. Desde então, “[...] e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 214).

⁴⁰ “[...] é o resultado do excesso de oferta monetária, de impostos e de regulamentação do mercado [...]” (SOARES, 2002, p. 14).

⁴¹ A explosão da juventude, em 1968 – que aglutinou jovens de todo o mundo –, foi outro sinal contundente de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital – onde, na verdade, nunca se concretizou realmente (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Rompe-se assim, com o período de crescimento econômico e com as taxas de lucro ascendentes, o que leva o capital monopolista a adotar um conjunto articulado de respostas que transforma substancialmente o cenário mundial. São empreendidas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais num ritmo extremamente acelerado, que repercutem sobre os Estados e o conjunto da sociedade (NETTO; BRAZ, 2006).

Tem início um novo ciclo de reprodução e acumulação do capital marcado, sobretudo, pelo predomínio da financeirização da economia e por profundas transformações no mundo do trabalho – como veremos no segundo capítulo desse estudo. Instaura-se, assim, a terceira fase do estágio imperialista – o capitalismo contemporâneo –, conforme será analisado na seção a seguir.

1.2.3 O capitalismo contemporâneo

Como anunciamos na seção anterior, os “anos de ouro” do capital começam a apresentar os primeiros sinais de esgotamento desde a metade da década de 1960, revelando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista. Tais inflexões vão marcar as últimas décadas do século XX, alterando as condições de vida e de trabalho do conjunto da sociedade e rompendo com o pacto keynesiano-fordista de pleno emprego e com o modelo social-democrata de políticas sociais.

Já nos primeiros anos da década seguinte tem-se um período marcado tanto por uma nova crise de superprodução – isso se observadas as tendências de longo prazo que tem como base a lei do valor –, quanto por uma contenção brusca dos rendimentos tecnológicos e uma crise do sistema imperialista. Os países imperialistas passam também por uma crise social e política, sobretudo, com a ascensão das lutas operárias – como é o caso da greve dos mineiros que atinge a Inglaterra no início dos anos de 1980. Tem-se, do mesmo modo, uma crise de credibilidade do capitalismo que coloca em xeque a sua capacidade de garantir o pleno emprego, o nível de vida e as liberdades democráticas (BEHRING, 2002).

É diante desse quadro que o capital monopolista se vê forçado a encontrar alternativas para enfrentar as incertezas e instabilidades provocadas pelo esgotamento da *onda longa expansiva*. Para reverter uma conjuntura amplamente desfavorável aos seus interesses, lança mão de estratégias políticas em âmbito mundial.

De acordo com Mandel (1990), o novo contexto socioeconômico, marcado, sobretudo, pela recessão de 1974-1975 joga por terra as crenças de que as crises do capital sempre estariam sob controle por meio do intervencionismo proposto por Keynes. Essa recessão, a “[...] primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial” (MANDEL, 1990, p. 9), assim como as suas conseqüentes implicações dão um giro profundo na dinâmica capitalista⁴². Chega ao fim o padrão de crescimento que por quase trinta anos deu sustentação ao “pacto de classes”, expresso no *Welfare State* (PRZEWORSKI, 1991).

Também cai por terra a proposta apresentada por Marshall (1967) de que é possível combinar acumulação, equidade e democracia política. Do mesmo modo, o avanço do processo de internacionalização do capital transforma-se em um limitador da eficácia das medidas anticíclicas adotadas pelos Estados nacionais.

Nesse momento, segundo Behring e Boschetti (2007), o agravamento do problema do desemprego⁴³ pela introdução de técnicas de capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra; o aumento dos preços de matérias-primas importantes; a redução significativa do volume do comércio mundial; e o razoável poder de barganha dos trabalhadores empregados – resultante do recente período de pleno emprego no capitalismo central – são os elementos que, do ponto de vista keynesiano estão na base da queda da demanda global. Já para os marxistas, esses elementos estão na base da erosão inexorável da taxa média de lucros vivenciada no início da década de 1970.

Ainda durante esse período, a inflação induzida, ao invés de estimular a demanda global, desencadeia a busca de outras formas de obtenção de lucro, agora pela via

⁴² Ganha visibilidade, nesse momento, a sutil perda de hegemonia econômica norte-americana. Mas essa perda de hegemonia – decorrente de um aumento da competitividade da parte do Japão e da Alemanha, como mencionamos no item anterior –, não significa a perda de sua influência militar e/ou política (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

⁴³ É claro que não nas mesmas proporções atuais.

da especulação financeira. Por outro lado, a expansão do crédito associada à inflação acelera cada vez mais os endividamentos públicos e privados. Ante as dificuldades de conter os efeitos da crise, que para Mandel (1990) depende da opção política e social dos governos, tem início a implementação de vários programas que fazem parte dos ajustes estruturais de natureza deflacionista.

Emerge a partir de então um novo padrão de crescimento que, operando por intermédio de *ondas longas recessivas*, destrói as bases de toda a articulação sociopolítica e agrava cada vez mais as contradições inerentes à lógica capitalista, de maneira especial, aquelas contradições que são colocadas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação (MANDEL, 1978).

É justamente na tentativa de responder a esse novo contexto socioeconômico que o capital monopolista começa a adotar, estrategicamente, um conjunto de reajustes e reconversões que deflagram novas tensões e novas colisões e constroem uma nova realidade em que surgem e se desenvolvem autênticas transformações sociais (NETTO, 1996).

O capitalismo passa a administrar essa crise – que é o ponto de inflexão para a entrada em um período de estagnação –, com a adoção de limitadas estratégias de reanimação monetária ainda sob orientação keynesiana, mesmo diante de discursos contrários a esse padrão de intervenção. O Estado, mais uma vez, atua “[...] como uma almofada amortecedora anticrise [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 116). Contudo, há uma dificuldade crescente do capitalismo de resistir ao dilema existente entre recessão profunda ou inflação acentuada (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Justifica-se, com isso, o ataque frontal do discurso neoliberal às políticas sociais. Dentre outros argumentos, os defensores do neoliberalismo⁴⁴ criticam o excesso de

⁴⁴ Filgueiras (2005) utiliza conceituações diferenciadas para designar os termos: neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico. Para o autor, o termo neoliberalismo deve ser utilizado para referir-se à doutrina político-econômica mais geral. O neoliberalismo, por meio de uma atualização regressiva do liberalismo, formulada por Hayek e Friedman, dentre outros, faz uma crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo. Já o termo projeto neoliberal designa “[...] à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou em um programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia, e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o ‘modelo econômico neoliberal periférico’ é resultado da forma como o ‘projeto neoliberal’ se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o ‘neoliberalismo’ é

paternalismo do *Welfare State*. Para eles, quando a regulação estatal atende alguns interesses do trabalho, intervindo de alguma forma nas demais ações reguladoras em favor do capital, proliferam-se as reclamações por parte do empresariado. Com a ampliação das demandas sobre o orçamento público e com a redução dos recursos se instaura uma crise fiscal que acirra ainda mais as disputas em torno da destinação dos recursos públicos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O primeiro alvo do ataque capitalista é o movimento sindical, um dos sustentáculos do sistema de regulação social presente nos diversos tipos de *Welfare State*. De acordo com os defensores do capital, as conquistas do movimento sindical aumentam os gastos públicos com as garantias sociais e o atendimento de suas demandas salariais reduz as taxas de lucro (NETTO; BRAZ, 2006).

Ao final da década de 1970 esse ataque se realiza por meio da adoção de medidas legais restritivas, que reduzem cada vez mais o poder de intervenção do movimento sindical. Já na década seguinte, são adotadas medidas extremamente repressivas, como as ações implementadas pelos governos Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos, que serão mencionados a seguir (NETTO; BRAZ, 2006).

Fazendo parte desse conjunto de estratégias e movimentos que se processam em torno da acumulação de capital, os princípios neoliberais, fundamentados nas idéias de Friedrich Hayek (1990), atribuem a origem da crise ao poder exacerbado e maléfico dos sindicatos e, de um modo geral, do movimento operário. Para esse autor, as pressões exercidas pelo movimento operário na reivindicação de maiores salários e a ampliação dos gastos sociais por parte do Estado, destroem as bases de acumulação capitalista, desencadeando processos inflacionários.

A conjugação desses dois processos reduz os índices de lucros das empresas e estimula processos inflacionários que implicam em uma crise geral das economias de mercado. Para reverter tal situação, os neoliberais defendem a manutenção de um Estado forte capaz de desarticular os sindicatos, promover a estabilidade

uma doutrina geral, mas o 'projeto neoliberal' e o 'modelo econômico' a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores" (FILGUEIRAS, 2005, p. 1).

monetária. Entretanto, esse mesmo Estado deve reduzir os gastos sociais e as intervenções na economia (HAYEK, 1990).

Segundo os neoliberais, é vital a adoção de um projeto orçamentário que privilegie a redução dos gastos com o bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego e reformas fiscais, visando estimular os agentes econômicos. A adoção dessas medidas representa a redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas, dinamizando assim, as economias avançadas que, naquele momento, se encontram em um período de estagflação. A retomada do crescimento seria possível a partir da estabilidade monetária e do restabelecimento dos incentivos essenciais (ANDERSON, 1995).

Os defensores do neoliberalismo são unânimes em afirmar que o déficit estatal é extremamente negativo para a economia, à medida que absorve a poupança nacional e reduz as taxas de investimento. Para reverter tal quadro, propõem a redução do déficit para aumentar o investimento privado. Também vêem como negativa a intervenção do Estado na regulação das relações de trabalho, uma vez que essa intervenção impede o crescimento da economia e a geração de empregos. A proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é vista pelos neoliberais como maléfica para o desenvolvimento econômico, porque além de aumentar o consumo também reduz consideravelmente a poupança da população (NAVARRO, 1998).

Baseados em tais argumentos, os neoliberais defendem que o livre movimento de capitais garante uma maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais. Por isso, o Estado não deve interferir nem na regulação do comércio exterior e muito menos na regulação dos mercados financeiros (NAVARRO, 1998). Defendem ainda a implantação um conjunto de medidas, cujo objetivo principal é suprimir as barreiras que impedem a integração dos mercados nacionais aos mercados mundiais, intensificando assim, o caráter mundial do setor financeiro. Com isso, há uma mudança gradual que propicia a entrada dos investidores estrangeiros nos mercados que não estão totalmente integrados ao mercado mundial.

Contra-pondo-se a esses aforismos, Anderson (1995) e Chesnais (1996) são unânimes em afirmar que a crise fiscal do Estado de Bem-Estar não é induzida

somente e nem principalmente pelas pressões exercidas pelos trabalhadores por maior proteção social. Para esses autores, esse foi um argumento utilizado pelos neoliberais para defender o corte dos gastos sociais. Dissimulam-se, dessa forma, as verdadeiras intenções de redução do custo do trabalho e impõem-se derrotas aos setores mais organizados do conjunto dos trabalhadores. Fica claro a recondução do fundo público para as demandas apresentadas pelo empresariado, associada à diminuição da receita provocada pelo momento depressivo e à queda da taxaço sobre o capital, que alimentam a crise fiscal.

Ao contrário do que supunha os seus defensores, a hegemonia do modelo neoliberal não se concretiza imediatamente. Sua consolidação leva, aproximadamente, uma década – os anos de 1970, quando grande parte dos governos da OCDE ainda apresenta como solução às crises econômicas, as propostas keynesianas (ANDERSON, 1995).

É somente com a ascensão ao poder de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980, de Helmut Kohl, na Alemanha, em 1982, e de Poul Schlutter, na Dinamarca, em 1983, que se tem o restabelecimento da hegemonia do mercado. No entanto, o neoliberalismo não fica restrito somente a esses países. Praticamente quase todos os governos eleitos na Europa Ocidental, ao longo dos anos de 1980, desenvolvem seus programas de acordo com os princípios defendidos pelo ideário neoliberal.

A Inglaterra – primeiro país de capitalismo avançado a implementar, de forma mais “pura”, os princípios neoliberais – começa a adotar medidas que visam reduzir a emissão monetária, elevar as taxas de juros, reduzir os impostos sobre os rendimentos mais altos, eliminar o controle sobre os fluxos financeiros, criar níveis de desemprego em massa, enfraquecer os movimentos grevistas, aprovar legislações anti-sindicais, realizar cortes nos gastos sociais e instituir um amplo programa de privatização (ANDERSON, 1995).

Já os Estados Unidos – país que não desenvolveu plenamente um *Welfare State* –, passa a priorizar a competição militar com a União Soviética e a reindustrialização da América. Também reduzem impostos – beneficiando os mais ricos –, elevam as

taxas de juros, enfraquecem a única greve de trabalhadores na gestão de Reagan e contraem déficit público ao entrar na corrida armamentista.

Para Chesnais (1999), as eleições de Thatcher e de Reagan representam o início de uma ofensiva política e social conservadora com a finalidade de destruir as instituições e as relações sociais que "engessaram o capital" a partir do primeiro governo Roosevelt, nos Estados Unidos e da vitória sobre o nazismo. No campo financeiro, essa ofensiva foi imediata e desencadeou resultados expressivos, à medida que a liberalização e a desregulamentação contribuíram para o crescimento acelerado dos ativos financeiros, que desde 1980 apresentam uma expansão muito mais rápida do que a do investimento.

Mas, diferentemente da Inglaterra e dos Estados Unidos, a Alemanha e a Dinamarca adotam políticas neoliberais que priorizam muito mais a disciplina orçamentária e as reformas fiscais do que os cortes nos gastos sociais ou o enfraquecimento do movimento sindical. Os países do sul da Europa, em contrapartida, elegem governos de esquerda, como por exemplo, François Mitterrand, na França, Felipe González, na Espanha, Mário Soares, em Portugal, Bettino Craxi, na Itália e George Papandreu, na Grécia. Tais governos mantêm uma política de deflação e de redistribuição, de pleno emprego e de proteção social, apresentando-se “[...] como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa” (ANDERSON, 1995, p. 13).

Todavia, o projeto da esquerda não obteve êxito e entre os anos de 1982 e 1983 esses governos começam a adotar políticas bem próximas ao neoliberalismo, como as medidas de estabilidade monetária, de contenção orçamentária, de ajuste fiscal e de abandono do pleno emprego. De acordo com Anderson (1995), ao final dos anos de 1980, as políticas neoliberais são adotadas não somente pela social-democracia europeia – com exceção da Áustria e da Suécia – como também, e de forma mais incisiva, pelos países que compõem o Leste Europeu.

Desde então, a expansão do neoliberalismo acarreta um processo de regressão da social-democracia que começa a atuar em consonância com o ideário neoliberal. Além de definir os princípios, a agenda neoliberal também passa a determinar os

programas a serem implementados tanto nos países centrais quanto nos países periféricos.

Após a década de 1980, o neoliberalismo assume a condição de pensamento único, conquistando a sua hegemonia. Para além de um conjunto de políticas econômicas, o pensamento neoliberal, por meio da “[...] simples idéia de que não existem alternativas aos seus princípios” (ANDERSON, 1995, p. 23), ganha *status* de “visão social de mundo”.

Se ao longo dos “anos de ouro” o capital permitiu que algumas reformas democráticas fossem realizadas – o que inclui os direitos sociais, viabilizados por meio das políticas sociais –, a fase contemporânea tem um cariz contra-reformista, desestruturando as conquistas alcançadas no período anterior, principalmente, os direitos sociais. Esses processos, imbricados e interdependentes no interior da totalidade concreta que é a sociedade burguesa contemporânea, dão forma a reação burguesa em face da crise global do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A idéia de crise global aqui adotada está relacionada ao conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais que incidem no processo de reprodução social, quer no sentido de agregar potencialmente elementos que ameaçam a reprodução, quer no sentido de catalisar mudanças que permitam a reestruturação da produção. Sob o ponto de vista histórico, essa concepção aponta para o fato de que, em um determinado período de crise, os antigos padrões estão em fase de esgotamento, mas o novo padrão ainda não se põe (MOTA, 2005).

Plasmado em uma proposta que se posiciona em um sentido diametralmente contrário à alternativa socialista, a burguesia, para conter a crise do capital, adota um receituário – a reestruturação econômica e o reordenamento sociopolítico – que se materializa por meio da articulação orgânica entre a reformulação das estratégias empresariais e dos países no interior do mercado mundial.

A partir da conjugação desses três vetores – mais conhecidos na literatura dominante como globalização⁴⁵, reestruturação produtiva e neoliberalismo –, é

⁴⁵ Ao investigar o conceito de “globalização” à luz da teoria marxista, Chesnais (1995; 1996) identifica que o termo incorpora uma forte dimensão ideológica ao difundir a idéia de adaptação. Segundo esse autor, a utilização dessa terminologia dá a entender a existência de uma possibilidade de reversão do

implementado em âmbito mundial um conjunto de ações que prioriza a privatização, a retração estatal, o desmantelamento dos direitos sociais e a adoção de políticas fiscais e monetárias em consonância com as determinações dos organismos internacionais. Essas ações acarretam ainda uma maior fragmentação no interior do movimento proletário, uma precarização e terceirização da força de trabalho e a eliminação do sindicalismo de classe, transformando-o em um sindicalismo de “parceria”.

Essa reação burguesa é marcada pela implementação de políticas que já não têm a intenção de sustentar a demanda, mas apenas de restabelecer as taxas de lucro. Tais políticas atingem apenas alguns de seus objetivos nos principais países capitalistas centrais, conseguindo alcançar uma pequena ascensão das taxas de crescimento. No entanto, esse resultado não se mantém e na primeira metade dos anos de 1990 – como veremos mais adiante – abre-se um novo período recessivo marcado pela desconexão sem precedentes entre o aumento da taxa de lucro e uma medíocre taxa de crescimento (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A aplicação da ideologia neoliberal vai justamente legitimar o projeto do capital monopolista, cujo objetivo é romper com as restrições sociais e políticas que limitam a sua liberdade de movimento. Segundo Dias (1997), o enfrentamento de suas crises é essencialmente vital para o capital e para os capitalistas reconfigurarem não apenas sua estruturação “econômica”, mas, principalmente, reconstruir constantemente a relação existente entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhes confere coerência e sustentação. Desse modo, o contexto atual de subsunção real do trabalho ao capital exige uma alteração das regras da sociabilidade capitalista, com o objetivo de reverter a tendência decrescente da taxa de lucro.

Embora adote diferentes estratégias contra as dimensões democráticas da intervenção estatal na economia, os mandatários do grande capital têm plena

processo global, cuja principal resultante é a liberalização das forças do capital e do poder regulacionista do Estado. Sob o ponto de vista da globalização, a liberalização e a desregulamentação da economia são vistos como processos naturais. Contrapondo-se radicalmente a falta de nitidez conceitual e ao teor ideológico e pouco crítico contido no significado desse termo, o autor propõe o emprego da expressão “mundialização do capital”. É por isso que no escopo desse trabalho utilizamos o termo empregado por Chesnais (1995).

convicção de que a economia capitalista não pode funcionar sem a devida intervenção do Estado. E é por isso mesmo que continuam demandando tal intervenção

[...] na proteção dos seus mercados consumidores [...]; na garantia de acesso privilegiado (via contratos públicos em setores estratégicos de alta tecnologia [...]); na obtenção de incentivos fiscais [...]; no apoio e assistência regulatória (comercial, diplomática, política e cobertura militar); e no apoio [...] para condicionar os países hospedeiros ou consumidores (DREIFUSS, 1996, p. 226-227).

Fica claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é diminuir o Estado, mas reduzir suas funções coesivas, em especial àquelas que atendem à satisfação dos direitos sociais. Ao “[...] proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Para Przeworski (1991), a defesa desse Estado faz parte de um projeto histórico defendido pela direita, que tem como finalidade libertar a acumulação capitalista de todas as amarras impostas pela democracia. É por isso mesmo que tem se desenvolvido uma cultura política anti-Estado, cujos efeitos incidem diretamente sobre as relações entre Estado e sociedade civil⁴⁶.

Esse conjunto de transformações societárias, processado durante as últimas décadas do século passado, parecia representar uma série inequívoca de vitórias do capital. No campo político, as medidas de ajuste e de desregulamentação e de privatização foram avalizadas por mecanismos eleitorais dotados de legitimidade. Na esfera ídeo-cultural os ganhos também não foram desprezíveis, contribuindo, inclusive, para conter e reverter os avanços sociais conquistados anteriormente e, até mesmo, a proposta socialista (NETTO, 1996).

Apesar disso, tais modificações não foram capazes de solucionar a crise do capital, muito menos, alterar os níveis de recessão e de baixo crescimento econômico. As medidas adotadas apresentaram efeitos perversos para as condições de vida dos trabalhadores, provocando um aumento do desemprego, a destruição de postos de

⁴⁶ Apresentaremos alguns detalhes dessa relação quando discutirmos a realidade brasileira.

trabalho não-qualificados, a redução dos salários em decorrência do aumento da oferta de mão-de-obra e a redução de gastos com as políticas sociais.

Desde a década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1976-1979, a retomada do crescimento não alcança nem de longe os índices alcançados anteriormente. Os níveis de produção industriais se mantêm em um patamar muito aquém daqueles atingidos no período anterior e não há reversão do quadro de desemprego gerado com a recessão. Muito pelo contrário, “[...] a partir daí, o desemprego passa a ser crescente, numa dinâmica na qual em cada recessão ele aumenta, sem ser revertido na retomada, considerando pequenos ciclos dentro da onda longa depressiva [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 117). Para Mandel (1990), o aspecto axial desse período é que os momentos de retomada são marcados por uma redução expressiva dos fatores de crescimento.

Ainda em 1979, o Oriente Médio esteve, mais uma vez, no centro de um novo ciclo de desestabilização econômica. A ascensão ao poder dos fundamentalistas islâmicos provoca uma nova explosão dos preços, o que vai gerar o segundo choque do petróleo. Naquele momento, o elevado crescimento dos custos da principal fonte energética é outro elemento que se coloca como complicador para a continuidade do crescimento da economia internacional.

As decisões tomadas com o choque do petróleo alteram as despesas relativas aos insumos de energia de forma drástica, conduzindo todos os setores da economia a encontrar alternativas para reduzir o consumo de energia, por meio de transformações tecnológicas e organizacionais. Tais medidas implicam na reciclagem dos petrodólares⁴⁷ excedentes, cujos reflexos intensificam a já expressiva instabilidade dos mercados financeiros mundiais (HARVEY, 2003).

⁴⁷ “Nome dado às divisas (geralmente em dólar) provenientes da exportação de petróleo. O termo difundiu-se em 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – entidade sob controle árabe – elevou de 3 para 12 dólares o preço do barril de óleo cru, ocasionando um enorme afluxo de divisas para os Estados exportadores. Mas vários milhões desses petrodólares não encontraram aplicação dentro das limitadas estruturas econômicas de alguns países membros da OPEP e retornaram ao Ocidente, injetados nos bancos e grandes financeiras com sede nos países mais industrializados. Foi a origem da grande liquidez do mercado financeiro internacional, que durou até o fim da década de 1970” (SANDRONI, 2001, p. 457).

Por volta de 1980-1982, com o recuo das taxas de lucro e de crescimento ainda mais nítido e sincronizado entre os países, tem-se, nos Estados Unidos, a deflagração de uma nova crise. Nesse momento, as saídas monetaristas adotadas apontam para o prolongamento do quadro recessivo, sendo que as alternativas, mesmo moderadas, de matriz keynesiana, esbarram-se na crise fiscal do Estado e nos riscos da inflação desenfreada (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Respaldo em Hobsbawn (1989), Netto (1995) assegura que a solução para essa crise global somente se dará com a adoção de respostas positivas⁴⁸ no enfrentamento de seus efeitos deletérios. Caso contrário, instaurar-se-á, ou melhor, já vem se instaurando, um ciclo regressivo que aponta para a barbarização total da vida social. Pois bem, é este o caminho inelutável que tem assumido a proposta neoliberal que, nos países de capitalismo central, tem provocado o surgimento da denominada “nova pobreza”, e nos países periféricos, o aprofundamento da precariedade e da miséria.

Nos países latino-americanos, por exemplo, a introdução das políticas econômicas neoliberais parte do princípio de que as reformas adotadas podem corrigir as “[...] distorções dos mercados provocadas por políticas protecionistas e regulamentações que [beneficiam], essencialmente, os industriais e as classes média e alta” (CEPAL, 2003, p. 30). Os estudos apresentados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL apontam que o principal argumento para justificar a introdução das políticas neoliberais – como a abertura dos mercados –, é que tais políticas trazem maior eficiência econômica e, dessa forma, favorecem

a criação de comércio e a elevação do emprego dos indivíduos ligados às atividades agrícolas, extrativismo e recursos minerais, que são atividades normalmente arroladas como aquelas em que os países em desenvolvimento têm maior vantagem comparativa. Como consequência, haveria criação de emprego e redução da desigualdade e da pobreza nos países em desenvolvimento que promovessem tais políticas (CEPAL, 2003, p. 30).

⁴⁸ Para um maior aprofundamento dessa análise sugerimos a leitura de Netto (1995).

Entretanto, a adoção dessas políticas – mediadas pelas propostas do Consenso de Washington⁴⁹ – não consegue reduzir os índices de desemprego e a desigualdade de renda existente nesses países⁵⁰. Contrariamente aos argumentos apresentados, os estudos da CEPAL comprovam – tendo como base dados empíricos – que a aplicação das políticas neoliberais, nos países latino-americanos, aprofundou ainda mais as desigualdades já existentes. Esses estudos apontam ainda um aumento maciço do desemprego, especialmente, entre aqueles trabalhadores com menor nível de escolaridade. Tem-se também um crescimento expressivo da informalidade com uma maior degradação das condições de trabalho resultante dos processos de terceirização, de subcontratação e de modernização (CEPAL, 2003).

Não é preciso uma análise tão minuciosa para concluir que, a despeito da existência de períodos de recessão e recuperação, a década de 1980 só pode ser pensada a partir do desenvolvimento progressivo de uma crise que se inicia nos idos de 1970 e que se estende até os dias atuais. A reprodução da conjuntura vivenciada durante os primeiros anos de 1970 foi responsável pela deflagração de uma nova crise recessiva nos primeiros anos de 1980. Parece-nos inconteste que essa crise resulta, na verdade, de uma onda inflacionária e da expansão do mercado financeiro especulativo em detrimento das aplicações produtivas.

Resume-se, portanto, em uma crise do capital que tem como principal determinação o vetor econômico, expresso em um “[...] movimento convergente em que a crise de superprodução é administrada mediante expansão do crédito para financiar tanto os

⁴⁹ Fundamentadas em propostas de políticas macroeconômicas e de reformas estruturais, o Consenso de Washington precisa ser pensado como um dos mecanismos utilizados pela burguesia internacional para imprimir uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise da década de 1980, sobretudo, com relação às reformas a serem realizadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional. Todavia, a emergência desse sistema econômico mundial implica, do mesmo modo, na formação de uma cultura-mundo que subsume, geralmente, as profundas desigualdades entre as mais variadas formações sociais, assumindo, dessa forma, a função de uma ideologia que dissolve as contradições e funda uma concepção desterritorializada das relações sociais (MOTA, 2005). As conclusões e recomendações propostas pelo Consenso de Washington, após uma avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina, concentram-se em dez áreas específicas: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual. Essas propostas defendem a redução do tamanho do Estado e a abertura da economia, sendo de responsabilidade de cada país orientar sua política econômica em função da soberania do mercado autoregulável nas suas relações econômicas internas e externas (TEIXEIRA, 1996).

⁵⁰ Laurell (2002) apresenta um estudo mais detalhado da relação entre a implementação de políticas neoliberais e o agravamento da situação social, em especial, nos países latino-americanos.

déficits dos países hegemônicos como a integração funcional dos países periféricos ao processo de internacionalização do capital” (MOTA, 2005, p. 55).

Ora, é inegável que a reestruturação da produção e dos mercados são dois movimentos que, sincronizados, estão na base das iniciativas superadoras dessa crise econômica do capital. Mas os ajustes realizados não são suficientes nem para superar a crise e muito menos para conter seus efeitos deletérios. Isso porque, como bem nos diz Mota (2005), ainda existem pontos de estrangulamento, como por exemplo, a redução dos investimentos produtivos, o desemprego crescente e a elevação das dívidas dos países periféricos.

É por isso que ao analisar os resultados da aplicação do neoliberalismo, Vizentini (1998) identifica que seus objetivos-meio foram, incontestavelmente, alcançados. A aplicação dos pressupostos neoliberais permitiu a redução dos impostos e a queda expressiva da inflação e das regulamentações financeiras e comerciais. O movimento sindical sofreu um significativo retrocesso, o desemprego tornou-se estrutural, a maioria das empresas públicas foi privatizada e os gastos sociais foram acentuadamente reduzidos. Entretanto, os objetivos-fim não apresentaram os resultados esperados, isto é, o restabelecimento de um crescimento estável a taxas elevadas e a eliminação dos *déficits* estatais dos países mais importantes não se efetivaram.

É consenso entre os pensadores marxistas contemporâneos que o capital, ao longo dos anos de 1980 e 1990, se lança em uma reação implacável à queda das taxas de lucro retomando, inclusive, certos níveis de rentabilidade por parte das empresas transnacionais e, em especial, pelo capital financeiro. No entanto, as taxas de crescimento, em âmbito mundial, se mantiveram muito aquém dos índices esperados. Isso significa que apesar da euforia neoliberal não houve a retomada de uma nova *onda expansiva* (BEHRING, 2003).

Outro aspecto da reação implacável à queda das taxas de lucro é o processo que Chesnais (1995; 1999) denomina de mundialização do capital. Trata-se de um reordenamento – no âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais – das estratégias adotadas pelo empresariado e pelos diferentes países. Esse reordenamento implica em uma redivisão social e internacional do trabalho,

associada ao processo de financeirização, ou melhor, de hipertrofia das operações financeiras. Como se vê esse processo não se restringe apenas a uma discussão “econômica”, mas refere-se às diferentes formas de dominação social que são iminentes a uma determinada conjuntura histórica.

Chesnais (1999), em uma perspectiva diferente de outros autores, não considera que o marco inicial dessa fase de mundialização tenha sido a queda do muro de Berlim em 1989⁵¹, muito menos a derrocada do regime socialista soviético no ano de 1991. Mas de acordo com as análises do autor essa fase tem início no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. É exatamente nesse momento que as forças políticas mais anti-sociais dos países que fazem parte da OCDE, a exemplo dos governos de Thatcher, Reagan e Kohl, se empenham no processo de liberalização, desregulamentação e privatização⁵².

Ao invés de significar o fim do Estado-nação, como é amplamente difundido, o que a mundialização realmente faz é acentuar cada vez mais a hierarquia existente entre os países, sendo que nessa hierarquia os Estados Unidos se encontram em uma condição confortável sob o ponto de vista militar e, principalmente, na esfera estrita das finanças (CHESNAIS, 1997).

Tal posição permite aos Estados Unidos impor – com o apoio de outros países –, via agências multilaterais, como por exemplo, o Banco Mundial e o FMI, ajustes estruturais privatizantes e desregulamentadores nos países mais fracos. Assim, “[...] as formas atuais de ‘adesão’ exigem dos governos uma aplicação cada vez mais estrita não só de uma abordagem comum à liberalização e à desregulamentação, mas também de regras únicas relativas à política monetária e fiscal e à relação salarial” (CHESNAIS, 1997, p. 27).

Desde 1979 várias medidas são adotadas no sentido de liberalizar os sistemas financeiros nacionais. Essas medidas começam a fazer parte “[...] de um amplo movimento de desregulamentação monetária e financeira – que ainda não se

⁵¹ A queda do muro de Berlim representou o término da Guerra Fria, intensificando o processo de mundialização e as tendências à regionalização e à fragmentação. Por meio da remoção dos limites intrínsecos à soberania dos Estados-nação, a fluidez tornou-se essencial para o desempenho do capital financeiro e das empresas transnacionais em âmbito mundial.

⁵² O rompimento unilateral do sistema de *Bretton Woods* pelos Estados Unidos foi um marco estratégico no trânsito para a contra-revolução conservadora.

encerrou –, cuja primeira conseqüência, no início da década de 1980, consistiu na rápida expansão dos mercados de bônus interligados internacionalmente [...]” (CHESNAIS, 1998, p. 25). A abertura externa e interna dos sistemas nacionais, que anteriormente eram fechados e compartimentados, propicia o surgimento de um espaço financeiro mundial.

Tal proposição deixa claro que a mundialização do capital é marcada, e isso não é por acaso, pela hegemonia mundial do capitalismo e do pensamento único, pelo constante crescimento da financeirização, pela atuação das agências multilaterais na preservação da confiabilidade do sistema financeiro mundial, sob o domínio dos Estados Unidos. É marcada também pela centralização do capital, a partir da constituição dos grandes oligopólios mundiais, pela imposição de ajustes estruturais – visando alcançar uma política monetária capaz de atrair investimentos financeiros internacionais – e pela reconcentração da renda mundial (CHESNAIS, 1999).

O efeito disso é que a relação entre as esferas produtiva e financeira – elemento central do processo de mundialização do capital – manifesta-se agora sob uma nova roupagem. As corporações industriais ampliam suas operações financeiras, dispensando a atuação de possíveis intermediários. É, portanto,

[...] sobre os grupos industriais que repousa a atividade de valorização do capital na indústria, os serviços, o setor energético e a grande agricultura, da qual depende tanto a existência material das sociedades nas quais camponeses e artesãos foram quase que totalmente destruídos, quanto a extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros (CHESNAIS, 2001, p. 20)

Segundo Chesnais (1996), ainda que os capitais financeiros tenham nascido e continuem nascendo a partir da esfera produtiva, a esfera estrita das finanças, por si só, nada cria. A esfera financeira nada mais é do que o *lócus* onde se processam diferentes estratégias para extrair parte da renda, numa disputa em que sempre alguém ganha e sempre alguém perde. Hoje, existe um enorme complexo e emaranhado volume de transações que dão forma a sistemas de operação de créditos e débitos e envolvem bancos, fundos de pensão, fundos mútuos e organizações especializadas. Tais operações possuem certo grau de autonomia em relação à esfera produtiva, envolvendo ativos maiores do que a soma dos PIB's – Produto Interno Bruto – dos países da OCDE.

Entre os anos de 1982 e 1994, por exemplo, a dívida pública foi o principal ingrediente da primeira fase de liberalização e de desregulamentação dos mercados financeiros. O poder das finanças, construído a partir do endividamento dos governos – com investimentos financeiros dos títulos emitidos pelo Tesouro –, dá origem ao fenômeno que comumente é chamado de “indústria da crise”. A dívida pública transforma-se em um mecanismo que vai viabilizar a criação de crédito. Já os serviços da dívida transformam-se no maior canal de transferência de receitas em benefício dos rentistas. Influenciado pelas altas taxas de juros, muito acima da inflação e do crescimento do PIB, o endividamento dos governos cresce assustadoramente (IAMAMOTO, 2007).

Ao longo de 1994 tem início a segunda etapa desse processo de liberalização e desregulamentação. A partir daí, com a compra de ações de corporações industriais por parte das instituições financeiras – que apostam na lucratividade futura dessas empresas –, os mercados das bolsas de valores passam a ocupar o cenário econômico. Com isso, começam a impor as normas de rentabilidade, as exigências relativas à produtividade e à intensificação do trabalho, os baixos salários, as mudanças organizacionais nas estruturas produtivas, a flexibilidade das formas de remuneração, dentre outros. As implicações dessa nova dinâmica recaem, principalmente, sobre o desemprego estrutural e o conseqüente retrocesso do movimento sindical, cuja desarticulação integra uma estratégia política ultraliberal como condição necessária para tornar viável a redução dos salários e estimular a competitividade entre os trabalhadores (IAMAMOTO, 2007).

Em uma imbricação simultânea com o cenário apresentado tem-se, em decorrência da superacumulação e da queda das taxas de lucros, um crescimento brutal de uma “[...] *massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente*, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais valia global – trata-se, como se vê, de uma sucção *parasitária*” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 231-232). Essa fase,

[...] com todas as suas características, distingue-se de outras épocas da história do capitalismo pelo domínio do *capital especulativo parasitário* [...] em escala mundial, sobre o *capital produtivo*. Nessa fase, o *capital industrial* converte-se em *capital especulativo* e sua lógica fica totalmente *subordinada* à especulação e *dominada* pelo parasitismo. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define esta nova etapa [...] (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 265, grifos dos autores).

A avidez desse tipo de capitalismo e a limitada expansão do capital substantivo – que reúne o capital produtivo e o capital comercial –, face às restrições no processo de remuneração, se constituem em elementos que fundamentam a contradição principal presente nessa nova etapa, ou seja, a contradição existente entre a produção e a apropriação do excedente econômico (CARCANHOLO; NAKATANI, s.d.).

Cada vez mais, o capital especulativo se apropria de um excedente, cuja produção em nada contribuiu. Ao mesmo tempo, o capital substantivo se encontra limitado em sua expansão, sendo que a expressão mais evidente dessa limitação é o desemprego de um expressivo contingente de assalariados. Tem-se nitidamente a transferência de novos capitais das esferas produtivas para as esferas da especulação (CARCANHOLO; NAKATANI, s.d.).

Ora, a característica básica dessa fase capitalista contemporânea é o domínio do *capital especulativo parasitário*⁵³ sobre o capital substantivo, no âmbito mundial do capitalismo. Mas essa dominação é impensável sem a devida intervenção política e sem o apoio efetivo das instâncias políticas dos Estados nacionais, na esteira dos tratados internacionais, como por exemplo, o Consenso de Washington, o Tratado de Marrakech – que instituiu a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo do Livre Comércio Americano (ALCA) –, e o Tratado de Maastricht, que estabeleceu a “unificação” europeia. Consubstancia-se, assim, o aparato jurídico-político imprescindível para a liberalização e privatização – pelos agentes financeiros – no conjunto dos países da União Europeia. O capital amplia-se de tal forma que o espaço mundial transforma-se no próprio espaço do capital (IAMAMOTO, 2007).

É também aqui, no marco do processo de financeirização, que se tornam compreensíveis tanto as questões relativas à dívida externa, que atinge diversos países periféricos, como as propostas de “ajuste” de suas economias, com a adoção

⁵³ “O *capital especulativo parasitário* resultaria da conversão da forma autonomizada do *capital a juros* ou *capital portador de juros*, ou mais precisamente do *capital fictício*, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do *capital industrial*. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar inclusive as empresas ou corporações dedicadas especialmente a funções produtivas e, assim, o que constituía *capital industrial* converte-se em *capital especulativo*. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o *capital especulativo parasitário* como pólo dominante” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 265, grifos dos autores).

de “reformas” recomendadas e monitoradas por organismos internacionais – em especial pelo FMI – que representam os interesses das oligarquias das finanças (NETTO; BRAZ, 2006).

Mesmo tendo origens em períodos anteriores, o endividamento externo dos países periféricos e dependentes ganha a proporção que tem hoje a partir de meados da década de 1970. Vultosos capitais dos países centrais e que se tornam excessivos devido à superacumulação e à redução das taxas de lucro, são colocados, a juros variáveis – determinados pelos credores –, ao alcance daqueles países que necessitam contrair empréstimos. Diante disso, os países credores condicionam amplamente os empréstimos, de forma a obrigar os tomadores a realizar compras e, até mesmo, investimentos de acordo com os seus interesses (NETTO; BRAZ, 2006).

Temos como resultado uma oscilação da taxa de juros que, geralmente, é favorável aos próprios credores. A dívida dos países devedores cresce, normalmente, de forma exorbitante e aos credores o que realmente interessa é o pagamento dos juros, uma vez que o seu total acumulado ultrapassa em muito o valor principal da dívida. De tão expressivos, o pagamento desses juros, na maioria das vezes, resulta na realização de novos empréstimos para saudá-los, como é o caso típico dos países latino-americanos (NETTO; BRAZ, 2006).

Essa nova dinâmica traz consigo profundas implicações, principalmente, para os países periféricos, em decorrência de suas particularidades econômicas, sociais e culturais, bem como sua inserção subordinada na economia mundial. As análises de Carcanholo e Nakatani (1999) nos mostram ainda que enquanto as crises funcionam como um mecanismo moderador do volume ascendente do capital especulativo parasitário com relação à esfera produtiva, a miséria de uma parcela considerável da população superexplorada atua como um mecanismo de financiamento de parte crescente do lucro especulativo. Dessa forma, as crises contribuem para conter o crescimento excessivo desse capital, eliminando uma parte dele, mas, por outro lado, aceleram ainda mais o crescimento da miséria.

A partir do panorama apresentado, podemos afirmar que o atual contexto capitalista “[...] é muito diferente daquele que despontava na segunda metade do século XX – se cronologicamente, dele nos separam pouco mais de três décadas, do ponto de

vista societário a impressão que se tem é a de que experimentamos um ‘mundo novo’” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 235).

As incidências inclusivas dessas modificações constituem novas formas de domínio que pressupõem a socialização tanto de valores políticos, sociais e éticos, quanto a instituição de modelos de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança que ocorrem no âmbito da produção e da reprodução social. Agora, a direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe – com o objetivo de empreender mudanças –, transformam-se nos atuais alicerces da ação das classes dominantes (MOTA; AMARAL, 2006).

A esse processo, vincula-se ainda, uma mudança radical nas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil, sintetizada na “reforma do Estado” e em consonância com as orientações das políticas de ajustes impostas pelos organismos internacionais às economias periféricas. Tem-se com isso, o aprofundamento das múltiplas expressões da questão social como um dos reflexos mais significativos da adoção dessas políticas de concentração de capital, renda e poder. Há uma precarização das condições de vida de segmentos majoritários da população, que se agrava com a retração do Estado em suas responsabilidades sociais (IAMAMOTO, 2003).

É claro que essas transformações societárias atingem todo o conjunto da vida social, incidindo, inclusive, sobre a operacionalização das políticas sociais. Os reflexos desse processo sobre a configuração da questão social ganham contornos marcantes, tanto para suas múltiplas expressões quanto para o seu enfrentamento por parte das classes sociais e do Estado.

A partir daí, a política social passa a ser fundamentada, em primeiro lugar, por um processo de desconcentração em oposição à descentralização, com a redução dos gastos públicos e a transferência para as organizações não governamentais, para a família e para o terceiro setor⁵⁴, de ações de responsabilidade estatal. Em segundo

⁵⁴ O chamado “[...] ‘terceiro setor’, numa *perspectiva crítica e de totalidade*, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua*” (MONTAÑO, 2005, p.186, grifos do autor).

lugar, em substituição a universalização, as políticas sociais atuais apresentam um caráter de focalização, com a instituição de programas direcionados para públicos específicos e seletivamente escolhidos (BRAVO, 2006).

As políticas sociais também são privatizadas, deslocando os bens e serviços públicos para o âmbito privado em total articulação com o processo de acumulação capitalista. Por fim, como característica principal desse processo, há o desfinanciamento das políticas sociais, sob a alegação neoliberal da existência de uma crise fiscal do Estado.

Se, por um lado, a existência de uma *crise* e de uma suposta *escassez* de recursos são utilizadas para justificar tanto o processo de retração do Estado da sua responsabilidade social quanto a expansão das atividades desenvolvidas em um suposto terceiro setor, de outro lado,

[...] a recorrente afirmação de que existiria hoje uma ‘nova questão social’ tem, no fundo, o claro, porém implícito, objetivo de justificar um novo trato à ‘questão social’; assim, se há uma *nova* ‘questão social’, seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervenção nela, supostamente mais adequada às questões atuais (MONTAÑO, 2005, p. 187, grifos do autor).

Mas, para o autor, a questão social continua inalterada. O que se observa é o surgimento e a alteração de suas refrações e de suas expressões. Hoje, um tema recorrente entre alguns autores é a defesa da existência de uma suposta “nova questão social”. Isso nos remete, por exemplo, às análises realizadas por Pierre Rosanvallon (1998). Para esse autor, desde o início dos anos de 1980, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza parecem, de forma muito contraditória, conduzir-nos há tempos atrás. Suas análises nos mostram que se compararmos os problemas congênitos da sociedade burguesa, tais como àqueles relativos ao desemprego, à pobreza e à exclusão social, veremos que no decorrer dos anos de 1970 e 1980 os índices – principalmente na Europa e nos Estados Unidos – serão muito maiores do que aqueles alcançados nos “anos de ouro” do capital.

Surge, então, para o autor, uma “nova questão social” que se traduz pela inadaptação dos antigos métodos de gestão social, explicitada na crise do Estado Providência. Em seus estudos, a ênfase é posta na diferença entre a “nova” e a

“velha” questão social, persistindo na argumentação de que as novidades que a época pós-industrial traz consigo implicam, ao mesmo tempo, em ruptura e superação da antiga sociedade capitalista industrial e dos principais problemas que dela emergem. Segundo Rosanvallon (1998), é justamente aí que reside de forma clara a ruptura entre o antes e o agora da questão social.

O autor sugere que para enfrentar as refrações da questão social o Estado deve assumir a forma de Estado Providência ativo, produtor de “civismo”, vinculado ao desenvolvimento da cidadania. Para ser justo, o Estado Providência não pode ser exclusivamente um redistribuidor de subsídios e um administrador de regras universais. Deve-se transformar em um Estado de serviço, cuja finalidade consiste em oferecer a cada um os meios específicos para alterar o curso de sua vida, para superar uma ruptura e para antever um problema, mas isso sem questionar a ordem estabelecida.

Daí resultaria uma melhor distribuição ou uma distribuição menos inequívata, mas sempre com um cariz redistributivo. Pensando dessa forma, a intervenção do Estado é vista como um mecanismo de coesão social. Diante disso, as mudanças processadas na esfera produtiva são naturalizadas, reguladas por leis imutáveis e análogas àquelas que regem os fenômenos naturais. Tem-se uma nova visão da proteção social, não restrita somente a uma “técnica de segurança”, mas, ao contrário, articulada com uma versão ampliada do modo de produção da solidariedade social.

Seria essa a saída para enfrentar os problemas sociais contemporâneos. Ou melhor, o engajamento pessoal dos beneficiários, a combinação entre indenização e inserção social e a possibilidade de articular direito e contrato na condução das políticas contra a pobreza tornam-se exigências inevitáveis. Assim, Rosanvallon (1998) apresenta como alternativa a construção de uma cidadania ativa que garanta direito ao trabalho, mas desde que exista uma contrapartida por parte dos indivíduos de acordo com as suas capacidades.

Entendemos que a proposta do autor preocupa-se com a manutenção e não com a transformação das relações sociais existentes, uma vez que a solução apresentada para a crise do Estado Providência e para o problema da exclusão não questiona a

ordem estabelecida. Respaldo na perspectiva de manutenção do sistema capitalista, ao invés de propor um processo de transformação social, defende a construção de um Estado Providência ativo, vinculado ao desenvolvimento de uma nova cidadania social baseada no sentimento cívico da solidariedade.

Diante do inquestionamento do autor à lógica que movimenta a sociabilidade burguesa, identificamos que sua proposta se aproxima dos argumentos neoliberais de Estado mínimo e articula-se, coerentemente, com as proposições que defendem o terceiro setor e, na esteira desse processo, com o projeto de desresponsabilização do Estado no processo de garantia de direitos.

Rompendo com essa lógica dualista de Rosanvallon (1998), outros autores, como Robert Castel (1998), defende que a questão social sempre existiu. Esse autor define a questão social como “[...] uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura [...]” (CASTEL, 1998, p. 30). É um desafio que interroga e que coloca em xeque a capacidade que uma sociedade – o que, em termos políticos, se denomina uma nação – tem de “[...] existir como um conjunto ligado por relações de interdependência” (CASTEL, 1998, p. 30).

Mesmo defendendo a idéia de que com o decorrer do tempo a questão social foi se redefinindo e se metamorfoseando de forma contínua, Castel (1998) assegura que as profundas metamorfoses da questão social indicam a presença de uma nova problemática. No entanto, essa nova problemática não representa outra problematização, à medida que para o autor, a problematização expressa a existência de um conjunto unificado de questões que emergem em um determinado contexto – que se precisa datar –, e que se reformulam várias vezes através das crises, integrando dados novos, sendo necessário periodizar tais transformações.

Apoiando-se em uma perspectiva diacrônica, Castel (1998) preocupa-se em mostrar que a questão social, propriamente dita, tem seu apogeu no século XIX com o processo de industrialização crescente e as conseqüências sociais daí decorrentes. Apesar disso, entende que no contexto atual estamos diante não de uma “nova questão social”, mas sim de uma “nova” versão da questão social que, desde a sua

origem vem se mostrando sob diferentes roupagens e versões, recolocando-se e recompondo-se constantemente.

Ao avaliar a questão social na contemporaneidade, Castel (1998) apresenta três “situações-síntese”. Em primeiro lugar, o autor se refere à *desestabilização dos estáveis*, que se constitui na expulsão dos trabalhadores – que antes se encontravam em uma posição estável na divisão do trabalho – das linhas produtivas. Em segundo lugar, a *instalação na precariedade*, cujos reflexos atingem, freqüentemente, os jovens, que passam a alternar períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e de auxílio social. Por fim, a *redescoberta dos sobrantes*, ou seja, daqueles que são excluídos da sociedade e daqueles que não são integrados e que talvez não tenham condições de ser integrados. Para o autor, esses seriam os indivíduos que foram invalidados, nas últimas décadas, pela nova dinâmica econômica e social.

Diante de todo esse processo, ninguém pode substituir o Estado no direcionamento de suas ações. Para “salvar” a sociedade salarial⁵⁵ – e, em definitivo, a sociedade capitalista – Castel (1998) defende a necessidade de se produzir algumas mudanças na intervenção do Estado. As estratégias adotadas, ao invés de centrarem-se nas políticas de integração – destinadas a todos os “cidadãos”, buscando restabelecer o equilíbrio social, homogeneizar a sociedade e reduzir as desigualdades sociais –, devem focar-se nas políticas de inserção que seguem uma lógica de discriminação positiva, direcionando os programas sociais para aqueles segmentos mais vulneráveis da população.

Em suas análises, diferentemente de Rosanvallon (1998), as antigas formas de solidariedade encontram-se hoje em um período de esgotamento, que demanda outra modalidade de intervenção estatal. Isso não quer dizer nem menos Estado, nem mais Estado, mas sim, a presença de um Estado estrategista – um Estado protetor –, uma vez que sem proteção social não se pode alcançar a coesão social. Encontra-se aí, nitidamente, a acepção durkheimiana do laço social e da integração,

⁵⁵ A sociedade salarial não é somente aquela em que a maioria da população trabalhadora é assalariada, ainda que isso seja verdade, “[...]. Mas, uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupa no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também, seu status, sua proteção, sua identidade [...]” (CASTEL, 1997, p. 169).

perspectiva essa que não pode, de forma alguma, ser chamada de nova e muito menos de inovadora.

Enquanto Rosanvallon (1998) preocupa-se em tornar mais evidente o que há de “novo” em torno da questão social, explicitando as diferenças entre a “antiga” e a “nova” e entre o antes e o agora, Castel (1998) critica essa divisão dualística, tentando mostrar que essa separação dicotômica realmente não existe. Mas, apesar da crítica realizada por Castel (1998), entendemos que a análise desse autor, ao se restringir a uma crônica ou uma narrativa cronológica da questão social, desconsidera a processualidade e as contradições imanentes ao movimento da realidade.

Para nós, é somente levando em conta a processualidade da questão social que podemos analisar a sua emergência política e adentrar no interior dos processos e mecanismos que permitem que essa problemática ganhe força pública e passe a fazer parte da cena política. Dar conta dessa processualidade significa não esquecer os sujeitos envolvidos nesse processo, ou melhor, aqueles sujeitos que colocam a questão social na cena política. Esse é um elemento que, em nossa acepção, não está presente nos estudos de Castel (1998) e de Rosanvallon (1998).

Nas interpretações desses autores, a questão social é colocada de forma a-histórica, a-política e des-economizada. Nega-se, assim, a existência da luta de classes, dos sujeitos políticos envolvidos e naturalizam-se as desigualdades sociais e a própria questão social, ficando suas análises restritas, exclusivamente, a uma crise do vínculo social, colocando à parte problemas cruciais como aqueles relacionados à participação política e à redistribuição da riqueza socialmente produzida.

Além do mais, naturalizam o movimento da realidade ou, na melhor das hipóteses, restringem-no a “[...] um conjunto de práticas institucionais que pouco ou nada tem a ver com sujeitos políticos, mobilizados, organizados [...], em definitivo com as classes e a socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras⁵⁶ [...]”

⁵⁶ As análises de Pastorini (2004) nos mostram que nas interpretações apresentadas por Castel (1998) e Rosanvallon (1998) há um distanciamento da explicação marxista. Tanto Castel (1998) quanto Rosanvallon (1998) entendem que a explicação da questão social – e suas mais variadas expressões, como por exemplo, a pobreza, a exclusão –, sustentada na idéia do confronto de interesses de classes não dá conta da realidade atual, onde a integração pela via do trabalho não é

(PASTORINI, 2004, p. 98). Com isso, torna-se inviável analisar a questão social sob um prisma político, econômico, social e ideológico que remete a existência de uma correlação de forças entre diferentes classes e frações de classe, inscrita em um contexto mais amplo do movimento social de luta pela hegemonia (PASTORINI, 2004).

É bem verdade que hoje existem novos elementos e novos indicadores que podem nos induzir a pensar em uma suposta “nova” questão social, mas achamos totalmente inadequado fazer essa referência, pois sabemos que não se trata de uma “nova” questão social, mas sim de novas manifestações da mesma questão. Partimos do pressuposto de que os contornos marcantes de sua origem – vinculados diretamente ao processo de reprodução capitalista – ainda não foram superados. Muito pelo contrário, esses contornos permanecem vigentes até os dias atuais, articulados ao conjunto de problemas relacionados tanto à produção de mercadorias e mais-valia, como também à reprodução das relações sociais capitalistas.

Todas essas manifestações, na verdade, relacionam-se organicamente à divisão da sociedade em classes antagônicas e à apropriação desigual da riqueza socialmente produzida, essencialmente, pela força do trabalho. Sendo assim, a questão social resulta “[...] do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos [...]” (IAMAMOTO, 2007, p.156). É também indissociável do surgimento do “trabalhador livre” que depende, exclusivamente, da venda de sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades vitais. A partir daí, podemos afirmar que a problemática em torno

[...] da ‘questão social’, reformulada e redefinida nos diferentes estágios capitalistas, persiste substantivamente sendo a mesma. Sua estrutura tem três *pilares centrais*: em primeiro lugar, podemos afirmar que a ‘questão social’ propriamente dita remete à *relação capital/trabalho* (exploração), seja vinculada diretamente com o trabalho assalariado ou com o ‘não-trabalho’; em segundo, que o atendimento da ‘questão social’ vincula-se diretamente àqueles problemas e grupos sociais que podem colocar em *xeque a ordem socialmente estabelecida* (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das *manifestações das desigualdades e antagonismos* ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista (PASTORINI, 2004, p. 110-111, grifos do autor).

mais o elemento principal para pensar a noção de pertencimento dos sujeitos à sociedade. A partir de agora assume lugar prioritário a inserção por meio das redes de sociabilidade.

Mas tal afirmação não quer dizer que a questão social no capitalismo se apresenta de forma unívoca, manifestando-se de forma idêntica em todas as sociedades capitalistas e em todos os períodos históricos. A questão social assume características particulares que dependem das especificidades de cada formação social e do modo como cada país se inseriu na ordem capitalista mundial. O que há de “novo” é apenas a forma que a questão social assume a partir das transformações processadas no mundo capitalista, sobretudo, a partir dos anos de 1980, que além de produzir um aumento da pobreza e uma desestabilização dos trabalhadores que antes se encontravam estáveis também e, em decorrência disso, produz uma significativa perda dos padrões de proteção social (PASTORINI, 2004).

A feição em que se apresenta a questão social no atual quadro capitalista expressa, sob novas condições históricas, uma agudização dos determinantes de sua origem, expressos na lei geral de acumulação capitalista. Mostra-se, assim, como um fenômeno indissociável da sociedade capitalista e, de um modo especial, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado no processo de expansão monopolista do capital. Condensa, dessa forma, o conjunto das desigualdades e lutas sociais que são produzidas e reproduzidas no interior do movimento contraditório das relações sociais (IAMAMOTO, 2007).

Suas manifestações e nuances alcançam total plenitude em tempo de capital fetichizado⁵⁷, integrando além de determinantes históricos objetivos – que condicionam a vida dos sujeitos sociais –, também dimensões subjetivas – resultantes da ação desses sujeitos na construção da história. A questão social revela, portanto, a existência de uma arena de lutas políticas e culturais em torno da disputa entre diferentes projetos societários, mediatizados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2007).

⁵⁷ “O fetichismo é o mecanismo regulador das relações sociais na sociedade capitalista; permite o funcionamento e a regulação indireta do processo de produção, da distribuição e da apropriação por meio do mercado. Além disso, é um fenômeno indispensável na preservação da ordem capitalista. Por meio dele, o conjunto dos seres humanos, em particular os subalternos, acredita que o mundo é regido por determinações naturais, por leis naturais e imutáveis, e que, portanto, nada podem fazer contra isso. Acreditando-se dominados por forças naturais, tais seres (e todos eles, mas especialmente os subalternos) convertem-se em escravos: ‘o mundo sempre foi assim e nada há a fazer’. Sua impotência, auto-atribuída, torna-se real, concretiza-se. É verdade que, em cada indivíduo, o fetichismo aparece como uma relação subjetiva, e de subordinação, dele com as coisas, com a mercadoria, com o dinheiro, com o capital. No entanto, isso é um puro reflexo das determinações sociais no ser individual; do fato de que as relações mercantis capitalistas pressupõem e determinam a existência do fetiche” (CARCANHOLO, s/d, p. 10).

Reconhecemos a importância de resumir as questões apresentadas no escopo desse capítulo porque discutir e buscar compreender as complexas e intrincadas alterações sofridas pela sociedade capitalista nas últimas décadas parece-nos uma tarefa intelectual extremamente fecunda que requer uma análise criteriosa de um período histórico marcado por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social.

A trajetória do capitalismo – que não se restringe apenas a uma dinâmica cíclica, com fases de declínio, recuperação e auge – pressupõe, antes de tudo, um processo dinâmico de transformação em “[...] suas formas de existência, em que a organização da produção, dos mercados, dos salários, da intervenção estatal e das demais instituições é mutável, dentro do contexto mais ampliado da reprodução das suas estruturas fundamentais” (MOTA, 2005, p. 56).

A despeito de suas crises, o capitalismo que atualmente encontra-se assentado na supremacia do sistema financeiro, na submissão dos grandes sujeitos sociais aos interesses do capital, no acirramento da individualização e no aprofundamento das desigualdades sociais, não deixa de apregoar a sua aparente vitória. As marcas indeléveis dos dias atuais nos mostram que, de forma muito contraditória, as iniciativas adotadas para a superação da crise econômica, ao invés de contê-la, intensificam alguns processos sociopolíticos que a projetam como uma crise global do capitalismo.

Esse fenômeno, no entanto, não se restringe apenas à produção de riquezas, envolve também a produção da vida social, em um movimento em que as esferas econômica, política, cultural e ideológica se sobrepõem e se complementam mutuamente. Aqui a hipótese geral de Mandel (1990), de que “uma retomada expansiva, profunda e ampla dessa economia nos anos vindouros está totalmente excluída” (MANDEL, 1990, p. 329), permanece válida. Mesmo diante da reação burguesa nos anos oitenta e noventa – incrementada com a crise do socialismo real⁵⁸ –, ainda persiste, no início desse século, uma tendência à estagnação.

⁵⁸ O caráter global da crise do socialismo real não reside apenas na simultaneidade das suas mais variadas manifestações, mas, muito pelo contrário, reside mais ainda na centralidade política presente em todas as suas expressões. O fundamento dessa crise pode ser explicado por meio de uma limitadíssima socialização do poder político que passou a obstaculizar – e, da mesma forma,

Desde o início dos anos de 1970, o capitalismo vem alternando períodos de recessão com breves momentos de recuperação que logo se esgotam. Apesar de dotado de características novas, ele mantém seus antigos traços a tal ponto que sua perenização tende a intensificar ainda mais as suas contradições essenciais. Em cada crise de superprodução do capital há uma combinação de “[...] traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam no movimento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção” (MANDEL, 1990, p. 29).

Diante de tais contradições, o capitalismo, segundo Simionatto (2003), incorpora valores ideológicos e práticas sociais que permitem dar sustentação e validação à lógica do grande capital, criando em torno de si um senso comum que fortalece o conformismo e a passividade dos sujeitos sociais face às transformações societárias em curso. A disseminação desse senso comum – que se torna o alicerce de um novo bloco histórico – converte-se em base de um novo consenso, transferindo para as classes hegemônicas uma “[...] poderosíssima ferramenta de controle político e social [...]” (BORÓN, 1995, p. 95), que permite transformar a lógica do capital na organização econômica final da história.

A classe dominante, então, consegue convalidar a sua ideologia, uma vez que detém o poder econômico, a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos, reatualizando o seu aparato ideológico no sentido de defender e manter certo grau de consenso entre as classes. Por meio da supervalorização de

logo em seguida, a colidir com –, o aprofundamento da socialização da economia. Estabelece-se “[...], de fato, *um feixe de contradições* entre as exigências dinâmicas do desenvolvimento das forças produtivas num marco de uma economia centralmente planejada e os mecanismos políticos que as modelava [...]” (NETTO, 1995, p. 16, grifos do autor). De forma mais incisiva, “a crise global do ‘campo socialista’ é a crise das instituições econômico-sociais e políticas construídas durante a criação, no marco pós-revolucionário, das estruturas urbano-industriais. *Não é, portanto, a crise do projeto socialista revolucionário nem a infirmação da possibilidade da transição socialista: é a crise de uma forma histórica precisa de transição, a crise de um padrão determinado de ruptura com a ordem burguesa – justamente aquele que se erigiu nas áreas em que esta não se constituía plenamente* (NETTO, 1995, p. 23, grifos do autor). Não temos dúvidas de que a falência do socialismo real sinaliza um traço particular que marcou o final do século XX e que possui uma inequívoca significação histórico-universal. Mas é claro que não é somente o colapso do socialismo real que particulariza a quadra histórica do final desse século. Conjuntamente tem se processado, como dito anteriormente, uma crise global do capitalismo em que fica evidente “[...] a *curva decrescente* da eficácia econômico-social da ordem do capital” (NETTO, 1995, p. 69, grifos do autor).

interesses individuais e difusos, o capital fortalece a falsa idéia de pertencimento e de sociabilidade (SIMIONATTO, 2003).

Vemos, portanto, que a organização da esfera produtiva não se limita apenas à esfera econômica, exige também a existência de “[...] uma vasta empresa intelectual para implementá-la e criar um ‘novo tipo de homem’, com qualidades morais afeitas à nova ordem [...]” (SIMIONATTO, 2003, p. 276). É com a exacerbada mercantilização da satisfação de necessidades e com o controle sobre os comportamentos sociais, políticos e culturais que o capital consegue invadir a vida particular dos sujeitos sociais. Já no espaço da vida pública há uma integração mútua entre o Estado, a sociedade e o mercado, o que exige, indubitavelmente, uma reestruturação das esferas social, econômica, política e cultural.

Como vimos no escopo desse texto, os atuais padrões e formas de dominação exercido pelo capital – imprescindíveis à sua reestruturação – exige, nada mais, nada menos, do que a socialização de novos valores e regras de comportamento, que além de atender a organização do sistema produtivo, também atendam à reprodução social. Ou melhor, requer a adoção de um conjunto de estratégias nos campos objetivo e subjetivo, redefinindo a correlação de forças existente entre as classes sociais e, por consequência, os projetos sociopolíticos mais amplos.

Para Simionatto (2003), tais relações não se restringem somente à criação de um novo padrão de organização do trabalho e do capital, mas exigem a formação de novos pactos e consensos entre os capitalistas e os trabalhadores, à medida que o controle do capital não incide exclusivamente na extração da mais-valia, mas envolve, ainda, a produção de consentimento e a adesão das classes à ideologia do pensamento único.

Sob o nosso olhar, parece-nos incontestado que a conjuntura apresentada até aqui – desde o capitalismo em sua fase clássica até os dias atuais – constrói uma determinada contextualidade permeada por um complexo de contradições, possibilidades e limites. As repercussões dessa série de transformações representam muito mais do que um pano de fundo, mas compõem, em si mesmas, um elenco de autênticas transformações societárias que só podem ser apreendidas no interior das inflexões do movimento do capital.

Está claro que tais alterações, ao metamorfosear a produção e a reprodução das relações sociais, também atingem diametralmente o mundo do trabalho, demarcando com maior intensidade a existência de uma processualidade contraditória. As modificações operadas no âmbito do trabalho tiveram tamanha proporção que chegaram a ponto de atingir não apenas a materialidade como também, e de forma incisiva, a subjetividade do trabalhador, acarretando diversas implicações sobre o conjunto dos trabalhadores, o que será melhor trabalhado no próximo capítulo.

MUDANÇAS NO MUNDO DA PRODUÇÃO: AS NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO E DE SUA REPRODUÇÃO

Em tempo de capital fetichizado é impensável tematizar o desenrolar de qualquer trabalho especializado – como trataremos mais adiante o Serviço Social – deixando de lado os dilemas que marcam o mundo do trabalho. Certamente, polemizar tais dilemas envolve uma discussão muito vasta e complexa que não pode, de forma alguma, ser apresentada sem as devidas conexões com os novos padrões de acumulação capitalista, como foi discutido no capítulo anterior.

Em razão disso, optamos por apresentar um panorama geral sobre o mundo do trabalho, mas sem adentrarmos em todas as particularidades presentes nessa discussão. Embora não seja possível dar voz aos diferentes intérpretes e posicionamentos, muito menos esgotar as considerações pertinentes ao tema, nossa intenção aqui é oferecer elementos teóricos e históricos que permitam decifrar alguns dos dilemas que marcam o mundo do trabalho, principalmente, aqueles relacionados às condições e relações de trabalho.

O eixo central dessa análise recai sobre os fundamentos teóricos e históricos concernentes ao trabalho no interior da sociedade capitalista, cuja dinâmica contraditória é permeada por conflitos e tensões. Essa análise envolve a conjugação de um primeiro nível de abordagem, de caráter teórico sistemático, com um percurso analítico que inclui determinações de maior concretude. Retomaremos chaves teóricas apresentadas ao longo do capítulo anterior com a finalidade de inscrever as transformações engendradas no mundo do trabalho como um processo histórico marcado por períodos de inflexões, rupturas e continuidades.

Nesse percurso, além de conceituar a categoria trabalho também serão feitas incursões mais detalhadas sobre o atual quadro de configuração do mundo do trabalho; quando se processam alterações significativas na esfera produtiva que incidem não apenas sobre a materialidade, mas também repercutem diretamente no movimento dos trabalhadores, principalmente, em sua consciência de classe e em sua subjetividade.

2.1 O TRABALHO COMO PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL

A discussão em torno do trabalho tem sido objeto de teorização por parte de importantes pensadores de distintas áreas do conhecimento. Herdeira de toda uma polêmica – diferenciada, sinuosa e entrecruzada – que envolve o significado do trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material nos marcos da sociedade capitalista, essa discussão só tem sentido, para nós, quando realizada a partir de uma interlocução com o referencial marxista.

Elucidar os dilemas que envolvem a categoria trabalho requer, em primeiro lugar, que se entenda o modo de produção como uma totalidade articulada que muito embora possua instâncias bem diferenciadas, funciona de modo interdependente. Uma sociedade, segundo Marx (1985), não pode deixar nem de produzir, nem tampouco de consumir. Quando visto como um todo interligado, o processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução da vida social, material e biológica dos homens.

Nesse movimento – de produção e de reprodução – Marx (1985) confere ao trabalho o estatuto de categoria fundante das diversas formas sociais que surgiram e que podem ainda surgir. Para esse autor, é pelo trabalho que o homem consegue se diferenciar e se distanciar da natureza, submetendo esta última à vontade humana e transformando-a em produtos necessários à sua subsistência. Além de satisfazer suas necessidades essenciais, o homem também se apropria da natureza, transformando-a e humanizando-a. O trabalho é, nada mais nada menos, do que “[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, em sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p. 297).

É justamente com base nas idéias de Marx que Lukács (1979), ao abordar a concretude do “complexo da sociabilidade”, encontra o fundamento que permite atribuir ao trabalho a condição de centralidade. É a relação de reciprocidade existente entre o homem e a natureza e mediada pelo trabalho, que define o caráter de novas categorias que surgem de maneira ontologicamente necessária, a partir da

existência dessa categoria originária. O caráter mediador do trabalho entre o homem e a natureza demarca a evolução do ser essencialmente biológico para o ser social⁵⁹.

Não é somente uma atividade particular “[...] de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em outras palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal” (NETTO; BRAZ, 2006, p.34).

O trabalho, então, se apresenta como protoforma do ser social e forma originária do processo de sociabilidade, uma vez que constitui a condição natural eterna da vida humana, independentemente do estágio em que se encontra esse processo. Esse é, portanto, o motivo pelo qual, na perspectiva ontológica, abordar a categoria trabalho, tanto no escravismo, quanto no capitalismo não altera o fato dessa categoria operar conectando o homem à natureza, criando de maneira imediata os bens materiais indispensáveis à reprodução dos diversos tipos de sociedades. Para Marx (1985), o trabalho em qualquer conjuntura, continuará sendo um processo que produz valores de uso⁶⁰, independente se for realizado sob o domínio do feitor de escravos ou do capitalista.

Mesmo sendo o trabalho elemento constitutivo do ser social, esse ser social não se reduz e, muito menos, se esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve, mais suas objetivações ultrapassam o espaço interligado diretamente ao trabalho. Tem-se a existência de esferas de objetivação que se autonomizam das exigências imediatas postas pelo trabalho como aquelas ligadas à ciência, à filosofia e à arte (NETTO; BRAZ, 2006).

O trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Contudo, a efetivação do trabalho só ocorre quando a prefiguração ideal realmente se objetiva, ou seja, quando por meio da atividade material do sujeito, a matéria natural é transformada. O trabalho, então, envolve um movimento indissociável entre um plano subjetivo – à medida que a

⁵⁹ Não é nosso objetivo aprofundar a discussão sobre o ser social. Para um maior aprofundamento sugerimos a leitura das reflexões apresentadas por György Lukács (1979).

⁶⁰ “[...] Os valores de uso, materiais ou não, são os elementos indispensáveis à vida humana e, portanto, só desaparecerão junto com a própria humanidade [...]” (NAKATANI, [s.d.], p. 18).

prefiguração se processa no âmbito do sujeito – e entre um plano objetivo – pois resulta na transformação material da natureza. Dessa forma, a efetivação do trabalho representa uma objetivação do próprio sujeito que o realiza (NETTO; BRAZ, 2006).

Por outro lado, o fim e os meios do trabalho colocam ao sujeito certas exigências da mesma forma que impõem a ele condições que transcendem às determinações naturais. Primariamente, o sujeito precisa fazer escolhas entre alternativas concretas que não se devem a pulsões naturais, mas, sim, a avaliações prévias que envolvem alguns elementos concernentes à obtenção dos resultados do trabalho, como por exemplo, o que é útil, inútil, bom e mau. Logo em seguida, as objetivações em que se efetiva o trabalho – seus produtos –, e que têm por matéria a natureza não se identificam com o sujeito, ou melhor, elas e o sujeito têm existência autônoma (NETTO; BRAZ, 2006).

É justamente por isso que no trabalho surge, em primeiro lugar, a distinção e a relação entre aquele que realiza a ação – o sujeito – e a matéria, o instrumento e/ou o produto do trabalho – o objeto. Por fim, a questão relativa aos meios e aos fins do trabalho coloca duas ordens de exigências que estão interligadas e que sem a sua solução o trabalho torna-se inviável: o conhecimento sobre a natureza e a coordenação múltipla necessária aos sujeitos. Não é suficiente apenas prefigurar idealmente o fim da ação para que o sujeito realize o trabalho. Ele também precisa reproduzir idealmente as condições objetivas em que atua para que possa transmitir a outrem tais representações (NETTO; BRAZ, 2006).

O trabalho é uma categoria que também não pode ser pensada como um processo que pode surgir, se desenvolver ou até mesmo se realizar – em qualquer conjuntura histórica – como uma ação isolada de um ou de outro membro da espécie humana. Sem dúvida, o trabalho é sempre uma atividade coletiva, ou melhor, o sujeito de sua ação nunca é um sujeito isolado, mas sempre está inserido em um conjunto de outros sujeitos (NETTO; BRAZ, 2006).

Tal inserção não requer apenas a coletivização de conhecimentos, mas, exige, principalmente, convencer ou obrigar outros sujeitos a realizar atividades, organizar e distribuir tarefas e estabelecer o ritmo de suas ações. O caráter coletivo do

trabalho expressa, na verdade, uma vinculação entre membros de uma mesma espécie que já não obedece a meros determinismos orgânico-naturais. Substantivamente, esse caráter coletivo da atividade do trabalho nada mais é do que aquilo que convencionalmente designamos de social (NETTO; BRAZ, 2006).

O que queremos afirmar é que o trabalho só pode ser pensado como um tipo de atividade exercida unicamente por homens, partícipes de uma sociedade, atividade essa que transforma formas naturais em produtos que satisfazem necessidades e cria a riqueza social. Diferentemente das atividades naturais, o trabalho é uma relação mediada entre aqueles que o executam – homens em sociedade – e o seu objeto – as diversas formas da natureza (NETTO; BRAZ, 2006).

O trabalho implica em uma interação no marco da própria sociedade, repercutindo diretamente sobre os seus sujeitos e a sua organização. Pertence exclusivamente ao homem, sendo que ao seu final, obtém-se um resultado que desde o início sempre existiu, idealmente, na imaginação do trabalhador. No processo de trabalho⁶¹, atividade orientada para a produção de valores de uso, o trabalho é uma interação do sujeito que trabalha com a natureza, de tal forma que os elementos desse último são modificados de forma consciente e com um propósito pré-idealizado.

Ora, então, esse processo, em sua forma mais simples, é aquele em que o trabalho se materializa ou se objetiva para a produção de bens. Para se efetivar vale-se de um conjunto de elementos – as forças produtivas – que envolve os meios de trabalho – tudo aquilo que é utilizado pelo homem para trabalhar (como os instrumentos, ferramentas, instalações etc.) e a terra (meio universal de trabalho) –; os objetos de trabalho – tudo aquilo sobre o que incide o trabalho humano (como, por exemplo, as matérias naturais já modificadas pela ação do homem) –; e a força

⁶¹ Como veremos no decorrer desse estudo, o modo de produção capitalista exige um intercâmbio de relações – entre mercadoria e dinheiro –, porém sua diferença marcante está justamente na compra e venda da força de trabalho. Para alcançar tal finalidade, três condições fundamentais tornam-se generalizadas no interior de toda a sociedade. Primeiramente, os trabalhadores são separados dos meios de produção e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outrem. Em segundo lugar, os trabalhadores encontram-se livres de quaisquer restrições legais – como, por exemplo, a servidão ou escravidão – que os impeça de vender a sua força de trabalho. Por último, o objetivo do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital que pertence ao empregador e que atua, dessa forma, como um capitalista. É, assim, que começa o processo de trabalho: como um contrato ou acordo que define as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e a sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1987).

de trabalho, ou seja, a energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação das necessidades (NETTO; BRAZ, 2006).

Pois bem, se a produção depende da existência dos meios de produção – meios e objetos de trabalho – é a intervenção da força de trabalho que a torna viável. A capacidade que os homens têm de operar os meios de produção, ou melhor, a utilização de sua força de trabalho, é a mais valiosa das forças produtivas. São os homens que, com o acúmulo de gerações, conseguem aperfeiçoar e inventar novos instrumentos de trabalho, descobrir outros e adquirir novas habilidades e conhecimentos. É na força de trabalho que o caráter histórico das forças produtivas se mostra de maneira muito especial: “[...] o crescimento da **produtividade do trabalho** (isto é, a obtenção de um produto maior com o emprego da mesma magnitude de trabalho) depende da força de trabalho, da sua capacidade para mobilizar perícia e conhecimentos [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 58, grifos dos autores).

Na produção capitalista, a aglutinação de vários trabalhadores em um mesmo processo produtivo, além de criar uma revolução nas condições objetivas do trabalho, também gera uma economia dos meios de produção, parte dos quais passou a ser consumida coletivamente. De fato, aqui, as condições de trabalho tornam-se, realmente, sociais. Com o trabalho coletivo reduz-se o custo das mercadorias produzidas e o valor da força de trabalho, o que contribui para alterar significativamente a proporção entre mais-valia e o valor total. É esse contato social que estimula os indivíduos, tensiona seus espíritos vitais – ampliando sua produtividade – e cria uma força produtiva do trabalho social que é apropriada gratuitamente pelos capitalistas (IAMAMOTO, 2003).

A partir do momento em que o trabalho produz mercadorias que pertencem ao capitalista e ao vendê-las esse capitalista adquire um excedente que é extraído dos produtores diretos, o trabalho já não é apenas processo de criação de valor, mas processo de valorização do capital. Enquanto a criação de valor se realiza no tempo

de trabalho socialmente necessário⁶², a valorização, por outro lado, opera-se no tempo de trabalho excedente, à medida que se não existir tempo de trabalho excedente, não existirá a valorização, mas, simplesmente, criação de valor (NETTO; BRAZ, 2006).

No processo de trabalho, o que verdadeiramente interessa ao capitalista é o processo de valorização, pois, é nele que se produz a mais-valia – o excedente que é expropriado do trabalhador. É por isso que o controle do processo de trabalho é de fundamental importância para o capitalista, posto que é esse controle que lhe permite incrementar esse excedente. Quando o processo de trabalho subordina-se realmente ao capitalista e quando o trabalhador perde completamente o controle desse processo, o capital encontra as condições apropriadas para aumentar ainda mais a produção do excedente. Com a subsunção real do trabalho ao capital este último consegue potencializar de maneira contundente a extração de mais-valia (NETTO; BRAZ, 2006).

Agora, as características naturais que diferenciam os indivíduos entre si, passam a representar a base em que se tornam mais visíveis a divisão do trabalho, a produção de excedentes e a constituição de hierarquias de dominação e subordinação.

É a constituição social dessas hierarquias que desloca a contradição sujeito-objeto do plano da relação existente entre homem e natureza para a esfera da relação entre homens. No processo de libertação da natureza, os homens passam a ser dominados por outros homens: uma parcela da sociedade amplia seu grau de liberdade, submetendo a outra parte ao seu domínio. Surgem aí determinadas relações sociais em que um grupo social submete a outrem os seus interesses (NAKATANI, [s.d.]).

Mas, independentemente do mecanismo utilizado para efetivar tal subordinação – o poder policial, o poder político, a ideologia – a finalidade sempre será o produto do trabalho. Agora, o sujeito é um sujeito social que passa a dominar um novo tipo de “objeto”, ou seja, outros seres humanos. Sob o modo de produção capitalista – com

⁶² Entendemos que tempo de trabalho socialmente necessário é “[...] aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1985, p. 48).

a divisão da sociedade em classes sociais – grande parte da sociedade é subordinada à classe dominante (NAKATANI, [s.d.]).

Nesse movimento, o trabalho, o trabalhador e o resultado do trabalho passam a integrar um processo em que a lógica que organiza suas relações – que vai desde a contratação da força de trabalho até o produto final do trabalho – aparece como dada. Essa lógica, para o trabalhador, não lhe pertence, lhe é estranha, da mesma forma que lhe é estranho todo o processo de trabalho. Assim, a partir das relações sociais que são historicamente produzidas, o trabalhador se aliena tanto dos meios, como do próprio produto de seu trabalho.

Em algumas condições históricas e sociais, tanto os produtos do trabalho quanto da imaginação humana deixam de se apresentar como objetivações que expressam a humanidade dos homens. Aparecem, na realidade, como algo que, fora de seu controle, passam a controlá-los como um poder que lhes é superior. Essas objetivações, então, realizam um movimento oposto que ao invés de se apresentar aos homens como a manifestação de suas forças sociais vitais acaba impondo-se a eles como algo exterior e transcendente. Dessa maneira, “[...] *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador*” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 44, grifos dos autores).

É esse processo de inversão que caracteriza o fenômeno histórico da alienação. Sua historicidade se fundamenta no fato de que apesar da sua grande perdurabilidade, as condições em que ela se concretiza podem ser superadas no decorrer do desenvolvimento histórico. Essencialmente, a alienação é inerente às sociedades com divisão social do trabalho e com propriedade privada dos meios de produção. Nessas sociedades, o produto da atividade do trabalhador não mais lhe pertence, mas lhe é expropriado, à medida que existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. Portanto, a alienação, com seus princípios fundamentados na exploração, penetra o conjunto das relações sociais (NETTO; BRAZ, 2006).

Como produto da dinâmica da própria sociedade burguesa, a alienação funciona como um mecanismo de autopreservação. Transforma-se em uma determinação

objetiva da vida social no mundo de produção capitalista que penetra a consciência das pessoas, levando-as a não conseguirem se reconhecer ou se apropriar do produto de sua atividade ou das relações que elas mesmas criam, enquanto partes constitutivas do homem social. Enfim, essas pessoas tornam-se alheias, estranhas e alienadas, até mesmo com relação à realidade onde vivem (MARTINELLI, 1995).

Manifestando-se primeiramente nas relações de trabalho – ou melhor, naquelas relações existentes entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos –, “[...] a alienação marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade – esta e seus membros movem-se numa *cultura alienada* que envolve a todos e a tudo [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 45, grifos dos autores). Ao invés de promover a humanização do homem, as objetivações humanas, alienadas, começam a estimular um processo regressivo do ser social.

Mas a alienação não acontece somente na relação entre o homem e o produto do seu trabalho, “[...] aparece [...] também como processo de produção, dentro da própria atividade produtiva [...]” (MARX, 1970, p. 93). Enquanto nos modos de produção não capitalistas e nas fases iniciais do desenvolvimento desse sistema, o trabalhador, embora alienado e explorado, ainda era o sujeito do processo de trabalho, na fase atual desse modo de produção ele perde totalmente o seu poder sobre o processo produtivo. Agora,

Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que valoriza a si mesmo (MARX, 1985, p. 244).

Ainda conforme a projeção de Marx (1985), não é apenas o trabalhador que é alienado, mas também o capitalista. O capital, ao se tornar sujeito, além de comandar o trabalhador, passa também a comandar o capitalista. Ao inverter a relação entre sujeito e objeto, o capital, como produto do trabalho humano, autonomiza-se e impõe sua vontade aos seres humanos. De relação social, o capital adquire vida própria, autoconsciência e começa a conduzir e a comandar a humanidade.

Porém, o capital, relação fundamental que une, contraditoriamente, capitalistas e trabalhadores, só se reproduz por meio da dupla natureza do trabalho, ou seja, a partir do trabalho concreto e do trabalho abstrato. Nos dias atuais, por exemplo, o primeiro foi totalmente subsumido ao segundo e o capital na esfera financeira, como já mencionado anteriormente, valoriza-se de forma fictícia (NAKATANI, [s.d.]).

O trabalho concreto é o trabalho útil que cria valor de uso. E se criar valor de uso é uma condição fundamental para a existência de qualquer sociedade, isso quer dizer que toda sociedade sempre exigirá de seus membros a realização de trabalho concreto. No entanto, ao examinar mais detalhadamente a mercadoria, veremos que ela não é somente valor de uso, mas é também valor de troca e, dessa forma, para ser trocada, precisa ser comparada com outra mercadoria (NETTO; BRAZ, 2006).

Tal comparação, elemento essencial para se realizar a troca, acontece exatamente no momento em que as particularidades nas diversas formas de trabalho são suprimidas e reduzidas a um denominador comum – ou seja, àquilo que está presente em todas as formas de trabalho, o trabalho em geral⁶³. Quando se reduz o trabalho concreto à condição de trabalho em geral, tem-se o trabalho abstrato. Logo, a mercadoria contém em si e, ao mesmo tempo, trabalho concreto e abstrato. Mas isso não significa a existência de dois trabalhos. Trata-se, na verdade, “[...] da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, *trabalho concreto*; do ângulo do valor de troca, *trabalho abstrato*” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 105, grifos dos autores).

Só é pertinente, então, falar em trabalho abstrato naquelas economias em que as trocas mercantis são realmente significativas. Como no modo de produção capitalista há uma universalização da lógica mercantil, da mesma forma, universaliza-se a redução do trabalho concreto a trabalho abstrato. Pois bem, é essa redução que permite a homogeneização das demais formas de trabalho a uma forma geral, isto é, aquela forma abstrata, despida de suas determinações concretas (NETTO; BRAZ, 2006).

⁶³ Segundo Nakatani (s.d.), o trabalho como trabalho em geral é produtor de valor de uso. No entanto, o autor aponta uma diferenciação entre o trabalho geral e o trabalho alienado. O primeiro refere-se ao trabalho como o fundamento da existência humana. Já o segundo, se constitui como o trabalho determinado historicamente e não como algo inerente a natureza humana.

O capitalista compra a força de trabalho como trabalho abstrato, que como tal, pode ser mensurado e quantificado. E esse trabalho abstrato – medido enquanto trabalho médio em condições históricas precisas – constitui o que chamamos de trabalho socialmente necessário. Para Marx (1983), o trabalho, na sua condição de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato, é que atribui valor à mercadoria.

O trabalho abstrato nada mais é do que uma determinação social do trabalho, uma igualação⁶⁴ social das diferentes formas de trabalho que pressupõe a existência de certas relações de produção entre pessoas, sendo que somente ele cria valor. O valor – propriedade social dos produtos do trabalho – é a própria manifestação material do trabalho social na forma específica que o trabalho assume na economia mercantil. Nas palavras de Rubin (1987), é “trabalho coagulado”, “cristalização dessa substância social do trabalho”, trabalho materializado e, ao mesmo tempo, uma expressão das relações de produção entre os sujeitos.

Por isso mesmo o trabalho abstrato não aparece como diretamente social, mas, ao contrário, é igualado socialmente – sob a forma específica de valor social – ao trabalho de todos aqueles produtores privados independentes por meio da troca de seus produtos. Aqui, o vínculo existente entre os trabalhos de vários produtores só pode ser visto com a troca de suas mercadorias. Nessa troca são abstraídos “[...] os valores de uso concretos ou as formas concretas de trabalho e este se revela como trabalho abstrato – mera gelatina de trabalho humano cristalizado – e socialmente necessário” (IAMAMOTO, 2007, p. 61-62).

Quando os homens estabelecem relações por meio da troca de trabalhos equivalentes – materializados em objetos –, “[...] o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo uma relação entre os produtos de seus trabalhos, entre coisas, independentes de seus produtores” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 34.). Completamente mistificadas, as relações sociais aparecem como relações entre coisas, destituídas de toda a sua historicidade. Eis aí o fenômeno da reificação. Sua

⁶⁴ O trabalho socialmente igualado é a própria substância do valor. O valor é o trabalho humano cristalizado, sendo que sua existência é meramente social e sua materialidade como valor só pode ser revelada na relação de certa mercadoria com as demais. O valor de troca – dinheiro – é a forma social de manifestação do valor, cuja grandeza é mensurada pelo tempo, que é o tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir uma mercadoria. O que se constitui em um dado histórico que varia de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho (IAMAMOTO, 2007).

identificação com coisas materiais – os meios de produção – é uma característica própria daqueles que não conseguem distinguir as formas em que as relações se manifestam a partir dessas mesmas relações.

O capital, assim, se expressa tanto por meio de mercadorias, que são os meios de produção e de vida, como também pelo dinheiro. Tais formas exteriores, necessárias porque são criadas e recriadas no mesmo movimento da produção, são ainda aparências necessárias que integram os próprios fenômenos. É exatamente por meio dessas aparências que se manifesta a substância real desses fenômenos. No mesmo instante que as expressam, também as encobrem. Agora, as relações aparecem invertidas naquilo que realmente são, isto é, aparecem como relações entre mercadorias, mesmo que não sejam mais do que expressões de relações existentes entre classes sociais antagônicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Portanto, a reificação ou coisificação do capital – peculiar às sociedades capitalistas – é a forma mistificada em que a relação social do capital se manifesta na superfície da sociedade. Esse fenômeno, inclusive, pode ser considerado como uma forma típica de alienação – mas que não é única. Nas sociedades capitalistas, o fetichismo daquela mercadoria especial que é o dinheiro, talvez seja a manifestação mais evidente de como as relações sociais são deslocadas pelo seu poder ilimitado (NETTO; BRAZ, 2006).

Esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem sobre os seus produtores, Marx (1985) convencionou chamar de fetichismo da mercadoria. E é no modo de produção capitalista que o fetichismo atinge o seu grau mais elevado. Nas sociedades em que impera esse modo de produção, as relações sociais assumem a aparência de relações entre coisas. Em consequência disso, os homens não são valorizados pelo que realmente são, mas sim pelo que possuem e, tampouco, valorizam a si mesmos. Aí o ser se subordina ao ter (NETTO; BRAZ, 2006).

Como vimos até aqui, o trabalho humano, como um processo de mediação entre o homem e a natureza, é uma pré-condição necessária e indispensável à vida humana. É um agir sobre a natureza e não apresenta nenhuma característica específica, sendo comum a qualquer forma de sociedade. Aceita por diversos

autores, essa argumentação serve como base para a tese ontológica do trabalho que, inclusive, é reconhecida por aqueles que defendem uma postura idealista sobre a origem da humanidade (NAKATANI, [s.d.]).

Mas o trabalho também possui outra dimensão que é determinada historicamente por um conjunto de relações sociais que se estrutura nas sociedades historicamente determinadas. Nessa dimensão, o trabalho não é mais visto como trabalho em geral, mas como trabalho subsumido ao capital. Como força de trabalho, o potencial de trabalho transmuta-se em uma mercadoria que serve como fundamento para a relação capital-trabalho. Essa relação, que denominamos de trabalho assalariado, é a forma específica do agir humano sob o modo de produção capitalista (NAKATANI, [s.d.]).

Se, por um lado, o trabalho é, para nós, o elemento fundante da vida humana, ponto inicial do processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o converte em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que antes era um objetivo central do ser social transforma-se, agora, em meio de subsistência. A capacidade humana de trabalho transmuta-se na mercadoria força de trabalho que, ao ser utilizada, cria novas mercadorias e valoriza o capital. O trabalho converte-se, assim, em meio e não mais em primeira necessidade de realização humana (ANTUNES, 2004).

Diante disso, surge um mercado de trabalho assalariado caracterizado, fundamentalmente, pela separação do trabalhador dos meios de produção. Os trabalhadores se libertam de toda propriedade que não seja a sua própria força de trabalho e sua capacidade de trabalhar. Como não são mais detentores dos instrumentos de trabalho, dos objetos e das matérias-primas, não encontram outra solução a não ser vender a sua própria força de trabalho ao capitalista. Por não se encontrarem mais subjugados por um proprietário de terra ou por um senhor de escravos, esses trabalhadores tornam-se “livres” e “iguais” àqueles que são proprietários (MARTINS, 1980).

Reciprocamente necessária e movida por interesses privados, essa relação apresenta-se formalmente como uma relação jurídico-contratual – expressão do ato

comum de vontades de seus participantes –, ocultando o seu verdadeiro conteúdo e o seu significado para os sujeitos que dela participam (IAMAMOTO, 2007).

Mesmo que as relações sociais daí decorrentes se apresentem de forma igualitária entre pessoas que são consideradas iguais, elas produzem resultados econômicos extremamente desiguais entre si. A essência da produção capitalista supõe, no seu interior, a existência de relações sociais entre capitalistas e trabalhadores, ou melhor, entre aqueles que podem comprar a força de trabalho para empregá-la na produção de mercadorias e aqueles que são obrigados a vendê-la, pois é o único bem que possuem (MARX, 1985).

Não tendo alternativa para garantir os seus meios de subsistência – devido às condições sociais que vivencia –, o trabalhador se vê obrigado a firmar um contrato de trabalho com o capitalista. Já o empregador – detentor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar – converte parte do seu capital em salários. Dessa forma, coloca-se em funcionamento o processo de trabalho, que embora seja um processo para criar valores úteis, como já falamos momentos atrás, torna-se agora, mais especificamente, um processo de expansão do capital e de criação de lucros (BRAVERMAN, 1987).

Mas, mediante a incorporação do trabalho vivo às formas objetivas do capital surgem alguns enigmas que só se decifram no interior do próprio processo real de produção. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho pelo equivalente dos meios de vida necessários à sua reprodução, fornece o seu trabalho, que se incorpora ao capital como uma atividade que lhe pertence. Ele sai desse processo da mesma forma como entrou, como uma simples força de trabalho, tendo que sempre reiniciá-lo para manter viva sua capacidade de trabalho. De outra parte, o capitalista transforma seu capital em valor que se valoriza a si mesmo e, ao final, o produto total obtido é de sua propriedade (IAMAMOTO, 2007).

Para o trabalhador, da mesma forma que as condições de produção – aquelas que lhe contrapõem como capital – mantém o seu caráter autônomo, o produto de seu trabalho continua se transformando em capital acrescido, o que requer a incorporação de novos trabalhadores assalariados. Como se vê, o capital não produz apenas capital, mas

[...] produz uma massa de força de trabalho sempre crescente, única substância que, ao ser transformada em trabalho, lhe permite funcionar como capital. A reprodução capitalista não é só reprodução da relação, mas reprodução em escala ampliada. O trabalhador produz, em antítese consigo mesmo, as condições de trabalho como capital, da mesma forma como o capital produz o trabalho enquanto trabalho assalariado, como meio de realização do capital (IAMAMOTO, 2007, p. 66).

Reproduzem-se a partir disso as contradições e antagonismos das relações de classes, as condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas. Isso quer dizer que são reproduzidas as contradições de classe e da consciência alienada que permitem essa mesma reprodução em patamares crescentes. Na mesma proporção em que a força produtiva do trabalho cresce como riqueza que domina o trabalhador, cresce também a pobreza, a indigência e a sujeição subjetiva desse trabalhador. Aqui, a expansão do capital e o aumento do proletariado aparecem como produtos contraditórios do mesmo processo, obscurecendo as relações entre iguais proprietários de mercadorias equivalentes. Dissimula-se, pela simples transação monetária – o salário –, a verdadeira relação de dependência que aquela intermediação renova a cada instante (IAMAMOTO, 2007).

Novas forças produtivas materiais são impulsionadas por esse processo. Tais forças produtivas, ao mesmo tempo em que revolucionam a produção e a vida em sociedade, criam as condições mais apropriadas para a “[...] hegemonia do capital sobre o trabalho, aperfeiçoando-a e dando-lhe a forma adequada, e as condições reais de um novo modo de produção ao criar as bases materiais para uma vida social conformada de maneira nova [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 67).

É claro que esse rápido percurso talvez não seja suficiente para elucidar a complexidade dos enigmas que estão presentes no interior do processo produtivo. Mas, o que fica latente, para nós, é que o trabalho assalariado é a forma particular desse regime a que vivem diretamente submetidos a maioria dos produtores diretos. Isso significa que independente das formas que esse regime determina ao salário – salário por hora, por produção, quinzenal, mensal, etc. – é somente o grau de exploração que efetivamente pode variar. O fato de o trabalhador ter uma jornada de trabalho contínua e de trabalhar com meios de produção e em um espaço físico que pertencem ao capitalista reforçam ainda mais a falsa idéia de que o salário remunera todo o seu trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Grande parte desses trabalhadores até sente essa exploração⁶⁵ – considerando-a uma injustiça –, mas não consegue, na experiência diária, alcançar a sua adequada compreensão, sobretudo, porque a relação salarial, na aparência,

[...] é, por sua natureza e em si, uma relação entre iguais ou, no mínimo, uma relação entre dois indivíduos autônomos e capazes de estabelecer entre si, livremente, um contrato comercial legítimo. Por outro lado, mas ao mesmo tempo, a relação salarial, na essência, implica exploração; ausência de liberdade de uma das duas partes; apropriação pela outra de trabalho não pago (CARCANHOLO, 2003, p. 76).

O trabalho assalariado é, pois, parte integrante do sistema de exploração do trabalho e característica inerente ao modo de produção capitalista. E, se por um lado, as transformações que se processam no mundo do trabalho reduzem, em parte, o trabalho assalariado aplicado diretamente na produção de mercadorias, do outro, expande outras formas de trabalho assalariado. A relativa redução do contingente de operários industriais e o aumento expressivo da precarização e da informalidade – marca dos dias atuais – não conseguiram eliminar o predomínio absoluto do trabalho assalariado, pelo menos naquelas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. E mesmo que ocorra um arrefecimento absoluto no número de trabalhadores assalariados – determinado pelas contradições que se dão no plano da produção e da apropriação do valor – isso não quer dizer o fim do valor e da riqueza como expressão do trabalho abstrato (NAKATANI, [s.d.]).

Além do mais, por mais expressivas que as conquistas salariais dos trabalhadores possam ser, elas não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital-trabalho. Mas mesmo assim, a organização classista e política por parte dos trabalhadores ainda é o melhor mecanismo para impedir a redução dos salários abaixo do seu valor, uma vez que por meio dessas organizações eles adquirem condições favoráveis para negociar o preço da única mercadoria que dispõem. Quanto mais se amplia o poder de suas lutas e de suas organizações, mais os trabalhadores podem exercer pressão sobre o Estado para intervir na regulação dos mínimos salariais (NETTO; BRAZ, 2006).

⁶⁵ O verdadeiro caráter da exploração capitalista só pode ser deslindado a partir de uma análise teórica da produção capitalista, conduzida numa perspectiva de defesa dos interesses dos trabalhadores. É justamente quando as vanguardas trabalhadoras passam a conhecer esse tipo de teoria que suas lutas e objetivos ganham um novo sentido e uma nova dinâmica. E é por isso mesmo que os capitalistas têm o maior interesse em impedir que os trabalhadores tenham acesso a esse conhecimento teórico (NETTO; BRAZ, 2006).

Desde o final do século XIX, nos países capitalistas centrais, o salário sempre foi utilizado para atender às necessidades da reprodução fisiológica dos trabalhadores. Já no que se refere à satisfação das necessidades de caráter histórico-social, apenas as lutas organizadas dos trabalhadores obtêm algum êxito no sentido de obrigar os capitalistas a reconhecerem algumas dessas necessidades como legítimas.

E é por isso mesmo que Marx já defendia que o movimento operário ao invés “[...] do lema *conservador*: ‘um salário justo para uma jornada de trabalho justa’, [deveria] inscrever na sua bandeira esta divisa *revolucionária*: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado’” (MARX, 1982, p. 184).

O debate teórico apresentado ao longo dessa seção nos mostra que é no desvendamento das relações sociais que está a chave para decifrar o processo de criação de produtos e de valor. É por isso mesmo que não podemos considerar apenas as especificidades concretas da produção – enquanto processo técnico-material –, mas precisamos dar conta da forma social do processo de trabalho. Precisamos ter claro que o objetivo do capitalismo não é produzir somente produtos e serviços que satisfaçam determinadas necessidades sociais, é também a produção da riqueza e a reprodução ampliada do capital inicialmente investido. Se pensarmos o movimento produtivo unicamente como processo de trabalho que cria produtos – estes reduzidos a coisas materiais –, estamos abstraindo as qualidades sociais desse mesmo processo como um processo de valorização, isto é, criador de valor e de mais-valia (IAMAMOTO, 2007).

De fato, a produtividade do capital, nada mais é, do que a expressão capitalista da força produtiva social do trabalho e das condições de seu desenvolvimento que surgem como obra do capital. Essa relação é, em poucas palavras, uma inversão, ou melhor, a personificação de coisas e a coisificação das pessoas – como já mencionado por diversas vezes no escopo desse trabalho. Nesse processo, a produtividade consiste, de forma muito especial, na coação para que o trabalhador trabalhe muito mais do que o socialmente necessário (IAMAMOTO, 2007).

Mas, muito além das questões sumariadas até aqui, as transformações que percorrem o capitalismo em sua fase atual tem trazido à tona uma polêmica em

torno do próprio estatuto da classe proletária que, nesse momento, encontra-se vulnerabilizada pelo desemprego estrutural. Os debates que envolvem tais transformações procuram colocar em evidência os argumentos que defendem que as mudanças processadas no mundo do trabalho apontam para alterações que, no limite, indicam o fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

Assim, para alguns teóricos o trabalho estaria perdendo sua centralidade enquanto categoria analítica do mundo social. Esses teóricos questionam, inclusive, a capacidade heurística do trabalho e, até mesmo, a sua pertinência diante do cenário atual, o que será melhor detalhado na próxima seção. Para nós, o trabalho, mesmo que de forma alienada, é atividade social do sujeito. Considerá-lo, portanto, é também atentar para os sujeitos sociais que o realizam – como é o caso dos assistentes sociais – e em quais condições o realizam.

2.2 O DEBATE EM TORNO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Apesar de o trabalho ser compreendido como fundamento da sociabilidade e como processo de autocriação humana, sua centralidade⁶⁶ vem sendo questionada, desde o final da década de 1970, por algumas correntes teóricas das Ciências Sociais. No interior desse debate, teóricos que defendem posições diversas – citados mais adiante – relacionam a perda da centralidade do trabalho à redução da demanda de trabalhadores para a produção de bens materiais e ao crescente desemprego que assola praticamente todos os países capitalistas.

Os autores envolvidos nessa polêmica, cada qual a seu modo, advogam que o trabalho já não é mais o eixo organizador da vida social. Generaliza-se a partir daí o discurso “[...] acerca do ‘fim do trabalho’, do ‘fim da sociedade do trabalho’, assim como a referência à ‘sociedade (ou economia) do conhecimento’ – discurso

⁶⁶ “O debate sobre a centralidade do trabalho só adquire sentido ao tratarmos do mundo contemporâneo. E este debate desenrolou-se a partir das profundas modificações ocorridas, principalmente [nas últimas décadas], no que se convencionou chamar de mundo do trabalho, que consideramos uma das esferas imanentes ao modo de produção capitalista” (NAKATANI, [s.d.], p. 13).

geralmente associado às várias ideologias ditas pós-modernas” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 50).

Em meio a essa discussão ganham destaque o livro de André Gorz (1982), “Adeus ao proletariado”, cuja proposta central defende a tese do fim do trabalho. Todavia, é só em meados dos anos de 1980 que esse debate se aprofunda, tendo como principal referência teórica as idéias de Claus Offe. Na sociedade contemporânea, conforme Offe (1989), o trabalho perde tanto a sua característica de fundamento da sociabilidade, quanto a sua “condição natural eterna da vida humana”.

Para esse autor, são fortes os indícios de que o trabalho remunerado perdeu sua qualidade subjetiva de eixo organizador das atividades humanas, da auto-estima, das referências sociais e das orientações morais. Também são fortes os indícios de que a crescente heterogeneidade que marca o trabalho assalariado – renda, qualificação, estabilidade do emprego, reconhecimento social, carga de trabalho, possibilidade de ascensão etc. –, coloca em xeque “[...] qualquer relevância do trabalho remunerado dependente, enquanto tal na percepção dos interesses sociais, na auto-consciência e no comportamento institucional e político dos trabalhadores” (OFFE, 1989, p. 20).

Outros autores sustentam que a riqueza capitalista não está mais subordinada ao trabalho humano, enquanto outros, como Robert Kurz (1992), defende que a luta de classes foi suprimida pela expansão do capitalismo. Há também aqueles que argumentam sobre o reflexo das transformações objetivas na consciência dos trabalhadores, deslocando as subjetividades do trabalho para outras instâncias. Já outros autores sinalizam para o fim dos empregos e propõem a redução da jornada de trabalho ou a instituição de ocupações no terceiro setor.

Podemos ver que o debate em torno do fim da centralidade do trabalho é, por si só, contraditório e cheio de controvérsias. Certos argumentos se contrapõem enquanto outros se complementam, podendo, inclusive, serem semelhantes ou não. Mas o que nos interessa nesse complexo de questões é deixar claro que as justificativas utilizadas para a perda da centralidade do trabalho podem, até mesmo, parecer compreensíveis, se considerarmos apenas a dinâmica essencial da sociedade capitalista (NETTO; BRAZ, 2006).

No entanto, se tais justificativas forem corretamente analisadas, elas não sustentam, de forma alguma, os argumentos que desconsideram a centralidade do trabalho. A redução dos contingentes de trabalhadores alocados à produção de bens materiais, por exemplo, explica-se facilmente se levarmos em conta o extraordinário desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que potencializam a produtividade do trabalho. De forma muito contraditória, “[...] é o próprio desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que torna o trabalho de muitos descartável à medida que reduz a demanda de trabalho vivo, repelindo um crescente excedente de força de trabalho, que passa a viver um cotidiano pleno de incertezas e inseguranças [...]” (IAMAMOTO, 2003, p. 88).

Quanto aos elevados índices de desemprego, eles estão diretamente vinculados aos próprios limites da sociedade burguesa, uma vez que no seu interior não existem soluções que permitam inserir todos os trabalhadores considerados aptos nos circuitos produtivos. Ter uma população excedente que, nos dias atuais, é levada ao extremo, sempre foi uma característica imanente à sociedade burguesa. Também são equivocadas as afirmações que vinculam o crescente desemprego às transformações tecnológicas. Esse problema é muito mais complexo e exige considerar como se opera a acumulação em um dado contexto histórico (NETTO; BRAZ, 2006).

Infirmo as teses que advogam o fim da centralidade do trabalho, o que se registra, na verdade, são transformações no mundo do trabalho. Essas mudanças, ao invés de diminuir o esforço dos trabalhadores, aumentam cada vez mais a precarização do trabalho em suas mais variadas formas como, por exemplo, o trabalho terceirizado, de tempo parcial, temporário e informal. O capitalismo coloca sob novas roupagens as velhas formas de produzir. Isso não significa uma diminuição do trabalho, mas, sim, uma precarização e, em consequência disso, um aumento da exploração do trabalho que vai repercutir diretamente nas relações e condições de trabalho.

Se tomarmos como base as análises de Salama e Valier (1975) veremos, então, que a demanda de força de trabalho pelos capitalistas, dependendo do nível de acumulação, pode sofrer variações, podendo aumentar ou diminuir. Quando a taxa de acumulação for menor do que a taxa de crescimento da produtividade do

trabalho, a demanda da força de trabalho, conseqüentemente, cairá. Isso porque o desemprego em massa não é produto do desenvolvimento das forças produtivas, mas resulta do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalista.

Sob essas relações, ao mesmo tempo em que se limitam as oportunidades de trabalho, o acesso ao trabalho ainda se mantém como uma condição preliminar de sobrevivência de grande parcela da população, aquela que se encontra destituída das demais formas de propriedade que não seja a sua própria capacidade de trabalho. Tal capacidade é uma força que só se realiza – somente se transforma em trabalho – quando se alia aos meios e condições de trabalho que pertencem a outrem, o que requer uma intermediação prévia do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2003).

Como se vê, o capital para manter os seus níveis de acumulação realiza – e sempre realizou – uma brutal racionalização do trabalho vivo, potencializando-o como fonte produtora de valor e mais-valia. A partir daí, as grandes unidades de capital modificam⁶⁷

[...] o layout de suas estruturas produtivas num gigantesco esqueleto mecânico, onde se pode caminhar por suas vértebras, metros e mais metros, sem encontrar uma ‘viva alma’. Embora esse esqueleto possa se automovimentar, tenha nele mesmo a fonte de seu movimento mecânico, ele, contudo, precisa de uma fonte ‘externa’ que o alimente. A subcontratação é essa fonte. As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e micro empresas espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os *inputs* necessários para serem transformados em *outputs*, por aquele monstro mecânico [...] (TEIXEIRA, 1996, p. 69, grifos do autor).

Essas grandes unidades produtivas também passam a contar com um extraordinário contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares. Esses trabalhadores funcionam como mecanismos centrais no interior dessa cadeia de subcontratação, fornecendo ‘trabalho materializado’, posto que “[...] agora, a compra e a venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas” (TEIXEIRA, 1996, p. 69).

⁶⁷ Detalharemos essas modificações na próxima seção.

São consolidadas formas reatualizadas de exploração. Ampliam-se o universo de constituição e reprodução do trabalho coletivo, sendo que nesse momento o processo de trabalho pode ser realizado na fábrica, na residência ou nos centros comunitários. Do mesmo modo, amplia-se “[...] a dimensão da subsunção real e formal do trabalho ao capital, com o auxílio de práticas consideradas libertárias do ‘despotismo de fábrica’ e vitalizadoras da liberdade do indivíduo que continua explorado, mas se pensa livre” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 37).

O que fica latente para nós é que “[...] ao contrário do que propugnam os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, o que se está verificando é que não está havendo o fim do trabalho ou da sua centralidade no capitalismo contemporâneo, nem muito menos a perda do sentido da teoria do valor [...]” (PRIEB, 2002, 147).

O trabalho continua manifestando-se como categoria central e definidor do modo de existência humana. Logo, está longe de ser extinto. Mesmo que o capital busque livrar-se do trabalho – desenvolvendo uma série de inovações tecnológicas – ele ainda não conseguiu prescindir do trabalho, necessitando nutrir-se da sua exploração. Eis aí o fenômeno que Marx convencionou chamar “[...] de ‘contradição em processo’: os capitalistas procuram livrar-se do trabalho vivo, mas, na verdade, o que ocorre é a amplificação da exploração do trabalho em níveis cada vez maiores” (PRIEB, 2002, p. 147).

Tais afirmações reiteram o nosso entendimento de que a sociedade permanece capitalista e que o trabalho assalariado e o capital não desapareceram e, muito menos, mostram alguma tendência a desaparecer. A riqueza capitalista permanece como resultado do trabalho humano – do trabalho vivo posto em ação pelo capital – e, em consequência disso, tanto a forma valor quanto a lógica de valorização do capital permanecem comandando as relações sociais.

Pois bem, se o capital conseguisse realmente prescindir o trabalho, a relação social também desapareceria. Portanto, desapareceria o próprio capital, uma vez que ele é, nada mais nada menos, do que a própria relação social de assalariamento. É por isso mesmo que continuamos reiterando que enquanto o capital existir, a relação entre capitalistas e trabalhadores também continuará existindo. Sabemos que a concorrência intercapitalista busca cada vez mais a elevação da produtividade do

trabalho e a redução de postos de trabalho assalariado, o que tem agravado, continuamente, a contradição entre a produção e a apropriação de riqueza. Mas isso não elimina, de forma alguma, o trabalho como fonte da mesma (NAKATANI, [s.d.]).

Em meio a esse dilema, o significado social do trabalho profissional do assistente social também vai depender das relações que estabelece com os sujeitos sociais que contratam seus serviços. Esses sujeitos sociais – o profissional e o seu contratante – assumem funções diferenciadas na sociedade. Embora a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho seja preservada nas mais diversas formas de inserção ocupacional, o significado social de seu processamento não é o mesmo nas diferentes condições em que se realiza, posto que esse trabalho está envolvido em relações sociais distintas (IAMAMOTO, 2007).

Para detalhar um pouco mais as complexas questões minimamente apresentadas nessa seção, a análise que se segue está orientada para atribuir maior visibilidade aos dilemas que envolvem a esfera produtiva. O propósito que nos move é apresentar, de forma concisa, as características específicas da relação capital-trabalho ao longo da história do capitalismo, fazendo referência a um conteúdo histórico e empiricamente observável. Daremos ênfase ao redimensionamento do trabalho no tempo presente, mas sem ignorar as particularidades dessa temática durante o evoluir desse sistema de produção. O tema trabalho será retomado como uma categoria a ser deslindada no interior do movimento do capital.

2.3 REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO

Desde o artesanato até os complexos processos de produção que imperam nos dias atuais, os processos produtivos passaram por significativas alterações. Diante dessas mudanças o “trabalhador livre” – agente produtor que realiza todo o processo produtivo – vai se tornando, cada vez mais, um agente dominado pelas condições objetivas e subjetivas da produção.

É com o advento da manufatura⁶⁸ que a situação desse trabalhador – no tocante à sua relação com o processo produtivo – começa a se modificar substancialmente. Essa nova estrutura produtiva marca o surgimento de um novo modelo de produção e organização do trabalho, sendo que uma de suas características fundamentais é a separação das atividades necessárias para a produção de um determinado produto e a distribuição de tarefas parceladas a trabalhadores diferentes.

Os trabalhadores perdem o controle sobre a esfera produtiva e, com isso, deixam de executar todas as operações, passando a executar apenas determinadas atividades. É com a manufatura que o capital introduz uma divisão específica do trabalho no interior das unidades produtivas. Trata-se agora de reunir os trabalhadores e especializá-los na execução de suas tarefas, que passam a ser subdivididas e atribuídas a trabalhadores diferentes, podendo, então, ser realizadas ao mesmo tempo.

No entanto, da mesma forma que essa divisão conduz a uma especialização das atividades, também contribui para a destruição dos saberes de ofício que permitiam ao trabalhador conhecer o conjunto de procedimentos técnicos necessários à produção de um determinado produto.

Restrito a uma tarefa específica, que se repetirá durante todas as jornadas de trabalho, o trabalhador é destituído dos seus conhecimentos e perde o controle sobre as suas atividades. Além do mais, com esta nova estrutura produtiva, intensifica-se o ritmo de trabalho, racionalizando o processo de produção de modo a garantir a economia de tempo na elaboração dos produtos.

Com a divisão capitalista do trabalho no interior das unidades de produção há um aumento significativo da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, uma diferenciação da força de trabalho que favorecerá por demais os interesses

⁶⁸ “O mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho, e de uma forma ou de outra a divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial. A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se apenas generalizada com o capitalismo” (BRAVERMAN, 1987, p. 70).

capitalistas. Se, por um lado, tem-se a criação de uma pequena parcela de trabalhadores altamente especializados, de outro, grande parte das atividades produtivas será desqualificada, uma vez que a divisão do trabalho multiplica as atividades simples.

Abre-se um espaço favorável tanto para a exploração do trabalho feminino e infantil como para a formação de um grande contingente de trabalhadores que não detém os saberes de ofício. É, portanto, no período manufatureiro que se “[...] desobstrui a via para que o processo de trabalho seja realmente comandado pelo capital” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 112).

Pois bem, esse comando efetivo – que marca a subsunção real do trabalho ao capital – vai concretizar-se realmente com a consolidação dos processos de produção viabilizados pela Revolução Industrial, que dá seus primeiros passos já nas últimas décadas do século XVIII. A partir daí se instaura um modelo de produção especificamente capitalista, típico da grande indústria, cuja implementação se dá basicamente pela utilização de máquinas-ferramenta no processo produtivo. Agora são postas as condições necessárias para que o capital, por meio do controle da atividade produtiva, subordine por inteiro – formal e realmente – o trabalho. Da mesma forma que o trabalhador se torna um apêndice das máquinas e a sua desqualificação se intensifica, igualmente se aprofunda a divisão do trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Mas, muito além da divisão das tarefas diretamente operativas, surge uma divisão entre a concepção – e/ou administração – dos processos de produção e a sua execução. De modo análogo, também se alteram as funções do capitalista. Ele se vê desobrigado a realizar tarefas de supervisão, controle e gestão, repassando-as a profissionais assalariados. Quando se atinge esse estágio de desenvolvimento capitalista, “[...] verifica-se a possibilidade de divorciar a *propriedade dos meios de produção* (que cabe ao capitalista, individual ou coletivo) das obrigações da sua *administração/gerência*” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 112-113, grifos dos autores).

Aqui já não se trata mais daquelas características imanentes à manufatura em que o ofício manual, mesmo que parcelado, representava o princípio regulador da produção social (Marx, 1985). Nessa nova estrutura produtiva – que tem a

maquinaria como característica principal – a valorização do ofício manual deixa de existir, permitindo ao capitalista organizar a produção não mais conforme a habilidade do trabalhador, mas de acordo com a racionalidade técnica, sem, com isso, levar em conta a qualificação desse trabalhador. O capital, então, assume uma nova forma de controle sobre o trabalho. Nesse ponto, a organização das atividades produtivas e a base técnica começam a compor os fatores que tornam cada vez mais intensa a subsunção do trabalho ao processo produtivo.

Com a Revolução Industrial e o expressivo desenvolvimento do modo de produção capitalista se intensifica o processo diferenciador de funções, desencadeando-se um processo de fragmentação das tarefas produtivas e administrativas e a especialização do trabalho intelectual. Simultaneamente, a fragmentação implica no aumento da produtividade do trabalho, acarretando também graves intercorrências sociais, tanto para a vida do indivíduo quanto das classes (SANDRONI, 2001).

É com o surgimento das grandes fábricas e das linhas contínuas que se aprofunda o processo de mudanças, transformando profundamente os sistemas organizacionais. A introdução do método de administração científica fundamentado por Frederick Taylor – taylorismo – e a implantação da produção em série nas linhas de montagem proposta por Henry Ford – fordismo –, impulsionam ainda mais a produção industrial (WOOD Jr.; 1992).

O taylorismo, forma de gerenciamento do processo produtivo, desenvolve-se, teoricamente, no final do século XIX e é colocado em prática ao longo do século XX. Reconhecido como a primeira forma científica de organização do trabalho, seu desenvolvimento é uma exigência imediata da própria expansão do capitalismo. Para além das fronteiras nacionais, o mesmo exige a introdução de técnicas mais eficientes de produção, de modo que, ao alcançar uma maior produtividade, pudesse também gerar os produtos necessários para atender os mercados externos.

Essa necessidade de criação de novas tecnologias de produção leva Taylor a estudar detalhadamente os processos produtivos. Ao observar cada uma das tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores, Taylor registra o tempo gasto e os diversos movimentos executados. A partir de suas observações conclui que é necessária a padronização para economizar movimentos e aumentar a produtividade. Propõe,

assim, a administração científica como técnica de eficiência produtiva, cujos princípios práticos são fundamentados na separação entre o trabalho mental e o físico e na fragmentação das tarefas.

Já o fordismo é uma técnica de organização do processo produtivo, tanto em nível de reorganização do sistema de máquinas e equipamentos, como em nível de organização e gestão da força de trabalho. Procura obter uma maior intensidade no ritmo do trabalho, reduzir o esforço humano no processo de montagem, aumentar a produtividade e diminuir os custos, proporcionalmente à elevação da quantidade produzida.

Da mesma forma que o taylorismo, o fordismo amplia o controle do capital sobre o trabalho. Mas enquanto no taylorismo o controle do trabalho se dá pela via da reorganização e gestão do processo produtivo, no fordismo o trabalho é controlado não somente pela gestão e organização do trabalho, mas também e, especialmente, pela imposição do ritmo da máquina. Aqui, o controle de tempo e movimento é incorporado ao capital fixo⁶⁹ e o ritmo do trabalho passa a ser regulado de modo mecânico e externo ao trabalhador. É a partir daí que temos a regulação do trabalho coletivo pelo capital (RUAS, 1985).

Em 1914, a implantação da jornada de oito horas e a remuneração de cinco dólares para os trabalhadores da linha de montagem, proposta por Ford, representou, naquele momento, uma novidade. Mas tal novidade consolidava tendências já em curso na esfera produtiva como, por exemplo, o brutal aumento da produtividade do trabalho que se dá com a decomposição do processo de trabalho em movimentos rigorosamente estudados. O objetivo era justamente controlar o tempo de trabalho e adotar um conjunto de estratégias de gestão e de monitoramento do fluxo de informações e de autoridade, forçando o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação das linhas de montagem de alta produtividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O que há realmente de novo na proposta de Ford é a combinação da produção em massa com consumo de massa, o que pressupõe um novo sistema de reprodução da força de trabalho; e “[...] uma nova política de controle e gerência do trabalho,

⁶⁹ Parte do capital constante utilizado para comprar prédios e maquinaria (MANDEL, 1985).

uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2003, p. 121).

A proposta de Ford consistia em oferecer renda e tempo de lazer necessários para que os trabalhadores consumissem os produtos fabricados em massa, uma vez que as corporações estavam produzindo em quantidades cada vez maiores. Essa proposta partia do pressuposto de que os trabalhadores iriam gastar adequadamente o seu salário. Acreditava que a articulação entre consumo de massa e produção em massa – como via de sustentação de um capitalismo sem grandes abalos – implicava controlar o modo de vida e de consumo dos trabalhadores (HARVEY, 2003).

É por isso que, em 1916, Ford contratou assistentes sociais para realizar esse controle e gerar, entre os trabalhadores, padrões de consumo compatíveis com os interesses da empresa. Esses assistentes sociais foram enviados às residências desses trabalhadores – em sua maioria imigrantes – para confirmar se o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo adequado de integridade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente – não-alcoolista – e “racional” para satisfazer às necessidades e expectativas da corporação. Entretanto, apesar dessa experiência não permanecer por muito tempo, ela sinalizou os profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer para o conjunto dos trabalhadores (HARVEY, 2003).

Tem-se com isso, uma intensa combinação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução. A vida particular dos indivíduos passa a ser controlada pelo capital, tanto sob a forma exacerbada de mercantilização da satisfação de necessidades, quanto sob a forma de controle do comportamento moral dos trabalhadores. No cenário da vida pública há uma relação de reciprocidade entre mercado, sociedade civil e Estado, conduzida pelos interesses do grande capital, que exigem uma “reestruturação global da vida social, econômica e política”. Sob a égide da nova ideologia nasce a “cultura de massas”, com o objetivo de instituir atitudes e comportamentos que pudessem se adequar aos princípios da ordem capitalista (SIMIONATO, 2004).

Os métodos propostos por Henry Ford foram analisados por Gramsci (2004) desde os seus aspectos mais gerais, até a constituição de uma ideologia denominada de “americanismo”. Seus escritos se articulam em torno das transformações do capitalismo, particularmente, aquelas vivenciadas pela formação norte-americana.

Segundo esse autor, a proposta americana traz consigo uma exigência objetiva do próprio desenvolvimento das forças produtivas, que sob a influência capitalista, desenvolve uma fisionomia político-ideológica bem particular. Assim, “americanismo e fordismo” representam, nada mais nada menos, do que uma necessidade premente do capitalismo de alcançar a organização de uma economia programática que, no movimento de superação do “velho individualismo econômico”, pauta-se por uma direção contrária às “forças subalternas”, que precisam ser manipuladas e racionalizadas de acordo os interesses de um novo projeto hegemônico.

A proposta do fordismo consiste na criação de “um novo tipo de trabalhador”, com atitudes maquinais e automáticas, dissipando a velha lógica psicofísica do trabalhador que exige uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa. A partir da unidade fabril se elabora a imagem do “homem americano” por intermédio de um processo de adequação e integração do operariado, de coerção dos sindicatos pela força, o que conduz à criação de um novo tipo de trabalhador subordinado aos ditames do mundo do capital. A racionalização do processo de produção aplicada pelo fordismo vai, inclusive, ao encontro de algumas necessidades essenciais da classe operária, como os salários altos e o bem-estar, sintetizando assim, a fórmula da hegemonia do sistema fordista (GRAMSCI, 2004).

Para alcançar o apoio voluntário do trabalhador, essa ideologia parte do princípio da racionalização do trabalho e dos pressupostos mentais e sociais dos trabalhadores. Muito mais do que uma dimensão econômica – com seu impulso ao processo de extração da mais-valia relativa –, a relação social fordista é vista por Gramsci (2004) como um esforço de produzir um “novo homem” inserido em uma “nova” sociedade capitalista.

Dentre as sucessivas tentativas adotadas pela indústria para superar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, o fordismo pode ser considerado o ponto mais alto de

um processo de revitalização do capitalismo. Seu objetivo consiste em instituir limites concretos para coibir qualquer tentativa de democracia por parte da classe operária e realizar a substituição do atual grupo plutocrático⁷⁰, por meio de um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro baseado, de forma direta, na produção industrial (GRAMSCI, 2004).

O americanismo, enquanto elemento complexo de modernização e racionalização do processo produtivo e da vida político-social, configura a origem da hegemonia americana na nova divisão internacional do trabalho. Em um mundo polarizado em classes distintas a hegemonia da indústria, da eficiência econômica imediata e da produção pela própria produção começa a determinar as formas de poder e controle sobre a vida de todos. Todavia, “americanismo e fordismo” não representam apenas um método de trabalho (GRAMSCI, 2004).

É antes de tudo, uma “filosofia” capitalista que pressupõe um modo de organização estatal e uma compreensão ético-política vinculada às exigências de uma etapa peculiar do desenvolvimento capitalista, por meio de um conjunto de fatores, tais como a exigência de programação capitalista; a definição de normas comportamentais de acordo com as exigências do processo produtivo; a elaboração de mecanismos de controle sobre a vida do trabalhador fora da fábrica; e a propensão à individualização de uma ideologia funcional do Estado direcionada ao sistema “fordiano” (GRAMSCI, 2004).

Ora, o que marca esse período é a subsunção real do trabalho ao capital. A partir de agora toda a subjetividade do trabalhador é excluída do processo de produção. Desvincula-se, claramente e explicitamente, a concepção do produto da sua elaboração. Se nas etapas precedentes a subjetividade do trabalhador e a sua criatividade ainda eram consideradas importantes, no período da grande indústria já não são mais. Surge, dessa forma, “[...] espaço para que a negação do trabalho seja contestada pelo trabalhador e a inversão sujeito-objeto seja questionada das mais diferentes formas possíveis” (NAKATANI, [s.d.], p. 11).

⁷⁰ Plutocracia para Sandroni (2001) significa o governo ou poder orientado conforme os interesses dos indivíduos mais ricos da sociedade.

A ideologia empregada no sistema fordista não interfere somente sobre o mercado, mas também na produção do sistema de valores e instituições sociais. Seus métodos de interação não se restringem a uma ética de política econômica, mas compreendem ainda uma ética do trabalho direcionada à produção de formas de adequação das classes subalternas aos ditames da dominação imposta pelo capital (SIMIONATO, 2004).

O processo de organização do sistema de produção fordista transcende a simples influência econômica, uma vez que demanda uma extensa empresa intelectual para viabilizá-la. As classes dominantes criam uma elite de intelectuais composta por administradores, supervisores, engenheiros, dentre outros, com a função de homogeneizar a classe. Segundo Gramsci (2004), a hegemonia surge na fábrica e para ser exercida precisa apenas de uma quantidade mínima de intermediários, profissionais da política e da ideologia.

Fica claro aí uma intrínseca vinculação entre a organização da produção e a ideologia. O ambiente fabril tende a atuar como componente organizativo de toda a vida social, eixo organizador não apenas da produção material, mas também da produção de uma ideologia – o americanismo – e, por consequência, da formação da consciência social e do senso comum (IAMAMOTO, 2007).

O verdadeiro conteúdo presente nessa ideologia e que foi tão bem trabalhado por Gramsci (2004) reforça o que Marx (1985) já havia anteriormente prefigurado: a subsunção real da sociedade ao capital. Ou para dizê-lo melhor, a produção do capital passa a subordinar e assimilar

[...] a si, progressivamente, todo espaço e todo sentido da vida, individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o fato de que *o capital se faz totalidade* e que, enquanto totalidade é *ao mesmo tempo*: 1) produção de mercadorias; 2) produção de classes, ou seja, de relações sociais desiguais que terminam por se tornar opostas; 3) produção de formas da consciência moral, enquanto princípios de uma visão do mundo (FINELLI, 2003, p. 100-101, grifos do autor).

Aqui, também interessa-nos pôr em evidência que a implementação do sistema fordista esteve subordinada a um conjunto de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais. Muitas dessas decisões estavam submetidas a escolhas políticas realizadas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do

sistema capitalista, principalmente, aquelas que se expressaram no período da Grande Depressão, em 1930 – o que já foi devidamente discutido no capítulo precedente. Posteriormente, a mobilização durante o período da Segunda Guerra Mundial demandou um processo de planejamento em larga escala. Mesmo diante da oposição do trabalhador à produção em linha de montagem e do receio dos capitalistas em submeter-se ao controle centralizado foi implementada uma ampla racionalização do processo de trabalho (HARVEY, 2003).

Embora a experiência de Ford tenha se desenvolvido desde as primeiras décadas do século XX, seus métodos só foram amplamente adotados, em âmbito mundial, no pós-Segunda Guerra, tornando-se um novo paradigma tecnológico. Nos anos precedentes – entre as duas grandes guerras – as condições gerais da luta de classes dificultavam a propagação do trabalho baseado em atitudes maquinais e automáticas, enfrentando fortes resistências do movimento operário organizado, especialmente, na Europa.

Foi preciso, pois, que as relações de classe sofressem um forte abalo para que o fordismo pudesse realmente se impor e se disseminar. Justamente no momento em que as orientações keynesianas se colocam por completo no cenário econômico e político – o que inclui uma mudança no papel do Estado, como já fora discutido anteriormente – é que o fordismo alcança sua plena maturidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

É a associação do keynesianismo ao pacto fordista que vai oferecer as bases de sustentação de um processo de acumulação acelerado vivenciado pelo capital no pós-1945. Mas tal conjugação só pôde ser viabilizada “[...] com a capitulação de muitas lideranças operárias, a exemplo da social-democracia e dos partidos comunistas europeus, às demandas imediatas e corporativas, especialmente no setor monopolista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 89).

Esse período foi marcado por uma forte expansão da demanda efetiva, por elevadas taxas de lucros, pela elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central e um alto nível de internacionalização do capital, sob o domínio da economia norte-americana. A expansão da acumulação determinada pela eficiência do fordismo

conduz a uma excessiva centralização do capital fixo em torno das linhas de montagem (DUPAS, 2000).

Mas, a partir da década 1960, a dinâmica taylorista/fordista começa a apresentar os primeiros sinais de enfraquecimento. Os padrões de organização do trabalho vigentes já não conseguem mais manter os altos níveis de lucro que a empresa monopolista obteve em seu auge. Tem início um processo de “[...] crítica aos paradigmas taylorista e fordista e a busca por novas formas de concepção das normas de produção, distribuição e repartição da produção” (PAGOTTO, 1996, p. 60).

Nesse momento, a produção em série e padronizada e a relação fordista de altos salários baseados na pujança da demanda em relação à oferta, entram em crise. Para Harvey (2003), o termo que melhor sintetiza a incapacidade do pacto keynesiano/fordista em conter as contradições capitalistas daquele período é a ‘rigidez’. Essa incapacidade se manifesta tanto na rigidez que atinge os investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, como também a rigidez que atinge os mercados, a alocação e os contratos de trabalho. E toda tentativa de superação dessa rigidez defrontava-se com o poder aparentemente imbatível dos trabalhadores, o que explica os sucessivos períodos de greve e de problemas trabalhistas desencadeados entre 1968 a 1972.

Após 1973, a crise recessiva que se abateu sobre a economia mundial e que foi agravada pelo choque do petróleo, contribuiu para enfraquecer ainda mais as estratégias fordistas de produção. São colocadas em ação novas estratégias de reestruturação econômica, dando início a um período em que as políticas adotadas passam a confrontar-se diretamente com a rigidez do fordismo. Tais políticas apoiavam-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Como se vê, a rigidez do fordismo dá lugar à “flexibilização”. Surgem aí “[...] as abordagens que preconizam a substituição do trabalho parcelado e da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semi-autônomos e malhas de produção, nas quais os mecanismos automáticos reduzem a intervenção do trabalho vivo ao mínimo possível” (PAGOTTO, 1996, p. 60).

Esse processo, nomeado por Harvey (2003) de acumulação flexível parecia, ao mesmo tempo, provocar altos índices de desemprego estrutural, rápida destruição e recomposição das habilidades dos trabalhadores, ganhos modestos de salários reais e o enfraquecimento do poder dos sindicatos.

Assumindo uma posição contrária a Harvey (2003), Nakatani e Sabadini (2002)⁷¹ associam a ruptura do paradigma fordista à manifestação da crise que se instalou no próprio interior do capitalismo mundial. Para eles, essa crise representava a crise da própria “estrutura do capital”, e como resposta, o capital dá início a um movimento de reorganização produtiva e a implantação de um sistema político e ideológico que defende a retração estatal na realização de suas funções sociais. Reinaugura-se, assim, um período marcado pelas idéias do livre mercado (NAKATANI; SABADINI, 2002).

Novos processos são introduzidos nos circuitos produtivos, enfraquecendo cada vez mais o modelo que se consolidou durante os “anos de ouro”. Agora, tem início uma nova modalidade que vai caracterizar a fase contemporânea do capital, o processo que é denominado de reestruturação produtiva que, ao lado da financeirização e da ideologia neoliberal, intensifica ainda mais a contradição capital-trabalho. Ao mesmo tempo em que ocorre a superação do fordismo/taylorismo⁷² pela reestruturação produtiva e pelos novos processos de gerenciamento e de produção – *toyotismo*, *just-in-time*, *kanban*⁷³ –, ocorre também um processo de reorganização do capital e de seu aparato político-ideológico de dominação (NAKATANI, [s.d.]).

Desde, então, o modelo taylorista-fordista é substituído por um novo modo de organização da produção, cujos princípios e dispositivos estão voltados para adequar a produção de mercadorias às determinações do novo regime de

⁷¹ Também compartilhamos da posição defendida por esses autores porque acreditamos que as crises do capital não são e nunca foram apenas um acidente de percurso, muito menos acontecem de forma aleatória e independentes do movimento do capital. As crises também não são “[...] uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que [podem ser suprimidas] pelo capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao [modo de produção capitalista], a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 157, grifo dos autores).

⁷² Isso não quer dizer que o fordismo/taylorismo desapareceu totalmente. Muito pelo contrário, esse paradigma produtivo permanece e continua sendo quantitativamente dominante em muitos setores produtivos (NAKATANI, [s.d.]).

⁷³ O just in time, também denominado de Sistema de Produção Toyota ou Sistema Kanban, se configura em um sistema de controle de estoques. A definição mais sintética deste sistema seria “a peça certa, no lugar certo, no momento certo”.

acumulação de capital. Esse novo modo de organização, convencionalmente chamado de toyotismo, mesmo mantendo a característica de produção em larga escala do modelo anterior, começa a destinar a sua produção a mercados específicos, com o objetivo de atender variabilidades culturais e regionais, voltando-se para as particularidades de determinados “nichos” de consumo (NETTO; BRAZ, 2006), o que será discutido com mais detalhes no subitem a seguir.

2.3.1 As atuais configurações do trabalho: problematizando alguns pontos

Como anunciamos na seção anterior, a fase expansiva do capitalismo maduro começou a apresentar sinais de esgotamento no final da década de 1960. Esse esgotamento traz conseqüências destrutivas para as condições de vida e de trabalho das majorias – inclusive para os assistentes sociais. Desde, então, o capital se lança num movimento de desterritorialização da produção, deslocando as unidades produtivas para novos espaços territoriais, onde a exploração da força de trabalho tende a se intensificar. Tal descontração industrial aprofunda ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (NETTO; BRAZ, 2006).

Mas o toyotismo mescla-se, em maior ou menor grau, com outras formas de racionalização do trabalho, aquelas que são capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso mesmo que “[...] tal como uma dialética integradora, que mescla o novo e o arcaico, o toyotismo aparece articulado com as formas tayloristas-fordistas restritas no processo de trabalho. Apesar disso, ele não deixa de ser o ‘momento predominante’ do novo processo produtivo, impondo, articulando e constituindo as novas qualificações” (ALVES, 2007, p. 5).

O objetivo do toyotismo, na verdade, é a captura da subjetividade operária à racionalização capitalista e a manipulação do consentimento dos trabalhadores por meio de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias.

Visando expandir para todo o conjunto da sociedade a hegemonia que surgiu na fábrica, o grande capital “[...] requer e demanda uma série de intervenções sócio-institucionais que reatualizem as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital [...]” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 39). Essas intervenções, ao mesmo tempo em que sinalizam para ações nos campos da racionalização da produção e da intervenção por parte do Estado, também apontam para o controle e a recomposição política da subalternidade dos trabalhadores.

O conjunto de mudanças ocorridas no âmbito da produção e da organização social repercute no redirecionamento da intervenção estatal, sobretudo, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho. As alterações nas relações existentes entre o Estado, a sociedade e o mercado materializam-se em uma série de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais (MOTA; AMARAL, 2006).

Acoplado à “reforma do Estado”, esses processos incidem diretamente sobre o conjunto de mediações sócio-institucionais de controle social, tais como àquelas relacionadas aos aparatos estatais, às políticas assistenciais, aos movimentos e às organizações da sociedade civil – o que vai afetar o mercado de trabalho e as demandas profissionais dos assistentes sociais, como veremos no quinto capítulo desse trabalho (CORIAT, 1989; IAMAMOTO, 2007).

Tal como o fordismo, o toyotismo é uma forma organizacional da grande indústria que visa a subsunção real e formal do trabalho ao capital. Mas, bem diferente do fordismo – em que se opera uma subsunção formal-material –, no toyotismo tem-se uma subsunção formal-intelectual ou espiritual do trabalho ao capital. Para além do fordismo, o toyotismo reconstitui, no interior da grande indústria, o que era um elemento central na manufatura: o “[...] velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI, 1985, p.397). O toyotismo tende, dessa forma, a exigir novas qualificações do trabalho que mesclam habilidades cognitivas e comportamentais.

Tal mudança pode ser sintetizada da seguinte forma: em detrimento das habilidades manuais tem-se uma valorização das habilidades cognitivas – como a leitura e

interpretação dos dados formalizados; a lógica funcional e sistêmica; a abstração; a dedução estatística; a expressão oral, escrita e visual – e comportamentais, como a responsabilidade, a lealdade e o comprometimento; a capacidade de argumentação; a capacidade para trabalho em equipe; a capacidade para iniciativa e autonomia; a habilidade para negociação (TEIXEIRA, 1998).

O toyotismo concretiza uma proposta “educativa” que determina novos contornos para a qualificação no mundo do trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que essa dinâmica legitima a própria transformação educacional que se processa no mundo capitalista, também impõe uma lógica de exclusão que tende a restringir a capacidade do sistema de produção de mercadoria de integrar os indivíduos em uma vida produtiva. Mesmo que todos adquiram as novas qualificações exigidas, o sistema orgânico do capital é incapaz de absorvê-los, à medida que o mercado não é para todos (ALVES, 2007).

Uma das conseqüências mais evidentes do processo de reestruturação capitalista, especialmente, da aplicação do modelo toyotista, é o completo distanciamento de qualquer possibilidade para além do capital, uma vez que esse modelo privilegia a ótica do mercado, da produtividade, das empresas. Desconsidera, portanto, aspectos mais graves e urgentes como, por exemplo, o desemprego estrutural, que, na conjuntura atual, difunde-se mundialmente em proporções consideráveis (ANTUNES, 1999a).

Esse desemprego, resultante, sobretudo, das transformações ocorridas no processo de produção tem, no toyotismo, um dos maiores responsáveis pelas conseqüências provocadas no cenário mundializado do capital. O processo de ocidentalização do toyotismo representou e ainda representa uma estratégia crucial implementada pelo capital contra o trabalho (ANTUNES, 1999a).

É um processo de organização, cujo objetivo central reside na intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo de maneira drástica, ou até mesmo suprimindo, o trabalho improdutivo, que não cria valor. Reduz também suas formas semelhantes, notadamente, nas funções relacionadas à manutenção, ao acompanhamento e à inspeção de qualidade, funções estas que foram diretamente agregadas ao trabalhador produtivo (ANTUNES, 1999b).

Os novos processos de gerenciamento e de produção já não são reinseridos no processo de trabalho como elemento integrante do processo produtivo, mas alteram os instrumentos de controle de valorização do capital. Há uma transferência para o trabalhador dos procedimentos indispensáveis à valorização do capital que os internaliza em sua consciência⁷⁴ (NAKATANI, [s.d.]).

É também no contexto das novas necessidades impostas pelo processo de acumulação capitalista que surge, no âmbito do trabalho, uma fragmentação objetiva do trabalhador coletivo⁷⁵ que se manifesta por meio da composição de dois grupos distintos de trabalhadores. Em primeiro plano, encontram-se os trabalhadores estáveis que integram o grande capital e dispõem de determinada proteção social. Já em segundo plano, submetidos ao trabalho desprotegido, encontram-se os trabalhadores excluídos do emprego formal (MOTA; AMARAL, 2006).

Segundo Teixeira (1996), esse segundo grupo de trabalhadores – seja na condição de trabalhadores precarizados, seja na condição de provedores de “trabalho objetivado” – estão à mercê do atual modelo de exclusão do mercado formal de trabalho, à medida que não mais integram a estrutura interna das empresas. Simultaneamente, esses trabalhadores transformam-se em objeto de um novo modo funcional de inclusão econômica.

Vemos que o trabalhador coletivo se reorganiza em torno de um amplo “[...] número de estatutos trabalhistas e reprodutivos (precarizados e desprotegidos) que fazem

⁷⁴ Nakatani (s.d.) fundamenta metodologicamente esta afirmativa em Norbert Elias (1993). De acordo com esse autor, o ser humano é também um animal e o seu comportamento instintivo ou natural deve ser “civilizado”. O processo civilizador é um mecanismo social por meio do qual os indivíduos recalcam suas pulsões primárias e adotam o comportamento civilizado. Dessa forma, internalizam em sua consciência os procedimentos da civilização e executam, eles próprios, seu autocontrole. A implicação é que os comportamentos sociais tornam-se “naturais”.

⁷⁵ Segundo Netto e Braz (2006), com a categoria trabalhador coletivo quer-se dizer que, sob a grande indústria – característica que atravessa os séculos XIX, XX e penetra no século XXI –, a produção envolve mais que funções executadas imediatamente pelos operários – proletários –, aqueles que entram em contato direto com as matérias que, ao serem modificadas, constituirão as mercadorias. O trabalhador coletivo, muito mais do que isso, é o conjunto de trabalhadores envolvidos na produção, seja desempenhando atividades manuais ou não. É sob a grande indústria capitalista que se torna mais evidente a subsunção real do trabalho ao capital, “[...] não é o operário singular, mas, cada vez mais, uma capacidade de trabalho socialmente combinado que se converte no agente real do processo de trabalho em seu conjunto” (MARX, 1985, p. 78-79). Desenvolvido o trabalho, o seu produto “[...] deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho” (MARX, 1985, p. 584).

ecoar de modo permanente, entre a força de trabalho ativa, o risco e a ameaça de desemprego permanente e estrutural como expressão da modernização neoconservadora [...]” (SOUZA, 1994, p. 39).

Também é essencial a esse novo paradigma produtivo “[...] *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 216, grifos dos autores). São as novas condições impostas ao processo produtivo pelo deslocamento dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos que provocam alterações nos processos de trabalho, afetando intensamente o conjunto de trabalhadores ligados à produção.

As implicações imediatas desse deslocamento têm provocado uma expansão das fronteiras do trabalhador coletivo, à medida que as operações e atividades intelectuais demandadas para a produção material tornam-se cada vez mais amplas e complexas (NETTO; BRAZ, 2006).

Na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, mais se expandem as fronteiras do trabalhador coletivo. Esse trabalhador deixa de se situar apenas nos limites físicos da grande indústria e começa a se inserir em espaços sociocupacionais bem diversificados como, por exemplo, nos laboratórios de pesquisa aplicada, nos gabinetes de elaboração de projetos etc.

Contudo, essa expansão do trabalhador coletivo traz consigo várias implicações, dentre elas, o questionamento em torno da natureza produtiva ou não do seu trabalho. E essa questão – que envolve as categorias de trabalho produtivo e improdutivo –, tem sido foco de intensos debates entre diferentes estudiosos das diversas áreas de conhecimento, principalmente, àqueles da ciência política, da economia e, mais recentemente, também passou a constituir preocupação entre os assistentes sociais. Nos dias atuais, “[...] a definição de trabalho produtivo no capitalismo provoca uma das discussões mais ‘pantanosas’ no âmbito da teoria econômica e, em particular, da análise marxista” (TAUJLE, 2001, p. 70). No entanto, estamos longe de chegar a um consenso.

E é justamente por considerarmos essa discussão muito polêmica e contraditória que não vamos nos deter a um debate tão complexo no escopo deste texto. Sabemos que para desvelar a complexidade que envolve a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo demandaria uma análise minuciosa dos escritos de Marx no sentido de evitar cair nas artimanhas que, muitas vezes, estão presentes nas interpretações formuladas por alguns estudiosos. Para elucidar alguns dilemas que perpassam essa temática seria necessário ainda, a partir dos escritos de Marx, estabelecer um diálogo com os diversos autores que discutem essas categorias como, por exemplo, Mandel (1998), Braverman (1987), Rubin (1987), dentre outros.

Mas como não é essa nossa intenção, retomemos, agora, o que falávamos linhas atrás, ou seja, as implicações imediatas decorrentes do deslocamento dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos. São essas implicações que têm colocado novas exigências à força de trabalho que se encontra diretamente envolvida no circuito produtivo. Exigem-se do trabalhador uma maior qualificação e a capacidade de desenvolver múltiplas atividades ao mesmo tempo e pelo mesmo salário. Exige-se também que a força de trabalho seja qualificada e polivalente, o que desloca o problema do desemprego para a esfera da qualificação, que tem como forte apelo o discurso da empregabilidade.

O capital, para construir e legitimar um novo consenso sobre o trabalho, a educação, o emprego e a individualidade, faz uso de um discurso ideológico que transfere para o indivíduo a responsabilidade de um problema produzido socialmente. Assim, a lógica da empregabilidade, em um mercado cada vez mais competitivo, responsabiliza o indivíduo por sua situação de qualificação e de desemprego.

Fica a cargo do trabalhador a responsabilidade por sua formação, contratação, demissão e nível salarial. A competência aparece aqui como um dos elementos centrais para a qualificação profissional, induzindo o sujeito a investir em um mercado de trabalho incerto e excedente. As mais variadas formas de acesso, contratação e de níveis salariais passam a ser associadas às capacidades individuais dos trabalhadores (MANFREDI, 1998).

Os sujeitos, para alcançarem a empregabilidade, precisam reunir um conjunto de requisitos e habilidades, posto que somente os melhores, os mais qualificados e os

mais preparados obterão sucesso no mercado de trabalho. O conceito de empregabilidade além de acirrar a individualização e a competitividade entre os trabalhadores, também obscurece os verdadeiros determinantes políticos e econômicos que contribuem para a exclusão social de grande parte da população.

Tal conceito, ao encobrir as relações de poder e força e os interesses conflitantes que marcam as relações econômicas e de classes, contribui para propagar a falsa idéia de que a educação é responsável pelo desenvolvimento econômico e social e pela ascensão dos indivíduos. Reforça com isso os mecanismos ideológicos que ao desresponsabilizar o Estado e o capital, transferem para os trabalhadores a responsabilidade por sua inserção e manutenção no mercado de trabalho.

Na esteira desse processo, o estímulo à figura do trabalhador polivalente consegue, inclusive, romper com as rígidas barreiras em torno das diversas especialidades profissionais, sobretudo, aquelas de menor qualificação. Expressa o estranhamento do trabalhador assalariado em relação ao tipo ou qualidade do trabalho que desenvolve sob o controle de outrem. E mostra ainda que o trabalho remunerado é uma simples via de obtenção dos meios necessários à sua subsistência, à medida que o que produz para si é o equivalente monetário desses meios de sobrevivência.

Mas, ao mesmo tempo em que se têm tais exigências, há também um movimento inverso. Muitas tarefas laborativas são desqualificadas de modo a empregar uma força de trabalho que, a qualquer tempo, pode ser substituída por outra. É por isso que no conjunto dos trabalhadores tem-se uma parcela altamente qualificada que, na maioria das vezes, consegue alcançar um mínimo de segurança no emprego e uma grande parcela de trabalhadores que se encontra totalmente precarizada (NETTO; BRAZ, 2006).

O deslocamento dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos também provoca uma reciclagem da organização taylorista-fordista, alterando significativamente a gestão da força de trabalho. Muito diferente daquelas formas adotadas pelo despotismo fabril, o capital recorre a outras formas de controle da força de trabalho. É mediante o apelo à “participação” e ao “envolvimento” dos trabalhadores, à valorização da “comunicação” e à redução das hierarquias por meio da utilização de “equipes de trabalho” que o toyotismo passa realmente a dominar as

relações de trabalho, inclusive estimulando o “sindicalismo de empresa” ou “de resultados” (NETTO; BRAZ, 2006).

Com o objetivo de destruir a consciência de classe dos trabalhadores, o capital vale-se do “[...] discurso de que a empresa é a sua ‘casa’ e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como ‘operários’ ou ‘empregados’ – agora, são ‘colaboradores’, ‘cooperadores’, ‘associados’ etc.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 217).

Ao adotar esse discurso, a lógica capitalista consegue desmobilizar e inviabilizar a organização dos trabalhadores em favor de melhores condições de trabalho. Em um mercado cada dia mais instável esse discurso é utilizado para induzir os trabalhadores – aqueles que ainda se mantêm empregados – a se dedicarem ainda mais ao trabalho, aumentando, consideravelmente, a produtividade e a lucratividade das empresas.

Não restam dúvidas de que as novas modalidades de dominação impostas pelo capital supõem, antes de tudo, a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de modelos comportamentais compatíveis às necessidades de mudanças na estrutura produtiva e na reprodução social. É justamente aí que a “[...] direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 29).

Esse movimento possui uma dupla dimensão. Para a burguesia, é materializado a partir da defesa de um pensamento único que invoca a modernidade das transformações em curso e a irreversibilidade dos ajustes, assentados no neoliberalismo, no pragmatismo econômico e no progresso tecnológico como eixo propulsor da reestruturação produtiva (MOTA; AMARAL, 2006).

Já para os trabalhadores, esse movimento se materializa, por um lado, pelos impactos objetivos da crise – em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, dentre outros – e, por outro, pela construção de novas formas de sociabilidade que são marcadas pela adoção de iniciativas pragmáticas no enfrentamento da crise. Tais iniciativas, ao

mesmo tempo em que fragilizam as formas históricas de organização dos trabalhadores, esgarçam uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital (MOTA; AMARAL, 2006).

Essas novas formas de sociabilidade vinculam-se à necessidade do capital de criar, nesse dado momento, novos mecanismos de subordinação do trabalho. Busca-se, assim, flexibilizar a produção e potencializar “[...] a produtividade do trabalho longe da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 30).

Dotado de um caráter extremamente perverso e destrutivo, o capital do mesmo modo que reorganiza o ciclo de produção de mercadorias, também cria estratégias sociais, políticas, culturais e institucionais que são necessárias para dar continuidade ao processo de reprodução social. A reestruturação da produção e o reordenamento dos mercados – mecanismos adotados pelo capital com a finalidade de estabelecer um novo equilíbrio – têm como principal exigência a reorganização do papel das forças produtivas no processo de recomposição dos índices de acumulação capitalista.

Como uma ofensiva do capital na produção, a reestruturação produtiva além de criar novas configurações para o mundo do trabalho também cria novas condições sócio-históricas para o conjunto dos trabalhadores. Uma de suas principais funções é fazer com que o movimento dos trabalhadores e as suas organizações sociais e políticas se desloquem para o plano “[...] econômico-corporativo, abrindo mão, portanto, dos elementos ético-culturais que permitiriam dar forma e sustentação a uma nova fase expansiva da construção das classes trabalhadoras como força autônoma e revolucionária” (SOUZA, 1994, p. 39).

Todo o conjunto de estratégias adotado pelo grande capital para redefinir socialmente o ciclo de produção de mercadorias nos revela que a função precípua da reestruturação produtiva, nada mais é, do que integrar passivamente os trabalhadores à nova ordem do capital, ou melhor, obter a adesão e o consentimento desses trabalhadores às novas exigências impostas pela produção capitalista (MOTA; et al, 1996).

Essa adesão e esse consentimento trazem consigo um processo de incorporação ativa ou passiva por parte dos trabalhadores. Enquanto a incorporação ativa se materializa a partir do convencimento ativo que se dá, sobretudo, pela impregnação de uma nova racionalidade, a incorporação passiva se efetiva por meio da neutralização das práticas ligadas às classes subalternas e pela destruição ativa de uma personalidade histórica que se revela na criação de uma nova classe trabalhadora e de uma nova cultura (DIAS, 1997).

De fato, o objetivo principal do complexo de reestruturação produtiva e, em especial, das políticas de cunho neoliberal, é eliminar as organizações sindicais e todas as instituições e relações sociais que possam, eventualmente, colocar em risco à lógica de valorização do capital. Mesmo que as transformações societárias e no mundo do trabalho apresentem características que, minimamente, demonstrem um maior grau de autonomia, liberdade e flexibilidade do trabalhador diante do trabalho e uma redução do distanciamento entre os níveis hierárquicos, tais transformações, contraditoriamente, aumentam a alienação por meio da necessidade de uma maior adesão ao trabalho (MANFROI, 2003).

É a partir do envolvimento manipulatório dos trabalhadores que o capital consegue desarticular seu poder sindical, submetendo-o aos interesses da empresa. Também consegue ocultar e pulverizar as ações dos trabalhadores, cujas reivindicações acabam centrando-se apenas na manutenção de suas conquistas e somente dentro das possibilidades apresentadas pela conjuntura da crise. O teor das reivindicações dos trabalhadores desloca-se para o campo das ideologias práticas, campo esse marcado, especialmente, pelas suas necessidades imediatas (MOTA, 2005).

Os sindicatos, totalmente enfraquecidos pelo desemprego e pela desestruturação do mercado de trabalho, não vêm alternativa senão negociar a manutenção dos empregos. Nos momentos de crise, suas ações assumem um caráter defensivo no sentido de preservar o que já fora conquistado. As ações particularizadas, agora, acabam se sobrepondo às ações coletivas.

Num movimento paralelo são adotadas medidas, ações e opções políticas que têm como função redefinir o papel do Estado nas relações de trabalho, o que intensifica ainda mais a relação assimétrica entre capital e trabalho. O Estado passa, agora, a

adotar iniciativas de desregulamentação e flexibilização, a estimular as negociações descentralizadas e a desenvolver uma política econômica que eleva os índices de desemprego, desestruturando, dessa forma, o mercado de trabalho. Ainda são adotadas estratégias que tem como finalidade desarticular o movimento sindical e suprimir os canais de negociação e de conversação. Com a adoção desse conjunto de medidas a regulação social do trabalho torna-se ainda mais frágil, fortalecendo sobremaneira a regulação privada na determinação do uso da força de trabalho (CACCIAMALLI, 1999).

Também nesse momento, o elevado crescimento das taxas de desemprego e o uso de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, provocam a redução do emprego formal e o aumento do uso crescente do trabalho por contrato temporário. As mudanças processadas nas relações de trabalho e que geram o assalariamento não oficializado por meio desses contratos de trabalho temporário, das cooperativas de trabalho e de outros serviços de pequena duração influenciam diretamente a reorganização do trabalho assalariado, escamoteando o trabalho autônomo. É a ampliação das ocupações informais no mercado capitalista de trabalho que coloca a mercê do capital um contingente de trabalhadores que é utilizado como reservatório ativo de força de trabalho (NAKATANI; SABATINI, 2002).

Por outro lado, o aumento crescente do desemprego e a adoção dos novos métodos organizacionais contribuem para o fortalecimento do poder das empresas, o que altera os processos de trabalho e, por consequência, as relações com os trabalhadores. Algumas empresas começam, inclusive, a privilegiar uma fração dos trabalhadores que apesar de trabalhar de forma mais flexível pode, até mesmo, ter rendimentos e benefícios superiores àqueles previamente estabelecidos por lei ou por contrato coletivo de trabalho. Mas, de outro lado, tem-se outra fração de trabalhadores que não faz parte de nenhuma categoria profissional, estando inserida em empresas mais precárias e terceirizadas e, portanto, sem a cobertura legal dos contratos coletivos e sem o cumprimento da lei (NETTO; BRAZ, 2006).

Essa situação que vem afetando o conjunto dos trabalhadores também traz sérias implicações para o mercado profissional dos assistentes sociais. Diante do cenário dominante do mercado de trabalho no pós década de 1990, os profissionais de Serviço Social, da mesma forma que os demais trabalhadores, vivenciam um

período em que se intensificam “[...] a redução do emprego do trabalho vivo na produção, a racionalização da contratação; a desverticalização das empresas com o crescimento da terceirização, o que tende a ampliar o trabalho temporário e por tarefa, destituídos de direitos. Enfim, cresce o desemprego e a precarização das relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2003).

Em meio a esse quadro, a terceirização, como nova modalidade de exploração do capital sobre o trabalho, surge

[...] não apenas como mero comportamento reativo, mas como procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor os circuitos de valorização desenvolvendo novas redes de subcontratação, que reflete no aumento da subcontratação um indicativo da subproletarização, uma vez que a precariedade do emprego e do salário é o que a caracteriza. O processo de terceirização é um tipo de descentralização produtiva, centrado na lógica da ‘focalização’ da produção, isto é, a empresa tende a concentrar seus esforços e a se especializar na produção daquelas mercadorias sobre as quais ela detém evidentes vantagens competitivas (ALVES, 1999, p. 152).

A terceirização também contribui para uma articulação mais orgânica entre as diferentes “[...] frações do capital, tornando-as aliadas e sócias no processo de precarização das condições de trabalho e de flexibilização do mercado de trabalho [...] Na verdade, essa proposição é uma poderosa solda político-ideológica entre as diversas frações do capital” (FILGUEIRAS, 2005, p. 29).

Eis que emerge uma nova dinâmica na relação entre exclusão/inclusão dos trabalhadores na economia. A terceirização da produção, do mesmo modo que determina a exclusão dos trabalhadores do trabalho socialmente protegido, cria outras modalidades de inclusão na economia, que tem como principais características a insegurança e a desproteção do trabalho.

Para Druck (1999), a terceirização institui novos padrões de articulação entre os grandes, médios e pequenos capitais e, até mesmo, entre segmentos de trabalhadores autônomos. Ao mesmo tempo em que desloca o emprego de uma empresa maior para uma empresa menor, a terceirização faz com que atividades que antes eram consideradas como industriais, agora apareçam como de serviços. Normalmente, esse fenômeno tem provocado uma degradação tanto das condições de trabalho, quanto da remuneração do trabalhador. O que precariza ainda mais as

relações de trabalho em função da maior dificuldade em fiscalizar as empresas de pequeno porte e também pela existência de uma menor capacidade de intervenção por parte dos sindicatos (MORETTO, 2007).

Muito além de um complexo de inovações que são realizadas no processo de trabalho e nas empresas, a terceirização, o trabalho em domicílio, a subcontratação e os programas de desligamento voluntário apresentam-se como alternativas que permitem uma redefinição das modalidades de subordinação do trabalho ao capital. Pois bem, “[...] se, historicamente, o trabalho sempre esteve subordinado, o que de novo emerge é a tentativa de obter o *consentimento ativo* dos trabalhadores ao atual processo de recomposição do capital” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 36, grifos dos autores).

Diante desse complexo de inovações e dos próprios limites estruturais da lógica capitalista no enfrentamento das elevadas taxas de desemprego, as personificações do capital procuram justificá-lo por meio de fatores externos como, por exemplo, a falta de qualificação, ou ainda buscam livrar-se dos constrangimentos que envolvem a relação empregado-empregador, incorporando formas reatualizadas de trabalho precário que, agora, é transmutada pela falsa idéia de autonomia e independência. Essa estratégia é facilitada “[...] pelo recuo no aparato jurídico que, contrariando os seus próprios dogmas, imprime legalidade a formas de trabalho que, sob todos os aspectos – clandestinidade, ausência de proteção social, de higiene, de segurança etc. –, conformam um quadro de ilegitimidade” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 437).

Ao mesmo tempo em que a proteção individual deixa de ser central, é criado um aparato legal que atribui ao trabalho uma falsa autonomia que, normalmente, é marcada pelo “desassalariamento”, pela precariedade e pela inexistência de comando explícito, como se somente tais condições fossem suficientes para transformar trabalhadores em proprietários. Mas “[...] uma coisa é a propriedade privada e a apropriação que se funda no trabalho alheio, cuja base repousa na expropriação do produtor direto; outra é a propriedade privada do produtor direto em relação as suas próprias condições de produzir [...]” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 437).

Isso quer dizer que os sujeitos que compõem uma cooperativa de trabalho ou qualquer outro tipo de associação de trabalhadores, mesmo que vivenciem uma suposta condição de “proprietários”, são obrigatoriamente submetidos – como qualquer trabalhador assalariado – a critérios de avaliação do tempo de trabalho; diferenciam-se profundamente do proprietário capitalista, para quem o tempo nunca é posto em questão (ALVES; TAVARES, 2006).

E, no interior desse contexto, existem também as formas de organização social da produção informal e as relações de trabalho não tipicamente capitalistas, o que comprova o caráter bastante heterogêneo da força de trabalho. As atuais transformações no mundo do trabalho têm nos mostrado que o trabalho informal⁷⁶, ao mesmo tempo em que é, também não é essencialmente capitalista (PRANDI, 1978).

É capitalista porque não pode ser explicado senão como produto da acumulação capitalista, mas não é capitalista posto que está, aparentemente, fora do ciclo de reprodução formal do capital. As próprias estratégias de sobrevivência adotadas pela população, por meio do auto-emprego, além de contribuir para reduzir o exército industrial de reserva, também mantêm um excedente populacional suficiente para preservar o processo de queda real dos salários e reduzir as taxas de desemprego. Sendo, portanto, funcional e extremamente necessário ao sistema capitalista (PRANDI, 1978).

Numa posição contrária aos autores que afirmam que o excedente de força de trabalho é o elemento catalisador da formação e crescimento das atividades informais, Nakatani e Sabatini (2002) defendem – posição esta que também compartilhamos – que a informalidade é parte integrante do modo de produção capitalista, podendo variar, em maior ou menor grau, de acordo com o estágio de acumulação capitalista e o tipo de política econômica adotado por cada país. Logo, até mesmo nos casos em que não participa diretamente na produção de mais-valia, a informalidade cumpre uma função subordinada e integrada à lógica da

⁷⁶ Não vamos detalhar a discussão em torno do trabalho informal no escopo desse texto. Para um maior aprofundamento, sugerimos a leitura de Cacciamali (2000), Malaguti (2000) e Nakatani e Sabatini (2002).

acumulação capitalista. Em oposição a uma formalização legal⁷⁷, no trabalho informal os sujeitos não têm acesso a nenhuma garantia, ficando à mercê da sorte e do acaso.

Essa informalidade se revela, nos dias atuais, tanto nas relações entre grandes e pequenas empresas e seus contratos de subcontratação e terceirização, quanto no tradicional espaço ocupado por pequenos negócios, por trabalhadores por conta própria e por assalariados sem registro carteira de trabalho. Esse conjunto complexo de relações que envolvem os trabalhadores informais sugere, então, que o termo informal incorpora situações diversas que – de forma alguma – podem ser apreendidas como uma particularidade no interior do processo de mudanças estruturais da sociedade.

Não restam dúvidas de que todas as transformações que ora acabamos de apresentar integram um conjunto de estratégias adotadas pelo capital, cujo objetivo precípua é reverter a queda tendencial da taxa de lucro e recriar condições que permitam intensificar ainda mais a exploração da força de trabalho. É claro que o ônus de todas essas transformações – que vai desde a redução salarial até a precarização do emprego – recai, de forma estarrecedora, sobre o conjunto dos trabalhadores.

O capital financeiro, ao comandar o processo de acumulação e ao adotar novos processos sociais – que envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura – altera profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. Mas, o que fica escamoteado nessa nova dinâmica é o seu avesso, ou melhor, o universo do trabalho, posto que o conjunto dos trabalhadores – que cria riquezas para outros – e suas lutas vivenciam um período de radicalização dos processos de exploração e expropriação. Agora, as necessidades sociais das maiorias e a luta organizada dos trabalhadores em prol do reconhecimento de seus direitos sofrem um grande retrocesso em favor da economia política do capital. Eis que temos aí o reino do

⁷⁷ A formalização legal no Brasil aparece sob a forma de registro na carteira de trabalho. Mas o emprego com carteira de trabalho assinada não significa que os direitos à proteção social serão realmente mantidos, principalmente, naqueles momentos de intensa pressão para a privatização da seguridade social, dos serviços de saúde, educação e segurança pública (NAKATANI; SABATINI, 2002).

capital fetiche em toda a sua plenitude de desenvolvimento e alienação (IAMAMOTO, 2007).

O caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade dos sujeitos sociais, na era do capital fetiche, reforça cada vez mais a exploração do trabalho e radicaliza as desigualdades sociais, aprofundando as fraturas presentes na base da crise do capital. Com isso, “[...] o pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro) [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 48).

Nos dias atuais, o discurso do capital desloca-se da retórica do pleno emprego dos “anos dourados” para a defesa incondicional da precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho, da desregulamentação das leis trabalhistas e do desmantelamento dos direitos sociais, obrigando o trabalhador a buscar alternativas para garantir o seu sustento. Aqueles que advogam em favor do capital reiteram continuamente que a redução ou, até mesmo, a supressão de garantias ao trabalho aumentam as oportunidades de emprego, ampliando, dessa forma, o mercado de trabalho. Mas os fatos nos mostram que essa argumentação é extremamente falaciosa, posto que juntamente com a flexibilização/desregulamentação das relações de trabalho ocorre uma elevação considerável das taxas de desemprego.

Na atual fase “[...] do estágio imperialista, a estratégia do capital [tem impactado] fortemente os trabalhadores – [tornando-se] lugar-comum salientar as transformações do ‘mundo do trabalho’, entre as quais destacam-se a *crise do movimento sindical* e a redução do contingente dos *operários industriais* [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 219, grifos dos autores). Com relação à crise do movimento sindical, registra-se a diminuição dos sindicalizados e a perda de força do sindicalismo. Tal processo é inegável e suas repercussões expressivas, afetando, inclusive, a capacidade de resistência dos trabalhadores. No entanto, ainda não existem elementos consistentes que possam “desenhar projeções” que desconsiderem a importância, num futuro próximo, do movimento sindical.

Já a redução numérica da classe operária – fruto do desenvolvimento das forças produtivas sob os ditames do capital, como mencionamos anteriormente –, tem sido

utilizada, normalmente, para sustentar a tese do “fim do trabalho” e afirmar a “morte do sujeito revolucionário”, uma vez que, historicamente, as propostas mais consistentes de transformação socialista tenham creditado ao proletariado a capacidade de promover a total supressão do capitalismo. Se a tese do “fim do trabalho” é inteiramente falaciosa, como já reiteramos há pouco,

[...] é necessário reconhecer que a redução quantitativa do contingente proletário exige repensar as condições do seu protagonismo político – mesmo que se mantenha, [...] a convicção teórica de que somente ao proletariado está aberta a *possibilidade* de conduzir conseqüentemente a luta contra o capitalismo contemporâneo [...] (NETTO; BRAZ, 2006, p. 219, grifos dos autores).

Porém, muito mais significativo do que as questões supramencionadas é o fato do capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego em massa em fenômeno permanente. Se nas etapas precedentes o desemprego oscilava entre “taxas aceitáveis” e taxas muito elevadas, na fase atual, todas as indicações revelam a irreversibilidade da crescente enormidade do exército industrial de reserva. Nem mesmo os porta-vozes da burguesia conseguem escamotear esse fenômeno. Agora, tratam de naturalizá-lo, como se não existisse alternativa a não ser a de conviver com ele (NETTO; BRAZ, 2006).

Desvendar alguns dos dilemas que marcam a ofensiva perversa do capital sobre o trabalho é, para nós, um grande desafio. Mas estamos convencidos que uma das características centrais do capital em seu movimento contemporâneo é, nada mais nada menos, do que a agudização da questão social que, assim como o desemprego, também é naturalizada pelos ideólogos da burguesia. O que nos “anos dourados” parecia estar sob controle, hoje, alcança patamares nunca vistos e traz à tona algumas expressões que antes não se mostravam tão alarmantes.

Os processos de precarização e de informalização das relações de trabalho, por exemplo, recolocam em cena antigas formas de exploração como o aumento da jornada de trabalho, o trabalho infantil, a diferença salarial entre homens e mulheres e, até mesmo, o trabalho semi-escravo ou escravo. Mas enganam-se aqueles que pensam que os efeitos deletérios da ofensiva do capital, nas últimas décadas, têm vitimado apenas a massa trabalhadora das periferias, muito pelo contrário, nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista também tem revelado sua face perversa.

Isso não quer dizer que estamos afirmando que os traços gerais da ofensiva do capital e suas mais variadas repercussões assumem uma forma unívoca em âmbito mundial. Muito diferente disso sabemos que esse processo depende da particularidade histórica de cada região ou país e de como se deu sua inserção na dinâmica capitalista.

Assim, seria completamente precipitado e falacioso transpor diretamente a realidade vivenciada nas regiões cêntricas para os países da periferia, sem antes realizar as devidas mediações entre a formação econômica, política, social e cultural de cada país. Mesmo tendo plena certeza de que tal tarefa não é simples, nosso desafio, a partir de agora, é desvelar essas mediações entre capitalismo em geral e uma formação social particular, como é o caso do Brasil, que será analisado a seguir.

BRASIL: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

3.1 BREVES INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Pensar as transformações societárias processadas no Brasil ao longo do período temporal que vem sendo trabalhado no escopo deste texto requer, em primeiro lugar, identificar certos traços característicos que marcam a realidade do país desde a sua formação social até os dias atuais. É claro que não temos a intenção de adentrar em todas as particularidades, mas tão somente tecer algumas considerações preliminares sobre o plexo de determinações que envolvem o passado e o presente e que se interpõe na relação da formação social brasileira com a dinâmica do capitalismo em geral.

Muito além de um mero resgate histórico, a discussão aqui apresentada faz parte de um movimento que envolve singularidades, particularidades e totalidades, cujo objetivo é reunir elementos para que, nos próximos capítulos, possamos situar as discussões em torno do Serviço Social brasileiro e das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais capixabas.

Sabemos que alguns elementos que contribuíram de forma decisiva para perfilar a particularidade histórica de nossa formação já são conhecidos, mas que, no entanto, precisam ser retomados. Inicialmente, vale lembrar que desde o período colonial a economia interna se organizou de acordo com os interesses externos – fato marcado por uma assustadora perdurabilidade (PRADO JR., 1991).

Vemos aqui uma complexa articulação entre a dinâmica do mercado mundial – em emergência e, posteriormente, em consolidação – com os movimentos internos da economia e da sociedade brasileira, passando o país a viver ao sabor das flutuações de interesses e mercados internacionais (IANNI, 1989). Outro elemento decisivo é a

inexistência de um projeto consistente de ruptura com o estatuto colonial (FERNANDES, 1987).

É no marco das condições acima e, em especial, pelas próprias circunstâncias postas pelo imperialismo, que se tem a construção de uma estrutura de classes. Nesse processo de organização, à burguesia não restava fundamento político-econômico objetivo, nem para promover a evicção do monopólio oligárquico da terra, muito menos para realizar suas “clássicas” atividades nacionais, sobretudo, em função de sua formação dependente e associada à dinâmica dos mercados externos (SODRÉ, 1964; FERNANDES, 1987).

A conjugação desses elementos decisivos e “[...] sua interação recíproca com variável ponderação das suas respectivas importâncias em diversos momentos do processo de formação do Brasil moderno acabaram por configurar uma particularidade histórica [...] salientada em três ordens de fenômenos, distintos porém visceralmente conectados” (NETTO, 2007, p. 18).

Primeiramente, o capitalismo se desenvolve, mas sem se desvencilhar de certos padrões econômico-sociais que a própria experiência histórica já havia comprovado que lhe eram bastante adversos, como, por exemplo, a existência dos latifúndios. Ao invés de suprimir tais padrões, o desenvolvimento capitalista redimensionava-os, integrando-os à sua dinâmica. No caso da formação social brasileira, um dos traços típicos desse desenvolvimento capitalista é a não implementação de transformações estruturais que, em outras formações sociais, representavam uma pré-condição. Como vemos, no Brasil esse desenvolvimento não se processou contra o “atraso”, mas, sim, em função de sua contínua reposição em níveis cada vez mais complexos, funcionais e integrados (NETTO, 2007).

Tem-se em segundo lugar um processo de contínua exclusão das forças populares das instâncias de decisão política. Esta é, pois, uma característica marcante – e própria – da formação social brasileira. Os segmentos e “franjas mais lúcidas” das classes dominantes sempre encontram mecanismos e formas de inviabilizar ou conter a ação de forças comprometidas com as classes subalternas (NETTO, 2007).

Em nosso meio, a socialização da política ainda é um processo inacabado e, até mesmo, nos momentos mais efervescentes, diante de qualquer possibilidade de socialização do poder político, os setores hegemônicos das classes dominantes logo buscam meios de neutralizá-lo. Valendo-se de dispositivos sinuosos ou ainda de mecanismos de coerção aberta, esses setores conseguem “[...] que um fio condutor [costure] a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social” (NETTO, 2007, p. 18).

Por fim e funcionando mesmo como espaço social de confluência dos processos acima mencionados, tem-se a atuação específica do Estado na sociedade brasileira, com sua particular relação com as agências da sociedade civil. No caso brasileiro, não temos um Estado que se desvencilha de uma sociedade civil amorfa, “gelatinosa”⁷⁸ – nos dizeres de Gramsci (1978) –, subjugando-a a uma opressão permanente, mas temos um Estado que, historicamente, foi um instrumento eficiente contra a emersão, no interior da sociedade civil, de agências comprometidas com os interesses coletivos e com projetos societários alternativos⁷⁹. Portanto, não é um Estado que se sobrepõe ou que impeça o desenvolvimento da sociedade civil. É antes disso, um Estado que por meio de sua atuação – potenciada e condensada – desestrutura, quer pela incorporação desfiguradora, quer pela repressão, aquelas agências que sinalizam qualquer comprometimento com os interesses das classes subalternas (NETTO, 2007).

A conjugação desses três fenômenos aparece sintetizada na forma de organização da economia e da sociedade brasileira, num movimento em que as relações sociais capitalistas impregnam e determinam o espaço nacional. Cardoso de Mello (1986) sintetiza tal particularidade afirmando que o desenvolvimento tardio do capitalismo em nosso país torna o espaço nacional, ao mesmo tempo, “heteronômico” e

⁷⁸ Este conceito foi originalmente proposto por Gramsci (1978) para caracterizar aquelas formações sociais em que o Estado se sobrepôs sobre uma sociedade civil com pouca tradição de organização autônoma. Para esse autor, os países de tradição democrática costumam ter uma sociedade civil robusta, com tradição de auto-organização.

⁷⁹ Em função da atual generalização da tese que discute a “fragilidade” da sociedade civil brasileira diante do Estado, é preciso deixar claro que esse viés interpretativo está bem longe da realidade. Esse viés, mesmo quando trabalhado por autores da tradição marxista expressa uma visão liberal na análise da dinâmica do sistema político. Vemos nitidamente uma tendência que subestima as determinações de classe que operam nesse viés, o que pode acarretar um visível politicismo. De outra parte, numa postura contrária no “espectro ideológico”, a tese foi antecipada como elemento factual da nossa sociedade por pensadores claramente ligados ao reacionarismo (IANNI, 1981; VIEIRA, 1981).

excludente. Os processos decisórios são definidos “pelo alto”, especialmente, mas não de forma unívoca, por segmentos que estão atrelados à estrutura estatal. Concentra-se nesse ponto e, em larga medida, a particularidade da formação social do Brasil.

Como se vê, a transformação capitalista em nosso país se deu justamente a partir de acordos estabelecidos entre os segmentos de classe economicamente dominantes, da exclusão forçada das forças populares e da utilização constante dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Pois bem, todas as alternativas adotadas, sejam direta ou indiretamente ligadas à transição do capitalismo – que vai desde a Independência política ao golpe de 64, passando pela Proclamação da República e pela “Revolução” de 1930 – tiveram um caráter elitista e antipopular, com todas as decisões definidas “pelo alto” (COUTINHO, 1989).

Se analisarmos a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista veremos ainda que esse processo se dá, no Brasil, por vias que fogem aos caminhos seguidos pelos países cêntricos. Em nosso caso, a economia relacionou-se com a expansão monopolista conforme a forma típica assumida pelos demais países da periferia dos centros mundiais. Até o início da Segunda Grande Guerra, as grandes corporações – atuando aqui diretamente ou por meio de filiais – exercem um controle segmentar sobre um conjunto de setores da produção, fazendo uso de um espaço econômico que elas conseguiram “conquistar”. Transferem parte do excedente econômico para fora do país, potencializando, assim, a expansão do capitalismo monopolista nas economias centrais. Após os anos de 1950, a economia brasileira não contribui somente para vitalizar o crescimento monopolista no exterior, mas começa a se incorporar a esse crescimento, apresentando-se, desde então, como um dos pólos dinâmicos do capitalismo monopolista na periferia (FERNANDES, 1987).

A expansão monopolista em nosso país mantém, por um lado, a dominação imperialista e, por outro, a desigualdade interna inerente ao próprio desenvolvimento da sociedade nacional. Aprofunda-se com isso as disparidades econômicas, sociais e regionais, posto que, ao mesmo tempo, contribui para a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Constrói-se, desse modo, um padrão típico de dominação política e de cariz contra-revolucionário. O Estado assume

diante disso “[...] um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. O Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 132).

Como conseqüência tem-se, nos dizeres de Ianni (1981), um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas. Para visualizarmos um pouco melhor tais questões, na próxima seção serão apresentados, bem resumidamente, alguns elementos que marcaram o desenvolvimento capitalista em nosso país.

3.2 DA “REVOLUÇÃO” DE 1930 À DITADURA: UM BREVE RESGATE

Ora, até os idos de 1930 a organização econômica do país era tipicamente agroexportadora⁸⁰. A indústria de base ainda se mostrava incipiente e o sistema político marcado pela ausência de um planejamento social. A inserção brasileira “[...] na divisão internacional do trabalho como país agroexportador condicionou a expansão da cafeicultura ao capitalismo estrangeiro e, conseqüentemente, a industrialização se processou sob uma dupla subordinação: do capital internacional e do cafeeiro [...]” (ARIAS NETO, 2003, p. 223).

A indústria brasileira, nesse momento, centra-se na produção de bens de consumo destinado para um mercado interno em vias de expansão, sendo que a sustentação dessa primeira fase de acumulação industrial fica a cargo do comércio importador e exportador. Nasce a partir daqui uma burguesia comercial formada por comerciantes importadores e exportadores e também por alguns imigrantes. Posteriormente, essa mesma burguesia começa a estabelecer laços familiares com a grande burguesia

⁸⁰ A economia brasileira baseava-se, sobretudo, em uma monocultura para exportação. Nesse momento, a produção cafeeira respondia por 70% do PIB – Produto Interno Bruto – do país.

cafeeira, o que vai facilitar a fusão de capitais e dar origem à burguesia industrial no país (ARIAS NETO, 2003).

O Estado, até o movimento que se instaura em 1930⁸¹, quase não exercia a sua função reguladora na área social, transferindo esta responsabilidade para o mercado, que era responsável em atender as preferências e as demandas individuais; para a iniciativa privada, que respondia de forma pontual e informal às reivindicações dos trabalhadores e dos segmentos empobrecidos da população; e para a polícia que adotava medidas repressivas no enfrentamento à questão social.

A atuação do Estado na área social restringia-se, apenas, a respostas pontuais, emergenciais e fragmentadas às diversas reivindicações sociais. Embora de modo limitado e precário, o trabalho e a previdência foram os setores que mais receberam atenção. São criados, em 1923, os Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde e formulados o Código Sanitário, a Lei Eloy Chaves – referente à previdência social –, e uma legislação voltada à regulação e ao atendimento de requisições relativas ao trabalho, como: acidentes, férias, trabalho do menor e da mulher, velhice, invalidez, morte, doença e maternidade.

Porém, mesmo que nesse período algumas reivindicações tenham sido atendidas de modo limitado e precário, elas não podem ser vistas apenas como meras concessões do Estado, como indicado no primeiro capítulo desse trabalho. São conquistas do processo de luta dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX, quando tem início a organização sindical no país, com a deflagração das primeiras greves.

É exatamente nos primeiros anos desse século que o movimento dos trabalhadores começa a caminhar em direção de uma consciência de classe para si, com o fortalecimento de sua organização política, principalmente, após 1907, quando o

⁸¹ O movimento de 1930 não será apreendido, neste estudo, como um “divisor de águas” de duas etapas da história, mas como um acontecimento importante na trajetória histórica do país. Sabemos que esse movimento “[...] não foi a revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, como interpretaram muitos intelectuais e historiadores, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 105). É claro que existem interpretações divergentes sobre esse momento histórico, no entanto, não pretendemos nos aprofundar neste assunto. Para um maior detalhamento sugerimos a leitura de Fausto (1995) e Fernandes (1987).

direito de livre organização sindical – que naquele momento possuía total autonomia em relação ao Estado – passa a ser reconhecido (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O movimento operário surge como uma realidade histórica, posto que os interesses coletivos, nesse instante, se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos. No entanto, embora a organização política dos trabalhadores tenha apresentado suas primeiras manifestações em 1907, é somente em 1922, sob a influência da Revolução Russa⁸² e do surgimento da III Internacional Comunista⁸³, que uma parcela minoritária do movimento operário brasileiro começa a reunir esforços na construção de um partido político sólido, nacional e descentralizado, o que culminou com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Apesar dessa iniciativa não ter sido a primeira tentativa da classe operária de criar um Partido Comunista, esta foi a primeira vez que tal iniciativa se apresentou como uma ampla articulação nacional e com alguma clareza ideológica (ZACARIAS, 2007).

Ainda nesse período, mais precisamente entre os anos de 1929-1932, a crise mundial do capitalismo também abala a estrutura societária brasileira. Essa crise além de contribuir para alterar a correlação de forças no interior das classes dominantes, também traz consigo mudanças expressivas para o conjunto dos trabalhadores. De igual modo, possibilita a aglutinação de oligarquias regionais não vinculadas à produção cafeeira, de setores do aparato estatal – principalmente, o militar – e de parcela majoritária das classes médias urbanas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Com essa crise, as oligarquias agroexportadoras do café ficam profundamente vulnerabilizadas econômica e politicamente.

Após a crise de 1929 tem início um período de expansão acelerada das relações capitalistas no país, com profundas implicações para as classes sociais, para o Estado e para as formas de enfrentamento à questão social. Para Behring e Boschetti (2007), a principal repercussão dessa crise no cenário nacional foi a

⁸² A Revolução Russa de 1917 não tem sua importância centrada apenas no conteúdo das transformações processadas na Rússia semifeudal, mas também pela influência exercida sobre a classe trabalhadora no protagonismo das lutas políticas em diversos países (ZACARIAS, 2007).

⁸³ As análises de Carone (2007) nos esclarecem que a III Internacional Comunista tem seu início em março de 1919, cujo objetivo era organizar as forças da classe proletária para o assalto revolucionário dos governos capitalistas, para a guerra civil contra a burguesia de todos os países, bem como para a vitória do socialismo.

mudança da correlação de forças no interior das classes dominantes, com conseqüências expressivas para o conjunto dos trabalhadores.

É somente após a década de 1930 que o capitalismo brasileiro – cuja marca quanto a sua constituição é o desenvolvimento tardio – começa a vivenciar um verdadeiro processo de acumulação industrial. Sob o comando de Getúlio Vargas, a “revolução” de 1930 marca o início de uma intervenção direta do Estado nas questões que envolvem o mundo do trabalho. Marca também o fim da autonomia do movimento sindical e o início da vinculação sistemática dos organismos sindicais ao governo (D’ARAÚJO, 2003).

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder é considerada, por muitos, como o marco político mais importante da trajetória histórica do Brasil no século XX, especialmente, porque com a sua ascensão chega ao poder político as demais oligarquias agrárias e o setor industrialista, colocando em cena uma agenda modernizadora e pondo fim à República Velha.

Essa agenda modernizadora não priorizou a adoção de procedimentos democráticos, muito pelo contrário, as mudanças implementadas ao longo desse período se processaram sob uma ditadura e numa perspectiva de modernização conservadora. Um dos objetivos dessa agenda era promover o desenvolvimento econômico, fortalecendo as demais oligarquias agrárias e o setor industrial. Contudo, estavam ausentes dessa agenda questões relacionadas à regulamentação do trabalho e ao enfrentamento da questão social que, até aquele momento, era considerada como uma questão de polícia (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O país pôde, enfim, iniciar sua trajetória em direção à industrialização. Até aquele período a indústria de base se mostrava incipiente, exercendo um papel secundário na economia nacional. A industrialização brasileira, dotada de um caráter extremamente estatal e nacionalista, vai romper, nesse momento, com as formas precedentes de indústria que, em sua maioria, estavam atreladas a um movimento de acumulação focado em torno da exportação cafeeira.

É justamente a conjugação de tais acontecimentos que conduz a uma reorganização estatal e econômica e apressa o deslocamento do centro motor da acumulação

capitalista – centrada nas atividades de agroexportação – para outras atividades que permitissem a diversificação da economia brasileira. Essas mudanças repercutem profundamente sobre todo o conjunto da sociedade, induzindo os diferentes atores a alterar em profundidade suas ações e posicionamentos anteriores.

A finalidade da política adotada na era Vargas centrava-se exatamente na “[...] integração do mercado interno e [no] desenvolvimento da industrialização, mantendo, ao mesmo tempo, a economia de exportação de produtos agrícolas sem romper a dependência dos países centrais” (FALEIROS, 2000, p. 45).

Durante o novo governo as ações adotadas são fundamentais para o processo de nacionalização do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, porque essas ações, ao criarem um Estado mais centralizado e autônomo, alteram profundamente a trajetória política, econômica e social do país (FAUSTO, 1995).

Até o início do século XX, o mercado de trabalho brasileiro era formado, em grande parte, por imigrantes europeus. No entanto, já nas primeiras décadas desse século, o movimento imigratório começa a dar os primeiros sinais de enfraquecimento. É a partir desse enfraquecimento que tem início, na década de 1930, a formação de um mercado de trabalho nacional, constituído pelos filhos de imigrantes e pelos migrantes nordestinos.

O novo Estado, no que diz respeito à questão política, incorpora várias forças sociais em torno do projeto de criação de uma indústria de base, o que funciona como um mecanismo que assegura a ordem interna. No plano econômico, esse mesmo Estado favorece o processo de industrialização e, no plano social, institui alguns mecanismos de proteção aos trabalhadores com registro em carteira (FAUSTO, 1995).

Diferentemente da República Velha, o Estado passa a buscar legitimidade não mais junto às oligarquias, mas nas classes médias e populares que ainda se encontram em processo de formação. Há mudanças também nas relações entre o Estado e o conjunto dos trabalhadores que, juntamente com a nova forma de Estado, possibilitam em longo prazo a industrialização do país, contribuindo para que o Estado ganhe uma maior autonomia em relação à sociedade.

Muito embora o governo de Getúlio Vargas tenha, por um lado, lançado mão de medidas repressivas, em especial após 1935, para conter frações mais radicais do movimento operário emergente, por outro lado, soube muito bem articular tais ações com uma forte iniciativa política. Alinhado à perspectiva de ampliação e consolidação das bases industriais no país, o Estado começa a intervir diretamente nas relações entre patrões e empregados e no comando da política econômica e social. Define não apenas a regulamentação jurídica do trabalho, por meio de uma legislação social e trabalhista específica, mas também passa a gerir a organização e a prestação dos serviços sociais, como uma nova forma de enfrentamento às refrações da questão social.

A regulamentação das relações de trabalho, por exemplo, transforma a luta de classes em colaboração de classes. E o impulso à construção do Estado social, mesmo estando em sintonia com os processos internacionais, também apresenta características bem particulares das mediações internas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Esse esforço regulatório inicial ocorre entre os anos de 1930 e 1943, período este que pode ser caracterizado como os anos de introdução da política social no Brasil (DRAIBE, 1990). Esse período de introdução da política social só terá seu desfecho com a Carta Constitucional de 1937 – que ratifica a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado – e com a Consolidação das Leis Trabalhistas – a CLT –, promulgada no ano de 1943. É exatamente a CLT que vai selar o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no país (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Com o avanço nos conflitos existentes entre capital e trabalho, o Estado assume gradativamente a organização corporativa que canaliza para sua órbita os interesses conflitantes que surgem como reflexo das contradições existentes entre as diferentes frações dominantes e as diversas reivindicações populares.

Para os detentores do poder econômico, esses conflitos colocam em risco a ordem social e representam uma forte ameaça à lógica de acumulação e de expansão capitalista. É na tentativa de conter e controlar as lutas sociais que novas formas de ação – mais hábeis que a repressão policial e as meras ações caritativas típicas da

República Velha – são adotadas no enfrentamento da questão social, no disciplinamento e na ideologização da força de trabalho (FORTI, 2006).

A hegemonia burguesa amplia o Estado, transferindo as lutas de classes da esfera econômica e da sociedade civil para a esfera política e estatal. Sua intenção, na verdade, consiste na adoção de estratégias que facilitem a legitimação do sistema socioeconômico e político que a sustentava (MONTAÑO, 1997).

Incorporando parte das demandas apresentadas pelas classes populares e por meio de uma legislação social e sindical abundante no período, o Estado amplia a base de reconhecimento legal da cidadania, do proletariado e dos direitos sociais daí decorrentes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Mesmo sendo incorporada parte das demandas apresentadas, a pressão exercida pelo movimento operário se mantém como pano de fundo. Diversos atores sociais continuam se articulando no sentido de reivindicar políticas diferenciadas no atendimento às demandas que são postas pela nova conjuntura do país.

É com o discurso de promover a harmonia social, o desenvolvimento e a colaboração entre as classes que o Estado busca “[...] repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 151). A política social torna-se, nesse momento, um elemento central, ganhando forma através da legislação sindical e trabalhista.

Vemos, pois, que os anos de 1930 trazem consigo uma novidade no plano político e institucional, ou seja, a regulação e o controle, por parte do Estado, das relações entre capital e trabalho. É exatamente essa novidade que passa a interligar tudo o que o país produz desde aquela época em termos de políticas sociais.

Não queremos afirmar com isso que a questão social só começou a ser tratada após o governo de Getúlio Vargas. Muito pelo contrário, mesmo sabendo que antes de 1930 as refrações da questão social eram tratadas como um “caso de polícia”, também temos conhecimento de que já existiam algumas iniciativas, ainda que de modo bastante incipiente, pontual, limitado e precário, para atender determinadas reivindicações sociais, como já citado linhas atrás.

O que é certo dizer é que o governo Vargas foi mais eficaz nessa área do que os governos anteriores. Mas embora alguns benefícios tenham sido instituídos, o governo não dispunha dos recursos necessários nem para garantir e nem para fiscalizar a aplicação das leis no ambiente fabril. Todavia, essa particularidade não se restringia e, muito menos, era um fenômeno exclusivo da realidade brasileira. No mundo inteiro, inclusive na Europa e nos Estados Unidos, levou algum tempo para que o patronato e o próprio governo passassem realmente a considerar a questão social, o que de fato só vai acontecer, de forma mais sistemática, no pós-Segunda Guerra (D'ARAÚJO, 2003).

Contudo, não custa nada lembrar mais uma vez que esse conjunto de leis não resulta apenas de um suposto pioneirismo do Estado, mas foi alcançado, de maneira muito especial, a partir dos esforços empreendidos pelo movimento dos trabalhadores e da sociedade brasileira. É reforçando a idéia de que a legislação trabalhista fora outorgada por um Estado protetor que se deixa de lado uma tradição organizativa e reivindicativa dos trabalhadores. E não restam dúvidas de que as razões para apagar essa tradição têm um caráter político. Com forte influência do trabalhador estrangeiro, o sindicalismo no Brasil, “[...], particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, esteve ligado em suas origens a várias tendências políticas, entre elas a socialista, a anarquista e a comunista, matrizes ideológicas que governo e empresariado tentavam barrar [...]” (D'ARAÚJO, 2003, p. 223).

A contenção dessa influência e a valorização do trabalho nacional ficam notadamente explícitas com a instituição, em 12 de dezembro de 1930, da Lei dos dois terços ou da nacionalização do trabalho que, posteriormente, foi regulamentada pelo decreto nº 20.291 de 12 de agosto de 1931. Essa Lei impedia que cada empresa tivesse mais de um terço de trabalhadores estrangeiros compondo seu quadro funcional. A regulação do mercado de trabalho era realizada por meio de diversas frentes e a nacionalização do trabalho era uma forma de minar a influência estrangeira entre os trabalhadores. A Lei dos dois terços buscava impedir também que as empresas de propriedade de estrangeiros prescindissem o trabalho nacional (D'ARAÚJO, 2003).

Ainda em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo proclamado, por parte do governo, como o “Ministério da Revolução”, da

modernização e da justiça social. Com a criação desse Ministério o governo passa a se responsabilizar, de forma direta, pela formulação e pela execução da política trabalhista. Essa iniciativa teve como objetivo organizar o mercado de trabalho brasileiro em um momento que a conformação de um mercado de trabalho urbano representava uma condição necessária para o processo de industrialização do país. Todavia, a organização desse mercado de trabalho esteve associada à existência de um movimento operário, cujos interesses eram bem divergentes daqueles defendidos pelo patronato, o que poderia, inclusive, provocar uma desarmonia entre as classes.

Mas mesmo com a criação de algumas instituições e de alguns instrumentos de regulação do trabalho, isso não significou uma regulação social totalmente efetiva do mercado de trabalho. A criação do Instituto de Negociação Coletiva – previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – tornou-se um mecanismo para regular as negociações do conjunto dos trabalhadores (MORETTO, 2007).

Representado pelos seus sindicatos e pelos empregadores, esse Instituto teve, no pós-Segunda Guerra Mundial, um papel fundamental na estruturação e organização do mercado de trabalho naqueles países em que o processo de industrialização encontrava-se mais avançado. Ao passo que nesses países a criação desse Instituto possibilitou a implementação de uma política de pleno emprego, no caso específico do Brasil, a sua importância para a organização geral do mercado de trabalho foi apenas pontual⁸⁴ (MORETTO, 2007).

É também sob o governo de Vargas que ganha força o discurso de proteção ao trabalhador, da justiça social e da ordem social. Tal discurso busca, antes de tudo, estabelecer a harmonia social, incentivar o trabalho e aumentar a produtividade. Por meio da intensificação da exploração da força de trabalho pretende-se, na verdade, controlar e subordinar o movimento operário e a expansão da acumulação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

⁸⁴ Para Moretto (2007), esse instrumento só apresentou alguma importância a partir da segunda metade dos anos de 1950 e início da década de 1960, período em que a conjuntura democrática e a liberdade sindical fortaleciam o conjunto dos trabalhadores.

Com exceção parcial dos anos de 1934-1935 – em função da conjuntura política existente – a repressão ao movimento operário e à sua organização autônoma sempre esteve acompanhada e complementada por um projeto de integração sustentado por uma forte ofensiva ideológica. A repressão à organização autônoma e a vinculação dos “direitos do trabalho”, sejam eles verdadeiros ou fictícios, à aceitação do sindicalismo controlado, compõem as duas faces de uma mesma estratégia de integração e desorganização do movimento operário que, não podem, de forma alguma, ser dissociadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Entre os anos de 1930-1937, a legislação social vigente alcança uma aplicação bastante relativa. Nesse momento, mesmo que o empresariado abandone gradualmente sua posição contrária à regulamentação jurídica do mercado de trabalho pelo Estado – aceitando-a como uma contingência necessária –, ele também se negará a custear qualquer ônus de sua implantação. É somente no final desse período que esse setor vai, de fato, aderir a essa estratégia, à medida “[...] que se fará o reconhecimento explícito de que a perda de poder político decorrente da publicização das relações de trabalho será mais que compensada em termos econômicos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, 153).

Do mesmo modo, a ofensiva ideológica contra a organização autônoma do proletariado será um elemento presente em todo esse período. Seu objetivo é justamente isolar a classe proletária de sua vanguarda organizada e afirmar o mito do Estado benfeitor, “[...] da outorga da legislação protetora do trabalho, o mito do Estado acima das classes e representativo dos interesses gerais da sociedade e da harmonia social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 153).

O Estado aparece aqui – disseminando essa forte noção ideológica – como benfeitor e todas as suas ações voltam-se, agora, sobretudo, para o bem estar dos cidadãos. Coloca-se como guardião da justiça social e da paz social, detentor de uma ética e de uma vontade supraclasses e representante dos interesses gerais da sociedade. Tecnicamente armado o Estado administra, a serviço do povo, os conflitos e problemas sociais existentes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A concepção de um Estado que se coloca acima das classes também é acompanhada de uma intensa reiteração da noção ideológica do trabalho e da

harmonia social. Presente desde a gênese e formação do mercado de trabalho, essa noção ideológica apresenta

[...] o trabalho [...] como virtude universal do homem, como atividade que cria riquezas, que propicia o desenvolvimento da sociedade. O capital é legitimado enquanto fruto do trabalho passado do capitalista, e cada trabalhador é um patrão em potencial. As pessoas que trabalham estarão naturalmente unidas entre si, solidariamente, porque trabalham. Reiteram-se os pontos comuns e obscurece-se a clivagem de classes. Para o capitalista o trabalho é meio e fim; para o operário, preso a essa noção ideológica, o trabalho é meio de libertar-se e não apenas meio de exploração (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 154).

Como afirmam diversos historiadores, os primeiros sete anos da era Vargas são marcados por um Estado de compromisso que traz consigo profundas alterações tanto para o Estado quanto para a sociedade brasileira. Esses anos foram marcados ainda por uma forte disputa de hegemonia e da direção do processo de modernização, sendo que a Constituição de 1934 revela as tendências e contratendências desse período. No entanto, a radicalização de alguns segmentos do movimento tenentista, que culminou com a chamada Intentona Comunista, em 1935, o crescimento do movimento fascista brasileiro “[...] e sua influência nas hostes governistas [alteram] a situação do pacto de compromisso inicial e, em 1937, instaura-se a ditadura do Estado Novo, com Vargas à frente” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.105).

A implantação do Estado Novo – que perdurou desde os anos de 1937 até 1945 – põe fim ao período de transição iniciado com a “Revolução” de 1930 e abre uma nova fase marcada pelo aprofundamento do modelo corporativista. A tônica desse período é dada pela nova Carta Constitucional outorgada logo após o golpe de Estado e também por uma nítida política industrialista. Muitos historiadores associam ainda a implantação desse período de ditadura aberta à crise econômica que se aproxima naquele momento – cujo ápice será em 1939 – com o esgotamento do surto industrial que teve seu início em 1933. Nos marcos da Constituição de 1934, as políticas necessárias para o enfrentamento dessa crise dificilmente poderiam ser implementadas sem graves riscos de desestabilização (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A partir desse momento é adotada uma política econômica que se põe notadamente a serviço da industrialização, buscando reverter para esse pólo aqueles mecanismos

econômicos que antes estavam voltados, naturalmente, para a sustentação do setor agroexportador. O Estado busca com isso criar diversas formas de incentivo às indústrias básicas tornando-se, em última instância, um produtor direto por meio de empresas estatais e de economia mista. Seu objetivo nada mais é do que viabilizar a expansão do setor industrial, organizando o mercado de trabalho e apoiando a capitalização e a acumulação desse setor mediante a adoção de políticas financeira e cambial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Vemos que no Brasil, o Estado que emerge com a “revolução” de 1930 e se consolida no evoluir do processo de industrialização não se restringe apenas à manutenção das condições sociais externas à ordem capitalista, mas é um Estado que passa a intervir internamente no sistema de produção no sentido de organizar a acumulação. Ao mesmo tempo em que se torna promotor, o Estado também se torna autor do processo de industrialização. Assim, “[...] o Estado não apenas passa a desempenhar papel decisivo na organização (por via administrativa) da acumulação, como tem também que gerir o relacionamento com o ‘centro’ capitalista, mediar a ação dos grupos estrangeiros inseridos na produção local” (MARTINS, 1985, p. 25).

Principal beneficiária dessa política, a burguesia industrial começa a participar diretamente da gestão do Estado. Ela aparece no quadro corporativo por meio de suas entidades representativas, indicando delegados para aquelas agências que têm sob sua responsabilidade o planejamento e a implementação das políticas estatais. Todavia, essa estrutura corporativa tem uma particularidade que não pode de jeito nenhum ser subestimada. A supremacia da burguesia industrial se consolida a partir da aliança com as forças políticas e econômicas ligadas à grande propriedade rural. Essa aliança traduz o caráter não-antagônico de suas contradições em nível econômico e político, uma vez que defendem um projeto comum de expansão das atividades produtivas, ou seja, um projeto de acumulação e de dominação (IAMAMOTO; CARVALHO; 2007).

De fato, esse período é marcado pela gestão estatal da força de trabalho, onde se incluem as políticas sociais. Essa gestão incide de forma direta sobre “[...] a organização do mercado de trabalho, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação de normas de produção e de consumo” (MOTA, 2000, p. 173). Contudo,

ao compararmos a nossa realidade com a experiência keynesiano-fordista desenvolvida nos países cêntricos, veremos que o modelo de desenvolvimento brasileiro se mostra bastante limitado e incompleto.

Não nos restam dúvidas de que a “[...] noção fetichizada dos *direitos*, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 238, grifos dos autores).

É por isso mesmo que a legislação social, da mesma forma que as instituições que a complementam, não podem ser apreendidas somente sob o ponto de vista das carências que o modo de produção capitalista faz aflorar, como as condições de moradia, de trabalho, os acidentes, a insuficiência alimentar, o abandono e a mortalidade infantil, as doenças, etc. O problema em torno de novas forças sociais que se adensam conjuntamente com o aumento das atividades produtivas urbanas vincula-se ao fato de que a continuidade da acumulação capitalista requer que esses setores sejam mantidos permanentemente em estado de carência. Com isso, tem-se em um pólo, a expansão da acumulação e, do outro, o aumento da miséria relativa da população trabalhadora e o aprofundamento de sua subordinação ao capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

O período da história social que cobre essa conjuntura é marcado por transformações importantes em nível econômico, social e político. Nesse momento, a expansão industrial será acompanhada de um aprofundamento da exploração da força de trabalho. É um período em que os lucros industriais alcançam patamares extremamente elevados que são garantidos pela ação coativa do Estado, intensificando, dessa forma, sua intervenção no mercado de trabalho. A ação estatal para favorecer e intensificar a acumulação vai se contrapor ao aumento real dos salários, quer por meio de medidas coercitivas, quer por meio de processos inflacionários, fato que marca todo o período (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

É justamente a partir da pressão exercida pela burguesia industrial que se intensifica a intervenção estatal no mercado de trabalho, intervenção esta que se desenvolve a

partir de duas linhas fundamentais. A primeira terá como função bloquear a já limitada capacidade reivindicatória dos sindicatos operários, sendo que as tentativas de mobilização extra-sindical serão duramente reprimidas. Já a segunda, ao mesmo tempo em que busca reduzir ainda mais a aplicação de elementos importantes da legislação trabalhistas, também vai decretar leis que impeçam o livre jogo da oferta e da procura no mercado de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Assim, o Estado, contrapondo medidas legais aos mecanismos naturais do mercado de trabalho, dará sustentação ao processo de aceleração da acumulação. Tem-se com isso, um paradoxo: em um período de grande expansão industrial – em que o emprego urbano alcança nível bem elevado com relação aos períodos anteriores – o salário real dos trabalhadores tem uma queda acentuada e, na mesma proporção, também pioram suas condições de trabalho, o que aumenta o ritmo e a intensidade da exploração (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Diante de uma realidade totalmente adversa para o proletariado e aflitiva para a pequena burguesia urbana – que vai minando a base de sustentação da ditadura varguista no interior dos setores populares – verifica-se uma resposta que busca obscurecê-la. O Estado, então, lança mão de uma campanha que tem como finalidade ganhar a adesão “[...] da população para o ‘esforço de guerra’, ao mesmo tempo em que procura mostrar que esse ‘esforço’ é de toda a sociedade, não recaindo seu peso sobre nenhum segmento em particular [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 245).

Em um primeiro momento, o varguismo aproximou-se do nazi-facismo, mas em face à pressão norte-americana, às condições geopolíticas e econômicas do país e a pressão de alguns segmentos da sociedade, o país juntou-se aos aliados – Estados Unidos, França e Inglaterra, dentre outros –, entrando na guerra em 1942.

A partir daí, com o pretexto de engajar o país na guerra surge, no cenário nacional, a primeira campanha assistencialista. Essa campanha tomará forma com a criação, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Nesse mesmo ano também é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI – que ficará responsável pela qualificação da força de trabalho necessária ao processo de expansão industrial. Manifesta-se aí a outra face de uma mesma questão: a pressão, sobre o mercado

de trabalho industrial, de novos contingentes populacionais urbanos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Esse processo que fora desencadeado inicialmente por causa dos efeitos e, posteriormente, pela participação direta do país na Segunda Guerra Mundial, agrava ainda mais a impopularidade do governo, seja pela adoção de medidas coativas, seja pelo recrudescimento da inflação e elevação do custo de vida. Na mesma proporção em que se fortalece a oposição ao regime, também cresce a pressão liberalizante.

Nesse momento, o movimento operário, por meio da luta antifascista, volta à cena política. Entre os anos de 1943 a 1945, em um contexto marcado pelas opções oscilantes de alinhamento durante a guerra, tem-se o ocaso da ditadura Vargas. Contudo, o elemento catalisador da decadência da ditadura Vargas não foi somente a participação do país na guerra, mas, principalmente, o esgotamento do regime e sua incapacidade de coordenar as frações burguesas – diferenciadas e heterogêneas após o processo de modernização conservadora – como também a situação vivenciada pelos trabalhadores do campo e da cidade e suas lutas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Agora, as antigas “dissidências oligárquicas” e as camadas médias urbanas aumentam sua oposição ao regime. Assiste-se a uma lenta erosão na base social da ditadura Vargas, o que culmina com a sua deposição em 1945. Tem início no país um período marcado por profundas turbulências econômicas, políticas e sociais. Embora mantenha forte a sua vocação agroexportadora, o país já se encontra mais urbanizado e já possui uma significativa indústria de base e um movimento operário e popular mais maduro e concentrado, com uma extensa pauta de reivindicações (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Entre os anos de 1946 a 1964, o Brasil vivencia uma intensa disputa de projetos e um aprofundamento da luta de classes. A burguesia brasileira passa por um processo de fragmentação, sobretudo, em suas organizações político-partidárias. Há um reordenamento das forças políticas e das classes e uma intensa disputa de projetos que se defrontam com uma base material também em efervescência e com

a ideologia desenvolvimentista, cuja estratégia principal centrar-se-á em torno do Plano de Metas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O processo de substituição de importações buscava, antes de tudo, produzir internamente aquilo que era considerado importante, o que contribuiu para a conformação de um mercado interno de trabalho, de meios de produção e de consumo. Sua implantação se dá “[...] a partir de decisões internas de restrição de importações. Para tanto, o Brasil aproveitou bem a liquidez de capitais dos ‘anos de ouro’, por meio dessa estratégia desenvolvimentista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 110).

A partir da década de 1950, em função da estruturação de determinados setores econômicos, da rápida urbanização, do acelerado crescimento econômico e do processo de industrialização se intensificam as alterações na estrutura econômica e social do país. É em meio a esse processo de industrialização que se conforma um mercado de trabalho moderno, com a ampliação de novas oportunidades ocupacionais e com o predomínio do trabalho assalariado (FARIA, 1986). Esse período é marcado ainda pela concentração de renda e pela disseminação expressiva de uma “nova pobreza” nas áreas rurais e urbanas (HENRIQUE, 1998).

A maior iniciativa desse período foi o Plano de Metas, cuja finalidade era fazer o país crescer 50 anos em 5. A presença marcante do capital estrangeiro no país – sem maiores restrições – era considerada como um elemento essencial ao desenvolvimento econômico e como solução aos problemas sociais que marcavam a sociedade brasileira.

É justamente nesse momento que a ideologia desenvolvimentista transforma-se em meta e mecanismo de mobilização de toda a coletividade, sendo utilizada, desse modo, como um ponto de confluência entre o Estado e a população. No plano desse discurso, o desenvolvimento significa, nada mais nada menos, do que a valorização do homem brasileiro que traz como resultado o fim do pauperismo e a elevação do nível de vida. O objetivo dessa ideologia⁸⁵ é justamente superar o estágio transitório

⁸⁵ Fundamentou-se nos pressupostos defendidos pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e tinha como objetivo integrar o Brasil, de forma mais dinâmica, ao sistema capitalista.

de subdesenvolvimento e de atraso que colocava o país em uma posição secundária ou marginal dentro do sistema capitalista.

Dominante no governo de Juscelino Kubitschek, a ideologia desenvolvimentista apresenta como proposta o crescimento econômico a fim de garantir a prosperidade, a riqueza, a grandeza material, a soberania, em um ambiente de paz política, social e de segurança. Todos os esforços – na formulação de políticas econômica e de trabalho – deveriam ser envidados no sentido de eliminar o pauperismo e a miséria. Assim, a elevação do nível de vida da população seria uma consequência do crescimento econômico (CARVALHO, 2006; IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Entretanto, a proposta desenvolvimentista ao invés de tornar viável o desenvolvimento econômico acompanhado de justiça social, implicou em uma renegociação da dependência e aprofundou ainda mais a luta de classes. Acarretou, conseqüentemente, o aumento numérico e a concentração dos trabalhadores, o que conduziu a uma maior organização política e a uma maior consciência de classe (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Com a organização das Ligas Camponesas também crescem, nesse período, as tensões no campo, em função da ausência de uma reforma agrária consistente e da imensa concentração de terra. A tensão entre as camadas médias urbanas também se intensifica, tendo como destaque a reivindicação, por parte dos estudantes universitários, pela ampliação do ensino público superior. A expansão da política social, nesse momento, foi bastante lenta e seletiva, marcada apenas por certos aperfeiçoamentos institucionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). É no contexto de uma ordem democrática limitada – nos dizeres de Santos (1987) – que a disputa que envolve projetos divergentes vai acarretar uma paralisia no campo da política social.

Tamanha era essa paralisia que algumas propostas que já estavam em pauta desde o final da ditadura Vargas – dentre elas a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e da previdência rural –, só foram aprovadas pelo Congresso nos anos de 1960 e de 1963, respectivamente. A instabilidade institucional vivenciada no período – em que pesam o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o próprio golpe militar de 1964 que depôs João Goulart – dificultou sobremaneira o consenso em torno de um projeto nacional que inclui os contornos da política social.

Em meio a esse cenário complexo há uma lenta expansão dos direitos que mantêm os mesmos moldes corporativistas e fragmentados da era varguista (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ora, desde os primeiros anos da década de 1960 começa a se exaurir o desenvolvimento fundado no modelo de substituição de importações (TAVARES; 1972). O modelo de desenvolvimento que emerge supõe um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo e, especialmente, um financiamento que ultrapassasse as disponibilidades do capital privado – nacional e estrangeiro – já investidos no país.

Ao mesmo tempo, essa expansão da capacidade produtiva acarreta “[...] uma desaceleração do crescimento, ainda que se mantivesse a mesma taxa de investimento público, uma vez que a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado” (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 121).

Nesse momento, a dinâmica endógena do capitalismo brasileiro, alçando-se a um patamar diferenciado de acumulação, colocava em pauta a redefinição de esquemas de acumulação e a ameaça iminente de uma crise (NETTO, 2007).

O papel do Estado nesse processo foi um elemento decisivo, mostrando-se capaz de realizar investimentos maciços em infra-estrutura e nas indústrias de base que estavam sob sua responsabilidade. Estimulou o investimento privado não apenas porque lhe ofereceria economias externas baratas, mas, também, porque gerava uma demanda. Ainda coube ao Estado “[...] estabelecer *as bases da associação* com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores” (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 118, grifos do autor). Nesse reordenamento, o capital industrial nacional também obtém ganhos expressivos.

Todavia, as bases de sustentação política desse rearranjo – que até os últimos anos da década de 1950 se mostravam estáveis –, passam a sofrer forte erosão entre os anos de 1961 e 1964. Por outro lado, as requisições contrárias à exploração

imperialista e latifundista, somadas às reivindicações de uma maior participação cívico-política, sinalizam para uma ampla reestruturação do modelo de desenvolvimento econômico e uma intensa democratização da sociedade e do Estado (NETTO, 2007).

Mesmo que de modo muito imediato suas resultantes não confrontassem diretamente a ordem capitalista, elas apontavam para a existência de uma possibilidade concreta de o processo das lutas sociais alcançar um patamar tal que – em virtude da nova dinâmica econômico-social e política vigente – um novo bloco de forças político-sociais poderia desenvolver-se e consolidar-se, assumindo e redimensionando o Estado no sentido de construir uma nova hegemonia e de implementar políticas democráticas e populares no âmbito econômico-social (NETTO, 2007).

Em médio prazo, o resultado “[...] do que estava em jogo – não capitalismo ou socialismo, mas reprodução do desenvolvimento associado e dependente e excludente ou um processo profundo de reformas democráticas nacionais antiimperialistas e antilatifundistas – poderia ser a reversão [...]” (NETTO, 2007, p. 23-24) total dos traços característicos da formação social brasileira.

Durante o governo de João Goulart – entre os anos de 1961 a 1964 –, o país defronta-se com um tensionamento cada vez maior. Com Goulart à frente do poder executivo, importantes espaços do aparato estatal são ocupados por protagonistas comprometidos com as massas populares e, mesmo enfrentando forças contrárias, como um legislativo predominantemente conservador, tais protagonistas conseguiram “frear”, até mesmo, algumas iniciativas de repressão institucional (MONIZ BANDEIRA, 1977).

Diante de um executivo permeado pela atuação de protagonistas políticos comprometidos com as classes subalternas, as forças democráticas vinculadas principalmente a essas classes, mobilizam-se intensamente. À medida que acumula reservas – desde o governo constitucional de Vargas –, o campo democrático popular também reúne esforços numa importante ação unitária no plano sindical, politizando-o em um curto espaço de tempo. Põe-se em questão o capitalismo

brasileiro sem reformas e marcado pela exclusão das massas das instâncias de decisão (NETTO, 2007).

Pois bem, “a emergência de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais, no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses (com especial destaque para camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja Católica e das Forças Armadas, era um *fato novo* na vida do país [...]” (NETTO, 2007, p. 22, grifos do autor). Mas muito diferente da mobilização rural, a mobilização urbana apresenta características bem particulares, o que dificultou uma maior articulação entre o movimento sindical urbano e rural – este com menor tradição organizativa e submetido a formas repressivas muito cruéis exercidas, até mesmo, por aparatos privados (NETTO, 2007).

Se não fosse o golpe, seria “[...] bastante provável que seus desdobramentos originassem um reordenamento político-social capaz de engendrar uma situação pré-revolucionária; no entanto, o contexto de precipitação social ocorrente entre 1961 e 1964 não a tipificava” (NETTO, 2007, p. 22). Essa constatação não põe de lado a existência, no interior das aspirações e requisições do movimento democrático popular, de conteúdos de cariz objetivamente revolucionários. Esses conteúdos existiam sim, e possuíam um caráter classista bem nítido e se localizavam, sobretudo, nas articulações do movimento operário e sindical (NETTO, 2007).

Em meio a esse contexto, a continuidade do modelo de desenvolvimento que teve início anos antes colocava, em decorrência de sua própria dinâmica, possibilidades progressivamente mais definidas e que foram aprofundadas pela crise de desaceleração do crescimento que se acentuou após 1962. No decorrer do ano de 1963, as linhas divisórias se mostram ainda mais visíveis.

Dessa forma, ou o capital nacional privado se articula com o Estado com a finalidade de propor uma estratégia de acumulação que lhe permita conduzir a industrialização pesada, ou se impõe para articular outro rearranjo político-econômico que priorize ainda mais os interesses imperialistas e que mantenha o padrão de desenvolvimento já existente (NETTO, 2007).

Para o capital, a primeira alternativa, que contava com o apoio das forças democráticas e populares, trazia consigo alguns riscos – todos derivados, principalmente, da democratização da sociedade e do Estado. Já a segunda alternativa não apresentava nenhum prejuízo para as relações existentes entre as frações burguesas do país e o imperialismo. Essa alternativa, da mesma forma que praticamente não apresentava riscos políticos para o capital, neutralizava mesmo que, temporariamente, as forças mais combativas dos segmentos democráticos (NETTO, 2007).

Entre o ano de 1963 a março de 1964 tem-se uma agitação sociopolítica, cujo objetivo central era encontrar uma solução para os dilemas vivenciados pela burguesia nacional. As forças que sustentavam João Goulart no poder vão perdendo, gradativamente, a sua relativa autonomia política diante da urgência de decisões que a dinâmica econômica, acelerada pela crise, impõe. Enquanto o plano democrático é perpassado por divisões, a direita, que já vinha se articulando em um longo processo conspirativo, vai aglutinando forças. É claro que esse movimento da direita contava com a utilização maciça do aparato estatal que se encontrava sob o seu controle e com as posições que possuía e que foram, progressivamente, ampliando junto à sociedade civil (NETTO, 2007).

O desfecho de abril de 1964 põe fim – pela via da violência militar – ao dilema existente entre o projeto nacional-desenvolvimentista⁸⁶ e o projeto de desenvolvimento associado ao capital externo, especialmente o norte-americano. Com o golpe de 1964 instaura-se no país um período ditatorial que perdurou por vinte anos, impulsionando um novo momento de modernização extremamente conservadora que trouxe consigo importantes implicações para a política social.

⁸⁶ Esse projeto, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB propôs as chamadas reformas de base, o que incluía o incremento das políticas sociais.

3.3 CERTEZAS E ILUSÕES: DO GOLPE DE 1964 À REDEMOCRATIZAÇÃO

Com a queda de João Goulart e a instauração da ditadura, a história do país tomou novos rumos, principalmente, com a supressão dos direitos e com a obstrução dos canais de participação popular. Golpeando brutalmente os movimentos políticos, sindicais e socioculturais, a ditadura militar conseguiu dismantlar um patrimônio conquistado durante anos de lutas sociais (FORTI, 2006).

Deslocando-se para o campo da antidemocracia, a burguesia estabeleceu um pacto contra-revolucionário, inaugurando o que Florestan Fernandes (1987) denominou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”. Esse pacto, marcadamente reacionário,

[...] visava a beneficiar, sem exceção, todas as classes proprietárias: tanto os setores burgueses mais progressistas, quanto os mais avançados, como a burguesia industrial; tanto as ligadas à produção, quanto às ligadas ao comércio e às finanças; tanto as mais poderosas, como as empresas multinacionais, quanto as mais débeis, como a pequena e a média empresa nacionais [...] (MARTINS, 1977, p. 209).

O significado desse pacto, imediatamente político e econômico, expressa a derrota das forças democráticas, nacionais e populares. Entretanto, o seu significado histórico-social é ainda maior. O que esse golpe derrota, na verdade, é uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que tem como objetivo reverter os traços característicos que marcam a formação social brasileira. Sendo assim, o que os estrategistas de 1964 conseguiram alcançar foi a postergação de uma inflexão política que poderia, mais cedo ou mais tarde, – mesmo sem trazer conseqüências imediatas aos fundamentos da propriedade e do mercado capitalistas – romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo (NETTO, 2007). O Estado é

[...] posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariada, na indústria e na agricultura. Esse foi um dos segredos da persistência e reafirmação do lema ‘segurança e desenvolvimento’. A indústria do anticomunismo, que floresceu sob esse lema, tinha como contrapartida econômica e política principal a superexploração do proletariado (IANNI, 1981, p. 8).

Após o golpe militar de 1964, em um momento marcado pela aceleração do processo de industrialização e de internacionalização do país, a dinâmica interna do padrão de acumulação industrial organiza-se basicamente em torno de um processo de superexploração da força de trabalho; por meio, principalmente, da articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e com ritmos intensos. É com esse padrão de acumulação que se tem início no país uma longa etapa de expansão, marcada por elevados índices de acumulação, sobretudo, entre os anos de 1968-1973.

Enquanto em âmbito mundial desencadeava-se a reação burguesa à crise do capital iniciada no final dos anos de 1960, como já discutido no primeiro capítulo, o Brasil, em uma conjuntura ditatorial, passa a vivenciar a expansão do “fordismo à brasileira” (SABÓIA, 1990), por meio do que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”. Foi essa a forma assumida para a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos que, naquele momento, era destinada a um consumo de massa restrito. Esse fenômeno que já vinha acontecendo desde 1955 – durante a vigência do Plano de Metas – ganha contornos mais agressivos com a instauração da ditadura (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A particularidade brasileira impõe à face desse modelo feições bastante singulares. Aqui, os mecanismos introduzidos acontecem sem um pacto socialmente democrata e, muito menos, sem o consenso vivenciado tanto na Europa quanto nos Estados Unidos durante os “anos de ouro”. Temos também uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho, mas que, mesmo assim, ampliou o mercado interno, embora em patamares aquém de suas possibilidades. Por outro lado, tem-se ainda uma expansão da cobertura da política social brasileira – conduzida de forma tecnocrática e conservadora –, o que reitera uma dinâmica singular de ampliação dos direitos sociais paralela ao movimento de restrição dos direitos civis e políticos. Moderniza-se com isso o aparato dominante no período varguista (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Embora se tenha no plano imediato uma aparente ausência de sincronia, o salto econômico promovido pela ditadura está associado diretamente à implantação de um projeto, cuja finalidade é promover a intensa internacionalização da economia do país. Como discutimos no capítulo precedente, “[...] um dos movimentos do capital

foi a tentativa de se valorizar pela ampliação dos mercados de bens fordistas nos locais em que estes tinham algum potencial de crescimento, como é o caso brasileiro, e pela exportação de capitais, buscando nichos de valorização [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 135).

No contexto da crise mundial, a burguesia local associada, mais uma vez, ao capital estrangeiro, percebe a existência de liquidez de capitais, atraindo novos investimentos para o Brasil. Esse processo, incentivado e conduzido pelo Estado, tem como foco um projeto intensivo de substituição de importações, acarretando um extraordinário crescimento econômico. No entanto, esse extraordinário crescimento econômico não trará consigo nenhuma perspectiva de divisão posterior. Eis que mesmo não estando em total sintonia com a dinâmica externa, o ritmo do desenvolvimento nacional sempre esteve atrelado ao movimento internacional, o que tem assegurado, até os dias de hoje, a continuidade de sua trajetória de heteronomia econômica.

Diante dos limites da expansão do mercado interno de massas, da crise internacional e em face às imensas contradições mobilizadas por esse desenvolvimentismo autocrático-burguês – em que pese a imensa concentração operária⁸⁷ –, manter essas altas taxas de crescimento, por um longo período de tempo, tornou-se uma tarefa insustentável. A ditadura, então, reedita a modernização conservadora como forma de aprofundar as relações sociais capitalistas no país que, agora, apresentam uma natureza nitidamente monopolista (NETTO, 2007). Nesse momento, a questão social é reconfigurada, passando a ser enfrentada tanto pelo viés repressivo quanto pela via da assistência. Essa forma de enfrentamento visava, nada mais nada menos, do que manter a força de trabalho sob controle. E é a partir daí que se tem um forte incremento da política social brasileira.

Em um contexto marcado pela perda das liberdades democráticas e pela censura, prisão e tortura daqueles que se opunham ao regime ditatorial, o bloco militar-tecnocrático-empresarial não vê alternativa senão buscar a adesão e legitimidade por meio da expansão e da modernização das políticas sociais. Porém, ao mesmo

⁸⁷ Dentre essas concentrações, a de São Paulo se tornou a maior do mundo no período.

tempo em que adota como estratégia de legitimidade a expansão das políticas públicas – ainda que restritas quanto ao acesso –, a ditadura militar abre espaços para que a iniciativa privada também atue na área da saúde, da previdência e da educação. Desde então, conforma-se um sistema dual de acesso às políticas sociais, ou seja, entre aqueles que podem e aqueles que não podem pagar por esses serviços (FALEIROS, 2000).

Essa é, pois, uma das principais heranças deixadas pelo regime militar à política social. E tal característica nos aproxima muito mais do sistema norte-americano de proteção social do que do *Welfare State* europeu. Outra herança deixada por esse regime é o fato de que mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, grande parte da população brasileira ainda se manteve à margem do *complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar* (FALEIROS, 2000).

O que nos parece legítimo é que diante da fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira apresentou momentos de maior expansão justamente naqueles períodos considerados mais avessos à instituição da cidadania, ou melhor, durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras⁸⁸. Enfim, essa característica particular ensejou a prevalência de um modelo nacional de proteção social marcado pela “[...] ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira” (PEREIRA, 2000, p. 126).

Como se vê, o período em questão não se configura em um projeto universal de defesa da cidadania. Representa, na verdade, a continuidade de um padrão fragmentado e desigual de incorporação social de setores populares “[...] em estratos de acesso, conforme os arranjos do bloco no poder, para favorecer grupos privados ou particulares, conquistar clientelas, impulsionar certos setores economicamente influentes, obter lealdades e, é claro, dinamizar a acumulação” (FALEIROS, 2000, p. 48).

⁸⁸ Segundo Pereira (2000), três são os motivos que reafirmam essa tendência. Primeiramente, os governos autoritários buscavam “mostrar serviço” no sentido de justificar sua ação interventora, proclamada como revolucionária. Também procuravam encobrir a dureza do regime de exceção e, por fim, distribuíam bens e serviços justamente para não ter que dividir poder.

De outra parte – e este é um aspecto especialmente relevante em nossa análise –, a gestão da força de trabalho nesse período, baseada em um forte autoritarismo, foi marcada por uma intensa divisão de tarefas, pelo uso extensivo de mão-de-obra não qualificada, pelos altos índices de rotatividade, pelo emprego de complexas estruturas de cargos e salários, cujo objetivo era justamente fragmentar a classe operária e exercer o controle sobre os trabalhadores. Não nos restam dúvidas de que tais características se apoiavam na legislação trabalhista – baseada no contrato individual de trabalho – e na conjuntura política de autoritarismo (LEITE, 1994).

Em 1974, no marco de um cenário que tem como pano de fundo a crise acelerada do modelo econômico denominado de “milagre econômico” abre-se o momento derradeiro do regime ditatorial. Num período marcado pelo aprofundamento da crise do “milagre”, por uma particular estratégia de sobrevivência implantada pelo mais alto escalão militar do regime e pelos impactos da economia internacional no país – que restringiam o fluxo de capitais – o regime ditatorial começa a apresentar os seus primeiros sinais de enfraquecimento e a sociedade brasileira começa a retomar os rumos da democracia política.

Desde meados da década de 1970, tem-se um movimento de resistência à ditadura que – conduzida no plano legal por uma frente de oposição organizada, majoritariamente, por segmentos burgueses descontentes – ganha profundidade e qualidade novas quando os trabalhadores se reinserem na cena política.

Há uma reinserção dos movimentos sindicais, políticos e populares no país⁸⁹, que passam a lutar pela redemocratização e pela defesa de outros interesses concretos da vida cotidiana. É justamente com a irrupção de demandas democráticas e populares reprimidas durante longo tempo que observamos a mobilização crescente por parte dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical. Além disso, tem-se a tomada de consciência dos trabalhadores rurais, a revitalização das suas instâncias de representação e o ingresso, na cena política, de movimentos populares e democráticos.

⁸⁹ A campanha das “Diretas Já” e a luta em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana foram alguns dos episódios de mobilização e pressão populares que marcaram a sociedade brasileira nesse período.

Do mesmo modo, há uma dinamização da vida cultural, com a reativação do protagonismo de segmentos intelectuais; a reafirmação de uma postura democrática por parte de setores da Igreja Católica, que inspirada pelos princípios propagados pela Teologia da Libertação, institui as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's; e a materialização do papel progressista desempenhado por algumas instituições, como por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI. É a conjugação de tais elementos que contribui para colocar na agenda da sociedade brasileira a exigência por profundas transformações políticas e sociais (NETTO, 2006).

O regime militar foi conduzido, de derrota em derrota, a estabelecer algumas negociações que acabaram por acelerar a erosão de seu ciclo desastroso. A partir daí se tem uma distensão e uma abertura lenta e gradual do regime militar que coloca em marcha uma transição democrática fortemente controlada pelas elites brasileiras. Em face do expressivo volume de requisições represadas decorrentes da agudização da questão social, esse controle busca justamente impedir a formação de uma vontade popular radicalizada (SADER, 1990).

Diante de um contexto marcado pela vigência de um projeto ditatorial e por mudanças estruturais no país – que sai desse processo mais urbanizado e industrializado –, as manifestações da questão social se tornam mais visíveis, sobretudo, em função do esgotamento do “milagre brasileiro”, que dava sinais inequívocos de que seus frutos não seriam redistribuídos. Os trabalhadores e os movimentos sociais, nesse momento, já conseguem ter clareza dessa tendência, principalmente, pela crise econômica que se aproximava (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

É no evoluir desse processo que a resistência democrática se amplia “[...] e se aprofunda, atraindo setores e protagonistas antes vinculados ao movimento golpista ou por ele neutralizados, levando o regime à defensiva, a concessões e, no limite, a negociar as vias de transição a outras formas de dominação” (NETTO, 2007, p. 34).

Em um movimento paralelo, a redemocratização do país vai favorecer também a adesão do Brasil às orientações conservadoras neoliberais – já em curso no cenário internacional – evidenciando o caráter tardio da adesão do país aos pressupostos

neoliberais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Essa nova conjuntura provoca ainda um estreitamento gradual da capacidade de gasto governamental.

Mesmo tendo como referência as recomendações de organismos multilaterais – como o FMI – e a experiência de outros países da América Latina e dos governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, o projeto neoliberal no Brasil⁹⁰ “[...] foi constituindo e consolidando o seu programa político – como não poderia deixar de ser – no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes [...]” (FILGUEIRAS, 2005, p. 4).

Não existia, portanto, um projeto previamente estabelecido, acabado e que foi implantado, mas um projeto que se definiu nitidamente como resultado da luta de classes. É tal característica que, ao lado das demais características imanentes ao processo de formação econômico-social vigente até então, deixa claro “[...] a existência de especificidades e diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral” (FILGUEIRAS, 2005, p. 4).

Desde a crise da dívida dos primeiros anos da década de 1980⁹¹ e mediante a possibilidade de um colapso financeiro mundial vem à tona o discurso em defesa da necessidade dos ajustes e dos planos de estabilização em todos os países latino-americanos. Tal imposição integra uma estratégia de ajuste global que vai reordenar as relações entre o centro e a periferia do mundo do capital. Numa espécie de coordenação da reestruturação industrial e financeira nos países cênicos, os custos desse processo ficam a cargo dos países periféricos (TAVARES; FIORI, 1993).

Segundo Tavares (1999), enquanto os custos dessas mudanças foram pagos pela crise financeira do Estado – cujos impactos recaíram sobre a política social –, pelos sindicatos e pelos países da periferia, os benefícios concentraram-se,

⁹⁰ Último país latino-americano a implementar o projeto neoliberal.

⁹¹ Mesmo que seja lembrada como período de conquistas democráticas em função das lutas sociais e da Constituição de 1988, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida sob o ponto de vista econômico.

demasiadamente, nas economias centrais. Já naqueles países de desenvolvimento industrial intermediário, a autora aponta a existência de dificuldades para converter a estrutura industrial e alcançar uma inserção internacional dinâmica, em função da heterogeneidade estrutural de suas economias e da degradação das relações internacionais com o endividamento dos países e seus impactos – em especial o colapso financeiro do Estado.

Mas enganam-se aqueles que acreditam que a derrota da ditadura do grande capital no Brasil – e a falência do seu “modelo econômico” – conseguem romper com o padrão de dominação burguesa. Muito pelo contrário, marca a emergência de um projeto hegemônico patrocinado por uma aliança de vários representantes do capital. Talvez em nenhum outro período da história do país, tenha ficado tão claro a pretensão das frações burguesas em buscar não somente a dominação, mas também a direção da sociedade brasileira (NETTO, 1996).

Torna-se inegável a emergência de uma estratégia política das classes dominantes, cujo objetivo, nada mais é, do que conquistar a hegemonia, ou melhor, “[...] obter o consentimento ativo da maioria da população em torno do seu projeto específico de sociedade, o que lhes permite ser não apenas classe dominante, mas também classe dirigente” (MOTA, 2005, p. 114-115).

No entanto, existem dois condicionantes limitadores dessa pretensão. Primeiramente, a própria natureza da burguesia brasileira – associada e servil ao capital externo – e, especialmente, a sua extraordinária avidez, responsável por uma estreiteza e uma mesquinhez de classe praticamente insuperáveis. Em segundo lugar, a força dos anseios democráticos de vastos segmentos populares, estando à frente a ponta do proletariado, fora liberada após vinte anos de intensa opressão e repressão (NETTO, 1996). O peso da herança econômico-social do período ditatorial coloca em questão, nas condições acima referidas, um projeto hegemônico que pouco concederia aos que Florestan Fernandes (1987) chamou de “os de baixo”.

Além do mais, a transição democrática brasileira se diferencia das demais experiências latino-americanas em função das transformações estruturais processadas pela industrialização e pela urbanização. Mesmo que a transição democrática tenha sido controlada pelas elites, as mudanças estruturais criam as

bases necessárias para o surgimento de um movimento operário e popular novo, fator esse decisivo para a reorganização da esquerda do país (SADER, 1990).

Esses movimentos passam a reivindicar a reafirmação das liberdades democráticas e de uma vontade nacional e de soberania, rejeitando quaisquer interferências do FMI. Lutam ainda por direitos trabalhistas, por reforma agrária, contra as grandes desigualdades sociais existentes e pela afirmação dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Também nesse contexto, em decorrência das perdas salariais ocasionadas pelo processo inflacionário, a recuperação dos salários transforma-se em uma bandeira de luta, unificando o conjunto dos trabalhadores e fortalecendo o sindicalismo mais combativo. As categorias mais organizadas de trabalhadores começam a negociar diretamente com os empresários o piso, o reajuste dos salários e uma extensa pauta de reivindicações – que vai desde benefícios não monetários até as condições de trabalho.

Diante de tais transformações e em um cenário de profunda desaceleração do ritmo de crescimento econômico e de uma oscilação dos índices de emprego, o país entra em um processo de degradação das condições gerais do mercado de trabalho urbano. Processo esse acompanhado pelo agravamento da situação social, pela massificação da pobreza e pelas desigualdades de renda. Com a crise decorrente do recrudescimento do endividamento externo, o país passa a enfrentar uma conjuntura de baixo crescimento do PIB – sobretudo, na indústria de transformação – e de redução dos investimentos, o que põe fim ao modelo desenvolvimentista baseado na supremacia do Estado.

Segundo Baltar (1998), o índice de emprego formal na década de 1980 variou de acordo com o ritmo da atividade econômica. Apesar do desempenho do mercado de trabalho não ter apresentado a mesma tendência de estruturação do período pós-guerra, se compararmos os resultados dessa década com a década subsequente, veremos que a precarização do mercado de trabalho urbano brasileiro ainda estava em vias de consolidação.

Como se vê, a crise traz consigo implicações diretas ao mercado de trabalho brasileiro, reduzindo, expressivamente, os postos de trabalho destinados à incorporação da população economicamente ativa. Em função da forte recessão econômica desse período, o desemprego aberto é um problema que precisa ser enfrentado.

Com a ausência de um sistema de proteção que pudesse garantir a renda dos trabalhadores desempregados, não restava alternativa a esses trabalhadores a não ser buscar estratégias de sobrevivência em ocupações precárias em atividades informais, o que vai deixar de fora das estatísticas de desemprego parte desses trabalhadores desempregados.

Ao longo dessa década, principalmente, nos setores urbanos, há um aumento das atividades realizadas por conta própria e sem registro em carteira, o que coloca o trabalhador à margem da legislação trabalhista e na informalidade (CACCIAMALI, 1989). E é exatamente a participação dos trabalhadores na informalidade e uma rápida recuperação do emprego a partir de 1984 que não permitiram que o desemprego atingisse os mesmos índices alcançados na década seguinte (SABÓIA, 1986).

Em meio à luta pela redemocratização do país e por melhores salários, identificamos avanços políticos e sociais expressivos no sistema de proteção social brasileiro, especialmente, com a instituição, em março de 1986, do seguro-desemprego, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – quando são reafirmados e estabelecidos novos direitos sociais. Mas apesar dos avanços algumas conquistas foram suprimidas no processo de definição da legislação infraconstitucional (FAGNANI, 2005).

Durante o governo de José Sarney – após o ano de 1985 –, o padrão de acumulação centrado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional começa a sofrer as primeiras alterações. Mesmo que nesse período mantenham-se vigentes algumas das características desse padrão de acumulação, tem início um movimento de transformação organizacional e tecnológica no interior dos espaços produtivos e de serviços; embora em um “[...] ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a

reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideopolítico neoliberal” (ANTUNES, 2006, p. 17).

O país começa a partir daí a ser afetado, diretamente, “[...] pelos emergentes traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da anterior, inicialmente em alguns aspectos e, posteriormente, em muitos de seus traços essenciais” (ANTUNES, 2006, p. 17).

Mesmo que desde a década anterior tenham sido observadas algumas mudanças tecnológicas e no processo produtivo – ainda que muito incipientes –, é somente a partir dos anos de 1990, com Fernando Collor de Mello e, logo depois com Fernando Henrique Cardoso – FHC e com Luiz Inácio Lula da Silva, que esse processo se intensifica, tornando mais visíveis os impactos da reestruturação produtiva sobre a realidade do país, o que será melhor detalhado na próxima seção.

3.4 TRAJETÓRIAS CONTEMPORÂNEAS: O BRASIL PÓS-DÉCADA DE 1990

Já apresentamos no decorrer desse estudo alguns elementos que marcaram a realidade histórica do país. Nesse percurso identificamos, em meio às contradições e particularidades nacionais, como se difundiu a hegemonia das relações sociais capitalistas de produção e reprodução na formação social do Brasil. Nossa análise, agora, volta-se para a situação brasileira no período pós década de 1990, sempre buscando manter uma relação entre as mudanças processadas no país – e que ainda estão em curso – com os processos históricos e estruturais que se engendram em âmbito mundial.

Como não é novidade, após essa década o Brasil, adaptando-se mais uma vez às requisições do capitalismo mundial, adentrou num movimento marcado por uma nova ofensiva burguesa. Trata-se de um momento histórico com nuances bem diferentes daquelas vivenciadas no pós-1964. Mas, seguramente esse movimento

se constitui como uma contra-reforma social e moral, cujo objetivo é recompor a hegemonia burguesa no país (MOTA, 2005).

Esse quadro, criado e agravado nos marcos de uma crise internacional – não apenas do “socialismo real”, mas também do capitalismo mundial – foi “[...] o terreno germinador das concepções de raiz neoliberal que vêm presidindo as orientações políticas do Estado para com a sociedade, com claras derivações nas formas propostas de enfrentamento da ‘questão social’ [...]” (IAMAMOTO, 2003, p. 159).

Apesar das inflexões dessa nova dinâmica de acumulação capitalista terem dado os seus primeiros sinais já ao longo de 1980, foi somente nos anos de 1990, com o aprofundamento da crise econômica, social e política, que se impôs a necessidade de reordenamento do padrão de acumulação e de definição de novas formas de sociabilidade no sentido de garantir a manutenção, o crescimento da produtividade e a lucratividade do sistema do capital.

Ao longo dessa década, em consonância com as diretrizes definidas pelo Consenso de Washington, se intensificou o processo de reestruturação produtiva e a implementação do ideário neoliberal no Brasil. Porém, esse processo assume formas diferenciadas, constituindo-se em uma realidade perpassada por elementos de continuidade e de descontinuidade se compararmos às etapas anteriores.

Pochmann (2000) e Mattoso (2001) nos mostram que ao invés de uma reestruturação propriamente dita, o que aconteceu no Brasil foi um processo de desestruturação produtiva. Para esses autores, entre os anos de 1930 a 1970 foi construída uma estrutura produtiva que vinha conformando e organizando o mercado de trabalho em nosso país. Entretanto, desde a década de 1980, em função do baixo crescimento econômico e da prevalência das idéias neoliberais, reduzem-se expressivamente as atividades produtivas. O mercado de trabalho passa, então, a sofrer uma substancial degradação, sobretudo, com as elevadas taxas de desemprego e com a precarização das relações e das condições de trabalho.

Vivencia-se desde essa época uma realidade histórica bem diferente daquela que marcou o Brasil e a maioria dos países latino-americanos até a metade da década

de 1970. Essa nova realidade tem a ver, em grande parte, com o próprio limite estrutural do capital que além de não conseguir incorporar ao mercado formal de trabalho amplos setores populacionais, também expulsa muitos trabalhadores que mantinham um vínculo empregatício mais ou menos estável.

É Fernando Collor de Mello que dá início a uma fase decisiva para a vitória do projeto neoliberal no interior das classes dominantes. Em um período de forte crise de hegemonia – em função, principalmente, da intensa participação dos trabalhadores na cena política –, o governo Collor – cujo programa contava, naquele momento, com a anuência de grande parte das frações do capital – foi a solução momentaneamente encontrada por essas frações no seu embate contra a esquerda e o conjunto dos trabalhadores (OLIVEIRA, 1990).

O programa adotado por esse governo, consubstanciado no Plano Collor, pela primeira vez não se limitava – se comparado aos outros planos de estabilização heterodoxos – apenas a combater a inflação. Era um programa voltado para reformas⁹² estruturais do Estado e de suas relações com o setor privado e das relações do capital com o trabalho, dentro dos moldes da doutrina neoliberal que priorizava a privatização, a abertura comercial e financeira e o desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas – como, por exemplo, a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e das relações de trabalho (FILGUEIRAS, 2000).

Tanto a vitória quanto a implementação do projeto neoliberal não resultou do “livre e natural funcionamento dos mercados”. Muito pelo contrário, resultou do embate entre as distintas frações do capital e dessas frações com o conjunto dos trabalhadores, bem como da intervenção política e econômica sistemática

⁹² Mesmo que o termo reforma tenha sido amplamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos de 1990 para se auto-referenciar, Behring e Boschetti (2007) partem do pressuposto de que se esteve diante de uma apropriação indevida e fortemente ideológica da idéia reformista, que acabou sendo destituída de seu teor progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança – não importando seu sentido, sua consequência social e sua direção sócio-histórica – representasse uma reforma. O termo reforma ganhou sentido no interior do movimento operário socialista sempre tendo como foco melhores condições de vida e de trabalho para a maioria da população. Para as autoras, o reformismo – ainda que não concorde com suas estratégias e considerem importante, inclusive, criticá-lo, como o fizeram revolucionários de períodos diferentes como, por exemplo, Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel, dentre outros – é um patrimônio da esquerda.

protagonizada pelo Estado, com base em medidas legais e, quando necessário, com a utilização de instrumentos coercitivos (BIANCHI, 2004).

É incontestável o êxito inicial do governo Collor na implementação do projeto neoliberal, sendo exemplos contundentes a privatização de várias empresas públicas, a efetivação das primeiras medidas no sentido de liberalizar o comércio exterior e, o mais importante, de colocar na defensiva os movimentos sociais e o movimento sindical. Mas, pouco a pouco, o governo Collor foi perdendo o apoio das classes dominantes, principalmente, em função de sua estratégia de estabilização dos preços. A adoção dessa estratégia culminou em uma forte recessão econômica, com a redução do PIB em 4% no ano de 1990 e com assustadoras taxas de desemprego, que entre os anos de 1989 e 1992 praticamente dobraram. Aliado a tudo isso se conta ainda com a sua própria incapacidade em arbitrar os distintos interesses das diversas frações do capital (FILGUEIRAS, 2005).

No momento em que surge a crise política deflagrada por denúncias de corrupção generalizada, a partir da retomada dos movimentos sociais – aqueles derrotados na eleição de 1989 – e das manifestações políticas de massa que exigem o *impeachment*, o isolamento político de Collor, na sociedade, foi praticamente total e pôs fim precocemente ao seu governo (FILGUEIRAS, 2005).

Muito além das questões morais que aparecem como pano de fundo, do insucesso do seu Plano de estabilização econômica – com o inusitado “seqüestro” dos ativos financeiros e do retorno das elevadas taxas de inflação –, o fracasso do governo Collor e de seu “bonapartismo” resulta, na verdade, de causas políticas e interesses materiais mais profundos. Em primeiro lugar, o discurso e a prática neoliberais dividiam as elites dominantes e, de forma especial, o empresariado que, naquele momento, ainda encontrava-se bastante marcado pela cultura predominante no modelo de substituição de importações. Ainda não havia se formado aquele consenso que, mais tarde, seria encontrado na eleição e no governo de FHC. Houve, então, um breve adiamento do projeto que, logo em seguida seria retomado (FILGUEIRAS, 2000).

Em segundo lugar, o país, apesar de tudo, possuía uma ordem democrática formal, com instituições do Estado de direito em funcionamento, que se constituíram em

mecanismos fundamentais tanto para canalização das insatisfações quanto para questionamento do autoritarismo. E, finalmente, “[...] a suposta base social de Collor, os ‘descamisados’, era totalmente frágil e inorgânica, não se verificando, assim, qualquer tipo de apoio popular mais significativo durante o processo de sua destituição” (FILGUEIRAS, 2000, p. 86).

Mas mesmo com a destituição de Collor do poder, a implementação do projeto neoliberal não sofreu nenhuma interrupção – embora tenha tido uma expressiva redução no seu ritmo –, o que comprova que a sua implementação não foi, meramente, produto nem do voluntarismo de Collor e nem da vontade de seus tecnocratas. Nesse momento, o programa econômico de seu governo já tinha uma grande aceitação no interior das classes dominantes (FILGUEIRAS, 2005).

Após o *impeachment*, Itamar Franco, vice de Collor, assume o governo em meio a um período marcado pelo descompasso entre as requisições da sociedade e as respostas do Estado e de mal-estar institucional, econômico e social. Durante o seu curto mandato – 1992 a 1994 – tem-se a articulação de uma coalizão conservadora de poder em torno do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso – evidente candidato à Presidência da República. Com FHC à frente desse Ministério foi formulado o plano de estabilização monetária protagonizado pela nova moeda, o real (BEHRING, 2003).

A implementação desse plano – carro chefe da campanha presidencial – vai impulsionar a adoção da automação microeletrônica nos principais pólos industriais e acelerar a inserção subordinada do Brasil ao sistema de crédito internacional, aumentando cada vez a dependência da economia do país aos interesses do capital especulativo. A lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro também se impõem integralmente. São adotadas medidas de estabilização monetária apoiadas na valorização cambial e em taxas de juros elevadas.

Nesse íterim, a hegemonia restrita do projeto neoliberal estava em franca expansão e afirmação no interior do bloco dominante, o que vai também favorecer a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Esse foi justamente o caminho trilhado para derrotar, mais uma vez, a esquerda e os trabalhadores. Só que dessa vez valendo-se de uma

candidatura que contava com o total apoio das diversas frações da burguesia e com o apoio de segmentos da classe média e da intelectualidade (FILGUEIRAS, 2005).

No primeiro mandato de FHC – entre os anos de 1995 a 1998 –, além das medidas de estabilização monetária – consubstanciadas no Plano Real –, também são adotadas medidas de desregulamentação e de abertura comercial e financeira, de privatização, de desregulação do mercado de trabalho, de reforma administrativa do Estado e de reforma da Previdência Social. Como se vê, há uma continuidade do programa adotado pelo governo Collor, mesmo que ainda existissem atritos entre as distintas frações do capital e certa resistência por parte de segmentos organizados dos trabalhadores.

Em um primeiro momento, a estabilização monetária produz alguns ganhos salariais para o conjunto dos trabalhadores, especialmente, para aqueles cuja renda não estava indexada. No entanto, “[...] esses ganhos não foram suficientes para reverter o longo processo de concentração da renda e da riqueza no Brasil, mantendo o Brasil no topo do *ranking* dentre os países com pior distribuição de renda [...]” (NAKATANI, 2000, p. 233).

Já em outro momento, a forma como se dá a inserção do país no movimento de “globalização” – totalmente subordinada e dependente – favorece o crescimento contínuo da taxa de desemprego e a redução dos salários reais e do rendimento do trabalho. Tem-se, por outro lado, um aumento da precarização do trabalho em função do crescimento da informalidade e da rotatividade do emprego (NAKATANI, 2000).

Ao longo do governo FHC a pauta governamental priorizou uma série de reformas – do Estado brasileiro, da economia, da previdência etc. –, e também favoreceu a inserção competitiva das empresas no mercado mundial, “a abertura comercial e financeira – demandada pelos capitais financeiros nacionais e internacionais e por grupos vinculados à exportação/importação de bens e serviços –, juntamente com a reestruturação do Estado [...]” (FILGUEIRAS, 2005, p. 186).

Esses foram elementos catalisadores no processo de redefinição das relações estabelecidas pelas diferentes frações do capital, entre si e com o conjunto dos

trabalhadores e o Estado. É essa dinâmica que vai fortalecer ainda mais os capitais estrangeiros e os grandes grupos nacionais que conseguiram se transnacionalizar e se financeirizar organicamente (FILGUEIRAS, 2005).

Não nos restam dúvidas de que a consolidação do projeto político neoliberal e a implantação de um novo modelo econômico contribuíram demasiadamente para transnacionalizar e fortalecer os grandes grupos econômicos nacionais no interior do bloco dominante. Mas, por outro lado, também revelou a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia do país aos fluxos mundiais de capitais. Reconfigurou-se o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, especialmente, com a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros (FILGUEIRAS, 2005). Foi um período marcado por

[...] maior exposição à concorrência [que] induziu a reorganização das empresas voltadas para o mercado local, com aumentos importantes de produtividade e redução do nível de emprego assalariado. Essa tendência foi reforçada pelo programa de estabilização adotado em 1994 (Plano Real), que, ao ancorar e valorizar a moeda nacional frente ao dólar americano e ao manter elevadíssimas taxas de juros no mercado doméstico, reforçou as tendências de reestruturação econômica, marcadas por uma crescente internacionalização das empresas e do próprio mercado interno (DEDECCA, 1998, p. 1).

Esses são alguns dos motivos que reafirmam – mais uma vez – que o desemprego, em nosso país, não resulta somente da inovação tecnológica, mas também do tipo de política econômica adotada – em que pese o inexpressivo crescimento econômico – e de determinadas escolhas políticas que, ao invés de redistribuir os ganhos de produtividade, favorecem a apropriação desses ganhos pelo capital, sobretudo, pelo capital financeiro.

Apesar das tendências de modernização da esfera produtiva e da generalização de um novo paradigma técnico-produtivo, Pochmann (2002) registra “uma nova frustração nos anos 90”. Segundo esse autor, a década de 1990 caracteriza-se como uma “segunda década perdida” em função do aumento crescente do desemprego, da contínua concentração de renda, do endividamento interno e externo, do baixo crescimento econômico e dos irrisórios índices de investimento.

Durante essa década, além do elevado contingente de desempregados, o desemprego também muda o seu perfil. Deixa de ser relativamente homogêneo –

um fenômeno que atinge segmentos específicos do mercado de trabalho como, por exemplo, os jovens, as mulheres, os negros, os analfabetos e os trabalhadores sem qualificação profissional e com pequena experiência profissional –, para transformar-se em um fenômeno complexo e heterogêneo que atinge, indistintamente, quase todos os segmentos sociais, inclusive, aqueles trabalhadores com maior grau de escolaridade e aqueles profissionais com experiência em níveis hierárquicos superiores e que faziam parte dos altos escalões de remuneração (POCHMANN, 2006).

Também no período em questão, em detrimento do trabalho e dos interesses do conjunto dos trabalhadores, há uma tendência constante de adaptação do processo de reestruturação produtiva aos desígnios do mercado. Segundo Ruas (1994), nos primeiros anos de 1990, o único entrave que inviabiliza uma flexibilização total do mercado de trabalho é a existência de algumas legislações que regulam as relações salariais, a representatividade dos sindicatos, o direito de greve e as negociações coletivas.

Ainda nesse momento, para fazer frente às condições sociais de reprodução da força de trabalho limita-se a intervenção e os gastos do Estado, efetivando aquele “Estado mínimo” que mencionamos no primeiro capítulo. Vincula-se a isso “[...] a defesa da livre economia de mercado e da liberdade individual dos proprietários privados [...]” (IAMAMOTO, 2003, p. 159). Em países como o Brasil, por exemplo, essa problemática se complexifica ainda mais, sobretudo, por causa das relações financeiras que são estabelecidas com o sistema capitalista internacional, cuja marca mais contundente é o “estrangulamento” da dívida externa (IAMAMOTO, 2003).

De forma prática e ideológica, a defesa desse “Estado mínimo” – que é denominado de “Estado social-liberal” pelos neoconservadores – é revestida pelo falacioso discurso de que é social porque além de continuar protegendo os direitos sociais também continua promovendo o desenvolvimento econômico; e “[...] liberal porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais, competitivas [...]” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 10). Além do mais, esse mesmo “Estado social-liberal” tornará os mercados de

trabalho muito mais flexíveis, promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição em âmbito mundial (BRESSER-PEREIRA, 1997).

No entanto, as bases que servem de alicerce para essa matriz neoconservadora indicam, de forma bastante clara, não a defesa dos direitos sociais, mas, sim, a sua mercantilização. Indicam ainda a retração do Estado de direito – conquistado a partir da luta das forças democráticas brasileiras –; a defesa incondicional da racionalidade econômica em detrimento à instrumentalização dos direitos e o retrocesso tanto na construção democrática quanto no exercício da cidadania (SIMIONATO, 2003).

Com o esgotamento do Estado burocrático-desenvolvimentista tem-se um processo de ajuste estrutural que desregulamenta a economia, suprime a função reguladora do Estado e a substitui pelo jogo livre do mercado. Difunde-se a idéia de que o poder auto-regulador do mercado é capaz de distribuir a renda de maneira muito mais racional. Contudo, a retração do Estado na sua função de agente econômico-produtivo contribuiu – não só no Brasil, como em toda América Latina –, para a privatização das empresas estatais, a redução do setor público e de toda a máquina estatal.

A partir do momento em que o Estado começa a incorporar a racionalidade do mercado e promover reformas que limitam a proteção social estatal, instaura-se um processo de mercantilização de grande parte dos serviços sociais. Institui-se, portanto, uma dicotomia de direitos entre aqueles que podem pagar pelos serviços sociais e aqueles que não possuem condições de adquirir esses serviços no mercado (LIRA, 2006).

Com a modernização econômica, o Estado passa por uma profunda “reforma” – de caráter privatizante e desregulamentador. Assim como as empresas, o Estado também se reestrutura, redefinindo-se enquanto manifestação dos embates entre as diversas classes e frações de classe. A desregulamentação – com a quebra dos monopólios estatais em vários setores da economia –, em conjunto com a privatização das empresas estatais, reduz drasticamente a presença do Estado nas

atividades diretamente produtivas, o que vai fortalecer em muito os grupos privados nacionais e estrangeiros (FILGUEIRAS, 2005).

Ao mesmo tempo em que funcionam como uma âncora na estratégia de estabilização de preços, as privatizações contribuíram ainda, de forma contundente, para os processos de desnacionalização da economia e de centralização de capital. Esses processos tiveram a participação central do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de bancos nacionais e estrangeiros e de fundos de pensão. Surgem a partir daí, os oligopólios privados que além de redefinir a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecer grupos políticos regionais tradicionais, também provocam demissões em massa e enfraquecem os sindicatos (FILGUEIRAS, 2005).

Enfim, temos uma realidade que se manifesta por meio das mudanças institucionais e pela dinâmica adotada pelos diferentes atores sociais em face de uma conjuntura que tem como pano de fundo: a desregulamentação comercial e financeira, as privatizações, o irrisório e instável desempenho da economia, o aumento dos índices de desemprego e o crescimento da precarização.

No âmbito da organização da produção, o modelo fordista/taylorista convive, agora, com padrões de organização da produção dotados de um alto nível tecnológico. A incorporação dos avanços tecno-científicos pelas empresas multinacionais, traz consigo, em contrapartida, relações de trabalho bastante regressivas se analisadas sob a óptica dos interesses dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2007).

É a desregulamentação do capital – no plano do capital produtivo das corporações transnacionais e do capital-dinheiro das instituições financeiras – que nutre o crescimento das taxas de mais-valia absoluta e relativa, tanto as taxas do presente, como as futuras. Em meio a esse processo, o discurso do capital gira em torno da “flexibilidade” que “[...] se estende às formas de organização dos processos de produção, da gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas e dos padrões de consumo [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 143).

Essa ofensiva em prol do crescimento econômico dos oligopólios em contraposição ao desenvolvimento social afeta indubitavelmente a luta sindical em um contexto marcado pela recessão e pelo desemprego. Desenvolve-se uma ampla competitividade no mercado mundial e a qualidade dos produtos é posta como pré-condição no enfrentamento da concorrência intercapitalista e para resguardar os superlucros das corporações multinacionais e as elevadas taxas de juros a favor das instituições financeiras. A palavra de ordem, no nível da produção, é reduzir custos e ampliar a lucratividade (IAMAMOTO, 2007).

Segundo Iamamoto (2007), o peso decisivo dessa lógica recai sobre a expressiva redução dos custos do chamado “fator trabalho”, envolvendo tanto o embate contra a organização e as lutas sindicais como os cortes salariais e o desmantelamento dos direitos conquistados. Essa necessidade de reduzir custos para o capital fica bem clara na figura do trabalhador polivalente – aquele capaz de desenvolver múltiplas funções ao mesmo tempo e pelo mesmo salário –; no amplo enxugamento das empresas; na captação da mais-valia das empresas terceirizadas que passam a assumir os riscos das oscilações de mercado. Essas empresas, cada vez mais precarizam as relações de trabalho, reduzem ou eliminam direitos sociais, reduzem salários, firmam contratos temporários, o que tem afetado intensamente as bases de defesa do trabalho que foram conquistadas no período pós-guerra.

Do mesmo modo, a concorrência intercapitalista no mercado mundial tem estimulado um desenvolvimento científico e tecnológico bastante acelerado, revolucionando a produção de bens e serviços. Na esteira desse processo, a reestruturação produtiva altera radicalmente a organização dos processos de trabalho, o que inclui o consumo e a gestão da força de trabalho, as condições e relações de trabalho e o teor do próprio trabalho. Aqui, o discurso da qualidade dos produtos vem acompanhado do fenômeno da terceirização e do enxugamento do quadro de pessoal das empresas, impactando profundamente sobre as condições de vida e de trabalho do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2007).

Tudo isso envolve, ao mesmo tempo, a intensificação do trabalho, a ampliação da jornada, a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos trabalhistas. Reduz-se, assim, “[...] a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição

técnica e de valor do capital, ampliando o desemprego estrutural” (IAMAMOTO, 2007, p. 144).

Por meio da articulação e subordinação dos interesses das demais frações burguesas aos interesses das finanças, o que dá o tom desse período é uma política econômica favorecedora dos interesses do capital financeiro internacional e nacional. A partir dessa nova etapa inicia-se um processo de moderação dos conflitos existentes no interior da burguesia. Esses conflitos já vinham crescendo desde a fase inicial de implantação do projeto neoliberal, no entanto, essa moderação favoreceu uma maior unidade da burguesia em torno do neoliberalismo.

De acordo com Boito Junior (2006), embora o projeto neoliberal não contemple os interesses do conjunto dos trabalhadores, o discurso ideopolítico adotado ao longo das décadas de 1990 e 2000 tem se consolidado amplamente, o que revela a existência de um novo domínio ideológico da burguesia no país.

A antiga burguesia industrial nacional – maior beneficiária da política desenvolvimentista que foi adotada no período pós-1930 – perdeu gradativamente, durante toda a década de 1990, poder econômico e político. Em função da política de abertura e de juros altos, a maioria de suas empresas foi vendida ao capital internacional. Enquanto isso, outras empresas se transformaram em montadoras de componentes importados, como é o caso de boa parte do setor eletro-eletrônico (BOITO JUNIOR, 2006).

As análises desse autor revelam ainda que a fase mais recente do neoliberalismo no Brasil resulta da pressão política exercida pela burguesia durante os anos de 1990 e do estrangulamento externo que ressurgiu face à crise cambial entre os anos de 1998-1999. Com o novo arranjo do bloco no poder⁹³ há uma maior articulação entre

⁹³Em sua análise sobre a relação entre a burguesia e o neoliberalismo, Boito Junior (2006) lança mão da concepção de bloco no poder formulada por Poulantzas (1972). Tal concepção parte da premissa de que apesar da burguesia comungar de um interesse geral, esse interesse geral não elimina as divergências entre os diversos interesses das frações burguesas. Isso comprova que a política neoliberal, em seu conjunto, não consegue dar conta do interesse de todas as frações burguesas. Como exemplo podemos citar que com a adoção da política de privatização, os grandes grupos empresariais e os grandes capitais – que podem adquirir as empresas públicas nos leilões de privatização –, são favorecidos. Por outro lado, as pequenas e médias empresas ficam à margem desse processo e suas posições são cada vez mais ameaçadas pela concentração de capital. As políticas de abertura comercial e desregulamentação financeira, por sua vez, favorecem o grande capital bancário e o capital financeiro internacional. Ao mesmo tempo, o capital industrial passa a

a grande burguesia interna e a “[...] política hegemônica do capital financeiro, visando, através do crescimento das exportações, obter os dólares e a receita necessários para remunerar o capital financeiro nacional e internacional” (BOITO JUNIOR, 2006, p. 272).

Mais tarde, durante o segundo mandato do Presidente FHC – 1999 a 2002 – e o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – entre os anos de 2003 a 2006 – o modelo neoliberal passa por uma etapa de aperfeiçoamento e de ajuste, com a ampliação e a consolidação da hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante.

Desde o início do segundo governo FHC adotou-se uma nova política macroeconômica, com a substituição – após uma grande desvalorização cambial – do sistema de bandas, que caracterizava a política cambial e administrava um câmbio sobrevalorizado, pelo regime de câmbio flutuante. Nesse momento ainda, o controle da inflação que anteriormente era feito com base na âncora cambial, começa a ser realizado com base na política de metas de inflação. E a política fiscal – que se manifestava em pequenos superávits ou déficits primários – foi substituída por metas elevadas de superávits (FILGUEIRAS, 2007).

Se realizarmos um balanço mais global da era FHC – cuja vigência se deu sob os ditames do capital parasitário-financeiro –, veremos que o resultado não poderia ser outro, senão, o que segmentos da esquerda convencionalmente chamaram de “herança maldita”. Essa “herança” pode ser facilmente visualizada na dilapidação do patrimônio público, no extraordinário aumento da dívida líquida do setor público, no agravamento da vulnerabilidade do país em função dos condicionantes externos – de que a crise dos inícios de 1999 é apenas um exemplo –, nas irrisórias taxas de crescimento e no aumento crescente do desemprego e da informalidade (NETTO, 2004).

Da herança deixada por FHC, dois indicadores demonstram claramente os resultados calamitosos de seu governo. No ano de 2001, conforme dados do IPEA

sofrer maior concorrência estrangeira. E é somente a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de desmantelamento dos direitos sociais que pode atender aos interesses de todas as frações da classe burguesa.

(2006), 33,3% de brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza – aí incluídos os 14,3% que se encontravam abaixo da linha de indigência. Se tomarmos como base o coeficiente de Gini – que mensura a distribuição da renda –, veremos que no ano de 2000 esse coeficiente girava em torno em 0.609, superior aos 0.587 registrados em 1981. Esse dado revela que os mais ricos continuavam abarcando grande parte da riqueza social. É essa alta concentração de renda que leva o historiador Hobsbawm (1997) a caracterizar o nosso país como “monumento da injustiça social”.

Em face à lógica político-econômica adotada, o governo FHC transformou substancialmente o Estado brasileiro, efetivando o que Behring (2003) muito sensatamente denominou de contra-reforma⁹⁴ do Estado. Com essa contra-reforma, o país passa a vivenciar um momento de notória minimização dos princípios estabelecidos com a Constituição de 1988, sobretudo, daqueles que tratam das políticas de seguridade social.

Ao longo de seu mandato, FHC não mediu esforços para atender aos objetivos do capital parasitário-financeiro. Aí incluem a desqualificação dos que se opunham ao seu governo e uma forte tendência a criminalização do dissenso. Quando os interesses do capital parasitário não podiam ser atendidos por meio dos procedimentos adotados, o governo lançava mão – num ritmo desenfreado – das medidas provisórias, pondo em evidência uma verdadeira ditadura do Executivo sobre o Legislativo (NETTO, 2004).

Porém, o legado recebido por Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003 representou uma “bênção” para o capital parasitário-financeiro. Se analisarmos o balanço publicado pelos grandes bancos privados na segunda metade da década de 1990, veremos que em nenhum outro momento da história brasileira a oligarquia financeira pôde satisfazer com tamanha intensidade a sua avidez, o que comprova o êxito governamental da era FHC. Partem daí os “[...] louvores à ‘competência’, à ‘responsabilidade’ dos gestores da orientação macroeconômica, numa livre concorrência de elogios em que só perdia para os funcionários de agências do grande capital imperialista, como o [...] [FMI] e o Banco Mundial [...]” (NETTO, 2004, p. 8-9).

⁹⁴ Para uma análise mais criteriosa dessa contra-reforma, sugerimos a leitura de Behring (2003).

O Presidente Lula, com a expressa e resoluta decisão não só de manter, mas também de aprofundar a macroorientação econômica vigente na era FHC, abriu mão de exercer um governo orientado para mudar – numa direção democrático-popular – a realidade do país. À frente do Executivo, a única alteração implantada foi, senão outra, a de ampliar o comando do capital parasitário-financeiro (NETTO, 2004).

Como comprovam as relações com o FMI e a condução da contra-reforma do Estado, o atual Presidente assume a prática neoliberal, na mesma medida que a combateu radicalmente durante o governo FHC. Diante da inexistência de qualquer oposição parlamentar e institucional, essa prática se aprofunda e se torna mais deletéria (NETTO, 2004).

Nas relações com o FMI, por exemplo, o governo dirigido pelo PT extrapola todas as exigências impostas por esse organismo do grande capital. Já no caso da contra-reforma, dá-se continuidade, em nome do equilíbrio fiscal, à reforma da Previdência que, nesse governo, chega a um limite não alcançado pelo governo anterior. Mas é claro que a magnitude das alterações que Luiz Inácio Lula da Silva pretende imprimir às legislações trabalhista e sindical ainda não se efetivou (NETTO, 2004).

Nesse ínterim, a reforma administrativa favoreceu a criação de mecanismos de demissão e contratação de funcionários para além dos concursos, o que também flexibilizou as relações trabalhistas no âmbito do setor público. Tais reformas redefiniram as regras de aposentadoria, reduzindo benefícios e direitos e abrindo caminho para a atuação dos fundos de pensão privados (FILGUEIRAS, 2005).

Ao dar prosseguimento à política econômica adotada no segundo mandato de FHC, o atual Presidente fortalece a implantação da hegemonia burguesa no Brasil, denominada por Boito Junior (2006) de hegemonia regressiva do modelo capitalista neoliberal e periférico. No atual governo

[...] também ocorreram modificações nas relações do Estado e do governo com as classes trabalhadoras. O impacto popular do neoliberalismo também saiu fortalecido. O governo Lula aprofundou a política, iniciada por Fernando Collor de Melo, de explorar, de uma perspectiva reacionária, as contradições – que são contradições reais – entre os diferentes setores das classes trabalhadoras, de maneira a fazer passar as reformas neoliberais e utilizou a ligação histórica da equipe governamental com os movimentos populares para implantar uma política sistemática de cooptação de seus dirigentes (BOITO JUNIOR, 2006, p. 281)

Luiz Inácio Lula da Silva não herdou somente o modelo econômico praticado pelo governo anterior, mas também a sua base de sustentação política e o apoio conquistado pelos neoliberais no meio popular, com a incorporação orgânica de importantes segmentos ligados ao conjunto dos trabalhadores. Portanto, o atual governo continua reproduzindo o bloco no poder, priorizando os interesses do grande capital, do capital estrangeiro e dos banqueiros (BOITO JUNIOR, 2006).

O atual governo também busca obter o consentimento dos trabalhadores em torno de um projeto “social-liberal-desenvolvimentista”. Mesmo que a “[...] curto prazo dificulte, sobremaneira, a rearticulação e retomada dos movimentos sociais e do movimento sindical, de forma independente e combativa, no sentido da construção de outro projeto” (FILGUEIRAS, 2005, p. 21), essa tentativa não se mantém por muito tempo, sobretudo, porque o modo de acumulação capitalista não consegue atender os interesses das diferentes frações dos trabalhadores.

Quando analisamos os primeiros anos do governo Lula identificamos que o principal objetivo de sua política econômica foi justamente atender aos interesses do mercado financeiro nacional e internacional. Enquanto isso, o crescimento econômico e a redução dos níveis de desemprego e das desigualdades na distribuição da renda e da riqueza continuam apresentando resultados insignificantes.

Ao longo de seu governo, a cooptação material e político-ideológica de um número bastante significativo de lideranças sindicais e partidárias e a adoção de políticas sociais focalizadas, têm sido as estratégias utilizadas para controle e manipulação política. No entanto, essas estratégias não conseguem estabelecer um consenso no interior da sociedade.

Como vimos até aqui, o atual governo – alegando a existência de uma “herança maldita” vinda do governo anterior e que impossibilitava a imediata alteração da política econômica – manteve o regime de câmbio flutuante, as metas de inflação e os elevados superávits fiscais primários. Argumentava que primeiro era necessário recuperar a confiança internacional do país – diga-se, a confiança do capital financeiro – para em seguida adotar uma nova política econômica (FILGUEIRAS, 2007).

Como era de se esperar esse discurso pouco a pouco se transformou e o governo passou a defender uma política ortodoxa e própria do modelo liberal periférico o que, até hoje, é mantido e, até mesmo, reforçado por Luiz Inácio Lula da Silva. É justamente o melhor desempenho econômico durante esse último governo – se compararmos com períodos anteriores – que fornecem as condições necessárias para sua manutenção e legitimação (FILGUEIRAS, 2007).

Mas esse desempenho econômico não pode ser visto como um caso isolado. Muito pelo contrário, ele está associado à existência – desde o ano de 2003 – de uma conjuntura internacional extremamente favorável, seja no âmbito comercial seja em relação aos fluxos de capitais. Nos últimos anos, a economia mundial tem apresentado taxas de crescimento bastante elevadas, o que tem produzido, por exemplo, um ambiente que favorece as exportações dos países em geral e, em particular, dos países periféricos. Com isso, nesses países periféricos há um equilíbrio dos balanços de pagamentos, do acúmulo de reservas, da redução das dívidas e das vulnerabilidades externas, maiores taxas de crescimento e, até mesmo, uma elevação no nível de emprego (FILGUEIRAS, 2007).

É justamente na conjunção desses fatores que reside o segredo do “sucesso” do modelo liberal periférico e da aplicação de sua política econômica no país. Porém, esse “sucesso”, conjuntural e frágil, vai reforçar a inserção subordinada do país no cenário internacional e a manutenção da vulnerabilidade externa estrutural da economia, o aumento da dívida pública interna, elevada concentração de renda e o reforço da hegemonia do capital financeiro e exportador. Enfim, como afirma Filgueiras (2007), não existe a menor possibilidade de atribuir esse “sucesso” a uma nova política econômica adotada pelo governo Lula.

Esse ciclo se completa com a aplicação da mesma política social adotada durante o governo FHC, mas agora, é claro, com muito mais competência. Trata-se, na verdade, de uma política social focalizada – totalmente liberal – bem ao estilo do FMI e do Banco Mundial. O carro chefe dessa política é o programa Bolsa Família, programa esse que é revestido de um cariz visivelmente assistencialista, que é manipulado politicamente e que, na expressão de Oliveira (2006), apenas funcionaliza a pobreza. Perspicazmente Filgueiras (2007) avalia que o mais interessante é que as verdadeiras políticas sociais – as de Estado e não de governo

– mesmo sendo mais eficientes e não fisiológicas – como aquelas vinculadas à Previdência e à Assistência Social –, não têm a mesma visibilidade.

O que podemos perceber é que a combinação do modelo liberal periférico com a política social focalizada revela, por um lado, a renúncia expressa do governo Lula em pôr fim à pobreza e, do outro, a busca incessante em anular o conflito político e legitimar o bloco de poder dominante. Para Filgueiras (2007), a tendência marcante do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva é justamente o fortalecimento desse atual bloco de poder dominante e a manutenção do mesmo modelo de política macroeconômica.

Se realizarmos uma análise retrospectiva do modelo liberal periférico implementado no Brasil veremos que ele teve início no governo Collor, aprofundou-se no primeiro governo FHC, ajustou-se a partir de seu segundo mandato e consolidou-se no governo Lula. Contudo, se analisarmos as políticas macroeconômicas adotadas desde o ano de 1990 até o momento atual, veremos que elas não foram sempre as mesmas, ainda que mantenham alguns aspectos fundamentais que lhe atribuem um caráter de continuidade, como a abertura comercial-financeira, as privatizações e a (des) regulação das relações capital-trabalho (FILGUEIRAS, 2007).

Outro aspecto que percorreu os mandatos de Collor, FHC e se aprofundam no governo Lula é que a hegemonia neoliberal tem se apoiado em novas e distintas divisões produzidas no interior das diferentes frações do movimento operário. Essas divisões não resultam apenas de decisões tomadas no plano econômico – como é o caso do desemprego e da terceirização –, mas estão relacionadas também às divisões políticas e ideológicas introduzidas pela burguesia.

Como se vê, a atual fase do capitalismo no Brasil atualiza características que sempre marcaram a nossa formação econômico-social, atribuindo um caráter bem particular à organização da produção, às relações entre Estado e sociedade e à formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais. A discussão em torno das mudanças do sistema de relações de trabalho torna-se o eixo central das medidas de ajuste econômico adotadas e da redefinição do papel do Estado na sociedade. O conjunto de mudanças estruturais implementadas

fragilizam cada vez mais a regulação social, fortalecendo profundamente a regulação privada do trabalho.

Nesse momento, fica latente a dependência externa tecnológica e financeira, com um grande volume de transferência de renda para fora do país; a elevada concentração de renda e das desigualdades sociais; e a contínua degradação das condições e relações de trabalho em um contexto de intensa exploração da força de trabalho.

As idéias de Iamamoto (2007) sintetizam bem essa realidade. Para a autora, a intensificação das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego comprovam que a proposta neoliberal saiu vitoriosa, à medida que estas eram as suas metas. Ao invés de apresentar soluções capazes de reverter a situação de extrema precariedade em que “(sobre) vive” grande contingente de indivíduos e de famílias, todas as atenções se voltam para o “[...] acirramento da *individualização*, no qual toda e qualquer responsabilidade, no que tange à manutenção e à reprodução do trabalhador e de sua família, é transferida ao indivíduo [...]” (LIRA, 2006, p. 155).

Ao apostar no mercado como a grande instância reguladora das relações econômicas, a proposta neoliberal transfere para os indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado”. É esse ideário, que canaliza o fundo público para atender os interesses privados, que “cai como uma luva” na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2007).

Em meio a uma tradição coronelista, populista e presidida por formas de apropriação política da esfera pública em função de interesses particulares dos grupos no poder, torna-se cada vez mais visível a nossa tradição autoritária e excludente que se consubstancia no autoritarismo social, ou melhor, “[...] uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora são regidas pela ‘cumplicidade’ – quando as pessoas se identificam como iguais – ora pelo ‘mando e pela obediência’ – quando as pessoas se reconhecem como desiguais –, mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos” (IAMAMOTO, 2007, p. 141).

Por outro lado, o Estado também é destituído de seu caráter público, sendo gradativamente substituído por frações da sociedade civil. Tais frações articulam-se

em torno de uma oligarquia financeira mundializada que busca preservar seus interesses expandindo os canais e as instituições que se encontram aptas a aglutinar seus projetos, o que vai lhe conferir uma hegemonia político-econômica assegurada pela atual fase de organização capitalista (SIMIONATO, 2003).

As formas coletivas de organização e representação também passam por mudanças. Elas vêm sendo erodidas por meio de um processo contínuo “[...] de esvaziamento e fragmentação de suas protoformas de luta e de seus referenciais políticos de classe. Despolitiza-se o trabalhador, principalmente através do alardeamento da ‘ideologia do medo’, pelo fechamento de inúmeros postos de trabalho [...]” (SIMIONATO, 2003, p. 283) e pelo desmonte dos aparatos jurídicos que servem como via de resolução dos conflitos trabalhistas, eliminando, assim, garantias e direitos arduamente conquistados.

Essa fragmentação, dissimuladamente, corrói todas as possibilidades de construção de uma vontade coletiva. A nova hegemonia que se coloca no contexto atual, fragmenta os sujeitos coletivos seja no plano material, seja no plano político cultural. É justamente a difusão de valores particulares e individuais que desarticula essas classes em relação a si mesmas e acaba por articulá-las organicamente ao ideário do capital (SIMIONATO, 2003).

A esse propósito defende Jameson (2000) que o “pertencimento” de classe dá lugar ao individualismo, ao “desencantamento utópico”, à disseminação de teorias que defendem a fragmentação, a heterogeneidade, o aleatório. Reforça-se, com isso, a “alienação e reificação do presente”, o que tem provocado uma desarticulação das formas de representação.

Os diversos mecanismos utilizados para o desmonte das organizações coletivas são acoplados ao discurso falacioso em torno da sociedade civil. A partir daí, cabe a sociedade civil a responsabilidade no encaminhamento de projetos que possam, de alguma forma, dar conta dos complicadores que envolvem as novas expressões da questão social (SIMIONATO, 2003).

Ao ser deslocada do âmbito estatal e revestida pela racionalidade do mercado, a sociedade civil torna-se, em última instância, o *locus* de articulação dos interesses

daquelas instituições privadas que além de controlar o Estado, também negam a existência de projetos de classe diferenciados. Em nome da cidadania e em face das necessidades humanas, a sociedade civil é conclamada a firmar parcerias de toda ordem, sendo que as mais comuns são aquelas ligadas aos projetos filantrópicos desenvolvidos pela ação do voluntariado – manifestação contemporânea do assistencialismo – e as ações implementadas pela iniciativa privada (SIMIONATO, 2003).

O Estado, da mesma forma como escreve Gramsci (2004), cria um grupo de funcionários “mais ou menos ‘voluntários’ e desinteressados” que hoje são representados pelas Organizações não Governamentais – ONGs, por movimentos sociais difusos e por “especialistas da atividade prática privada”, que acabam controlando grande parte do aparelho do Estado.

Aqui o Estado aparece vinculado a essas várias formas de organização tecnocrata e ao incorporá-las busca organizar e estabelecer o consenso. Agora, a sociedade civil, encarnada no “terceiro setor”, é alvo de fortes apelos no nível da subjetividade abstrata, em que valores como a família, a solidariedade, a fraternidade e a parceria vão dar a tônica do momento (SIMIONATO, 2003).

Hoje, mais do que nunca, os objetivos grupais e específicos se sobrepõem aos interesses universais e de classe. São adotadas medidas pontuais e cotidianas que esvaziam a perspectiva de avanço nas lutas em prol da totalização dos processos sociais. Normalmente essas lutas centram-se em questões regionais, meramente particulares e localistas, deixando de lado análises mais abrangentes que envolvem o próprio sistema econômico e a totalidade social (SIMIONATO, 2003).

A conjugação dos processos acima mencionados só vem reforçar o que já sumariamos desde o primeiro capítulo deste estudo: que as transformações processadas no capitalismo, desde a sua fase clássica até os dias atuais, recaem não apenas sobre a economia e a política, mas também sobre as formas de sociabilidade. Esse quadro – de nítido conteúdo conservador – atinge as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, derruindo projetos e utopias, o que vai provocar um clima de incertezas e de desesperanças. É justamente “[...] a debilidade das redes de sociabilidade em sua subordinação às leis mercantis [que]

estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um ‘é livre’ para assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais” (IAMAMOTO, 2007, p. 144).

Não nos restam dúvidas de que tais configurações repercutem diretamente sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais e sobre as condições em que se efetiva a sua prática. Assim, o trabalho dos assistentes sociais não é indissociável das circunstâncias históricas e sociais que o determinam de fato. A inserção desses profissionais nos diversos campos de trabalho encontra-se, de forma intensa e particular, arraigada na forma como a sociedade brasileira e as instituições empregadoras recortam e fragmentam as demandas dos sujeitos sociais.

No caso específico das ONGs, as políticas sociais, base material de atuação dos assistentes sociais, passam a ser destituídas de direitos, fragilizadas e instáveis. Nesses espaços, a intervenção do assistente social além de exigir o domínio da técnica, exige também uma clara postura política. É um desafio, pois, “[...] resistir à tensão e à alienação que o rotineiro ambiente cotidiano propicia e fazer das suas ações microespaços de lutas, de garantia de direitos e de denúncia da situação de espoliação social” (FAVERO, 2001, p. 189). Para vencer tais desafios, o profissional precisa ter um compromisso ético no sentido de propor mudanças qualitativas na realidade social, o que requer investimentos no cotidiano da prática – no qual a questão social se particulariza –, e o fortalecimento de posturas críticas que contemplem alternativas de ação.

Todo o percurso realizado até aqui teve como finalidade reunir substratos teóricos para que possamos, no próximo capítulo, analisar o Serviço Social como parte das transformações históricas da sociedade, transpondo o universo estritamente profissional e rompendo com a visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos⁹⁵. Nossa intenção é situar historicamente a profissionalização do Serviço Social, estabelecendo nexos causais com o processo de reprodução das relações sociais, tanto sob a perspectiva do capital como do trabalho.

⁹⁵ Essa reflexão faz parte das idéias apresentadas por Iamamoto (2003).

O SERVIÇO SOCIAL NA COMPLEXA TRAMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

O quadro sócio-histórico apresentado nos capítulos anteriores atravessa e conforma o cotidiano da atuação do assistente social, afetando não apenas as condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, como também a vida da população usuária dos serviços sociais. A discussão apresentada anteriormente, não se reduz, portanto, a um mero pano de fundo para que se possa, depois, isoladamente, discutir o trabalho profissional. Muito pelo contrário, procuramos agrupar o máximo possível de mediações e determinações para compreender como a natureza dos processos de mudança em curso – integrando processos históricos e sociais de abrangência mundial e nacional – repercute no Serviço Social.

Como produto histórico e socialmente demandado pela sociedade capitalista, o Serviço Social, enquanto profissão, inscreve-se no conjunto das relações sociais e no movimento de reprodução do capital, tendo como cenário os diferentes interesses de classes vigentes em um determinado contexto histórico. É claro que as tendências de análise, as explicações e as interpretações que o Serviço Social vai formulando em torno de suas origens e desenvolvimento social não são homogêneas, mas perpassadas por diferentes clivagens, tensões e conflitos.

Por isso que desvelar as particularidades que envolvem a sua emergência e o seu desenvolvimento nos conduz a uma melhor compreensão acerca dos diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permeiam o seu pensamento e a sua ação profissional. Aprender adequadamente tais posicionamentos, lógicas e estratégias permite-nos desvendar o significado social da profissão, situando-a como um elemento indissociável do contraditório processo de produção e reprodução da sociedade capitalista.

É justamente na tentativa de responder ou ao menos provocar algumas reflexões sobre as questões acima que o nosso esforço centrar-se-á, nesse capítulo, na necessidade de se compreender as implicações sociais e as determinações que orientam a profissão. Muito mais do que uma análise fundamentada nos elementos

constitutivos que atribuem um perfil peculiar ao Serviço Social, diante de outras profissões, nossa intenção é situar historicamente a profissão. Ao considerá-la como um tipo de especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social e técnica do trabalho, serão considerados alguns eixos que permitam caracterizar a participação do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, sob a perspectiva tanto do capital como do trabalho.

4.1 O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Os rumos da profissionalização do Serviço Social originaram-se no marco das profundas modificações sofridas pelo capitalismo nas últimas décadas do século XIX. Essas transformações – econômicas, sociopolíticas e teórico-culturais – afetaram profundamente a Europa e os Estados Unidos, alterando significativamente a dinâmica da sociedade burguesa vigente. Trata-se de um período histórico marcado pela transição do capitalismo concorrencial para a sua fase monopólica⁹⁶, quando se observa um recrudescimento das contradições inerentes à dinâmica capitalista com fortes impactos na estrutura societária.

Essa nova fase do capitalismo, “[...] recoloca em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]” (NETTO, 2005, p. 19), acirrando ainda mais alguns aspectos que lhe são inerentes.

Diante desse acirramento, o capitalismo necessita de vetores extra-econômicos para assegurar a ordem econômica monopólica. O Estado, como vimos no primeiro capítulo, é por ele capturado, incorporando um papel destacado e compatível com

⁹⁶ Essa transição consolidou três fenômenos – o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia atuando *estrategicamente como agente social conservador* e o *peso específico* das classes e camadas intermediárias –, que mesmo tendo suas bases no ápice do período “liberal”, somente alcançaram maior destaque a partir do estágio monopolista (NETTO, 2005). Esta fase tem início no final do século XIX e seu período clássico prolonga-se até as vésperas da 2ª Guerra Mundial. Para um aprofundamento sobre esse período, sugerimos a leitura de Mandel (1985) e Netto (2005).

os interesses postos pela nova ordem econômica. Como resultado, o que se observa é a integração orgânica entre as instâncias privadas dos monopólios e as instituições estatais (NETTO, 2005).

É, portanto, nesse cenário – marcado pela expansão da produção e das relações sociais capitalistas, impulsionadoras do binômio industrialização/urbanização –, que o Serviço Social emerge como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, passando os seus agentes a serem requisitados pelos interesses burgueses no enfrentamento da questão social. Esses profissionais têm a sua atuação dirigida à classe subalternizada, cabendo-lhes a implementação e a execução das políticas sociais em consonância com a lógica de expansão do capital (NETTO, 2005).

A partir das primeiras décadas do século XX, diante das lutas travadas entre o movimento político e sindical dos trabalhadores e as forças constitutivas da fase monopólica do capital e do fascismo e diante da pressão exercida pela pauperização de uma expressiva parcela da população, diversas estratégias foram adotadas pelo Estado e pela classe dominante na tentativa de conter os conflitos e garantir o equilíbrio da ordem vigente. Nesse momento, o Estado amplia-se e começa a administrar e gerir o conflito de classe, não somente por meio da coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no trato da questão social.

Sobre esse processo Netto (2005) esclarece que foi exatamente no período imediato pós-guerra civil que se gestaram as condições culturais que, na virada do século, nortearam as protoformas do Serviço Social. A Europa e os Estados Unidos – que se tornavam uma referência capitalista – reuniram esforços com o objetivo de propor ações profissionalizadas na área social, adotando diferentes perspectivas na execução desse projeto.

Segundo Netto (2005), o caldo cultural europeu foi claramente travejado por um viés anticapitalista, com uma traumática herança de experiências revolucionárias, com forte presença de uma cultura social restauradora e com os valores defendidos pela Igreja Católica. Face ao anticapitalismo romântico, observamos um forte componente de apologia indireta ao capitalismo, o que obrigava a crítica

sociocultural a pôr em evidência algumas contradições inerentes à sociabilidade burguesa.

Porém, mesmo pondo em evidência alguns desses aspectos, não buscavam romper com a ordem vigente. Sua intenção, na verdade, era, nos moldes do pensamento conservador europeu, buscar a harmonia e a solidariedade no ordenamento das relações sociais, repondo um padrão de integração social moldado por uma representação idealizada do passado. A partir daí a intervenção se consubstancia basicamente sob um cariz *ético-moral* que segue “[...] duas direções: no ator da intervenção (que deve restaurar a ordem perdida) e na do processo sobre o que age (que deve ser recolocado numa ordem *melhor*) [...]” (NETTO, 2005, p. 116).

Já as matrizes que influenciaram o caldo cultural norte-americano, mesmo as vertentes mais radicais, ignoravam esse viés, sendo que a ordem capitalista não era nem de longe objeto de questionamento da crítica sociocultural. O panorama norte-americano, se comparado ao quadro europeu, é estrutural e qualitativamente diverso. As experiências revolucionárias não tiveram grande relevância na história norte-americana e as relações capitalistas encontraram espaço propício para o seu desenvolvimento. Apesar dessas diferenças, as fontes ideológicas presentes nas protoformas e na afirmação inicial do Serviço Social receberam, simultaneamente, a influência dessas duas linhas evolutivas, com suas alterações particulares (NETTO, 2005).

No entanto, a tônica humanista presente na profissionalização do Serviço Social tem sua origem nas formulações⁹⁷ que influenciaram a Europa e que repercutiram, inclusive, no Brasil, como será discutido na próxima seção.

Inegavelmente, os aspectos anteriormente discutidos nos fornecem subsídios para compreender a gênese do Serviço Social enquanto profissão. Entretanto, não é nossa intenção nos aprofundarmos nas bases históricas da profissão⁹⁸, mas resgatar, de forma sintética, o movimento histórico-social em que se inscreve a profissão. Buscamos identificar – a partir das determinações sociais que envolvem o

⁹⁷ Essas formulações estavam vinculadas ao pensamento sociológico conservador e articuladas à doutrina social católica.

⁹⁸ Para um melhor aprofundamento do percurso histórico da profissão sugerimos a leitura de lamamoto e Carvalho (2007), Martinelli (1991), Netto (2005) e Netto (2007).

processo de produção e o jogo do poder – os fundamentos teóricos, políticos, culturais e ideológicos que possibilitaram o surgimento do Serviço Social como prática institucionalizada, legitimada e legalmente sancionada.

Antes de tudo precisamos ter claro que a discussão em torno da profissionalização do Serviço Social é também, por si só, polêmica, existindo duas teses⁹⁹ que se enfrentam como interpretações distintas sobre o tema, sendo que da forma como foram formuladas, se constituem em teses alternativas e mutuamente contrapostas. As diferenças, normalmente, estão relacionadas ao modo como os autores analisam a história da profissão e a fundamentação teórico-filosófica utilizada para realizar essa análise.

Tem-se por um lado, a tese *endogenista*¹⁰⁰ que “[...] sustenta a origem do Serviço Social na *evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’*” (MONTAÑO, 2007, p. 19-20, grifos do autor).

Todavia, essa tese não agrega um conjunto harmônico e homogêneo de profissionais, muito pelo contrário, os autores que compartilham dessa perspectiva defendem as mais variadas concepções político-ideológicas e teórico-metodológicas e pertencem a diferentes estratos econômicos e sociais. Mas apesar dessas diferenças, esses autores, ao analisarem a natureza e a funcionalidade do Serviço Social, co-participam de uma concepção endogenista que concebe a profissão a partir de si mesma (MONTAÑO, 2007).

De um modo geral, as análises desses autores não levam em conta o real – a história da sociedade – como fundamento e causalidade da gênese e desenvolvimento da profissão. Apenas situam as fases do Serviço Social em contextos históricos, atribuindo-lhe uma autonomia histórica com relação à sociedade, às classes e às lutas sociais (MONTAÑO, 2007).

⁹⁹ Para discutir estas teses nos baseamos nas análises apresentadas por Montaño (2007).

¹⁰⁰ Esta tese tem ampla repercussão no contexto atual, apresentando-se como a única, a oficial ou a natural interpretação sobre o surgimento do Serviço Social em grande parte das instituições de ensino. Como autores que defendem essa perspectiva Montaño (2007) cita: Herman Kruser, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, dentre outros.

Na realidade, os atores e protagonistas que participaram do surgimento e da evolução do Serviço Social são vistos, nessa perspectiva, sempre como pessoas singulares e individuais, desconsiderando-se, assim, a existência de atores coletivos e de relações sociais vinculados a categorias socioeconômicas e políticas condicionadas por um determinado contexto sócio-histórico. A história e a sociedade são concebidas somente como o cenário onde se desenvolve a profissão e não como sua determinante. Desse modo, “[...] os fatos, tanto do Serviço Social quanto da história, são *naturalizados*; constrói-se a ‘história’ (e a ‘história do Serviço Social’) *sem recuperar a processualidade* histórica, num claro *etapismo* [...]” (MONTAÑO, 2007, p. 28, grifos do autor).

Portanto, essa tese, ao considerar o social para a análise da história do Serviço Social, apresenta uma clara visão de externalidade e de exterioridade. As lutas de classes fundamentais não são analisadas como substrato no qual são elaborados projetos de sociedade antagônicos e que nos permitem apreender o vínculo da profissão, como de várias outras, ao predomínio hegemônico de uma delas, ou seja, da alta burguesia. Também não concebem o Estado como instrumento do projeto hegemônico da classe burguesa, mas somente como *locus* privilegiado de atuação dos assistentes sociais (MONTAÑO, 2007).

Isso significa que o assistente social e suas funções são considerados de forma autônoma, ficando restritas apenas à prestação de serviços a pessoas, grupos e comunidades particulares. Ignora-se, dessa forma, o papel desse profissional em relação à instituição empregadora, bem como a função socioeconômica e política que o Serviço Social cumpre dentro da ordem social (MONTAÑO, 2007).

Esta perspectiva defende ainda que a legitimidade do Serviço Social deriva da especificidade da sua prática profissional, resultando “[...] dos elementos diferenciadores tanto das *outras* formas de ajuda quanto das *outras* profissões [...]” (MONTAÑO, 2007, p. 54, grifos do autor). Essa especificidade seria o elemento que atribui significado à profissão. De acordo com essa perspectiva,

[...] entende-se como ‘específico’ do Serviço Social a prestação de serviços direcionados aos setores empobrecidos e carentes da população. Também seria ‘específica’ sua pesquisa social, a qual aparece como orientada para a ação, contrariamente às demais disciplinas sociais. Define-se, da mesma maneira, a metodologia como ‘específica’, os objetivos profissionais como ‘específicos’, os objetos de intervenção como ‘específicos’. De igual forma,

encontra-se um sujeito 'específico' próprio do Serviço Social: os 'pobres', os carentes, ou, na melhor das hipóteses, os assistidos pelas políticas sociais onde trabalham esses profissionais (MONTAÑO, 2007, p. 55).

No entanto, para Montaña (2007), todas essas “especificidades” são, na verdade, uma grande ilusão, daqueles que precisam demonstrar o que existe de diferente, de próprio, de “específico” na sua atuação profissional. A impressão que se tem é que caso não se encontrasse o que há de próprio no Serviço Social, ele não teria motivo de existir enquanto profissão e, muito menos, teria legitimidade perante a sociedade, as classes sociais, o Estado e as demais instituições contratantes.

Diante das idéias trabalhadas até o momento podemos concluir¹⁰¹ que a linha de pensamento endogenista adota um percurso teórico-metodológico bastante limitado, apresentando uma visão a-histórica, focalista e evolucionista sobre a profissionalização das formas anteriores de ajuda e vinculando a gênese da profissão ao surgimento da questão social. Para os autores dessa tese, a constituição do Serviço Social resultaria de um processo cumulativo que teve como ponto de partida a organização das práticas filantrópicas e caritativas, culminando tanto na gradual incorporação – pelas atividades filantrópicas já organizadas – de substratos teórico-científicos, quanto no aperfeiçoamento de um instrumental operativo de natureza técnica.

Perde-se, dessa forma, qualquer perspectiva histórico-crítica da profissão, à medida que desconsideram a ruptura existente entre as práticas filantrópicas e voluntaristas realizadas anteriormente e o Serviço Social enquanto profissão – quando o assistente social surge como um trabalhador assalariado.

Contra-pondo-se a essa visão a-histórica, focalista e evolucionista sobre a profissionalização das formas anteriores de ajuda, a perspectiva histórico-crítica¹⁰² surge como uma opção teórico-explicativa totalmente distinta do pensamento

¹⁰¹ Apoiamos nossa conclusão nos estudos apresentados por Netto (2005) e Montaña (2007).

¹⁰² Segundo Montaña (2007), esta tese é sustentada diferentemente por José Paulo Netto, Manuel Manrique Castro, Maria Lúcia Martinelli, Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Vicente de Paula Faleiros, dentre outros.

endogenista. A interpretação sobre a gênese¹⁰³ e natureza do Serviço Social é entendida, sob essa perspectiva,

[...] como um produto da síntese dos *projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à 'questão social'* (MONTAÑO, 2007, p. 30, grifos do autor).

Essa interpretação parte de uma visão totalizante que permite compreender, de forma clara e histórica, as condições que propiciaram o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. É somente no movimento da totalidade que as particularidades presentes no Serviço Social passam a ser apreendidas como um produto histórico e vinculado a uma determinada ordem socioeconômica e a um projeto político hegemônico.

Além do mais, o assistente social, nessa linha de pensamento, é visto como um profissional que exerce um papel político, sendo que sua função não se explica por si só, mas pelo lugar que ocupa no interior da divisão social e técnica do trabalho. Com a adoção dessa perspectiva – que é crítica e histórica – os atores sociais passam a ser analisados como sujeitos coletivos “[...] constituídos a partir de segmentos socioeconômicos e políticos, e formando parte de um contexto, como os verdadeiros protagonistas [...]” (MONTAÑO, 2007, p. 38).

Diferentemente da perspectiva endogenista, os atores e protagonistas sociais – que participam da história do Serviço Social – não são mais vistos como agentes exclusivos da história e como pessoas singulares e individuais, mas como atores coletivos e determinados historicamente. Para essa linha de pensamento, o Serviço Social foi oficialmente legitimado “[...] pelo *papel que cumpre na e para a ordem burguesa* (e no e para o Estado capitalista, seu principal empregador)” (MONTAÑO, 2007, p. 57, grifos do autor).

Partindo dessa perspectiva é possível situar a profissão historicamente e apreender o Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e vinculado a um projeto político-econômico

¹⁰³ Na perspectiva histórico-crítica, o Serviço Social está sempre relacionado à profissão, não se constituindo em qualquer forma de ajuda anterior e/ou antecedente, como um Serviço Social ‘pré-profissional’.

hegemônico. Aqui, fica claro que a legitimação da profissão não está relacionada à sua eventual especificidade, como defendem os endogenistas, mas na função que o assistente social presta à ordem burguesa, mediante a sua atuação – principalmente no Estado – como executor terminal de políticas sociais.

Esse profissional pode, portanto, ser mobilizado pela burguesia para a criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se, desse modo, às iniciativas autônomas de organização e representação do conjunto dos trabalhadores e contribuindo para o processo de acumulação capitalista. Pode contribuir ainda para a criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho, por meio da mediação dos serviços sociais – que são previstos e regulados pela política social do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

O pensamento histórico-crítico concebe a natureza e a funcionalidade das ações caritativas e filantrópicas como formas de ajuda, cujo fundamento consiste na realização de uma missão de cunho moral ou religioso – de caráter messiânico, missionário ou de apostolado –, que tem como finalidade reverter as injustiças sociais. Sob essa tese, a natureza e a funcionalidade do Serviço Social não são entendidas como práticas altruístas, mas a partir da sua funcionalidade político-econômica; no momento em que o Estado, mediante as políticas sociais, passa a assumir, no trânsito do capitalismo concorrencial à fase monopolista, a resposta às múltiplas expressões da questão social (MONTAÑO, 2007).

Embora as discussões apresentadas até aqui se reportem às diferentes teses ou formas de compreender os fundamentos e a funcionalidade do Serviço Social e o seu vínculo com as políticas sociais, não será possível contemplar todas as especificidades que envolvem as interpretações apresentadas. Nossa intenção foi deixar claro para o leitor a existência dessas duas correntes teóricas para que, então, pudéssemos, a partir de agora, apresentar a gênese da profissão sob a perspectiva histórico-crítica.

Dentre os autores que defendem essa perspectiva, optamos por estabelecer uma interlocução com as idéias defendidas por Netto (2005). Segundo esse autor, a compreensão das particularidades que envolvem a gênese histórico-social da profissão não se limita simplesmente “[...] na referência à questão social tomada

abstratamente [...]” (NETTO, 2005, p. 18), mas está relacionada ao concreto enfrentamento dado à questão social em um “[...] momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio [...]” (NETTO, 2005, p. 18).

Para ele, ao desconsiderarmos essa determinação tanto se perde a particularidade histórico-social do Serviço Social, como “[...] se obscurece o lastro efetivo que o legitima como atividade profissional como tal – respaldada por sua funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura” (NETTO, 2005, p. 18).

Portanto, a questão social, por si só, não justifica a emergência do Serviço Social, mas é no enfrentamento dado pelo Estado capitalista às suas múltiplas manifestações que encontramos os fundamentos dessa profissão. Ou melhor, a questão social não se constitui, isoladamente, na “[...] matéria-prima do Serviço Social, mas é elemento desencadeador das respostas sociais dadas pelo Estado capitalista, por meio das políticas sociais que se constituíram a base institucional da ação da profissão no âmbito do Estado [...]” (SERRA, 2000, p. 22).

Isso não quer dizer que essa perspectiva desconheça a relação de continuidade existente entre o Serviço Social como profissão e as suas protoformas, ou seja, entre as mais variadas manifestações organizadas de filantropia e assistência. Todavia, admitir essa relação é diferente de defender uma continuidade linear das formas filantrópicas e assistenciais até se chegar “[...] ao Serviço Social, constituindo-se esse como a ‘racionalização’ ou cientifização da assistência como algumas leituras de estudiosos pressupõem” (SERRA, 2000, p. 23).

De acordo com Netto (2005), essa relação de continuidade não é única, muito menos exclusiva, à medida que ela coexiste com uma relação de ruptura que se instaura como elemento determinante no processo de constituição do Serviço Social como profissão. A profissionalização do Serviço Social ocorre quando os seus agentes começam a desempenhar funções que lhes são demandadas “[...] por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social [...]” (NETTO, 2005, p. 72).

Em outras palavras, é somente quando “saltam para fora” das agências em que se desenvolvem as protoformas do Serviço Social ou, até mesmo, quando essas agências passam a subordinar-se a uma orientação diversa, que esses agentes começam a trilhar o caminho da profissionalização – mesmo que mantenham o referencial produzido anteriormente. Contudo, esse deslocamento não foi um processo simples, porque além de manter o referencial anterior, também conservou as práticas a ele vinculadas. O que esse deslocamento alterou – consolidando a ruptura – foi a condição do agente, bem como o significado social de sua ação.

Esses agentes passam a inscrever-se em uma relação de assalariamento e o significado social da sua ação adquire uma nova conotação no âmbito da reprodução das relações sociais. Assim, “[...] é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as conseqüências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho)” (NETTO, 2005, p. 72).

Desse modo, o trabalho desses agentes se insere em uma relação de compra e venda de mercadorias, estabelecendo-se um processo de mercantilização de sua força de trabalho. É esse movimento que se constitui em uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária – realizada por motivações meramente pessoais e idealistas – e a atuação profissional que se desenvolve por meio de uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida indispensáveis à reprodução desse trabalhador. Esses agentes passam a receber um salário – preço de sua força de trabalho em troca de serviços prestados –, determinando, dessa forma, o ingresso de sua atividade no reino do valor e a sua subordinação à classe capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

É, portanto, a constituição do mercado de trabalho para o assistente social – pela via das políticas sociais – que nos fornece os elementos necessários para compreendermos a continuidade e a ruptura presentes na profissionalização do Serviço Social. Por um lado, são reatualizadas as formas já cristalizadas de manipulação daqueles que se encontram vulnerabilizados pelas refrações da questão social. Já por outro lado, a funcionalidade estratégica do Serviço Social “[...] passa a dimanar dos mecanismos específicos da ordem monopólica para a preservação e o controle da força de trabalho [...]” (NETTO, 2005, p. 75).

No entanto, de qualquer modo, precisamos ter claro que a ruptura não exclui, mas pelo contrário pressupõe, tanto na gênese quanto no desenvolvimento da profissão, modelos interventivos e de representação concebidos “[...] no seio de agências externas ao Estado e promotoras de políticas sociais próprias (privadas) – e isto porque, [...] o desenvolvimento do monopólio tende a subordinar tais políticas à lógica e à estratégia daquelas deflagradas pelo Estado por ele capturado”¹⁰⁴ (NETTO, 2005, p. 75).

Sendo assim, a profissionalização do Serviço Social é um processo em que seus agentes – mesmo desenvolvendo uma auto-representação e adotando um discurso que tem como foco a autonomia dos seus valores e da sua vontade – acabam desempenhando atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados “[...] *por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade [...]*” (NETTO, 2005, p.71).

Tendo como referência as idéias defendidas por Netto (2005), podemos concluir que na profissionalização do Serviço Social não é este que se constitui para criar um determinado espaço na rede sociocupacional, mas ao contrário, é a existência desse espaço que cria as condições favoráveis para a constituição do Serviço Social enquanto profissão. É por isso mesmo que podemos dizer que não é a continuidade evolutiva das protoformas, até se chegar ao Serviço Social, que clarifica a sua profissionalização, mas, sim, a ruptura com essas protoformas. Isso quer dizer que

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho [...], propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais. Estas, ademais das suas medulares dimensões políticas, se constituem também como conjuntos de procedimentos técnico-

¹⁰⁴ Nesta análise precisamos ter claro que apesar das políticas sociais – públicas – terem contribuído para a constituição do espaço profissional, isso não significa que o Estado é o agente impulsionador desse processo. Significa apenas que são as políticas sociais que suportam o reconhecimento profissional do Serviço Social, cuja dinamização pode partir até mesmo de grupos e instituições sociais que estão em conflito com o Estado. Por outro lado, mesmo que a força de trabalho profissional esteja, na maioria das vezes, vinculada às agências estatais responsáveis pela execução de políticas sociais, o que importa, na verdade, não é o caráter oficial ou não da instituição a que se vincula o assistente social, mas a estratégia de intervenção adotada por essas instituições (NETTO, 2005).

operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e o da sua implementação [...] (NETTO, 2005, p.74).

É a formulação e a implementação das políticas sociais, próprias dessa nova ordem socioeconômica, que estimulam a criação de várias profissões especializadas – que se inserem em espaços que ampliam e complexificam a divisão social e técnica do trabalho. Dentre elas, o Serviço Social surge como uma profissão que é dinamizada e estimulada – pois é necessária aos fins e a manutenção da ordem vigente – pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desse sistema (NETTO, 2005).

Em função de suas dinâmicas e contradições, o capitalismo monopolista, cria determinadas estratégias em que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política por meio do jogo democrático, passa a atender algumas das demandas apresentadas pelas classes subalternas, estabelecendo, desse modo, novos modos de gerir os problemas sociais. Essa necessidade decorre, essencialmente,

da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. [...]. A sua realização, em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença — onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados [...]. (NETTO, 2005, p. 25-28).

A profissionalização do Serviço Social, na verdade, esteve muito mais vinculada aos interesses das classes dominantes do que ao atendimento das demandas apresentadas pelas classes sociais a que se destina, prioritariamente, sua intervenção. Por um lado, o surgimento do Serviço Social enquanto profissão “[...] não se ergue como um projeto sócio-político particular, mas como uma articulação compósita de restauração e conservantismo que, condensada especialmente no campo da imantação ideológica da Igreja Católica [...]”¹⁰⁵ (NETTO, 2005, p. 78), é capturado e utilizado como instrumento pelo projeto conservador burguês. Nesse

¹⁰⁵ “[...] a influência institucional da Igreja Católica se manteve durante todo o período da profissionalização e mesmo quando esta já se consolida. A capacidade articuladora e coesionadora da Igreja, aqui, revelou-se extraordinariamente [à medida que] ela não se limitou a disputar vigorosamente a direção ideológica do processo de profissionalização, mas especialmente empenhou-se em garanti-la mediante um *dispositivo organizacional* de incidência macroscópica [...]” (NETTO, 2005, p. 71, grifos do autor).

processo, que é permeado por tensões, o Serviço Social caminha para a laicização, interagindo, assim, com outros projetos sociopolíticos.

Por outro lado, ao serem instituídas para responder tanto às exigências da ordem monopólica quanto às demandas do proletariado, as políticas sociais – base de profissionalização do Serviço Social e categoria já explicitada no primeiro capítulo desse estudo –, dão forma a um núcleo elementar marcado por tensões e conflitos. Mostram-se como um terreno de confronto em que o exercício profissional é tensionado pelas contradições e antagonismos que as perpassam enquanto respostas.

O que fica claro nessa análise é que o arcabouço ideopolítico do Serviço Social vincula-se ao jogo de forças ideopolíticas presente na ordem burguesa. Dessa forma, quanto mais se profissionaliza, mais avança como atividade destinada a manipular as respostas adotadas institucionalmente pelo Estado burguês no enfrentamento às refrações da questão social. Do mesmo modo, também se vulnerabiliza como projeto de intervenção umbilicalmente vinculado a um único protagonista sócio-histórico (NETTO, 2005).

Quando analisamos o fundamento ideopolítico original dessa profissão, observamos uma tendência de reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, cuja finalidade é justamente subordinar a classe trabalhadora às determinações das classes dominantes em contraposição à organização livre e independente dos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A gênese da profissão, portanto, está permeada por um contexto de lutas de classes em torno de projetos de sociedade completamente antagônicos. Seu surgimento está justamente relacionado à existência “[...] de lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista” (MONTAÑO, 2007, p. 33-34).

Assim, a atuação desse profissional pode representar uma forma de “intervenção ideológica” no cotidiano dos trabalhadores, cujo objetivo consiste na adequação desses trabalhadores às relações sociais vigentes, fortalecendo a mútua cooperação entre capital e trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Tal estratégia, como já

discutido nos capítulos iniciais, tem sido amplamente utilizada no sentido de construir um novo consenso entre patrões e empregados.

Com essas considerações buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo, para inscrevê-lo na trama de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares. Foi justamente nesse movimento que encontramos subsídios para compreender que o surgimento do Serviço Social enquanto profissão resulta, na verdade, de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam a sua necessidade social.

Cabe agora, após analisarmos algumas particularidades do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, apreender um pouco da história dessa profissão na sociedade brasileira, identificando qual a tendência predominante dessa prática institucional. Encadeando as reflexões apresentadas até o momento, a seção seguinte tematiza acerca das condições sócio-históricas do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Todas as indicações apresentadas até o momento nos mostram que não se pode pensar a profissionalização do Serviço Social sem as devidas conexões com o processo de reprodução das relações sociais capitalistas e com as ações e posicionamentos assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade. Desconsiderar essas conexões significa apreender a profissão de forma isolada, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e suas implicações sociais decorressem, exclusivamente, da atuação do seu agente profissional.

Do mesmo modo, não é possível pensar a profissionalização do Serviço Social no Brasil sem as devidas conexões a um processo cumulativo de acontecimentos políticos, econômicos, sociais – aqueles apresentados no terceiro capítulo – que

marcaram a sociedade brasileira desde o início do século XX¹⁰⁶. Ao desconsiderarmos tais acontecimentos “[...] a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear [...]” (NETTO, 2005, p.69).

Dentre esses acontecimentos, o movimento da classe trabalhadora, a mobilização da hierarquia da Igreja Católica¹⁰⁷, a crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de 1930 aparecem como momentos importantes para entendermos alguns dos elementos que contribuíram para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão no Brasil.

Como já discutimos no capítulo anterior as questões relativas ao movimento da classe trabalhadora, ao movimento de 1930 e a crise do comércio internacional em 1929, esses acontecimentos não serão novamente detalhados, mas apenas serão mencionados para contextualizar o processo de institucionalização do Serviço Social na sociedade brasileira. Nossa preocupação, aqui, será caracterizar, sucintamente, a mobilização por parte da Igreja Católica.

Essa mobilização tem início no decorrer da década de 1920 e teve como objetivo reverter os efeitos de uma crescente perda de hegemonia diante da laicização estimulada pelo liberalismo e pelo socialismo. A Igreja promoveu um amplo movimento de cariz espiritual e iniciou um processo de reorganização, visando reconquistar suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos quanto ideológicos. As primeiras iniciativas adotadas centravam-se na preocupação em aglutinar uma intelectualidade a ela subordinada, visando o controle e o enquadramento da população católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Já no final da República Velha, a identidade entre a Igreja e o Estado era cada vez maior. Com o respaldo a um governo que se mostrava dia-a-dia mais instável e repressivo, a Igreja – mesmo não tendo conseguido alcançar a legitimação jurídica

¹⁰⁶ Foi justamente no início desse século, mais precisamente a partir da década de 1920 – diante dos movimentos de reação à ordem vigente –, que o processo de mudanças desencadeou-se em ritmo mais acelerado, tornando-se um período de inquietação e efervescência que culminou com o movimento de 1930.

¹⁰⁷ Mesmo sendo um elemento importante para o surgimento da profissão, em grande parte dos países europeus e latino-americanos, a atuação da Igreja Católica, por si só e isoladamente, não explica a gênese e institucionalização do Serviço Social. Na verdade, a atuação da Igreja integrava um projeto de classe instrumentalizado pela burguesia.

de suas áreas de influência no interior da sociedade civil – ampliava gradativamente a sua área de influência. A Igreja, em solidariedade à política adotada pela burguesia cafeeira, também se negava a reconhecer a questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Ainda nesse momento, com a depressão do mercado mundial originada pela crise de 1929-1932, as oligarquias agro-exportadoras cafeeiras se vulnerabilizam. Diante disso, as oligarquias do gado, do açúcar e as demais que não faziam parte do núcleo duro do poder político, se valem dessas circunstâncias para alterar a correlação de forças no interior da sociedade e diversificar a economia brasileira. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, no contexto do movimento de 1930, altera-se o quadro político sob a direção das oligarquias. É ainda nesse período, marcado pela ascensão do movimento popular e de radicalização política, que as ações desenvolvidas pela Igreja Católica tornam-se mais intensas.

Alguns acontecimentos criaram as condições necessárias para que a Igreja Católica fosse convocada a intervir na dinâmica social de forma muito mais abrangente, iniciando um novo período de mobilização do movimento católico laico, entre eles: a crise de poder originada pela indefinição de um novo bloco hegemônico – que alterou a correlação de forças no interior das classes dominantes –; a bipolarização dos setores mais dinâmicos da pequena burguesia e a reemergência do proletariado – por meio da retomada, com maior intensidade, dos movimentos reivindicatórios e da adoção de uma nova estratégia política (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A hierarquia da Igreja, explorando intensamente a nova conjuntura do país, recupera e consolida seus privilégios, definindo e legitimando suas posições na sociedade civil por meio de uma aliança com o novo bloco dominante no poder. As ações desenvolvidas acontecem em um cenário de absoluta cooperação entre a Igreja e o Estado no processo de constituição de um pacto implícito entre as diferentes frações burguesas, visando a criação de um projeto comum – sob a égide do corporativismo estatal – de integração e de controle do movimento operário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

As condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora nesse momento “[...] já não [podiam] ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais,

como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).

A existência de contradições e de antagonismos – que se manifestavam no cotidiano da vida social – passam a exigir novas modalidades de intervenção que ultrapassassem as ações meramente caritativas e de cunho repressivo. Com isso, as políticas sociais tornam-se mecanismos utilizados para legitimar e consolidar a hegemonia da classe dominante, mesmo que, paradoxalmente, essas políticas tenham sido permeadas por conquistas dos trabalhadores, como já foi apresentado por diversas vezes ao longo desse estudo.

Dessa forma, tanto a manutenção quanto a incorporação dos sujeitos a essas políticas resulta de um tipo de acordo entre o Estado – que concede alguns benefícios – e a população – que em troca desses benefícios legitima a ação do Estado (MONTAÑO, 1997). É justamente a conformação dessas políticas que irá demarcar o espaço histórico-social propício para o surgimento e a atuação do Serviço Social. Portanto, o Serviço Social só ganha concretude no cenário nacional quando o Estado passa a demandar seus serviços, e isto só ocorre com o advento da fase consolidada e madura do capital¹⁰⁸ (NETTO, 2005).

Desde então, o Serviço Social inicia o seu percurso histórico alinhado com as perspectivas idealizadas das condições objetivas da vida social. Materializa-se, assim, o que lhe era requisitado: o obscurecimento da sua dimensão política vinculado à perspectiva de apelo moral no enfrentamento das refrações da questão social. Adotando uma postura moralizadora diante às seqüelas da questão social, o Serviço Social se apresenta como uma estratégia viável para o disciplinamento e controle da força de trabalho no âmbito da dinâmica de expansão monopolista do capital (FORTI, 2006).

¹⁰⁸ Vale lembrar que o país não vivenciou uma passagem clássica ao capitalismo. Praticamente todos os processos de mudança e transformação social tiveram a participação decisiva da elite dominante. Segundo Coutinho (1979), todas as grandes alternativas vivenciadas pelo Brasil na transição para um novo patamar de acumulação nunca esconderam a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas do processo decisório as classe e camadas sociais “de baixo”. A transição do Brasil para o capitalismo – bem como de cada fase do capitalismo para a fase subsequente – ocorreu apenas no processo de reprodução ampliada da dependência. Em outras palavras, na transição da subordinação formal à subordinação real ao capitalismo mundial.

Apropriando-se de uma concepção de homem, de sociedade e de Estado fundamentada basicamente no neotomismo – doutrina social defendida pela Igreja Católica –, a atuação dos profissionais do Serviço Social se dava de forma restrita e em consonância com a ordem vigente, preservando, dessa forma, a estrutura societária. Esses profissionais mantinham uma postura silenciosa com relação à crítica, desautorizando qualquer questionamento que pudesse contestar os princípios da realidade social e da vida social concreta no mundo capitalista. E foi assim que o Serviço Social estabeleceu as primeiras referências e normas que nortearam o seu exercício profissional (FORTI, 2006).

No interior desse processo, tanto as seqüelas originárias do declínio do modelo agroexportador quanto a constituição da economia urbana-industrial – que adotou uma nova forma de consumo da força de trabalho – exigiram a adoção de mecanismos para a qualificação e para a integração dos trabalhadores ao processo de trabalho. Com isso, emergem no cenário nacional as entidades assistenciais, criando, dessa forma, as bases necessárias para a legitimação e institucionalização do Serviço Social no país (FORTI, 2006).

É exatamente com o surgimento e desenvolvimento dessas entidades que se abre o mercado de trabalho para o assistente social, o que permite a consolidação da profissão e a ruptura com o estreito quadro de sua origem no bloco católico. Com a progressiva ampliação do controle e da ação do Estado junto à sociedade civil, o Serviço Social se consolida como profissão vinculada, especialmente, ao setor público (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Vinculava-se também a instituições patronais privadas que se dedicavam às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população em geral. O Serviço Social, nesse momento, se afirma no Brasil como parte integrante do aparato estatal e das organizações privadas e o assistente social como um profissional assalariado a serviço dessas instituições. Nesse sentido,

só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos – sua ação na reprodução das relações sociais de produção – englobados no âmbito das estruturas institucionais. O Assistente Social aparecerá como uma categoria de assalariados [...] cuja principal instância mandatária será, direta ou indiretamente, o Estado. O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do

Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 309).

Aos assistentes sociais coube a tarefa de intervir diretamente nas seqüelas da questão social no sentido de amenizar as contradições e antagonismos decorrentes do processo de expansão e de desenvolvimento do sistema capitalista. Ou melhor, atuar na reprodução material e social da força de trabalho por meio da prestação de serviços sociais, sejam eles na área da saúde, da educação, da família, da habitação, entre outros. A atuação desses profissionais se situou basicamente no campo político-ideológico, na execução de funções de controle social e na difusão de ideologias oficiais junto ao conjunto dos trabalhadores, tendo como matriz teórica o referencial positivista¹⁰⁹ (IAMAMOTO, 2003).

Essa tradição intelectual se sustenta no pensamento conservador e concebe a sociedade e as relações sociais como se tivessem a mesma legalidade da natureza. Diferenciada e marcada pela existência de tensões e rupturas internas, esta corrente de pensamento possui uma fundamentação que a torna apta para “[...] subsidiar a unidade estratégica entre as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’ no confronto do Estado burguês no capitalismo monopolista com as refrações da ‘questão social’ [...]” (NETTO, 2005, p. 43).

Esse estilo de pensar defende ainda que todos os conceitos científicos devem estar subordinados aos fatos. As leis reveladas por esse estilo de pensamento, também dotadas de um caráter positivista, têm como finalidade sustentar a ordem estabelecida e negar a necessidade de construção de uma nova ordem (MARCUSE, 1969).

Notadamente, o que observamos é que no decorrer de sua trajetória histórica a profissão adotou, em muitos momentos, uma matriz teórica conservadora, sobretudo, a de cunho positivista e estrutural funcionalista. A aproximação do Serviço Social com essas correntes de pensamento acarretou – e ainda acarreta – grandes implicações tanto na formação quanto na prática profissional dos assistentes sociais. Tais implicações repercutem ainda sobre suas relações de

¹⁰⁹ Corrente do pensamento social criada por Condorcet e Saint-Simon e reelaborada por Comte e Durkheim.

trabalho, suas relações institucionais e em suas relações com os movimentos sociais.

Até os anos de 1940 e 1950, a atuação desses assistentes sociais teve como objetivo disciplinar a família operária. Tratava-se de uma ação educativa no âmbito da família operária, principalmente, entre aqueles que necessitavam acessar os equipamentos socioassistenciais, objetivando-se, desse modo, reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros à sociedade (IAMAMOTO, 2000).

É ainda no decorrer desse período, mais precisamente em 19 de abril de 1949, que a Portaria nº 35 regulamenta o Serviço Social como uma profissão liberal. Contudo, embora tenha sido regulamentada como uma profissão liberal – dispendo de estatutos legais e éticos que conferem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na condução do exercício profissional –, o Serviço Social no Brasil não tem uma tradição no trabalho autônomo, constituindo-se, majoritariamente, em um trabalho assalariado, sendo seu agente um vendedor da sua força de trabalho, quer seja para uma instituição pública ou privada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

As atividades desempenhadas por seus agentes, na maioria das vezes, se realizam mediante um contrato de trabalho com as instituições empregadoras, em que o profissional afirma-se como trabalhador assalariado, estabelecendo uma tensão entre a autonomia profissional e a condição assalariada. Além disso, os assistentes sociais não dispõem das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, seja na determinação da jornada de trabalho e do nível de remuneração e, até mesmo, na definição do público ou clientela a ser atendida (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Apesar desse caráter, a profissão apresenta alguns traços que marcam sua condição de liberal. Dentre esses traços, ficam evidentes a existência de uma direção social legitimada em torno de uma deontologia – Código de Ética –; a formação acadêmica que possibilita a prestação de serviços de natureza técnico-científica; o caráter não-rotineiro da intervenção, o que possibilita aos seus agentes

uma certa autonomia e liberdade no exercício de suas funções institucionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A isso se acresce a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários, que reforça o espaço de atuação técnica e permite ao assistente social redirecionar a sua forma de intervenção de acordo com a maneira com que ele interpreta o seu papel profissional. Outro traço peculiar reside na indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, possibilitando ao assistente social apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

O trabalho desse profissional pode ser desenvolvido ainda independentemente de vínculos, como por exemplo, no campo das assessorias. No entanto, mesmo que a definição jurídica do Serviço Social como profissão liberal permita que seu agente desenvolva suas atividades de forma independente, essas experiências, face ao panorama do mercado de trabalho especializado no país, se mostram bastante restritas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Sabemos que as principais iniciativas para a conformação de um mercado de trabalho para os assistentes sociais foram deflagradas, principalmente, desde a metade dos anos de 1940 no bojo do processo de desenvolvimento das grandes instituições sociais implementadas no ocaso do Estado Novo e quase uma década depois da criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Mas não podemos deixar de mencionar que é nos últimos anos da década de 1940 e, sobretudo, nos anos de 1950 que se abre um novo e vasto campo de atuação para os assistentes sociais. Acompanhando o mesmo caminho das grandes instituições, o processo de modernização das administrações municipais e a criação de novos programas destinados às populações rurais, o Serviço Social se interioriza. Com a expansão do processo de industrialização pesada vivenciada pelo país após a década de 1950 esse mercado – mesmo incipiente e em vias de consolidação – se amplia cada vez mais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Por outro lado, nas diferentes instituições assistenciais, o Serviço Social adquire, gradativamente, maior sistematização técnica e teórica de suas funções, definindo campos preferenciais de atuação técnica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A economia brasileira, entre os anos de 1940 a 1955, vivencia um período de expressivo crescimento. No entanto, a deterioração das relações de troca, o esgotamento das reservas em moeda forte e o endividamento externo crescente a partir de 1955, bem como a luta pela definição de opções favoráveis à expansão econômica, aparecem como marcos do capitalismo dependente, se apresentando como “[...] elementos das condições concretas em que se [engendrou] a ideologia desenvolvimentista e que [marcaram] suas vertentes [...]” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2007, p. 340).

Mesmo que essa ideologia – já mencionada no terceiro capítulo desse estudo – estivesse vinculada a questões que repercutiam no cotidiano profissional dos assistentes sociais, grande parte desses profissionais manteve-se distante dessa temática por um longo período, exceto aqueles que estavam envolvidos em atividades e programas relacionados ao Desenvolvimento de Comunidade¹¹⁰.

É também na década de 1950 que se tem a adoção de algumas medidas que contribuíram para a conformação do marco legal da profissão. A Lei 1.889, de 13 de junho de 1953 – regulamentada pelo Decreto 35.311, de 08 de abril de 1954 – normatiza o ensino de Serviço Social. Posteriormente, a Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957 – regulamentada pelo Decreto 994, de 15 de maio de 1962 – dispõe sobre o exercício profissional.

Ao mesmo tempo surgem novas demandas que exigem outras formas de intervenção no enfrentamento da questão social. Com isso, o esforço profissional começa a centrar-se no desenvolvimento de outras modalidades interventivas – como, por exemplo, a abordagem comunitária – que ultrapassassem as práticas profissionais concretizadas apenas nos processos das abordagens individual e grupal.

¹¹⁰ Essas atividades contavam com o apoio para a capacitação técnica e o patrocínio de organismos internacionais, como por exemplo, da OEA – Organização dos Estados Americanos e da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fortalecendo, assim, a influência norte-americana no Serviço Social brasileiro (FORTI, 2006).

Nesse mesmo momento, encontramos, no Brasil, um mercado profissional em franca expansão. Ao longo dos anos de 1960, por exemplo, a profissão sofrerá suas mais significativas transformações, “modernizando” tanto o agente profissional como o aparato teórico, os métodos e as técnicas que são por ele utilizados. Há, ainda, uma expressiva expansão das funções exercidas por esses profissionais como àquelas relacionadas à coordenação e ao planejamento, evidenciando, assim, uma evolução no *status* técnico da profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Surgem ainda os primeiros sinais de um processo de crise que, posteriormente, acabaria por minar tanto as bases das formas tradicionais do exercício profissional quanto suas representações. Mas é somente com a instauração da autocracia burguesa, como bem nos diz Netto (2007), que os aportes histórico-sociais para a evicção do Serviço Social tradicional são criados. São, portanto, as novas condições postas por essa nova conjuntura que precipitaram a conjugação de uma série de vetores que, desenvolvendo-se sob os auspícios da autocracia burguesa, conferiram uma direção particular ao processo de erosão do Serviço Social tradicional, como veremos na seção seguinte.

4.2.1 A renovação do Serviço Social brasileiro e a construção do projeto ético-político da profissão

O contexto histórico marcado pela vigência da autocracia burguesa no Brasil demarca um momento de suma importância para o evoluir do Serviço Social brasileiro. Esse período marca o início de uma nova etapa da profissão, cujas incidências para o seu desenvolvimento imediato e/ou mediato possuem uma importância desconhecida em momentos precedentes.

Sob o ponto de vista profissional, o vetor mais peculiar desse processo está relacionado à renovação que se instaura no interior do Serviço Social brasileiro. Com relação à natureza e à funcionalidade constitutivas da profissão, alteram-se diversas demandas práticas postas para os assistentes sociais, bem como a

inserção desses profissionais nas estruturas organizacional-institucionais. A reprodução da categoria profissional e os padrões da sua organização como categoria foram profundamente redimensionados e seus referenciais teórico-culturais ideológicos e suas auto-representações sofreram sensíveis mudanças (NETTO, 2007).

Articula-se ainda, no interior da profissão, uma expressiva diferenciação e redefinição que imprimiram novas nuances ao processo de renovação a que nos referimos e que, ao longo dessa seção, será explicitado mais detalhadamente. É claro que não temos a pretensão de contemplar toda a gama de vetores presentes na renovação do Serviço Social brasileiro, mas tendo como base as concepções e reflexões apresentadas por Netto (2007), nosso objetivo aqui é oferecer subsídios necessários para uma análise desse processo de renovação, cujas repercussões são visíveis até os dias atuais.

Esse processo de renovação – movimento crítico que contestava o Serviço Social tradicional¹¹¹ – emerge na América Latina¹¹² no decorrer da década de 1960, em um contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressavam as novas formas de expansão do capitalismo mundial. É com esse movimento, denominado de Movimento de Reconceituação, que surgem, no interior da profissão, inúmeros questionamentos acerca da lógica capitalista, da sociedade, das injunções postas ao trabalho do assistente social e do conservadorismo historicamente presente na profissão.

Desencadeado por uma conjuntura de crise e de dependência política e econômica dos países latino-americanos em relação ao domínio norte-americano, esse Movimento expressa, na verdade, as contradições e confrontos presentes nas lutas sociais “[...] onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com

¹¹¹ O Serviço Social tradicional, segundo Netto (1991), refere-se à prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais. Fundamenta-se também por uma ética liberal burguesa, cuja teleologia consiste na correção – em uma perspectiva claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção – que pode ser aberta ou velada – idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um elemento factual ineliminável.

¹¹² A crítica ao Serviço Social na América Latina torna-se evidente a partir de 1965, com o Movimento de Reconceituação, cujo eixo central baseava na contestação do Serviço Social importado com práticas assistenciais e ajustadoras (BRAVO; MATOS, 2006).

outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação” (FALEIROS, 1987, p. 51).

Como vimos anteriormente, tem-se como pano de fundo desse processo o declínio do período de expansão da economia capitalista mundial¹¹³, o que tensionou ainda mais as estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Vários movimentos se organizam – por meio das lutas de segmentos do conjunto dos trabalhadores e das estratégias de reordenamento dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses – com o objetivo de “[...] direcionar as cargas da desaceleração do crescimento econômico [...]” (NETTO, 2007, p. 143).

Gestou-se, portanto, um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa dos seus interesses imediatos. Diante da mobilização dessas classes, o teor das demandas econômicas entrecruza-se e conflui com demandas sociais e culturais diversificadas. Começam a cristalizar-se diversas reivindicações referentes à ambiência social e natural – que envolvem as questões relativas à cidade, aos equipamentos coletivos e à defesa dos ecossistemas –, às diferentes categorias sociais – como a do negro, das mulheres e a dos jovens – e aos direitos sociais emergentes como, por exemplo, o lazer e a educação permanente (NETTO, 2007).

Tais movimentos, em suas manifestações menos conseqüentes, questionam a racionalidade do Estado burguês e suas instituições. Em suas manifestações mais radicais, negam a ordem burguesa e seu modo de vida. Em ambos os casos, esses movimentos recolocam em pauta as contradições existentes em uma cidadania fundada na propriedade e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas de luta.

É justamente no interior desse processo que determinadas práticas profissionais¹¹⁴, como as do Serviço Social tradicional, são contestadas. O seu pressuposto central, a ordem burguesa como limite da história, começa a ser questionado. Nos países latino-americanos,

¹¹³ Como detalhado no primeiro capítulo, essa expansão foi assegurada desde o final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1960.

¹¹⁴ Netto (2007) nos chama atenção que esse processo não se limita à nossa profissão. Ao contrário, dissemina-se por praticamente todo o conjunto de atividades institucionalizadas que, de uma forma mais clara, opera tributariamente na reprodução das relações sociais.

[...] as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do *Welfare State*, vêem-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos e bucólicos da integração na 'sociedade aberta', é infirmado; sua aparente assepsia política, formalizada 'tecnicamente', é recusada. Mais decisivo ainda: a sua *eficácia* enquanto intervenção institucional é negada, a partir dos próprios resultados que produz (NETTO, 2007, p. 143, grifos do autor).

Esses questionamentos, mesmo que em patamares e dimensões distintos e específicos, não atingiram somente os países da América Latina, mas todos aqueles em que a profissão mantinha um grau elevado de inserção na estrutura sociocupacional. Tomando para si todas as inquietações e insatisfações desencadeadas nesse contexto histórico, o Serviço Social inicia um movimento de renovação em nível teórico, metodológico, operativo e político. Esse processo de renovação impôs aos assistentes sociais a necessidade de se elaborar um novo projeto profissional comprometido com as demandas das classes subalternas, principalmente, com as demandas expressas pelas mobilizações empreendidas por essas classes.

São desenvolvidas propostas de atuação profissional de acordo com as particularidades da realidade vivenciada pelos países latino-americanos, o que estimula um amplo processo de discussão e reflexão crítica acerca das peculiaridades que permeiam a profissão. Essas propostas também são determinadas pelas pressões sociais e demandas apresentadas pelos diversos segmentos populares em um cenário de expressiva mobilização demarcado, historicamente, pelo agravamento das desigualdades de classes e das expressões da questão social face às estratégias de acumulação capitalista (NETTO, 2007).

A questão que originalmente comandou o movimento de reconceituação na América Latina girou em torno da funcionalidade da profissão na superação do subdesenvolvimento. Os assistentes sociais, por meio de seus segmentos de vanguarda, passam a questionar-se sobre o papel exercido pelos profissionais diante das seqüelas da questão social; a indagar-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais; e a interrogar-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade de suas representações. Passam a inquietar-se também com o relacionamento mantido com os novos atores sociais que surgem na cena política – sobretudo, aqueles ligados às classes subalternas. São justamente tais indagações

e inquietações que contribuem para minar as bases do Serviço Social tradicional (NETTO, 2007).

Esse processo não surge de forma isolada, mas resulta de questões apresentadas pelas Ciências Sociais e Humanas, sobretudo, em torno da temática do desenvolvimento e de seus rebatimentos na América Latina. Além da revisão crítica processada no âmbito das Ciências Sociais – as quais historicamente ofereceram subsídios para a validação teórico-metodológica do Serviço Social, ainda aparecem como elementos exteriores à profissão – mas que influenciaram o processo de contestação no interior do Serviço Social –, o deslocamento sociopolítico de determinadas instituições que mantinham um maior vínculo com a profissão, como, por exemplo, a Igreja Católica e, em menor escala, algumas confissões protestantes; e o movimento estudantil que também dinamizou a erosão do tradicionalismo profissional (NETTO, 2007).

É exatamente a adoção de uma análise crítica da sociedade do capital que possibilita a alguns profissionais problematizar tanto o papel exercido pelo assistente social na sociedade capitalista quanto as demandas a ele dirigidas. Essa postura crítica permitiu que fossem processadas alterações significativas nas concepções de homem, de sociedade e de Estado, o que viabilizou a fundamentação de um referencial teórico e ético diferenciado para a profissão (FORTI, 2006).

O Serviço Social latino-americano, distanciando-se da perspectiva positivista-funcionalista, se apropria da teoria social de Marx. Tal apropriação contribui para desmistificar o caráter de neutralidade da atuação profissional e para a adoção de um projeto político, cujo objetivo centrava-se na transformação social.

Entre nós, “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora” (FALEIROS, 1987, p. 51).

Desde o seu desenvolvimento até a metade da década de 1960, o Serviço Social brasileiro ainda não havia suscitado nenhuma polêmica de relevo que ameaçasse o bloco hegemônico conservador que dominava a produção do conhecimento, as

entidades organizativas¹¹⁵ e o trabalho profissional. Até esse período, o Serviço Social demonstrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas e sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais e sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária. Do mesmo modo, necessitava de uma elaboração teórica significativa e apresentava-se como uma categoria profissional, na qual parecia prevalecer, sem disputas de grande relevo, uma consensual direção interventiva e cívica.

Com isso não queremos insinuar a inexistência de conflitos e tensões no âmbito do Serviço Social brasileiro até o início da década de 1960. Muito pelo contrário, acreditamos que o Serviço Social brasileiro tenha vivenciado momentos de tensão e de colisões em sua trajetória profissional até aquela época. Entretanto, é inegável que essas tensões e conflitos “[...] encontraram soluções ‘diplomáticas’, escaparam a ressonâncias públicas e não assinalaram sensíveis traumatismos no âmbito profissional” (NETTO, 2007, p. 128).

Foi somente nos primeiros anos de 1960 que esta situação começou a se modificar. Tem-se, por um lado, um visível desprestígio do tradicionalismo da profissão e, por outro, uma crescente valorização da intervenção no âmbito comunitário.

No interior desse processo descortinam-se três vertentes profissionais. Uma vertente que transferia para o Desenvolvimento de Comunidade¹¹⁶ os procedimentos e as representações tradicionais, alterando somente o campo de sua intervenção. Outra que apreendia o Desenvolvimento de Comunidade sob uma perspectiva macrossocietária, sugerindo alterações socioeconômicas estruturais que deveriam ser processadas sempre no bojo do ordenamento capitalista. E por fim, uma vertente que pensava o Desenvolvimento de Comunidade como um significativo instrumento de transformação social, vinculado à libertação social das classes e segmentos subalternos.

¹¹⁵ Em 1946 foi criada a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS, primeira entidade da categoria e que tinha seções na maioria dos estados brasileiros. Também nesse mesmo ano foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS que, posteriormente, passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Já as associações profissionais e os sindicatos foram criados a partir de meados das décadas de 1950 e 1960. Em 1962 foi criado o Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS.

¹¹⁶ Para um melhor detalhamento acerca dessas diferentes vertentes, sugerimos a leitura de Ammann (1982, capítulo II).

Segundo Netto (2007), não é um mero exercício de especulação supor que o desenvolvimento desse processo profissional, em face da realidade vivenciada pelo país à época – como mencionamos no capítulo anterior –, conduziria, pelo menos em médio prazo, a total erosão do tradicionalismo presente no Serviço Social. É claro que não estavam em jogo as abordagens individual e grupal, mas o seu enquadramento teórico-metodológico, ideológico e operativo. Além do mais, o próprio evoluir do Desenvolvimento de Comunidade, muito provavelmente, vivenciaria os conflitos e as tensões resultantes do confronto entre suas vertentes.

Alinhada com a expansão do capitalismo mundial e com a intervenção imperialista –, a autocracia burguesa também altera significativamente o cenário em que o processo de desenvolvimento profissional vinha se desenrolando, modificando-o de forma bastante contraditória. Inicialmente, corta os efetivos suportes que poderiam dar uma direção crítica e progressista à crise que se processava no Serviço Social tradicional. Ao mesmo tempo, a implementação do seu projeto de modernização conservadora acelera essa mesma crise (NETTO, 2007).

Essas mudanças repercutem diretamente no Serviço Social, minando as bases que poderiam, de alguma forma, contribuir para a materialização da perspectiva crítica e progressista que estava sendo gestada no interior da profissão. É justamente com o golpe militar de abril de 1964 que esse processo de crítica foi “abortado”, neutralizando os protagonistas sociopolíticos que estavam envolvidos no movimento de democratização da sociedade e do Estado. Do mesmo modo que refluem as iniciativas que defendem a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, emergem algumas mudanças no interior da profissão, que se delimitam no reordenamento da sua forma tradicional (NETTO, 2007).

É diante desse cenário contraditório que as duas primeiras vertentes mencionadas no processo de Desenvolvimento de Comunidade – e que se revelaram compatíveis com os limites da autocracia burguesa – encontram campo fértil para o seu florescimento. Na verdade, as formas tradicionais da profissão “[...] terão seus fundamentos de legitimação colapsados em curto prazo, mas o conservantismo sociopolítico a elas inerente engendrará outros componentes de fundamentação e legitimação para as suas concepções profissionais” [...] (NETTO, 2007, p. 141).

O que podemos afirmar é que para atender as novas demandas submetidas à racionalidade burocrática e as novas estratégias de controle e repressão das camadas trabalhadoras efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, a modernização conservadora implantada no país exigiu um processo de renovação¹¹⁷ no âmbito do Serviço Social.

Essa renovação, que se processa no marco da autocracia burguesa, mantém uma relação complexa com o quadro anterior vivenciado pela profissão. Tendo como fundamento o colapso da legitimação do tradicionalismo presente no Serviço Social, esse processo de renovação tanto retoma alguns de seus núcleos quanto bloqueia algumas alternativas de desenvolvimento que estavam embutidas naquele colapso. E, ao mesmo tempo, dinamiza, sobre novas bases, outras tendências emergentes (NETTO, 2007).

Esse movimento, segundo as análises de Netto (2007), se configura em um movimento cumulativo, com estágios de prevalência teórico-cultural e ideopolítico que apesar de distintos, acabam por entrecruzar-se e sobrepor-se. Ao se erodir a base do Serviço Social tradicional, a reflexão profissional começa a se desenvolver de forma diferenciada – quer no aspecto cronológico, quer teoricamente – em três vertentes principais.

O autor classifica essas tendências teórico-metodológicas em perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Essas vertentes aglutinam, em seu interior, perspectivas bem heterogêneas do pensamento social, sendo que duas dessas tendências apresentam como propostas teórico-metodológicas a reformulação e a reatualização do conservadorismo no âmbito do Serviço Social.

Nesse processo, o Serviço Social brasileiro mantém e resgata aportes teóricos e ideológicos, atribuindo-lhes nova roupagem. Diante dos limites impostos pela

¹¹⁷ Da mesma forma que Netto (2007), entendemos que o processo de renovação está relacionado ao “[...] conjunto de características novas que, no marco das constrações da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 2007, p.131).

conjuntura do país à época, das restritas possibilidades de conhecimento intelectual vivenciada pelos profissionais e face ao clima repressivo e autoritário, os assistentes sociais centram suas discussões em torno da metodologia profissional, buscando, desse modo, modernizar o seu aparato instrumental nos moldes da modernização conservadora da ditadura burguesa. Sendo funcional aos interesses da ditadura burguesa, os assistentes sociais constroem o que Netto (2007) denominou de perspectiva modernizadora¹¹⁸ da profissão.

Sob inspiração das matrizes neopositivistas norte-americanas, a perspectiva modernizadora apresenta como elemento central a tematização do Serviço Social como parte integrante do processo de desenvolvimento. Essa perspectiva, sem questionar a ordem sociopolítica vigente e privilegiando a discussão sobre a cientificidade e sobre a especificidade profissional, busca dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de atender às demandas que lhe eram postas. Essa perspectiva, na realidade, se reporta aos valores e conceitos mais tradicionais do Serviço Social, não com o intuito de superá-los ou negá-los, mas com a intenção de inserir a profissão numa moldura teórica e metodológica.

A perspectiva modernizadora hegemônica a discussão profissional no decorrer dos anos de 1960 e 1970. No entanto, desde a segunda metade dos anos de 1970, a crise da autocracia burguesa vai propiciar as condições favoráveis para que a sua hegemonia seja posta em questão. A dinâmica sociopolítica e cultural que envolvia a autocracia burguesa naquele momento – com suas implicações no âmbito profissional – contribuiu para reduzir, cada vez mais, a influência dessa perspectiva na (auto) representação dos assistentes sociais (NETTO, 2007).

O seu conteúdo de cunho reformista não consegue atender às expectativas de um segmento profissional que, atrelado às mais antigas tradições do Serviço Social, ainda resiste ao movimento de laicização, recusando-se a romper com a subalternidade assumida – historicamente pela profissão – tanto em seu estatuto quanto em sua funcionalidade.

¹¹⁸ O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais – CBCISS, entre os anos de 1965 a 1970, foi o principal veículo de elaboração teórica do Serviço Social no país. Este Centro, além de difundir os conteúdos modernizadores, também contribuiu para adequar a profissão às exigências postas pela conjuntura sociopolítica emergente no pós-1964.

Além do mais, seu traço conservador e a sua adesão ao regime ditatorial tornam essa perspectiva incompatível com alguns segmentos profissionais que adotam uma postura crítica, quer em face da autocracia burguesa, quer em face dos seus fundamentos teóricos. É justamente com a manifestação ideal das concepções teóricas e profissionais desses segmentos distintos que observamos, especialmente após a segunda metade dos anos de 1970 – mas não exclusivamente –, a conformação de duas outras vertentes que compõem o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro.

Dentre essas duas vertentes, a reatualização do conservadorismo se apresenta como a tendência mais compatível com aquele segmento profissional mais resistente às mudanças. Essa tendência, ao mesmo tempo em que repudia os modelos mais claramente vinculados ao pensamento positivista e as referências do pensamento crítico dialético, resgata os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora do Serviço Social, recolocando-os sobre um substrato teórico-metodológico que se diz novo (NETTO, 2007).

Essa perspectiva, “[...] faz-se legatária das características que [conferem] à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a [subordinam] a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional [...]” (NETTO, 2007, p. 157). Todavia, apresenta-se revestida com um verniz de modernidade inexistente no anterior tradicionalismo da profissão. E é exatamente aí que reside o seu caráter renovador em contraposição com o passado.

O que se processou foi basicamente uma reatualização desse passado, cujos esforços se conjugaram no sentido de fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. Esses esforços, por um lado, se beneficiam do descrédito cada vez mais generalizado do acúmulo teórico proveniente da matriz positivista; e do outro, sua recusa ao pensamento crítico-dialético se favorece do vulgarismo com que este pensamento foi, na maioria das vezes, apropriado pelo Serviço Social. É por isso que não é por um simples acaso que a reatualização do conservadorismo adota como perspectiva teórico-metodológica a fenomenologia, priorizando o trabalho individual com o recurso às teorias da subjetividade (NETTO, 2007).

Apesar de não ter alcançado o mesmo êxito da perspectiva modernizadora, e sem ter a mesma repercussão da outra vertente renovadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo encontrou um espaço significativo para a sua influência. No entanto, essa direção do desenvolvimento profissional esteve praticamente ausente dos debates que se processaram no interior do Serviço Social brasileiro. Presente no universo dos assistentes sociais desde a metade da década de 1970, esta vertente não registrou, como as demais, uma polêmica de relevo em torno de suas proposições.

A terceira vertente identificada no movimento de renovação do Serviço Social brasileiro é aquela denominada de intenção de ruptura, cuja proposta consiste em romper com o tradicionalismo da profissão. Diferentemente das formas anteriores, esta vertente apresenta como fundamento central uma crítica sistemática ao desempenho tradicional da profissão e aos seus aportes teóricos, metodológicos e ideológicos (NETTO, 2007).

Expressa, portanto, a intenção de romper com o legado teórico-metodológico do pensamento conservador – de matriz positivista – e com os seus paradigmas de intervenção social, baseados no reformismo conservador. É visível, em sua constituição, o resgate crítico de algumas tendências que no período anterior a 1964, defendiam rupturas político-sociais de relevo no sentido de adequar as respostas profissionais às demandas estruturais postas pelo desenvolvimento do país (NETTO, 2007).

Em seu processo de evolução e manifestação, essa tendência recorre progressivamente ao pensamento marxista e revela algumas dificuldades em sua afirmação sociopolítica no marco da autocracia burguesa. Sua formulação inicial – e mais abrangente – ocorre a partir da primeira metade dos anos de 1970, tendo como cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, cujo documento final resultou na elaboração do Método Belo Horizonte – BH. Como bem nos diz Netto (2007), essa experiência, em virtude das condições políticas vivenciadas em âmbito nacional, não consegue ultrapassar a esfera acadêmica. Tal situação não permitiu que as reflexões que envolviam as questões sociopolíticas da profissão se disseminassem por toda a categoria profissional. A experiência de Minas Gerais, por exemplo, significou

[...] a construção de uma alternativa global ao tradicionalismo. Este é o traço mais visível da explicitação do projeto da ruptura [...] o 'método' que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos esses passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional [...] (NETTO, 2007, p. 276).

Mantendo-se totalmente marginal até o final dessa década, é somente nos anos de 1980 que essa vertente ganha projeção e ultrapassa os muros da academia, começando a rebater com maior visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional. As razões dessa existência residual por quase uma década nos muros da universidade, bem como a existência de um protagonismo que, em alguns casos, se apresentava como um elemento decisivo, residem, principalmente, em suas dimensões ideopolíticas – sejam elas explícitas ou não (NETTO, 2007).

Em suas mais variadas manifestações, essa vertente confronta-se com a autocracia burguesa, quer no plano teórico-cultural, quer no plano profissional e político. Em qualquer de suas formulações, a perspectiva de intenção de ruptura sempre adotou um ineliminável caráter de oposição à autocracia burguesa. À medida que se intensifica a crise da ditadura e o marxismo acadêmico se desenvolve, essa perspectiva se consolida, especialmente, como um modelo de análise textual (NETTO, 2007).

É justamente em meados dos anos de 1980 que essa perspectiva dá o tom da polêmica profissional e define os elementos da retórica politizada de vanguardas profissionais. Recebendo uma significativa influência do pensamento latino-americano reconceptualizado, essa tendência tem muito de sua repercussão relacionada ao descrédito político da vertente modernizadora e à generalizada crítica às ciências sociais acadêmicas.

Contudo, alguns elementos são fundamentais para explicar a repercussão da perspectiva de intenção de ruptura entre nós. Dentre esses elementos temos: as condições de trabalho vivenciadas pela maioria da categoria profissional, com sua aproximação geral às camadas trabalhadoras; “[...] o novo público em que se recrutam os quadros técnicos [...], o clima efervescente do circuito universitário quando da crise da ditadura (envolvendo todos os intervenientes da arena acadêmica) [...]” (NETTO, 2007, p. 160) –; e, sobretudo, o cenário sociopolítico

ideológico que marcou os primeiros anos dessa década e que estimulou a participação cívica de grande parcela das novas camadas médias urbanas.

Da mesma forma que as outras vertentes, cuja emergência e confronto dão novo fôlego à renovação do Serviço Social brasileiro, a intenção de ruptura não resulta apenas da vontade subjetiva dos seus protagonistas, mas expressa – no processo de laicização e diferenciação da profissão –, as tendências e forças presentes na estrutura societária do país. As bases sociopolíticas dessa perspectiva, na verdade, estavam presentes e postas no processo de democratização do país e no movimento das classes exploradas e subalternas que foram derrotadas com o regime implantado em 1964, mencionado mais detalhadamente no terceiro capítulo (NETTO, 2007).

Sob o ponto de vista sociopolítico e histórico, é impossível pensar os substratos dessa corrente sem relacioná-la ao movimento estabelecido entre os anos de 1961 a 1964. É exatamente nesses anos que se articulam as forças sociopolíticas que mais imediatamente se aproximam da intenção de ruptura. Ou melhor, essa perspectiva expressa, no âmbito do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de 1960. De forma mediata expressa o processo de afirmação do protagonismo dos trabalhadores e de seus aliados. Já no plano imediato, expressa as lutas envidadas durante a ditadura pela recuperação desse protagonismo (NETTO, 2007).

São esses, portanto, os elementos fundamentais da intenção de ruptura que, em larga medida, condicionaram a sua gênese e o seu desenvolvimento no decorrer do período ditatorial. Dentre as vertentes profissionais renovadoras, essa será a que mais encontrará entraves para tomar forma. É somente com a crise da autocracia burguesa – quando os canais que permitem a realização de mediações que vinculam essa vertente às camadas trabalhadoras e subalternas se desobstruíram – que a intenção de ruptura começa a “[...] expressar sem referências esópicas as suas conexões sociopolíticas” [...] (NETTO, 2007, p. 258).

Uma análise rigorosa das formulações constitutivas da perspectiva da intenção de ruptura nos mostra que no momento de sua emergência esse projeto aproxima-se da tradição marxista, notadamente, pelo viés da militância política – associada tanto ao

protagonismo oposicionista das camadas médias urbanas quanto à mobilização estudantil que marca os anos de 1964 a 1968.

Essa militância política, normalmente político-partidária, se dá por meio dos agrupamentos de esquerda que recebiam influência da Igreja e encontravam-se situados fora do leito histórico do PCB. Nesse percurso, muitas inquietações foram transferidas da militância política para a prática profissional, propiciando, freqüentemente, uma relação de identidade que suprimia suas diferenças e impossibilitava uma análise mais criteriosa de suas mútuas relações (NETTO, 2007).

Em decorrência das circunstâncias históricas e políticas do período em questão, essa aproximação ao pensamento marxista foi alvo de diversos equívocos e impasses teóricos, políticos e profissionais, cujos reflexos são presentes até hoje. Dentre esses equívocos e impasses têm-se a instrumentalização para legitimar estratégias e táticas e a pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática. No primeiro momento em que a apropriação do marxismo “[...] se repõe no marco profissional, ela é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma [chancelaram] as deformações próprias dessa instrumentalização [...]” (NETTO, 2007, p. 268).

No momento seguinte, o predomínio dessa aproximação está associado ao marxismo acadêmico. Restrita aos muros da universidade, a referência a tradição marxista – que ainda apresentava características fortes de redução epistemológica – instituiu um novo modelo de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história retratadas por uma lente paradigmática (NETTO, 2007).

No entanto, esse novo modelo obedece a exigências intelectuais rigorosas. Posteriormente, mesmo que as iniciativas do marxismo acadêmico tenham se prolongado, o período de transição democrática vivenciado pelo país recoloca a política e a história como objetivos práticos inelimináveis e passíveis de reflexão. Desde então, a elaboração passa a se valer da análise das fontes originais de Marx, recorrendo a clássicos que, diferentemente do marxismo estruturalista, contemplam a historicidade (NETTO, 2007).

Por fim, o terceiro momento – ao se desdobrar com o acúmulo dos momentos precedentes e nas condições postas pelo aprofundamento das tendências democráticas –, conduz a recuperação de diferentes substratos do pensamento marxista, ou até mesmo próximos a ele, para analisar a atualidade profissional. Para nós não é difícil imaginar que esse processo foi perpassado por equívocos decorrentes, sobretudo, da aproximação incipiente à tradição marxista. Esses equívocos representam o lastro eclético presente em formulações significativas do projeto de ruptura, como por exemplo, na elaboração do Método BH (NETTO, 2007).

Na verdade, a reivindicação da filiação teórico-metodológica que envolve toda a intenção de ruptura – unificando-a sobre uma mesma base teórica, metodológica e ideológica – revela, na consolidação do próprio projeto, inflexões que materializam mudanças em sua continuidade. Essa continuidade, contudo, é um movimento em que se firmam e reafirmam substratos teórico-metodológicos, núcleos temáticos e indicativos profissionais. Esse acúmulo se processa por meio de incorporações que produzem determinadas inflexões que ao enriquecer, matizar e diferenciar a perspectiva em foco desenha alterações perceptíveis em seu processo (NETTO, 2007).

O que fica mais evidente nesse projeto de intenção de ruptura é que ele, na manifestação dos segmentos mais avançados da categoria profissional, tem mantido fortes traços de oposição ao tradicionalismo da profissão. No entanto, nas proposições não-prescritivas para o exercício profissional seus resultados têm se mostrado inexpressivos.

É exatamente aí que encontramos uma lacuna entre a intenção de romper com o passado conservador e os indicativos prático-profissionais necessários para concretizar essa ruptura. Não queremos negar com isso todo o acúmulo que essa vertente já realizou, como por exemplo, um acervo que ainda se encontra em desenvolvimento e que tem como mérito a constante expansão dos referenciais teóricos e ideoculturais fundamentais para se repensar a profissão, qualificando-a, até mesmo, no interior do debate acadêmico e político.

Segundo Netto (1996), a ruptura que se processou no plano ideopolítico do Serviço Social não significa que o conservadorismo tenha sido superado no interior da

categoria profissional. Significa, apenas, que posturas ideológicas e políticas de natureza crítica e/ou contestadora diante da ordem burguesa alcançaram legitimidade para se manifestar abertamente.

Na realidade, o conservadorismo presente nos meios profissionais tem bases muito mais arraigadas, estando totalmente equivocado quem o considerar residual. A legitimidade conquistada “[...] para a diversidade de posições está longe de equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista que, para ser construída, demanda trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável” (NETTO, 1996, p. 112).

Durante o movimento de redemocratização, os assistentes sociais – sujeitos históricos nesse processo – vivenciam avanços expressivos no plano intelectual e organizativo. Nesse momento, a hegemonia da vertente modernizadora é colocada em questão, reacendendo a vanguarda crítica e progressista do Movimento de Reconceituação (NETTO, 2006).

É no desenrolar desse processo histórico que o conservadorismo presente no Serviço Social brasileiro e que muitas vezes fora reciclado e metamorfoseado, confronta-se, pela primeira vez, com uma realidade em que a sua prevalência no interior da profissão passa a ser contestada. Isso se dá justamente em uma conjuntura em que o corpo profissional, sofrendo as implicações do modelo econômico vigente durante o regime militar, começa a se reconhecer como um profissional inserido no conjunto dos trabalhadores (NETTO, 2006).

Portanto, a luta pela redemocratização, ao repercutir no âmbito profissional, cria as bases necessárias para romper com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Nesse processo, encontramos a primeira condição – ou seja, a condição política – para a conformação de um novo projeto profissional. No entanto, o corpo profissional, que também é marcado por uma heterogeneidade, não compartilha dos mesmos posicionamentos, à medida que em seu interior existem projetos societários distintos, que se confrontam no movimento das classes sociais, como as suas vanguardas que se articulam ativamente na contestação política (NETTO, 2006).

No III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, em 1979, mais conhecido como o “Congresso da Virada”, segmentos mais dinâmicos da categoria profissional vinculam-se ao movimento dos trabalhadores e, ao romper com o predomínio do tradicionalismo, conseguem instaurar o pluralismo político no interior do Serviço Social. Esse pluralismo redimensiona, em larga medida, a organização profissional e consegue inseri-la, de modo inédito, no leito histórico do movimento dos trabalhadores no Brasil (NETTO, 2006).

Essa é a primeira vez que, no interior da categoria profissional, repercutem projetos societários diferentes daqueles que atendiam aos interesses das classes dominantes. Todavia, essa repercussão não foi isenta de contradições, mas envolveu fortes polêmicas e diferenciações no interior da categoria, o que representa uma saudável implicação da luta de idéias. Além do mais, tal repercussão é beneficiada pelas modificações engendradas no próprio corpo profissional. Entretanto, deve-se ter claro que para a constituição desse novo projeto profissional, a condição política – condição primeira e necessária –, não é suficiente, sendo que outros elementos são necessários para que esse projeto profissional tome forma (NETTO, 2006).

Com o “Congresso da Virada”, o Serviço Social redireciona “[...] suas concepções teóricas e [redefine] seus marcos normativo-regulatórios [...]” (BRAZ, 2004, p. 57). Estabelece-se no interior da profissão um movimento ético-político que delinea novas direções nos diferentes segmentos do Serviço Social, tanto na formação quanto na prática profissional.

Ao longo da década de 1980, seguindo a tradição marxista, o Serviço Social se apropria do pensamento de Antonio Gramsci e, especificamente, de suas concepções “[...] acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas [...]” (YASBEK, 2000, p. 28).

O Serviço Social se apropria ainda das reflexões de Agnes Heller, no que refere à sua problematização do cotidiano; das discussões de Georg Lukács sobre a ontologia do ser social fundadas no trabalho; das concepções de Edward Palmer Thompson relativas às experiências humanas; das análises apresentadas por Eric

Hobsbawm, um dos principais historiadores marxistas da contemporaneidade, além de outros autores cujos pensamentos começam a nortear as produções teóricas, as reflexões e os posicionamentos ideopolíticos do Serviço Social (YASBEK, 2000).

Após a legitimação da profissão no âmbito acadêmico, é nos espaços da pós-graduação – cujos primeiros resultados são alcançados na transição dos anos de 1970 aos anos de 1980 – que tem início no Brasil e, posteriormente, se consolida a produção de conhecimentos relativos ao Serviço Social. A categoria profissional começa a operar, no seu interior, um processo de acumulação teórica, que mesmo sendo muito desigual, cria as bases necessárias para a formação de uma massa crítica considerável. A formação dessa massa crítica permite que a profissão estabeleça uma vasta interlocução com as Ciências Sociais e, principalmente, permite revelar quadros intelectuais respeitados, tanto no conjunto profissional como em outras áreas do saber (NETTO, 2006).

Segundo Netto (2006), é justamente com essa acumulação teórica que são incorporadas pelo Serviço Social matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a proposta de ruptura com o conservadorismo presente na profissão. Isso quer dizer que, no plano da produção de conhecimentos, instaura-se um pluralismo¹¹⁹ que permite a incidência – nos referenciais cognitivos dos profissionais – de tendências teórico-metodológicas sintonizadas com os projetos societários¹²⁰ das camadas trabalhadoras e capazes de fomentar uma crítica contundente às relações econômicas e sociais vigentes.

Paralelamente, ganham destaque as discussões em torno da formação profissional. Todos os esforços são dirigidos no sentido de formar “[...] um profissional capaz de responder, com *eficácia e competência*, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo *perfil profissional*” (NETTO, 2006, p. 153, grifos do autor).

¹¹⁹ O “[...] *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de idéias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de idéias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas” (NETTO, 2006, p. 146).

¹²⁰ Para Netto (2006), projetos societários são aqueles que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam certos valores para justificá-la e que priorizam determinados meios, tanto materiais quanto culturais, para materializá-la.

Na esteira desse movimento, as modalidades prático-interventivas, de caráter tradicional, são ressignificadas. Com isso emergem novas áreas e campos de intervenção, ampliando cada vez mais a prática profissional, quer seja pela produção de conhecimentos, quer seja pelo reconhecimento da atuação desses profissionais por parte dos usuários. Todavia, segundo Netto (2006), tal situação não se deve exclusivamente a requalificação da prática profissional, mas, também e principalmente, à conquista de direitos civis e sociais presentes no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

É a conjugação desses diferentes fatores – inclusive com a quebra do quase monopólio do conservadorismo profissional – que cria as condições favoráveis para a construção do projeto ético-político da profissão. Esse projeto, na verdade, representa

[...] uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade (BRAZ, 2005, p.23).

Esse projeto toma forma “[...] a partir de um processo de reflexão e amadurecimento profissional, de um processo de avaliação da nossa tradição profissional, bem como da sua inserção nas lutas sociais contemporâneas [...]” (MANFROI, 2003, p. 10). Essas lutas buscam a ampliação de direitos, da democracia, da participação social e do processo coletivo de trabalho.

Ainda no decorrer da década de 1980, com a elaboração de instrumentos como o Código de Ética de 1986, tem-se um avanço do projeto ético-político da profissão. Esse Código representa um marco para o rompimento com o conservadorismo, especialmente, com a derrocada daquelas referências éticas que se encontravam desconectadas da história.

Ao mesmo tempo em que são superadas as reflexões éticas obscurecidas pelas construções idealizadas da realidade – que situam a ética em um campo localizado fora dos condicionantes históricos e das implicações dos interesses de classe – são reconhecidas a dimensão político-ideológica que marca a profissão desde o seu início e que caracterizou e ainda caracteriza todo o seu percurso histórico (FORTI, 2006).

É indiscutível que esse Código trouxe significativos avanços, tornando-se um marco na história do Serviço Social brasileiro. Esses avanços, materializados no domínio da dimensão política, coroaram o processo de ruptura com o conservadorismo e explicitaram o compromisso profissional com os trabalhadores. No entanto, a reduzida acumulação no plano da reflexão ética comprometeu esse Código, sendo que outras dimensões – éticas e profissionais – não foram suficientemente esclarecidas, obrigando, em um curto espaço de tempo, à sua revisão (NETTO, 2006).

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, o projeto ético-político da profissão se conforma em sua estrutura básica. Da mesma forma que Netto (2006), entendemos que qualificar essa estrutura como básica significa dizer que, mesmo mantendo seus eixos basilares, ela é dotada de certa flexibilidade que lhe permite, “[...] *sem se descaracterizar*, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. [...] trata-se [enfim,] de um *projeto* que também é um *processo*, em contínuo desdobramento” (NETTO, 2006, p. 155, grifos do autor).

Esse projeto vincula-se a um projeto societário que tem como proposta a construção de uma nova ordem social sem qualquer tipo de exploração ou dominação de classe, etnia e gênero. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como princípio ético central, o que permite ao assistente social desenvolver o trabalho profissional pautado no reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos atores sociais, fortalecendo os princípios e práticas democráticas. Afirma-se com isso a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio, dos preconceitos e de todos os tipos de autoritarismos, contemplando, de forma positiva, o pluralismo presente na sociedade e na atuação profissional (NETTO, 2006).

Em sua dimensão política, esse projeto defende a equidade e a justiça social sob a perspectiva do acesso universal aos bens e serviços sociais. Defende ainda que a ampliação e a consolidação da cidadania estão diretamente vinculadas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais dos trabalhadores. Se considerarmos a democratização como um processo de socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, veremos que esse projeto se revela sob uma perspectiva bastante democrática (NETTO, 2006).

O projeto nos mostra ainda, sob o ponto de vista estritamente profissional, um compromisso claro com a competência. Como essa competência só pode se materializar com o aperfeiçoamento intelectual do assistente social dá-se, nesse projeto, uma ênfase especial à formação acadêmica qualificada e respaldada por concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar a adoção de uma análise concreta da realidade social (NETTO, 2006).

O componente basilar do projeto ético-político centra-se no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. Aí também se inclui a publicização dos recursos institucionais como um mecanismo indispensável para a sua democratização e universalização. Nesse projeto fica claro ainda que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só será potencializado quando a categoria se articular com outras categorias profissionais que compartilhem de projetos similares e, de maneira especial, com aqueles movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (NETTO, 2006).

É ainda nos anos de 1990, mais precisamente em 1993, que o Código de Ética passa por uma revisão, dando novos contornos ao atual. Além de superar as unilateralidades e limites de 1986, esse novo Código incorpora a acumulação teórica realizada pela categoria profissional desde a década de 1970. Pela urgência da própria revisão, novos elementos são trazidos para o interior do debate ético. Na verdade, a elaboração do Código de Ética em 1993 expressa um momento marcante para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (NETTO, 2006).

Mas além do novo Código de Ética, outros documentos também deram fundamentação jurídico-legal à profissão e legitimaram as compreensões teórico-conceituais em conformidade com grande parcela do Serviço Social brasileiro: a nova Lei de Regulamentação da Profissão, também de 1993; as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (1996); e as legislações sociais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993). Esses documentos explicitam, de alguma forma, os avanços no processo de transformação no interior da categoria. E neles estão presentes os preceitos que se congregam aos segmentos mais progressistas da sociedade.

A nova Lei de Regulamentação da Profissão, em particular, estabelece com maior clareza princípios, competências e atribuições privativas do Serviço Social. Também é um instrumento que delimita a atuação do assistente social para os profissionais de outras áreas, deixando claro o seu papel diante de seus empregadores. No artigo 4º são estabelecidas as competências e no artigo 5º as atribuições privativas, conforme Quadro abaixo:

LEI Nº 8.662, DE 07 DE JUNHO DE 1993	
Artigo 4º:	Artigo 5º:
<p>Constituem competências do Assistente Social:</p> <p>I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</p> <p>II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</p> <p>III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</p> <p>IV - (Vetado);</p> <p>V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</p> <p>VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;</p> <p>VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</p> <p>VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</p> <p>IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;</p> <p>X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;</p> <p>XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</p>	<p>Constituem atribuições privativas do Assistente Social:</p> <p>I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</p> <p>II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;</p> <p>III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;</p> <p>IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</p> <p>V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;</p> <p>VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;</p> <p>VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;</p> <p>VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;</p> <p>IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;</p> <p>X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;</p> <p>XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;</p> <p>XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;</p> <p>XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.</p>

Quadro 1: Competências e atribuições privativas do assistente social.

O reconhecimento dessa Lei permite ao profissional orientar suas ações e compreender, defender ou, até mesmo, se contrapor às determinações demandadas

pela instituição. Ao se apropriar dessa Lei, o assistente social adquire uma maior clareza da sua atuação e do espaço ocupado pelo Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Do mesmo modo, demarca qual direção ideopolítica que o profissional pode imprimir à sua atuação. Porém, desconhecer seus princípios pode, inclusive, trazer sérias implicações ao exercício profissional, como veremos no quinto capítulo desse estudo.

Já a partir da segunda metade dessa década, o projeto ético-político da profissão, fundamentado teórica e metodologicamente, torna-se hegemônico, expressando, dessa forma, a maturidade profissional adquirida pelo Serviço Social brasileiro. Contribuíram para esta conquista a participação crescente de profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos profissionais, assim como a multiplicação e a descentralização desses fóruns, espaços e eventos (NETTO, 2006).

Esse projeto, sintonizado com tendências significativas do movimento da sociedade brasileira, não expressa apenas os anseios de alguns assistentes sociais que estão envolvidos na militância cívica ou política, mas expressa uma perspectiva profissional vinculada a um projeto societário que, ao mostrar-se antagônico ao projeto defendido pelas classes dominantes, tem seus princípios fundamentados na vida social (NETTO, 2006).

Com isso não queremos dizer que esse projeto esteja realmente consumado ou que ele é o único projeto existente no interior da profissão. Sabemos que nem todas as suas possibilidades foram totalmente desenvolvidas e, tampouco, a ruptura com o tradicionalismo conseguiu superar as tendências conservadoras e/ou neoconservadoras, especialmente, porque a heterogeneidade – presente em todas as categorias – permite, em contextos democráticos – a coexistência de projetos profissionais distintos. Esses projetos profissionais,

[...] (inclusive o projeto ético-político do Serviço Social) apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que o legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Vale lembrar que a construção do projeto profissional do Serviço Social não esteve imune às transformações substantivas que se processaram em âmbito nacional e mundial e que foram devidamente sumariadas no escopo desse trabalho. Ao mesmo tempo em que o Serviço Social construía o seu projeto ético-político e o movimento democrático e popular brasileiro avançava cada vez mais, o país se inseria em uma nova etapa de desenvolvimento capitalista.

Como vimos no primeiro capítulo, a partir de 1995, quando os mandatários do grande capital passam a ocupar de forma mais incisiva as instâncias de decisão política, as práticas político-econômicas inspiradas no ideário neoliberal e na sua cultura disseminam-se amplamente por toda a sociedade. Por outro lado, a grande burguesia do país reatualiza o seu projeto societário, tornando com isso, uma fiel defensora dos princípios neoliberais.

Como bem diz Netto (2006), é totalmente desnecessária qualquer argumentação mais minuciosa que comprove a contradição existente entre o projeto ético-político da profissão e a ofensiva neoliberal. Bem sabemos que em nome da racionalização, da modernidade e dos valores defendidos pelo “primeiro mundo”, essa ofensiva tem promovido o desmantelamento de direitos sociais – que são considerados como privilégios –, a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a adoção sistemática de uma política macro-econômica que ao priorizar a acumulação do capital, penaliza a grande maioria da população do país, como já fora discutido anteriormente.

Vemos, portanto, que a ofensiva do grande capital, revestida pela cultura do neoliberalismo, representa uma ameaça legítima à implementação do projeto ético-político da profissão. Para os neoliberais, “[...] defender e implementar este projeto ético-político é sinal de ‘atraso’, de ‘andar na contra-mão da história’” (NETTO, 2006, p. 158).

Acreditamos que tal suposição se justifica pelo fato de que o projeto profissional aponta para um combate ético, teórico, ideológico, político e prático-social ao neoliberalismo. Na verdade, esse projeto visa manter e atualizar valores que lhe dão consistência e o torna solidário ao projeto de sociedade que prioriza os interesses da massa da população.

Para finalizar, nossas atenções voltam-se, agora, para um tema recorrente nas discussões em torno da atuação do assistente social: o sincretismo da prática¹²¹. A mais importante contribuição teórica que envolve esse tema vem de Netto (1996, 2005, 2007). Ele propõe elucidar o estatuto teórico do Serviço Social e identificar a especificidade da prática profissional, considerando uma dupla determinação: as demandas sociais e o acúmulo de forças teóricas e prático-sociais capazes ou não de dar conta das requisições externas.

Para o autor, é da “[...] própria *natureza sócio-profissional* do Serviço Social [...], *posta a carência de um referencial teórico crítico-dialético* [...] [que decorrem] as peculiaridades que fazem dele um exercício prático-profissional medularmente *sincrético*” (NETTO, 2005, p. 92, grifos do autor).

Esse sincretismo “[...] *nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação*” (NETTO, 2005, p. 92, grifos do autor). Parte constitutiva do Serviço Social, o sincretismo expressa-se nas mais variadas formas de manifestação da prática profissional, estando presente, inclusive, nas intervenções realizadas por seus agentes.

De outra parte, tem-se a incorporação eclética do marxismo pelo Serviço Social – aquela mencionada momentos atrás –, fato esse que, juntamente com o sincretismo, tem permeado o universo profissional. E é justamente a apropriação débil desse referencial que vai dar condições para a manutenção e reprodução tanto do sincretismo quanto do ecletismo.

Ao contrário da perspectiva pluralista, que capta as diferentes possibilidades de explicação da realidade e não as trata amalgamando-as, historicamente, a profissão do Serviço Social foi marcada pelo ecletismo no trato das várias formulações e correntes de pensamento. Quando se fala de ecletismo, [...] está-se fazendo referência a uma tendência sincrética à tolerância e à conciliação de posições heterogêneas e contraditórias, assumidas como se fossem concordantes. Esse mosaico, que o Serviço Social sempre fez, tende a garantir uma posição

¹²¹ Não vamos nos aprofundar nesse debate, sugerimos para um melhor detalhamento a leitura de Netto (1996, 2005, 2007).

permanente, até mesmo de respeito à aceitação do próprio sincretismo (QUIROGA, 1991, p. 90).

É por isso mesmo que Netto (2005) defende que somente a apropriação de um referencial teórico-crítico marxista pode contribuir para erodir as bases sincréticas da profissão. A partir da apropriação dessa matriz teórico-metodológica – que deve embasar a formação e a atuação do assistente social – redefine-se o estatuto profissional, o que vai permitir a construção de um fazer profissional pautado numa perspectiva de totalidade.

Por sua vez, a sua não apropriação põe vários entraves à construção de um fazer profissional em conformidade com os princípios e valores defendidos pelo projeto ético-político da profissão. Tal situação corrobora para a reprodução e a manutenção de mecanismos altamente sincréticos no interior do Serviço Social, ou seja, de práticas burocratizadas, imediatistas, empiricistas e tradicionais, o que será melhor exemplificado quando realizarmos a análise do nosso objeto de estudo.

Como observamos até aqui, a realidade nos traz substanciais desafios, cujas dificuldades postas ao projeto ético-político nos parecem bastante concretas, sobretudo, diante das condições adversas vivenciadas pelo país, das implicações da ofensiva do grande capital e da dominância da cultura neoliberal.

Tudo isso nos remete a profundas inquietações profissionais e a desafios ético-políticos que precisam ser enfrentados por toda a categoria. Bem sabemos que a preservação e o aprofundamento do nosso projeto não dependem exclusivamente da vontade majoritária da categoria profissional, mas também e de maneira vital, do fortalecimento do movimento democrático e popular que foram amplamente pressionados e constrangidos no decorrer dos últimos anos.

Portanto, o compromisso com a análise constante das situações concretas no âmbito do Serviço Social, seja em torno da sistemática que envolve as diretrizes do projeto ético-político da profissão, seja nas questões que materializam o exercício profissional – face às transformações societárias –, precisa ser priorizado, para que, então, possamos compreender, em sua totalidade, todos os condicionantes presentes no cotidiano profissional.

É justamente por esse motivo que após uma análise prospectiva dos elementos presentes no interior da profissão que, no próximo capítulo, iniciar-se-á uma discussão em torno das condições e relações de trabalho em que se realiza a atividade profissional, buscando entender como as últimas transformações que marcaram a sociedade capitalista, tanto em âmbito mundial quanto nacional, afetaram o conteúdo, o direcionamento do exercício profissional, suas atribuições e competências.

TECENDO UMA REALIDADE: AS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO

Há ainda muito a elucidar, mas as incursões realizadas até aqui nos revelam que as transformações históricas alteraram a face do capitalismo tanto nos países centrais e, em particular, nos países periféricos, incluindo o Brasil. Mas mesmo que a lógica que subsume os complexos sociais se manifeste em todas as sociedades capitalistas, isso não ocorre de modo idêntico, apresentando nuances bem diferentes de acordo com a particularidade histórica de cada uma delas.

Em nosso percurso partimos da esfera da universalidade no sentido de identificar algumas determinações e leis tendenciais que marcam a nossa realidade social, buscando desvelar essas leis e determinações que, muitas vezes, ficam ocultas pela dinâmica dos fatos. Sabemos que esses fatos não se explicam por si só e em certas situações são apreendidos como fenômenos completamente dissociados da totalidade social. Foi exatamente na tentativa de superar o plano da imediatez e da facticidade que procuramos reunir, primeiramente, alguns substratos teóricos e analíticos para que, nesse momento, pudéssemos dar conta da realidade em que o nosso objeto de estudo se inscreve e, posteriormente, elucidar alguns dos dilemas que envolvem as relações e condições de trabalho do assistente social.

Após um breve resgate da particularidade histórica do Espírito Santo, toda nossa atenção centrar-se-á na análise de como essas transformações societárias recaem sobre o conteúdo e o direcionamento da própria atividade profissional; sobre as condições e relações de trabalho nas quais se realiza e como tais mudanças afetam as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social.

Para dar conta de tal desafio vamos articular o conteúdo anteriormente trabalhado com as especificidades empíricas que dão forma ao nosso objeto de estudo. Ao adotar essa perspectiva, nossa intenção não é diluir as particularidades que envolvem a profissão, mas extrapolar o universo estrito “[...] do Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão” (IAMAMOTO, 2006, p. 167).

5.1 O ESPÍRITO SANTO: TRÊS TEMPOS DE UMA MESMA HISTÓRIA

Entre os anos de 1850 a 1950, os ciclos econômicos do estado do Espírito Santo estiveram diretamente vinculados à produção e a comercialização do café. A atividade cafeeira tem início pelo sul do estado sob a influência da cafeicultura fluminense que, naquele momento, encontrava-se em franca expansão. Posteriormente, se expande em direção ao litoral, à região serrana e também do sul para o norte, disputando espaço com o cacau produzido na Bahia.

Nessa época, são instaladas no estado grandes unidades produtoras de café arábica que têm como base a utilização de mão-de-obra escrava. Mas com o fim do sistema escravocrata e com a chegada dos imigrantes tem-se a formação de uma mão-de-obra básica que, mais tarde, vai conformar as massas dos centros urbanos, dando seguimento ao crescimento capixaba.

É justamente com a intensificação da imigração européia, com o incentivo da política de ocupação territorial com mão-de-obra imigrante, que começam a surgir, na região central capixaba, novos centros produtores de café. São esses centros que passam a dinamizar um modelo de produção pautado em pequenas lavouras familiares.

Já no início da República, o café chega a representar mais de 90% da receita do estado, o que contribui para a realização de investimentos em infra-estrutura como, por exemplo, estradas de ferro, pontes metálicas e serviços urbanos na capital e nas principais cidades. Nesse período, o Porto de Vitória torna-se um dos mais importantes do Brasil.

É mais precisamente a partir daí que o perfil de crescimento econômico e populacional do Espírito Santo ganha novos contornos, sobretudo, com a transferência de recursos da atividade cafeeira para a indústria. Também foi decisivo na conformação desse novo quadro a construção de vias de acesso e os investimentos no setor energético, inaugurando o primeiro ciclo de desenvolvimento econômico no estado.

O Espírito Santo sai de uma situação marcada pelo marasmo econômico e desponta no cenário nacional, passando a integrar, de fato, a economia brasileira. No entanto,

essa inserção se dá de forma subordinada e periférica em relação aos demais estados da federação. Essa relação de subordinação aos demais estados, de acordo com Silva (1995), está relacionada a um anacronismo das forças produtivas predominantes desde a colonização até o final do Império, sendo que nem mesmo a República conseguiu suprimi-lo. Como esse anacronismo era funcional à manutenção das forças dominantes e garantia um relativo crescimento econômico e a dominação de classes, ele foi se expandindo, assumindo apenas novas formas.

Nesse dado momento são as forças mercantis-exportadoras que ditam as regras, determinando o ritmo e o rumo da política de desenvolvimento socioeconômico capixaba. E a relação entre Estado e sociedade civil se dá por meio de práticas coronelistas que funcionam como a principal estratégia para a manutenção dos redutos políticos, perpetuando, assim, o poder oligárquico (SILVA, 1995).

No limiar da década de 1930, em meio à crise mundial e ao acirramento das contradições em âmbito nacional – que culminou com a Revolução de 1930, pondo fim à República Velha –, o excesso de oferta derruba o preço do café. Mas mesmo assim, ele continua a desempenhar, ao lado da cana-de-açúcar, importante papel na economia do Espírito Santo.

Surgem no país novos atores sociais ligados às oligarquias produtoras de açúcar, de gado e as demais que não se encontravam no núcleo duro do poder político. Esses novos atores, valendo-se do contexto mundial e nacional, modificam a correlação de forças e diversificam a economia do país, como já mencionamos no terceiro capítulo. Ainda que de forma heterogênea é formada uma coalizão que altera o bloco no poder e conduz a política no sentido de modificar as relações existentes entre Estado e sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007; FALEIROS, 2000).

Mesmo diante de tais mudanças, a situação social e política do Espírito Santo continua inalterada, mantendo, inclusive, o domínio do capital agrofundiário e mercantil-exportador e uma estrutura mista de produção – com pequenas e grandes propriedades. Com isso, a disseminação do trabalho assalariado e da capitalização agrícola fica totalmente comprometida. Já no plano político, as forças locais também mantêm uma posição subordinada. Tudo isso comprova, mais uma vez, a inserção

periférica do estado na dinâmica de desenvolvimento capitalista (TOSI; COLBARI; ALVES, 1995).

A partir da ascensão de Vargas ao poder, o Espírito Santo começa a dar os primeiros passos em direção à modernização administrativa e econômica. Como também vimos no terceiro capítulo esse momento é marcado por algumas conquistas no campo social, principalmente, àquelas voltadas para a regulamentação das relações de trabalho.

Mas é totalmente falaciosa a afirmação de que tal “modernização” altera o perfil da estrutura social do país. Na verdade, mantém-se a estrutura produtiva e de relações de produção até então vigentes. E o nosso estado, mesmo fazendo parte geograficamente da região Sudeste – arena principal das transformações capitalistas em curso – ao invés de acompanhar o desenvolvimento brasileiro, fez um movimento inverso de inflexão e retrocesso (SILVA, 1995).

Entre os anos de 1930 e 1940 as alterações processadas no plano administrativo, político e econômico do Espírito Santo ampliam a composição das forças sociais e criam as condições necessárias para que as classes sociais ingressem no cenário de representação política. Fazem parte da esfera social do estado, nesse momento, as classes agrofundiárias; as classes mercantis-exportadoras; as forças vinculadas à pequena produção rural e ao setor terciário dos núcleos urbanos – representantes da grande massa populacional –; e àquelas forças constituídas no interior das classes populares urbanas (SILVA, 1995).

Porém, apesar da emergência de novos atores sociais no cenário político, o estado não registra mudanças significativas no jogo das forças sociais, mantendo a disputa política, social e econômica entre as oligarquias agrofundiárias e mercantil-exportadora (TOSI; COLBARI; ALVES, 1995).

Se realizarmos uma análise, mesmo que superficial, da formação sócio-histórica do Espírito Santo, veremos que o nosso estado manteve a tendência nacional de total exclusão das forças populares das instâncias de decisão política. As organizações dos trabalhadores, por exemplo, eram consideradas como uma grave ameaça à ordem vigente e, por isso, eram alvo de ações repressivas tanto por parte da polícia, quanto do Estado.

Também na mesma tendência do quadro nacional, o movimento sindical capixaba, após sofrer diversas represálias, inclusive, com a prisão de várias lideranças sindicais, passa a seguir um modelo de sindicalismo atrelado à esfera estatal. A adoção de estratégias paternalistas por parte do governo varguista – como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio –, vai contribuir em muito para que várias lideranças sindicais sejam cooptadas pelo Estado (COLBARI, 2003).

Nos anos de 1945 a 1964, embora existissem em âmbito nacional forças democráticas no interior do aparato estatal, os governos capixabas mantiveram a mesma postura com relação à sociedade civil. Durante esses governos – Carlos Lindemberg (1947-1950/1959-1962); Jones Santos Neves (1950-1954) e Francisco Lacerda Aguiar (1955-1958/1963-1966), a sociedade civil mantém uma relação de total subordinação com o Estado, independente do tipo de política adotada – coronelista ou populista.

No plano econômico, durante os anos de 1950, o café mantém-se como a principal atividade econômica de 75% dos estabelecimentos rurais, contribuindo diretamente com cerca de um terço da renda gerada no estado e com mais de 40% das suas receitas tributárias. No entanto, as constantes crises de queda no preço do café reduzem drasticamente a renda de grande parte da população. E o modelo de produção baseado nas pequenas propriedades familiares mostra-se como um entrave à substituição da cultura, sobretudo, em função do caráter de subsistência de parte dessas lavouras.

Como se vê, o primeiro ciclo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo esteve pautado na ocupação do interior do estado em pequenas propriedades; no predomínio da população rural; na monocultura mercantil de base familiar, centrada na produção cafeeira; e naquelas atividades urbanas direcionadas à produção agrícola como, por exemplo, a comercialização e o beneficiamento do café.

No entanto, ao mesmo tempo em que a cultura cafeeira trouxe consigo resultados econômicos satisfatórios, também produziu um estado marcado pelo “[...] coronelismo, como forma de articulação política, ou seja, uma relação marcada pelo mandonismo, clientelismo, nepotismo e violência como regra” (VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2003, p. 129).

Até os idos da década de 1960, o grupo hegemônico da sociedade capixaba se mantém predominantemente vinculado ao espaço agrário, especialmente, aquele do sul do estado. Nessa ocasião, enquanto em outros estados, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, o processo de industrialização já está em curso, no Espírito Santo as práticas coronelistas e patrimonialistas – centradas nos interesses particulares da classe política dominante, vinculada ao setor cafeeiro – ainda são os principais sustentáculos do aparato institucional.

Também no período em questão, a cafeicultura capixaba passa por um momento de extrema estagnação, o que reduz drasticamente a sua participação na economia local. No auge da crise, em 1962, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA, formula um programa para erradicação dos cafezais localizados em regiões brasileiras consideradas inaptas ou que produzissem uma quantidade inferior a seis sacas de café beneficiado, posto que a baixa produtividade era tida como um vetor anti-econômico.

Esse programa de erradicação perdura até maio de 1967, reduzindo os cafezais do estado em 52%, sendo que a maior parte da erradicação foi registrada no norte capixaba. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, foram erradicados 1,4 bilhão de pés de café, liberando uma área equivalente a 1,5 milhão de hectares, 80% destes localizados no norte do estado (MEDEIROS, 1999).

No entanto, o programa não produz os resultados esperados, provocando a elevação das taxas de desemprego no setor agrícola e um êxodo rural de aproximadamente 120 mil pessoas. Segundo Loureiro (2007), com a erradicação do café, 60 mil empregos diretos são extintos, afetando em torno de 180 mil pessoas na zona rural do estado. Diante desse quadro surgem as primeiras iniciativas do então governador Cristiano Dias Lopes, no sentido de buscar a criação de um incentivo fiscal exclusivo para o Espírito Santo que compensasse o fato do estado não fazer parte da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Extremamente assustados com a crise econômica, as autoridades estaduais e o empresariado, em geral vinculados à atividade cafeeira, passam a pressionar os órgãos federais com o objetivo de tentar reverter o atual quadro de estagnação. Dias

Lopes realiza, inclusive, uma peregrinação pelos estados do Nordeste para conseguir apoio ao seu projeto. Em 20 de fevereiro de 1967, o governo estadual institui a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo – CODES, com a missão de atuar como principal instrumento de revitalização da economia capixaba. Já em 20 de junho de 1969, o CODES se transforma no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES, instituição, hoje, responsável por financiar projetos e planos de negócios para implantação de empreendimentos localizados no Espírito Santo (LOUREIRO, 2007).

O apoio do governo federal só acontece também no ano de 1969 quando são adotadas algumas medidas para incentivar a industrialização do estado. Por meio do Decreto-lei 880 são criados o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo – FUNRES e do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo – GERES (LOUREIRO, 2007).

A partir de um acordo estabelecido entre o governo estadual e o Instituto Brasileiro do Café – IBC são repassados recursos que auxiliam a retomada da atividade econômica no estado. Todas as ações, agora, estão nitidamente voltadas para a industrialização e a variedade da economia cafeeira.

Após a crise do café tem início um período de industrialização marcado pela forte presença do capital local e por incentivos fiscais. Esse primeiro momento de industrialização data do final da década de 1960 e perdura até o fim dos anos de 1970. Desde, então, os antigos coronéis começam a perder, gradativamente, seu poder político. As lideranças emergentes, mais vinculadas aos interesses urbanos e com maior preparo técnico, passam a fazer frente aos desafios impostos pela nova conjuntura.

Mesmo que desde 1957 a Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A tenha realizado algumas atividades de levantamentos sísmicos na parte terrestre do estado, é somente em 1967 que se tem a primeira descoberta comercial de petróleo, mais precisamente em São Mateus. Nessa ocasião, os municípios de Linhares e, posteriormente, o de São Mateus sediam o escritório da Petrobras responsável pelas atividades na região.

É ainda nesse momento que tem início o segundo ciclo de desenvolvimento econômico do Espírito Santo em que a tônica se dará em torno da chegada do capital externo e a implantação dos “Grandes Projetos Industriais”. Formulados no âmbito do planejamento estratégico do governo federal, esses “Grandes Projetos” buscam conter, ou pelo menos minimizar, a reversão ocorrida após o fim do período conhecido como “milagre econômico”. Setores como o siderúrgico e o paraquímico (a celulose) recebem especial atenção na política do governo federal por meio da formulação de projetos estratégicos que priorizam regiões menos desenvolvidas e periféricas.

Esse ciclo torna-se mais visível com a implantação do Porto de Tubarão (1966) – considerado o “divisor de águas” desse processo de industrialização – e a inauguração, em 1969, da primeira usina de pelletização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, atualmente Vale. Quando se concretizam os “Grandes Projetos”, ao longo dos anos de 1970 e 1980, entram em funcionamento indústrias de grande porte como a Aracruz Celulose, a Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, hoje ArcelorMittal Brasil, a Samarco Mineração e o Centro Industrial de Vitória – CIVIT. Todavia, os pequenos estabelecimentos ainda mantiveram-se predominantes.

Esses “Grandes Projetos” trouxeram resultados expressivos para a economia e o processo de industrialização local. No entanto, também apresentaram resultados sociais extremamente perversos como os baixos salários, a concentração de renda, a miséria urbana, a urbanização desordenada (VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2003). É justamente em função da falta de uma infra-estrutura adequada para abrigar o grande fluxo migratório que se tem uma expansão de favelas e a ocupação do manguezal na área oposta ao Oceano.

A partir daí a cidade começa a receber aterramentos que redefinem suas fronteiras, ampliam a sua extensão territorial, acarretando uma mudança substancial na fisionomia urbana da cidade de Vitória. Logo em seguida, a capital capixaba passa por um momento de explosão imobiliária, com a pavimentação de vias, criação de praças e logradouros. Acompanhando o movimento de criação de novos bairros na região norte da cidade, o comércio do centro de Vitória também se desloca para essa região.

Todo esse processo de industrialização se dá em meio a um contexto marcado pelo regime ditatorial, em que os governadores, conhecidos como “biônicos”, são escolhidos pelas Forças Armadas para, supostamente, garantir a ordem vigente. No estado são nomeados Christiano Dias Lopes (1967-1971), Arthur Carlos Gerhardt (1971-1974), Élcio Álvares (1974-1978) e Eurico Rezende (1970-1982). Mesmo que Christiano Dias Lopes e Arthur Carlos Gerhardt tenham adotado medidas de incentivo à industrialização, foram Élcio Álvares e Eurico Rezende os governadores que mais contribuíram para a transição definitiva do modelo socioeconômico do estado. Com as iniciativas adotadas por esses governos a economia desloca-se do eixo predominantemente agrário para o eixo industrial-urbano (VASCONCELLOS; PANDOLFI, 2003).

Vemos, portanto, que essa nova fase transforma substancialmente a economia do estado e a reversão do perfil agroexportador da economia local vincula-se diretamente a dois movimentos distintos. Por um lado, tem-se a crise crônica da atividade cafeeira que provoca a decadência econômica das regiões interioranas e agrava ainda mais os problemas sociais urbanos. De outro, tem-se uma nova fase de desenvolvimento econômico, cuja maior expressão foi a implantação dos “Grandes Projetos Industriais” e de serviços como, por exemplo, o siderúrgico; o paraquímico; e o ferro-portuário – estimulado pela presença das grandes unidades de pelotização associadas à exportação de minério de ferro (ROCHA; MORANDI, 1992).

Contudo, mesmo com essa reversão do perfil agroexportador, a agricultura se mantém como uma atividade importante na economia estadual. Inclusive, a combinação entre produção agrícola e produção industrial vai contribuir para um rápido crescimento econômico do Espírito Santo, aumentando até mesmo a sua participação no PIB brasileiro desde a década de 1970.

A partir de 1975 a expansão industrial, fomentada pelo grande capital estatal e estrangeiro, diversifica sobremaneira a base produtiva local. Agora, a economia predominantemente agroexportadora desloca-se para o campo secundário-exportador centrada basicamente em commodities industriais de produção em grande escala.

Esse modelo de desenvolvimento centrado no setor industrial e portuário expande seu viés modernizador para a agricultura e demais atividades do setor primário. Vários dados indicam que com esse movimento há uma elevação dos níveis de capitalização, uma diversificação da produção, uma concentração da propriedade e uma alteração nas relações de trabalho com o progressivo aumento do assalariamento em detrimento da utilização da mão-de-obra familiar (ROCHA; MORANDI, 1992).

No decorrer dos anos de 1980 – como já vimos –, o país passa por um momento de desaceleração contínua da atividade econômica, com elevados índices inflacionários, crescimento da dívida externa, recessão das atividades produtivas, redução nos investimentos e crise fiscal. Como era de se esperar, o Espírito Santo também não esteve imune a essas mudanças e, se compararmos os anos de 1970 e de 1980, identificamos um contraste bem acentuado entre essas duas décadas. Ao longo da primeira, o bom desempenho da economia além de favorecer a evolução significativa do PIB per capita, também contribuiu para o aumento da massa salarial, que se traduz em elevados padrões de consumo.

Na década seguinte, ao contrário, tanto o estado quanto o país passam por um retrocesso na atividade econômica que reverte esse quadro mais favorável. Com isso, os níveis de concentração de renda se elevam e reduz-se o PIB per capita. São visíveis a queda no rendimento familiar, o aumento do contingente populacional abaixo da linha da pobreza e, sobretudo, a estagnação dos indicadores sociais básicos como as taxas de alfabetização e de expectativa de vida.

Se realizarmos um balanço geral do segundo ciclo de desenvolvimento da economia capixaba veremos que esse período foi marcado por um processo de industrialização empreendido pelo grande capital externo, tanto o estrangeiro quanto o nacional. Tem-se de igual modo um predomínio da população urbana que após a década de 1970 supera a população rural; uma diversificação da agricultura e a instalação de agroindústrias; um aperfeiçoamento da capacidade logística voltada à exportação; a inserção da economia local à dinâmica de desenvolvimento nacional; e a articulação entre as lideranças locais e nacionais.

É durante esse ciclo que o processo de industrialização, mesmo que tardiamente, se concretiza no Espírito Santo, acompanhando as mudanças que se gestavam em âmbito nacional e mundial. Atrelado ao movimento de acumulação do capital, o Estado – objetivando acelerar de forma expansiva essa acumulação – aparece como principal incentivador e investidor. E como não podia ser diferente, o processo de industrialização no estado também se deu a partir da adoção de políticas de incentivos fiscais e de outras medidas favoráveis à indústria. Isso só vai contribuir para consolidar ainda mais a hegemonia do grande capital e acirrar em muito as contradições que marcam a sociedade como um todo, inclusive, a capixaba.

Nesse momento, intensificam-se os investimentos na economia em detrimento aos investimentos na área social, o que vem afetar diretamente o conjunto da sociedade, em especial, as camadas trabalhadoras e subalternizadas. Enquanto em um pólo presenciamos grandes avanços para uma minoria privilegiada, do outro presenciamos grandes retrocessos para uma maioria totalmente desprotegida e excluída. Se de um lado há um enriquecimento de uma pequena parcela – quase inexpressiva – da população, de outro, cresce cada vez mais o contingente populacional empobrecido (SIQUEIRA, 2001).

Entre os anos de 1970 a 1980 – com o aprofundamento das contradições entre o capital e o trabalho –, o país passa a viver um momento de efervescência dos movimentos sociais que lutam em prol da redemocratização da sociedade e do Estado brasileiro. Do ângulo da vida política e institucional esse período foi considerado um momento decisivo para a renovação sindical e político-partidária do país. Aqui no estado, seguindo o quadro nacional, foram deflagradas inúmeras greves, pautadas nas reivindicações em torno do reajuste salarial, da negociação coletiva entre sindicatos e empregadores sem a mediação do Estado; do direito irrestrito de greve; da liberdade e autonomia sindical; e da organização dos trabalhadores no local de trabalho, entre outras (COLBARI, 2003).

Em meio às transformações processadas em âmbito político, econômico e social tem-se a formação da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. Sua formação e as questões que a envolvem resultam de um movimento de adensamento industrial e, conseqüentemente, populacional e urbano, que se gestou no estado durante esse período. O marco inicial desse processo foi exatamente a

instalação dos chamados “Grandes Projetos”, sobretudo, nos municípios de Vitória e Serra (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A dinâmica de crescimento econômico da RMGV, ao longo dos anos de 1970 e 1980, se deu a partir da implantação desses projetos. Posteriormente – no início da década de 1990 –, esses projetos consolidam o perfil industrial-exportador do estado, o que favorece a concentração de investimentos na RMGV como, por exemplo, as Estações Aduaneiras – EADIs e outras atividades correlatas (ESPÍRITO SANTO, 2007).

No âmbito político, o restabelecimento das eleições diretas para governador em 1982 foi um marco importante no processo de redemocratização do país. Desde então, foram eleitos no estado Gerson Camata (1983-1986); Max Freitas Mauro (1987-1990); Albuíno Cunha Azeredo (1991-1994); Vítor Buaiz (1995-1998); José Ignácio Ferreira, (1999-2002); e, por último, Paulo César Hartung Gomes (2003-2010), fechando o ciclo de governadores da nova fase de acumulação do capital.

Após quinze anos sem eleições diretas para governador, Gerson Camata assume o executivo do estado em 1983, promovendo uma “revolução” desenvolvimentista no estado. Em sua gestão foram priorizadas a construção de estradas, a instalação de indústrias e a execução de planos, políticas e projetos que impulsionassem áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Espírito Santo. Em 14 de março de 1986 Gerson Camata renuncia ao seu mandato, sendo substituído pelo vice-governador José Moraes. Nesse mesmo ano Camata é eleito senador Constituinte pelo Espírito Santo.

No ano de 1987 assume o governo Max Freitas Mauro, aliado político do ex-governador Gerson Camata. No entanto, Max, logo no início de sua administração rompe com Camata, alterando a cena política do estado e favorecendo a ascensão de novas forças ao poder. Surge, a partir daí, um ambiente favorável para que as forças mais à esquerda elegeassem, em 1988, Vitor Buaiz do Partido dos Trabalhadores – PT como prefeito de Vitória.

Nesse novo quadro, os capixabas elegeem, em 1990, o primeiro governador negro do estado, Albuíno Azeredo, do PDT. Albuíno foi eleito com o apoio de Max Mauro e de uma frente centro-esquerda que defendia propostas progressistas. Contudo, ao

longo de sua administração, firma alianças com as forças políticas mais conservadoras do poder legislativo estadual, contribuindo para uma fragmentação partidária e ideológica no interior da política capixaba. Albuíno passa grande parte do seu governo pagando dívidas políticas assumidas durante as eleições e, ao final de seu mandato, amargava uma expressiva impopularidade.

Em 1994 Vitor Buaiz é eleito como o novo governador, recebendo apoio de várias lideranças políticas, tanto àquelas ligadas aos partidos de direita quanto de esquerda. O primeiro ato de Buaiz como governador foi reajustar o salário dos servidores públicos em 40%. Com isso, as despesas com pessoal aumentaram assustadoramente e alguns meses depois começaram a faltar recursos para subsidiar as despesas com salários e para manter em funcionamento escolas, hospitais, unidades de saúde. Durante o seu governo, os funcionários públicos entraram em greve diversas vezes, o aparato policial entrou em colapso, passando o estado a vivenciar um verdadeiro caos.

Desde julho de 1996, Vitor começa a se afastar das correntes ligadas à esquerda do seu partido e do Partido Socialista Brasileiro – PSB. Esse distanciamento cresce ainda mais quando surgem rumores de privatização do Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN. Segundo Pereira (2004), isso mostra claramente um completo desalinhamento de Buaiz aos princípios esquerdistas, com a adoção de medidas favoráveis à política neoliberal, que inclui a contra-reforma do Estado.

É em meio a esse quadro de caos social, político e econômico que surge a figura política de José Ignácio Ferreira como novo governador do estado. Eleito no primeiro turno, José Ignácio mantém as mesmas diretrizes de seu antecessor, direcionando sua intervenção política no firme propósito de obter consensos em torno da aprovação de projetos de seu interesse.

Mas diferente de Buaiz, Ignácio logo no início de seu mandato envia à Assembléia Legislativa vários projetos, cujas propostas envolviam desde a eliminação de benefícios dos servidores públicos e revisão do sistema previdenciário até concessões e privatizações. No entanto, tais medidas não diferem da política de

cariz neoliberal adotada em âmbito nacional, como já discutimos no terceiro capítulo desse estudo (PEREIRA, 2004).

Como se vê, os resultados desse governo foram extremamente calamitosos: salários dos servidores públicos estaduais em atraso, endividamento, cofres públicos vazios, sucateamento dos serviços públicos como saúde, educação, segurança pública, dentre outros. Com isso, a sociedade civil e os trabalhadores passam a conviver diariamente com o caos público que se instaurou no estado.

Não nos restam dúvidas de que os três últimos governadores – Albuíno Azeredo, Vitor Buaiz e José Ignácio – ao invés de legitimar a atuação do Estado, o máximo que conseguiram foi propagar a imagem de um Estado isolado e sem autonomia.

Além do mais, desde a metade da década de 1990, o estado passa a conviver com diversos casos de violência, escândalos de lavagem de dinheiro e com o crime organizado. Esse caos em torno da segurança pública – e que envolve também questões ético-morais – faz com que no ano de 2002 uma missão especial de combate ao crime organizado seja enviada ao estado pelo Ministério da Justiça, com o objetivo de investigar casos de violência e de desrespeito aos direitos humanos. O fato mais marcante dessa missão foi a descoberta de que metade dos suspeitos investigados era composta por servidores ou por autoridades públicas.

Nesse mesmo ano Paulo Hartung é eleito o novo governador do estado. Suas propostas tinham como *slogan* a reconstrução do Espírito Santo; a moralidade e a transparência; o combate ao crime organizado e institucionalizado; a reconstrução do sistema de proteção social e a participação popular. Seu primeiro mandato coincide com o final do segundo ciclo de desenvolvimento intensivo do estado centrado na industrialização. Quando assume o governo Hartung encontra um estado sem dinheiro em caixa, com elevada dívida com o funcionalismo e um déficit acumulado de cerca de R\$ 1,2 bilhões.

Mas já nos primeiros meses de seu mandato, o Espírito Santo começa a superar a crise com a adoção de políticas de reorganização das finanças e da administração estadual. Em 2005, o estado alcança o equilíbrio econômico, ampliando sua capacidade de investimento nas áreas de saúde, segurança, educação e infraestrutura (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Porém, mesmo com o discurso de aumento nos investimentos nessas áreas prioritárias, o gráfico abaixo revela uma realidade bem diferente: os investimentos realizados nesses setores estão muito aquém do esperado, sendo que o maior volume de recursos destinam-se a áreas estratégicas da economia. Enquanto os investimentos no setor industrial, por exemplo, somam 50,7%, os destinados à saúde não alcançam nem mesmo o patamar de 2% (Gráfico 1).

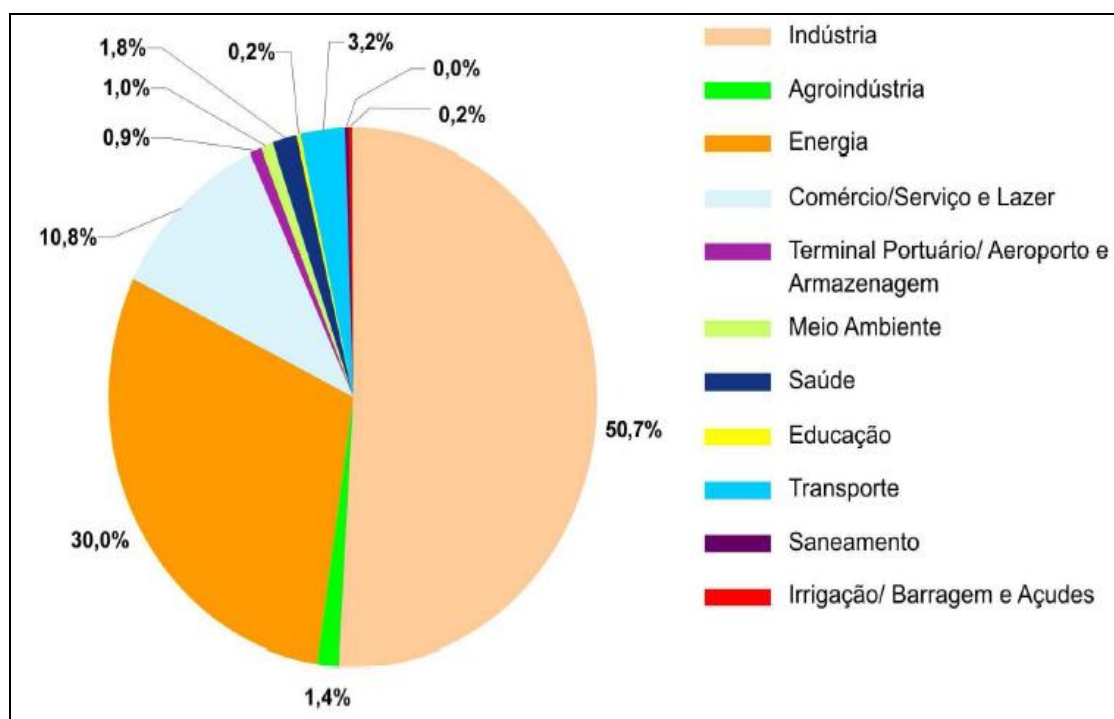


Gráfico 1: Investimentos realizados – jan./2000 a nov./2006 (198 projetos, totalizando R\$ 9.108,1 bilhões)
Fonte: ESPÍRITO SANTO (2007)

Essa escassez de investimentos revela o completo descaso, por parte do governo – nacional e local –, com áreas tão prioritárias como a saúde. No estado, a saúde “agoniza”, padecendo com a superlotação, a falta de recursos, o sucateamento do sistema público de saúde, o tratamento desumano. São doentes de todas as idades que ficam à mercê da omissão do poder público, sendo atendidos em corredores numa situação degradante, indigna e que fere totalmente os princípios constitucionais que colocam a saúde como dever do Estado.

Negligencia-se, assim, o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 que preconiza que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas

sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Em meio a esse quadro agravam-se as expressões da questão social e se repõem e se acentuam as exigências para o Serviço Social. Inclusive, veremos na seção seguinte, que a saúde é o setor que concentra o maior número de assistentes sociais no Espírito Santo.

A crise na segurança pública do estado também reflete o descaso e a falta de investimento em áreas prioritárias. Em 2005, por exemplo, foram 50,6 homicídios para cada 100 mil habitantes (Gráfico 2). Isso representa um aumento de 161% se comparado aos índices de vinte anos atrás em que a taxa de homicídio girava em torno de 19,4 homicídios para cada 100 mil habitantes (ESPÍRITO SANTO, 2006).

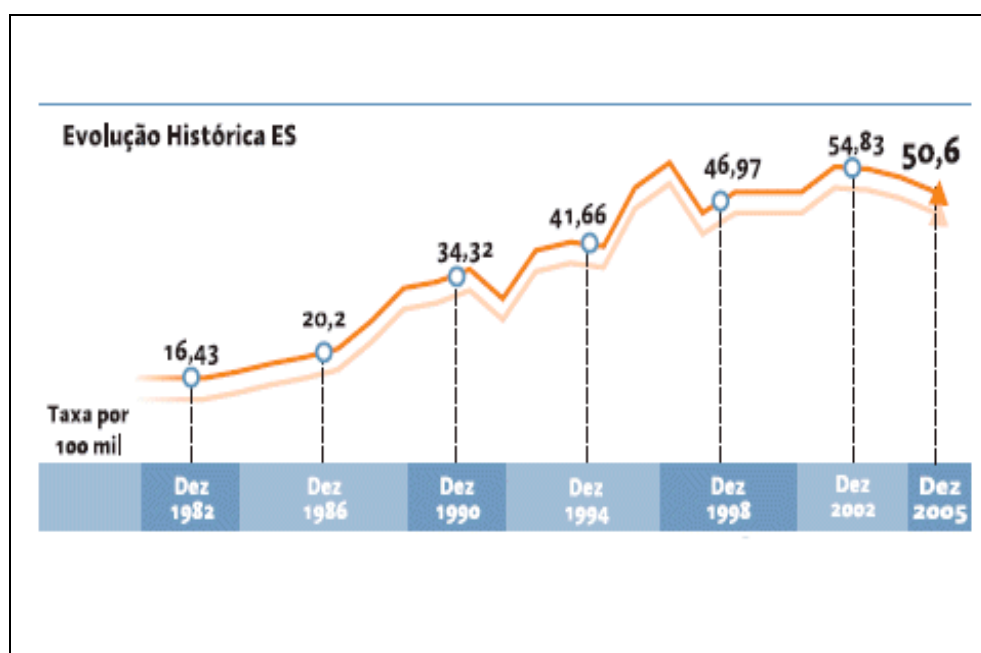


Gráfico 2: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes
Fonte/Elaboração: Espírito Santo (2006)

O Espírito Santo em 2005 apresentava uma taxa muito acima à média nacional – 29,1 homicídios –, sendo superado apenas pelo Rio de Janeiro e Pernambuco, que registravam índices em torno de 55 homicídios para cada 100 mil habitantes. No caso específico da RMGV, a situação era ainda pior, atingindo o patamar de 84 homicídios por 100 mil habitantes, com maior incidência sobre homens jovens em situação de vulnerabilidade social (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Mas os dados atuais nos mostram que apesar da ligeira queda nas taxas de homicídios, o Espírito Santo passa a amargar a segunda colocação no ranking do país, atingindo o índice de 49,4 homicídios para cada 100 mil habitantes (ACAYABA, 2008).

Mesmo diante desse panorama, Hartung é reeleito no ano de 2006, tornando-se o governador mais votado naquele pleito em todo o país. Nesse mesmo ano, apresenta o Projeto Espírito Santo 2025, cujo objetivo é traçar um plano estratégico para o futuro do estado. Apesar de propor uma atuação desafiadora, consistente e sustentável, o que fica claro nesse projeto é o predomínio da política econômica em detrimento à política social do estado.

Por outro lado, muito embora Paulo Hartung adote uma postura estratégica e moderada face às propostas de contra-reforma do Estado, ele também não descarta àquelas medidas favoráveis às concessões e privatizações das empresas públicas (CHEQUER, 2008).

Atualmente, a economia do estado se encontra no terceiro ciclo de desenvolvimento. Esse ciclo é caracterizado pela exploração e produção de óleo e gás natural. Todavia, a mesma lógica concentradora de expansão da economia capixaba e que fora definida com a implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, mantém-se até os dias atuais, mostrando sinais de continuidade com a exploração petrolífera.

Hoje, as principais potencialidades econômicas do Espírito Santo se dividem em três ramos de atividades bem específicas: as atividades econômicas mais consolidadas – o papel, a celulose, o mármore, o granito, o turismo e o café –; as atividades promissoras como o petróleo, a diversificação e a agregação de valor industrial; e, por fim, as atividades vinculadas às características centrais do estado, como àquelas ligadas à exportação – em que pese a sua forte capacidade logística –, e à diversidade econômica, humana e ambiental.

Essas potencialidades emergem em um movimento de descrição da natureza e da especificidade capixaba. Nos dias atuais, o estado destaca-se no cenário nacional do setor petrolífero devido ao seu grande potencial para a exploração e produção de óleo e gás natural. Em 2007, o Espírito Santo consolida-se como o segundo maior produtor de petróleo e gás do Brasil, atrás apenas – mesmo que de longe – do Rio

de Janeiro. Essa segunda posição no ranking está associada justamente à diversidade que o estado possui – única no país até o momento – na produção de óleo e gás natural (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Uma das características centrais do estado na produção de petróleo e gás é justamente o fato de que além de existir campos ao final do ciclo de produção, também existem campos produtores recém-descobertos, o que comprova o elevado potencial de crescimento que esse setor possui.

Produzindo, atualmente, cerca de 120 mil barris por dia, a expectativa da Petrobras é que o estado passe a produzir cerca de 220 mil barris/dia no final de 2008 e 500 mil barris/dia em 2010. No setor de extração de gás a previsão é que até 2010 a produção capixaba passe dos atuais 5 milhões de metros cúbicos para 20 milhões de metros cúbicos por dia, tornando-se o maior fornecedor do país.

Apesar do grande potencial do estado na produção de petróleo, a sua participação no PIB capixaba ainda é muito modesta. Enquanto no Brasil a produção de petróleo corresponde a 9% do PIB nacional e no estado do Rio de Janeiro responde por cerca de 20% do PIB estadual, no Espírito Santo a produção de petróleo representa apenas 1,7% do PIB capixaba. Em 2006, o Espírito Santo teve arrecadação recorde de *royalties* do petróleo. O valor arrecadado foi 68,65% a mais do que em 2005, totalizando R\$ 96,9 milhões. Já os municípios arrecadaram R\$ 100,6 milhões, 48,54% a mais se comparado com o período anterior (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Devido ao seu intenso movimento portuário, o Espírito Santo encontra-se entre os cinco primeiros estados que mais exportam no país. Inclusive, alguns dos principais portos do Brasil – como o de Vitória, Tubarão, Ubu e Capuaba – estão localizados no estado. Seu complexo portuário é considerado um dos mais eficientes, escoando produtos tanto do nosso estado – como minério de ferro, placas de aço, granito e café – como de outras regiões. Vitória, por exemplo, por ter um porto bem equipado e preços competitivos, transformou-se na principal porta de entrada de veículos no mercado brasileiro. Contribuiu para esse êxito, a abertura do mercado brasileiro às importações e a adoção de uma política de incentivos financeiros e de tarifas competitivas (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Um dos maiores entraves à expansão da atividade industrial no estado é a sua limitada capacidade energética, uma vez que produz apenas 18% do total consumido, o que o faz depender de reservas fornecidas pelas usinas de Furnas e Itaipu. O Espírito Santo, por outro lado, lidera a extração nacional de mármore e granito ornamentais, arrecadando mais de 1 bilhão de dólares por ano. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o estado é responsável por 39% das exportações brasileiras de rochas ornamentais e por 50% de placas de mármore beneficiadas (ESPÍRITO SANTO, 2006).

O café continua sendo uma importante fonte de renda para o estado. Suas lavouras produzem, hoje, cerca de 20% do total nacional, gerando aproximadamente 500 mil empregos. Favorecido pelos climas tropical e temperado, o Espírito Santo também produz e comercializa diferentes tipos de frutas (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Como se vê, o Espírito Santo tem vivenciado um ciclo de desenvolvimento bastante favorável. Em 2007, o PIB do estado alcançou a casa de 1,9% do PIB brasileiro (R\$ 2,558 bilhões), o que corresponde a aproximadamente R\$ 48 bilhões. Esse resultado, se comparado com aquele apresentado em 2004 (R\$ 34,5 bilhões), comprova um crescimento bastante significativo do PIB nesse período (ESPÍRITO SANTO, 2006).

O PIB per capita também tem apresentado resultados bem expressivos, ultrapassando a média de R\$ 13 mil. Com esse resultado, o Espírito Santo eleva sua posição no *ranking* nacional, passando da 8ª posição em 2004, para a 5ª posição em 2005. Tomando como base o coeficiente de Gini entre os anos de 1992 a 2002 – que apresentou uma elevação de 0,56 para 0,58 –, veremos que esse coeficiente em 2005 girou em torno de 0,550, sofrendo uma queda de aproximadamente cinco pontos percentuais (ESPÍRITO SANTO, 2006).

No ano de 2008 o Espírito Santo ganha destaque no cenário nacional na geração de emprego. De acordo com os dados apurados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, no mês de abril foram registrados mais 8.203 novos postos de trabalho no estado, o que representa 2,78% do emprego formal gerado no país, ampliando em 1,38% em relação ao mês de março. Entre os municípios capixabas, a RGMV fecha o primeiro quadrimestre do ano com três de seus

municípios entre aqueles que mais contribuíram para a geração de empregos. Em primeiro lugar vem a capital do estado com a criação de 1.538 novos postos de trabalho. Logo em seguida, temos o município de Linhares com mais 929 vagas, Serra com 856 e Vila Velha com 536 novas oportunidades de trabalho (INSTITUTO, 2008).

Esse bom desempenho do Espírito Santo está associado, sobretudo, às contratações realizadas no setor agropecuário (8,69%), da construção civil (2,88%), indústria de transformação (1,43%) e serviços (0,54%). Tais resultados, segundo informações do Instituto Jones dos Santos Neves (2008), podem ser explicados pela sazonalidade positiva das atividades ligadas à agropecuária e pela tendência de crescimento no setor da construção civil e da indústria de transformação.

Vemos diante disso que o crescimento dos setores industrial e de serviços, apesar de impactar fortemente na economia do estado, reduz apenas relativamente a importância do setor agrícola. Esse setor ainda cumpre seu papel na geração de emprego e renda, sobretudo, naqueles municípios localizados fora da RMGV e que até hoje mantêm sua dinâmica socioeconômica dependente do setor primário. Entretanto, existe uma parcela significativa de trabalhadores inseridos nesse setor que não possui vínculo formal de trabalho, estando totalmente desprotegidos e sem a cobertura dos direitos trabalhistas. Essa realidade, portanto, segue a mesma tendência nacional e mundial de precarização e desregulamentação das relações e condições de trabalho.

Embora a economia capixaba tenha apresentado resultados relativamente satisfatórios, estudos recentes nos mostram que o estado não conseguiu conter o avanço das taxas de indigência e pobreza. Mesmo diante de um discurso de reconstrução do sistema de proteção social, o governo ao invés de reverter o crescimento da desigualdade social reforçou ainda mais a lógica concentradora da economia estadual.

Dados preliminares da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (2007) revelam que o Espírito Santo é o estado mais desigual na distribuição das despesas familiares da região Sudeste, seguido pelo Rio de Janeiro com distância entre pobres e ricos de 9,8; Minas Gerais de 8,9; e São Paulo com sete. Esses dados só

vêm reforçar a realidade brasileira quanto à distribuição desigual da riqueza. Essa pesquisa apontou que as despesas de um brasileiro considerado “rico” – aquele que tem renda superior a R\$ 3,8 mil – é 10 vezes maior do que a daquele brasileiro considerado “pobre” – com renda de até R\$ 758. Entre nós, essa diferença praticamente alcançou a média nacional, ficando em torno de 9,9 vezes maior.

O estudo aponta ainda que o Espírito Santo ocupa o nono lugar no ranking da desigualdade na distribuição das despesas familiares per capita, ficando somente atrás do estado de Tocantins e de sete estados da região Nordeste. Aqui no estado, enquanto as famílias com menor rendimento possuem uma despesa média per capita de aproximadamente R\$ 190,44, as famílias com melhor rendimento têm uma despesa familiar de R\$ 1.876,40.

De acordo com esse estudo, as despesas relativas à habitação foram as que tiveram maior peso dentre todas as despesas do capixaba – independente da composição familiar –, abarcando 34,6% dos gastos familiares. A segunda maior participação vem dos gastos com a alimentação, comprometendo 18,7% do rendimento familiar. Logo em seguida, figuram os gastos com transporte, com 18,6% (Gráfico 3).

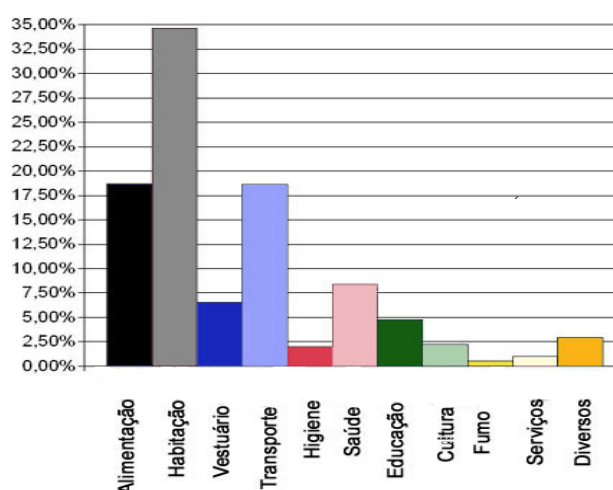


Gráfico 3: Despesa média per capita das famílias capixabas

Diante da leitura da realidade capixaba e de alguns problemas cruciais presentes na particularidade histórica do Espírito Santo, podemos concluir que mesmo vivenciando um contexto econômico e político relativamente favorável, o estado tem

deixado de lado um conjunto de problemas sociais que intensificam ainda mais as marcas da desigualdade.

Essas marcas se traduzem na banalização da vida humana e na mistificação do capital que impregna todos os espaços e esferas da vida social. Tem-se um Estado que se desresponsabiliza de suas obrigações sociais, ficando cada vez mais subordinado aos interesses econômicos e políticos dominantes, fazendo do interesse privado a medida de todas as coisas.

Desvendar alguns dilemas presentes nesse panorama mais geral faz parte de um movimento, cujo objetivo é investigar a realidade dos assistentes sociais inseridos nas diversas instituições do Espírito Santo, como veremos na seção seguinte. Tal movimento busca apreender, no cotidiano da vida social, as relações e condições de trabalho vivenciadas por esses profissionais em meio às transformações processadas em âmbito mundial, nacional e local.

5.2 O QUE SE TEM A DIZER DAS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO?

Nos capítulos anteriores e na seção precedente a nossa ousadia nos levou a buscar a superação da superficialidade dos fatos, para que assim, pudéssemos apreender, a partir de agora, como vem se processando as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo. Antes, porém, buscando situar o leitor e subsidiar a análise do nosso objeto de estudo, faremos uma breve explanação sobre o perfil e a prática profissional dos assistentes sociais capixabas.

Para melhor explicitar os dados coletados – entre os 202 assistentes sociais entrevistados – optamos por apresentá-los em forma de gráficos, tabelas e quadros referenciais. Quando possível procuramos comparar alguns dados da nossa investigação com a pesquisa sobre mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo, coordenada pela Professora Dra. Raquel Mattos Lopes Gentili em 1997. Mesmo que essa pesquisa tenha utilizado metodologias diferenciadas ela servirá, de maneira informal, como elemento de comparação com os dados atuais.

Nossa intenção com isso é apresentar qual a conformação do mercado de trabalho capixaba após dez anos da realização da primeira pesquisa. Também estabelecemos algumas comparações com a pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS no período entre 2004 e 2005, visando identificar se existem similaridades e divergências entre o mercado de trabalho local e nacional¹²².

¹²² Só foi possível realizar essa comparação quando as variáveis obedeceram ao mesmo parâmetro.

5.2.1 Perfil Geral dos Assistentes Sociais no Espírito Santo

Os indicadores apresentados a seguir têm como objetivo traçar um perfil geral dos assistentes sociais no Espírito Santo, estabelecendo parâmetros que permitam apontar algumas tendências que fazem parte dessa profissão. Esses indicadores contêm dados que envolvem as variáveis: sexo, faixa etária, estado civil, número de filhos, instituição de graduação e titulação.

Na caracterização quanto ao sexo foi possível confirmar a tendência histórica do predomínio da força de trabalho feminina no interior da profissão, representando 96,04% dos profissionais entrevistados contra apenas 3,47% do sexo masculino (Gráfico 4), um percentual bem próximo daquele contabilizado na pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS (2004-2005).

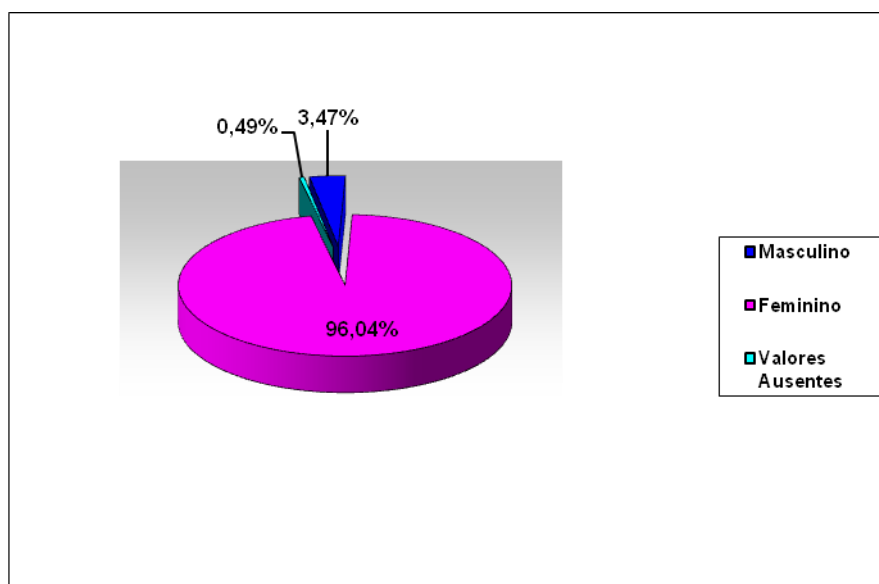


Gráfico 4: Distribuição dos assistentes sociais por sexo
Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17^a REGIAO, 2007).

Esses dados vêm reforçar que um dos selos da identidade profissional do assistente social é a sua condição feminina. Segundo Iamamoto (2003), com esse perfil o assistente social além de absorver a imagem social da mulher, também absorve as discriminações que lhe são impostas no mercado de trabalho como, por exemplo, as diferenças salariais e de renda em relação aos homens.

Pois bem, “[...] se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2003, p. 104-105), a renovação do Serviço Social também faz parte de um movimento de luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira. Essa luta renasce justamente em um momento de efervescência dos movimentos sociais que lutavam em prol do processo de redemocratização da sociedade e do Estado, ao longo das décadas de 1970 e 1980, como já vimos no terceiro capítulo desse estudo.

Montaño (2007) complementa essa idéia afirmando que é totalmente inconsistente pensar o desenvolvimento de uma profissão eminentemente feminina sem levar em conta a inserção da mulher no mercado de trabalho. Mas essa inserção só pode ser explicada a partir de uma tensa e contraditória luta empreendida, pelas mulheres, em favor da ampliação de seus espaços na sociedade.

E é tensa e contraditória porque ao mesmo tempo em que essa luta conduz a verdadeiras conquistas por parte das mulheres na vida social, também significa, para o capital, dispor “[...] de mão-de-obra mais barata e com menores custos para a reprodução da força de trabalho [...]” (MONTAÑO, 2007, p. 100). O papel dessas lutas, portanto, é um dos fios condutores do processo de ampliação dos direitos e de inserção das mulheres na sociedade ocidental.

No entanto, embora a profissão continue majoritariamente feminina, isso não implica desconsiderar o papel do contingente masculino que exerce essa profissão, mesmo que sua representação no conjunto da categoria profissional seja nitidamente minoritária.

As conclusões da pesquisa também mostram que a idade dos entrevistados está distribuída de forma bastante uniforme nas diversas faixas etárias, como pode ser visualizado no Gráfico abaixo. Contudo, há uma maior concentração entre 20 e 35 anos, totalizando um percentual de 44,06%. Embora esse dado revele uma renovação na profissão, também é expressivo o percentual de assistentes sociais que têm entre 42 e 50 anos (25,74%) e acima de 51 anos (14,85%).

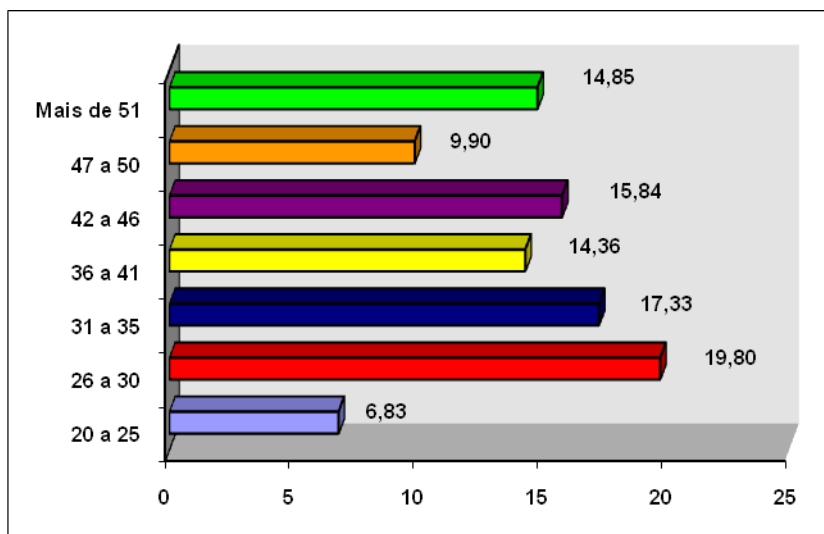


Gráfico 5: Distribuição dos assistentes sociais por faixa etária
 Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Em relação ao estado civil, os resultados mostram-se bem equilibrados (Gráfico 6), com leve predominância de casados, representando 43,07%, enquanto os solteiros totalizam um percentual de 37,62%. Essas duas categorias perfazem um total geral de 80,69% dos entrevistados. Na pesquisa nacional, os resultados também são bem equilibrados, com 53% dos assistentes sociais casados e 47% solteiros.

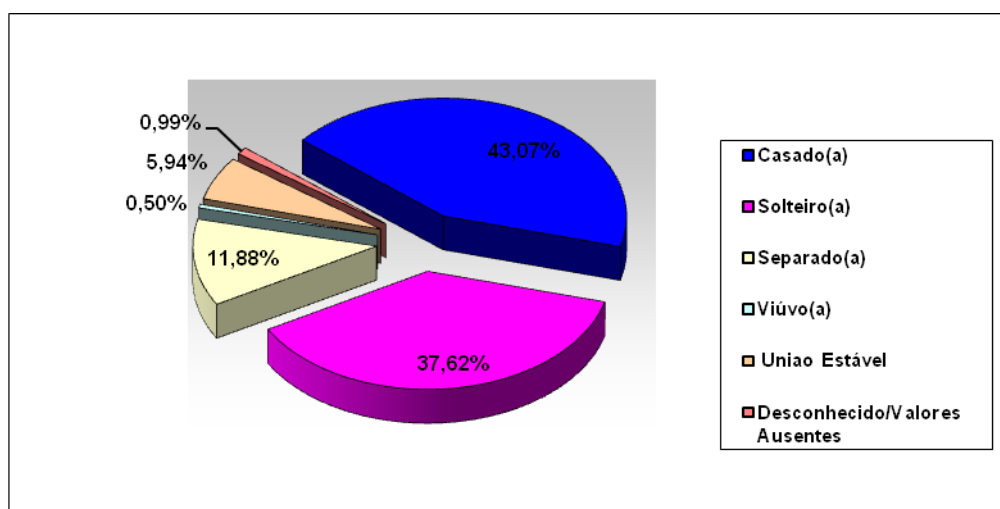


Gráfico 6: Distribuição dos assistentes sociais por estado civil
 Fonte: “Pesquisa mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Mas se compararmos a nossa pesquisa com aquela realizada em 1997 veremos uma alteração significativa nessa variável, posto que naquela época o percentual de casados (56,41%) era muito superior ao de solteiros (25,64%), o que pode ser comprovado na Tabela 1.

Tabela 1: Estado civil dos assistentes sociais em 1997 e 2006-2007

ESTADO CIVIL	PESQUISA CRESS/17ª REGIÃO 1997	PESQUISA CRESS/ 17ª REGIÃO 2006-2007
Casados	56,41%	43,07%
Solteiros	25,64%	37,62%
Viúvos	5,13%	0,50%
Divorciados/separados	12,82%	11,88%
União Estável	-	5,94%
Desconhecido/ Valores Ausentes(*)	-	0,99%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Perfil do profissional assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 1997) e Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

(*) Valores ausentes foram as situações nas quais o entrevistado simplesmente não respondeu (também são chamados de valores perdidos). Semanticamente, o significado não é o mesmo de não saber ou não querer se identificar.

Quando interrogados sobre o número de filhos, grande parte dos entrevistados (45,54%) respondeu não ter filhos; outros 22,28% têm 01 filho; 21,78% têm 02 filhos e apenas 9,41% têm três filhos, conforme demonstra o Gráfico abaixo:

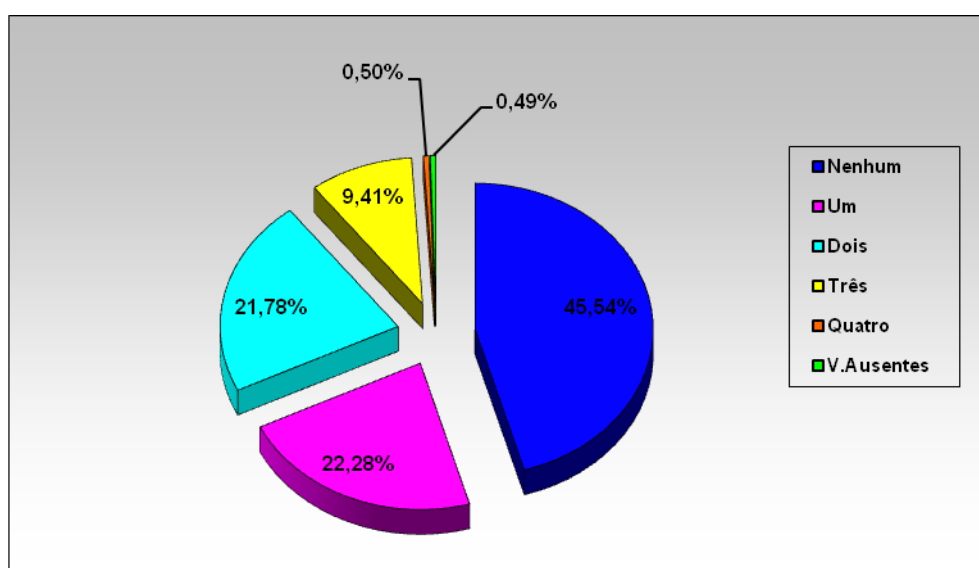


Gráfico 7: Distribuição dos assistentes sociais por número de filhos

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Se compararmos a nossa pesquisa com a pesquisa nacional veremos que essa tendência se mantém, como pode ser comprovado no Gráfico abaixo:

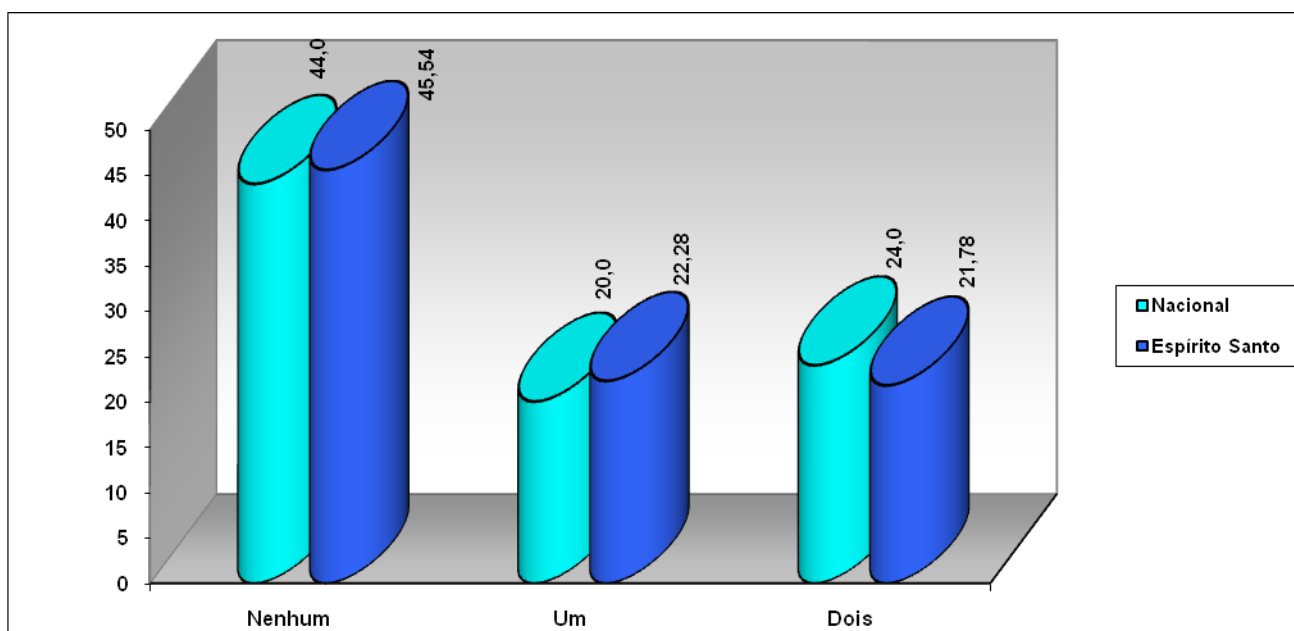


Gráfico 8: Número de filhos – comparativo entre a pesquisa nacional e local

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007) e Pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional” (CFESS, 2005).

Segundo dados levantados pelo IBGE no Censo 2000, a taxa de fecundidade no Brasil passou de 6,28 filhos em 1960 para 2,38 no ano 2000, o que representa uma queda de 62,1% em quarenta anos. Para o Instituto, essa redução decorre da diminuição acentuada das taxas de fecundidade na região Sudeste, registradas desde 1970, como reflexo de ser a região mais desenvolvida do país. Tal condição facilita o acesso aos meios contraceptivos e a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho¹²³.

Os resultados da pesquisa local e do conjunto CFESS/CRESS vêm, portanto, reforçar uma tendência nacional de mudança na experiência da maternidade. A realidade do nosso país tem acompanhado – ressaltando-se sua peculiaridade diante das profundas desigualdades sociais – o mesmo padrão de tamanho de família adotado nos países cêntricos, com proles reduzidas e maior reflexividade na escolha. E essa possibilidade de realizar uma escolha mais reflexiva tem oscilado de acordo com as condições socioeconômicas e culturais de cada mulher, o que vem

¹²³ Segundo dados do IBGE (2008), 45,3% da População Economicamente Ativa – PEA.

indicar que tais condições influenciam esse processo de mudança (SCAVONE, 2001).

Com relação à instituição de graduação, a Universidade Federal do Espírito Santo¹²⁴ aparece como a instituição que detém o maior número de formados, correspondendo a um percentual de 77,23% (156 assistentes sociais). Na seqüência, a Faculdade Salesiana aparece com um percentual de 12,38% (25 profissionais), seguida da UNIVILA com 2,97% (6 entrevistados), o que pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos assistentes sociais por instituição de graduação

Descrição	Prop. %
UFES	77,23%
Salesiana	12,38%
EMESCAM	0,00%
UNIVILA	2,97%
Outros	5,94%
Desconhecido	0,00%
*Valores ausentes	1,49%
Total	100,00%

Fonte/Elaboração: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO).

Mesmo que a Universidade Federal mantenha-se como a instituição responsável pela formação da maioria dos assistentes sociais capixabas, esses dados revelam uma realidade diferente daquela apresentada na pesquisa de 1997. Isso se deve ao fato de que naquela época a única instituição que formava assistentes sociais no estado era a UFES, sendo responsável pela formação de 87,20% dos profissionais que atuavam no Espírito Santo. À Universidade cabe um papel importante tanto na formação quanto na capacitação continuada dos assistentes sociais. Porém, as Universidades do nosso país vêm passando, desde o início dos anos 90, por um processo de desmantelamento – reflexo das mudanças implementadas desde o

¹²⁴ O Curso de Serviço Social da UFES foi criado, em 1970, pela Resolução nº 12 do Conselho Universitário e reconhecido por meio do Decreto Lei nº 79062/76. Sua implantação ocorre em 1971, em um momento marcado pela: expansão urbana; implantação dos grandes projetos industriais com elevada tecnologia substitutiva da força de trabalho; intensa migração campo-cidade; ocupação desordenada do espaço urbano, sem infra-estrutura urbana para atendimento às unidades individuais e coletivas da população.

governo Collor¹²⁵ – que tem dificultado o cumprimento de seu papel como instituição fomentadora do conhecimento social e socializadora do saber científico.

Com o passar do tempo, a abertura do mercado de formação profissional para as instituições privadas dá início a um processo de mercantilização do ensino superior, e aí se incluem os cursos de Serviço Social. Essa mercantilização faz parte das estratégias capitalistas de privatização dos serviços sociais, de desresponsabilização do Estado e de maximização dos lucros, como já discutimos nos capítulos precedentes.

Assistimos a abertura desenfreada de cursos de Serviço Social, cujo controle da qualidade do ensino e da direção social dos cursos se torna praticamente inviável. Grande parte dessas unidades de ensino, normalmente, organiza sua grade curricular com base em referenciais teórico-metodológicos com viés tradicional. Além do mais, essas instituições raramente se filiam a ABEPSS, dificultando a ação política exercida por essa entidade representativa na materialização da atual direção social da profissão.

Hoje, essa realidade é ainda mais preocupante com a propagação das instituições de ensino que oferecem graduação em Serviço Social a distância. Nossa preocupação maior é saber como essas instituições vão atender às Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, cujos princípios se sustentam no tripé ensino, pesquisa e extensão; na unidade teoria-prática; na realização de pesquisa orientada e de investigação como componente curricular indissociável de todo o período de graduação. Essas Diretrizes têm ainda como exigências básicas: carga horária mínima de 3.000 horas e a realização de estágio supervisionado presencial, com acompanhamento direto por supervisores acadêmico e de campo (CFESS/CRESS, 2008). Inclusive, a discussão em torno do estágio supervisionado tem sido umas das questões mais polêmicas que envolvem os cursos a distância.

Em manifesto divulgado pelo conjunto CFESS/CRESS fica clara a posição contrária das entidades representativas da profissão quanto à implementação dos cursos de graduação a distância. Essas entidades partem do pressuposto de que as instituições de ensino a distância além de se confrontar, radicalmente, com os

¹²⁵ Conforme já discutido no terceiro capítulo.

compromissos e princípios que asseguram a qualidade da formação profissional, também colidem com os fundamentos, competências e habilidades estabelecidos nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (CFESS/CRESS, 2008). Certamente essa é uma questão por deveras relevante e que precisa ser continuamente refletida e discutida no interior da categoria profissional, posto que o tipo de formação vai justamente repercutir sobre a prática profissional e a qualidade dos serviços prestados à população.

Desde a década de 1990 a ABEPSS, atenta às necessidades que envolvem o curso de Serviço Social e contrapondo-se à lógica neoliberal, promove uma vasta discussão e a avaliação dos dilemas e tensões que envolvem os desafios para a formação qualificada dos assistentes sociais. A partir desse diagnóstico – que culmina com a realização de uma assembléia durante a XXIX Convenção Nacional da ABESS, no Recife em 1995 – foi aprovada uma proposta básica de reformulação do currículo de 1993, embasada em diretrizes, pressupostos, núcleos de fundamentação ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, nitidamente delineados.

Essa reformulação teve como objetivo construir um novo perfil profissional, cujos princípios básicos giram em torno da defesa do rigoroso trato teórico, histórico e metodológico, da adoção de uma teoria social crítica que permita a apreensão das dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Busca-se com isso construir um projeto de formação profissional que possa dar condições ao assistente social adquirir novas capacidades para decifrar e intervir na realidade social.

É somente por meio da competência profissional crítica – que é indissociável da melhoria da qualidade do ensino superior – que se tem as “[...] bases para a leitura da realidade e o desempenho profissional voltado para a materialização do projeto profissional [...]”. (IAMAMOTO, 2003, p.147). Mas isso não significa que apenas uma formação teórica consistente vai erodir as bases sincréticas da profissão – como já mencionamos no quarto capítulo –, o que ela pode, na verdade, é abrir o caminho para a “[...] construção de novas alternativas no exercício profissional [...]” (IAMAMOTO, 2003, p. 53).

Ainda sobre a formação profissional, nossa pesquisa identificou que o assistente social capixaba tem optado por uma formação continuada. Dentre os entrevistados, 117 profissionais (57,92%) têm curso de especialização¹²⁶ contra 66 (32,67) que têm apenas a graduação. Outros 13 (6,44%) profissionais têm título de mestre, 2 (0,99%) de doutor e 2 pós-doutores. Se compararmos a realidade atual com a pesquisa realizada em 1997, veremos que o percentual de profissionais com especialização mantém-se praticamente inalterado. Já o de mestres apresentou uma ligeira evolução, enquanto o percentual de doutores fez um movimento inverso – isso se não considerarmos os pós-doutores –, como pode ser observado na Tabela abaixo.

Tabela 3: Titulação do assistente social em 1997 e 2006-2007.

TITULAÇÃO	PESQUISA CRESS/ 17ª REGIÃO 1997	PESQUISA CRESS/17ª REGIÃO 2006-2007
Graduados	35,89%	32,67%
Especialistas	56,43%	57,92%
Mestres	5,12%	6,44%
Doutores	2,56%	0,99%
Pós-Doutores	-	0,99%
Desconhecido/ Valores Ausentes	-	0,99%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Perfil do profissional assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 1997) e Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Agora, comparando a nossa realidade atual com a nacional identificamos algumas variações, como pode ser observado no Gráfico comparativo a seguir:

¹²⁶ Dentre os cursos de especialização informados pelos entrevistados os que apresentam maior frequência são aqueles relacionados à: Saúde; Políticas Públicas; Recursos Humanos, Psicanálise, Gerontologia, Projetos Sociais, Família, Criança e Adolescente, Terceiro Setor.

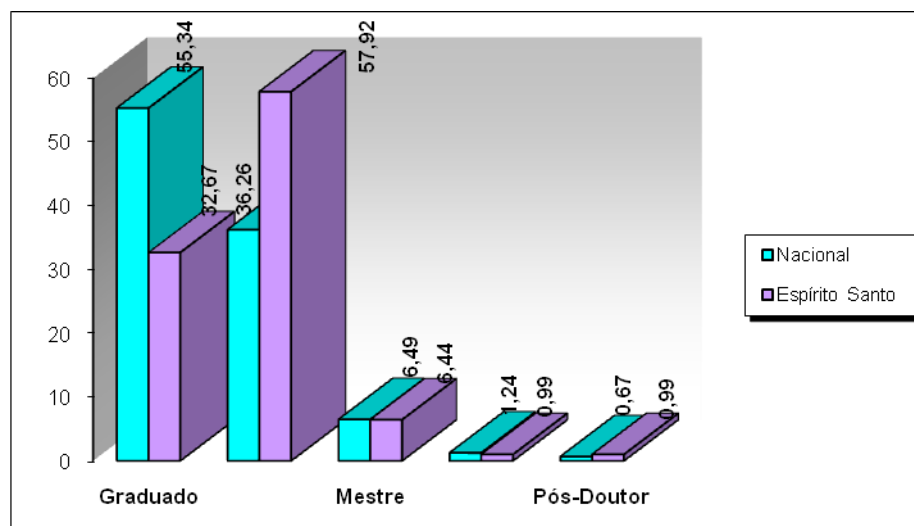


Gráfico 9: Titulação – comparativo nacional *versus* local

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/ 17ª REGIÃO, 2007) e Pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional” (CFESS, 2005).

Bem, quando nos deparamos com um contraste tão grande entre a realidade local e nacional – isso se levarmos em conta os percentuais de graduados e especialistas – resolvemos investigar um pouco mais. E com base nos dados regionais disponibilizados na pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS, identificamos que a mesma tendência nacional se mantém na região Sudeste.

Tabela 4: Titulação dos assistentes sociais – comparativo entre o Espírito Santo e a região Sudeste

TITULAÇÃO	ESPÍRITO SANTO	REGIÃO SUDESTE
Graduados	32,67%	59,51%
Especialistas	57,92%	33,45%
Mestres	6,44%	5,11%
Doutores	0,99%	0,88%
Pós-Doutores	0,99%	1,06%
Desconhecido/ Valores Ausentes	0,99%	–
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007) e Pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional” (CFESS, 2005).

Após compararmos a realidade capixaba com a realidade nacional e regional percebemos que o Espírito Santo apresenta uma peculiaridade, ou seja, com relação à pós-graduação *lato sensu* a média do estado tem sido superior a média brasileira e da região Sudeste. No entanto, essa peculiaridade traz consigo uma dupla dimensão: por um lado, pode revelar certo comprometimento dos assistentes

sociais com a qualificação profissional, buscando aprimorar seus conhecimentos no sentido de acumular um maior embasamento teórico e, assim, desvendar a complexidade que envolve o seu cotidiano profissional.

Mas por outro lado, a formação e a qualificação profissional também se colocam como uma exigência posta pelo capital à força de trabalho. Como já vimos no terceiro capítulo, o trabalhador precisa ter uma maior qualificação e a capacidade de desenvolver múltiplas atividades ao mesmo tempo para atender às exigências do mercado. A força de trabalho, portanto, precisa ser qualificada e polivalente, atendendo aos requisitos da empregabilidade. Ao fazer uso desse discurso, o capital responsabiliza o trabalhador – aqui no nosso caso, o assistente social – por sua inserção e manutenção no mercado de trabalho e por seu nível salarial.

Ao final da exposição de todos esses dados podemos identificar que, em grande parte, os profissionais são mulheres, com idade entre 20 a 35 anos, casadas, sem filhos e com curso de especialização.

5.2.2 Re-descobrimo a Prática Profissional

Ao longo do desenvolvimento da profissão, o exercício profissional tem sido foco de atenção de vários estudos teóricos e vem assumindo uma posição de destaque na agenda de discussões da categoria. É por isso que após traçar um perfil geral dos assistentes sociais no Espírito Santo nossa atenção volta-se, agora, para a análise da prática profissional, quando serão retomadas algumas chaves teóricas já discutidas anteriormente. Nesse eixo de análise foram priorizadas questões relativas às demandas – institucionais e dos usuários – política social, atividades privativas, dentre outras.

Quando questionados sobre as demandas da instituição, um número significativo de entrevistados não demonstrou clareza ao nomear a demanda institucional. Alguns profissionais associaram essas demandas às atividades que eles desenvolvem no cotidiano profissional, chegando, inclusive, a citar o próprio usuário como demanda da instituição, como pode ser observado no Quadro abaixo:

DEMANDAS INSTITUCIONAIS				
O profissional associa demanda institucional às requisições apresentadas pelo usuário	Demanda institucional apresentada como descrição do usuário	Demanda institucional apresentada como atividades desenvolvidas no cotidiano profissional	Falta de clareza do que é uma demanda institucional	Compreensão das demandas institucionais como requisições apresentadas pela instituição
<p>“Cesta básica, previdência, bolsa-família” (Q. 207).</p> <p>“Bolsa Família; BPC” (Q. 235).</p> <p>“Procura de curativos, vacinação, odontologia, ginecologia, clínica médica” (Q. 260).</p> <p>“Psicologia, fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia, encaminhamentos para profissionais de outras áreas” (Q. 261).</p>	<p>“Família em risco social e pessoal, centralizados nos CRAS's; população em geral (municípios) no plantão social; terceira idade - projetos voltados à terceira idade e à família” (Q.121).</p> <p>“Adolescentes ausentes da escola, envolvidos com drogas” (Q.136).</p> <p>“Criança e adolescente; Família” (Q.171).</p> <p>“Vítimas de violência doméstica e seus familiares; vítimas de discriminação racial e homofóbica” (Q. 445).</p>	<p>“Atendimento a pacientes internados e de ambulatórios; atendimento aos familiares” (Q. 8).</p> <p>“Encaminhamentos; realização de visitas; orientações; participação em reuniões” (Q.63).</p> <p>“Atender pessoas idosas com atividades de arte, lazer, cidadania e direitos” (Q. 96).</p> <p>“Visitas domiciliares e institucionais; entrevistas; relatório de acompanhamento; organização de grupos sociais” (Q. 173).</p> <p>“Elaboração de laudos” (Q. 211).</p>	<p>“Suprir número de profissionais com a realização de novos concursos públicos para todas as categorias” (Q.22).</p> <p>“A demanda é apresentada a mesma se encontra inserida” (Q.55).</p> <p>“Pressão da sociedade por resultados imediatos; pressão da mídia; pressão da própria instituição” (Q. 176).</p> <p>“Estrutura; maior organização burocrática; falta de uma administração consistente” (Q. 182).</p>	<p>“Implementação do Sistema Único da Assistência nessa gestão; organização de um diagnóstico preciso das áreas de vulnerabilidade social; mapeamento da rede de proteção social para atingirmos o nível pleno de gestão” (Q. 15).</p> <p>“Coordenação de programas; desenvolvimento em Educação em Saúde; apoio às equipes de PSF” (Q. 50).</p> <p>“Implantar um programa de Serviço Social” (Q. 111).</p>

Quadro 2: Demandas institucionais

Fonte/Elaboração: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

O que fica latente nesses depoimentos é que, em muitos casos, o assistente social não consegue apreender quais relações são estabelecidas nos espaços socioinstitucionais e tampouco identificar o plexo de determinações que existe entre as suas atribuições e a sua área de atuação, bem como o real motivo de sua contratação.

Já com relação às demandas do usuário, uma parcela significativa dos assistentes sociais apresenta uma visão bem restrita e fragmentada, associando essas demandas apenas às necessidades imediatas da população usuária. Não reconhece, dessa forma, outras necessidades que estão muito além do controle burocrático dos serviços oferecidos pelos programas mantidos pela instituição (Quadro 3).

DEMANDAS DO USUÁRIO	
Necessidades imediatas	“Transporte, passagem, consultas, encaminhamentos, vestuário, alimentação” (Q. 09).
Geração de emprego e renda	“Cursos profissionalizantes, emprego” (Q.16).
Direitos / Benefícios	“Saúde, previdência” (Q.60b).
Informações e orientações	“Orientação para utilização dos serviços da Unidade” (Q.50).
Encaminhamentos	“Encaminhamento para as políticas sociais” (Q.173).
Questões subjetivas	“Aconselhamento e solução para problemas de conflitos familiares” (Q.172).
Adequação do usuário às determinações institucionais	“Tem direito de ser atendido dentro do regimento, ou seja, o Estatuto da Instituição” (Q.221).

Quadro 3: Demandas do usuário.

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

As análises de Carletto et al (2007) apontam que, em muitos casos, o usuário recorre ao assistente social com a intenção de obter uma resposta profissional à sua necessidade imediata como, por exemplo, alimentação, acesso a serviços de maior complexidade, informações e orientações. No entanto, ao conhecer as condições objetivas e subjetivas de vida desse usuário e, em especial, a forma como ele constrói suas relações sociais, o profissional pode identificar outras demandas que extrapolam as demandas imediatas.

Quando os assistentes sociais consideram as demandas dos usuários como se fossem demandas individuais ou particulares “[...] negam o caráter coletivo dessas demandas, que são coletivas não só porque vivenciadas por todos, mas, também, porque só coletivamente poderão ser enfrentadas tendo em conta os interesses e necessidades dos trabalhadores [...]” (VASCONCELOS, 2007, p. 171).

É por isso mesmo que até aquelas ações de caráter imediato exigem que o assistente social estabeleça as devidas mediações no sentido de compreender as múltiplas expressões da questão social que estão presentes nos relatos dos usuários e não são visíveis somente no plano da imediaticidade. Requer do profissional “[...] um aprofundamento analítico na investigação da realidade social em suas várias facetas, para que possam ser devidamente operadas as mediações teórico-políticas [...]” (SERRA, 2000, p.165).

Ainda nessa pesquisa foi solicitado ao assistente social que informasse espontaneamente em qual política social a sua atuação está vinculada. Dentre o

universo da amostra, 43,56% dos entrevistados identificaram corretamente em qual política social atua. O número mais expressivo de assistentes sociais que respondeu corretamente a esse questionamento concentra-se nas políticas de saúde, seguida da política de assistência, como pode ser observado no Quadro abaixo¹²⁷:

Política Social	Frequência
Saúde	62
Assistência Social	58
Educação	20
Criança e Adolescente	18
Habitação	8
Idoso	6
Trabalho e Geração de Renda	6
Previdência Social	5
Meio Ambiente	4
Segurança Pública	2

Quadro 4: Política social em que o assistente social atua
 Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007)

Mas também foi expressivo o percentual de participantes que demonstrou certa imprecisão ao identificar a política social, perfazendo um total de 38,61%. Esses profissionais apresentaram como resposta os programas institucionais, as leis específicas da área de atuação, assim como as atividades desenvolvidas no seu cotidiano profissional, o que fica evidente nos depoimentos abaixo:

“Serviço Social organizacional (Código de Ética, lei complementar Nº. 43/94), normas regulamentadoras da área da saúde” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

“Questão social” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

“Por entender que morar não é apenas residir, torna-se complicado enumerar as políticas” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

“Da inclusão, da integralidade e do respeito do cidadão” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

“Leis, Decretos, LOAS” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

“Proteção” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

¹²⁷ A maioria dos entrevistados citou mais de uma política social como resposta.

“ECA; Liberdade Assistida Comunitária” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007, p. 76).

Tomando como base as respostas acima podemos concluir que existe, por parte desses profissionais, uma generalização e, até mesmo, um desconhecimento sobre o real significado das políticas sociais. Os relatos apresentados ficaram restritos somente àquelas ações desenvolvidas no âmbito dos programas, não ultrapassando, portanto, os limites institucionais (CARLETTO; et al, 2007).

Esses dados só vêm reforçar o que já discutimos nos capítulos anteriores: que as políticas sociais são apreendidas, muitas vezes, como um mero instrumento de prestação de serviços ou, até mesmo, como simples concessões por parte do Estado. Reforça-se, assim, tanto a visão reducionista que alguns profissionais têm das políticas sociais como o caráter fragmentado, seletivo e compensatório presente nessas políticas.

Sabemos que as políticas sociais são espaços contraditórios, permeados por tensões, conflitos e também por acordos político-sociais, expressando a correlação de forças existente entre as diversas frações de classe. São lutas e confluências que não se esgotam somente na formulação, mas perpassam todo o processo de implementação. Como vimos nos capítulos precedentes, essas políticas além de atender às demandas de acumulação do capital, também respondem às necessidades de reprodução da força de trabalho.

É por isso mesmo que não podem ser apreendidas apenas pelo viés meramente assistencialista, mas como possibilidades de afirmação dos direitos sociais e espaço de canalização das requisições das camadas trabalhadoras. Diante dessa multiplicidade de questões, o assistente social, por meio de sua atuação, se apresenta como o profissional que intervém na criação das condições necessárias à reprodução da força de trabalho, sendo que a sua prática pode ser colocada tanto em favor dos interesses do capital, quanto do trabalho (MACHADO, 2007).

Com relação às atividades desenvolvidas, dentre os 202 assistentes sociais entrevistados, enquanto 56,44% afirmaram que não realizam atividades que não competem ao Serviço Social, outros 33,66% confirmaram que realizam atividades

fora da sua área de competência como, por exemplo, atividades administrativas e serviços de limpeza (Gráfico 10).

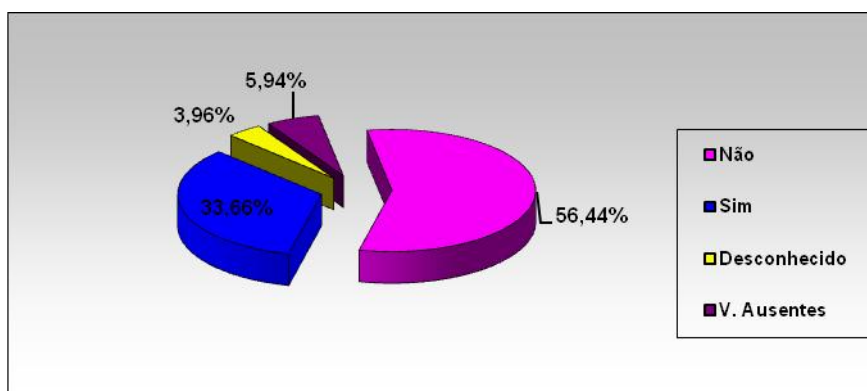


Gráfico 10: Atividades desenvolvidas
Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Também foi perguntado aos sujeitos da pesquisa se suas atividades são realizadas individualmente ou em equipe. As respostas dos entrevistados foram dadas com base em 4 variáveis – individual, em equipe de Serviço Social, em equipe multidisciplinar e em equipe interdisciplinar –, sendo que cada profissional podia escolher mais do que uma opção. Dentre os entrevistados, 39,60% desenvolvem suas atividades em equipe multidisciplinar e 32,18% em equipe interdisciplinar. Outros 17,82% realizam suas atividades em equipe de Serviço Social e 15,35% individualmente, como pode ser visualizado na Tabela abaixo:

Tabela 5: Como desenvolvem as atividades

	SIM		NÃO	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Sozinho (a)	31	15,35	141	69,80
Equipe de Serviço Social	36	17,82	134	66,34
Equipe Multidisciplinar	80	36,60	90	44,55
Equipe Interdisciplinar	65	32,18	104	51,49

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Embora as atividades desenvolvidas individualmente ou em equipe de Serviço Social representem mecanismos primordiais para o atendimento de determinadas

demandas apresentadas pelo usuário, um percentual expressivo de assistentes sociais entrevistados desenvolve suas atividades articuladas a outras áreas de conhecimento. Segundo Iamamoto (2002), o trabalho em equipe condensa *uma unidade de diversidades* que, da mesma forma que enriquece, também preserva o que se tem de específico em cada profissão.

Para a autora é preciso, pois, desmistificar a concepção de que o trabalho desenvolvido em equipe promove tal identidade entre seus integrantes que pode diluir as especificidades inerentes a cada profissão. Mesmo que o assistente social desenvolva atividades compartilhadas com outras áreas de conhecimento, “[...] dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações [...]” (IAMAMOTO, 2002), que o diferencia dos demais profissionais.

Mas isso não quer dizer que desconheçamos que o trabalho em equipe, por outro lado, também pode reforçar aquele discurso adotado pela dinâmica do capital que exige do profissional polivalência, trabalho em equipe, absorção de novas habilidades, raciocínio lógico, novas qualificações e iniciativa para resolução de problemas.

Diante de tal discurso, os profissionais sentem-se de tal forma responsáveis e comprometidos com as diretrizes socioinstitucionais que, em alguns casos, o próprio assistente social, como membro dessa equipe, tende a negligenciar os princípios defendidos pelo projeto ético-político da profissão. Dessa forma, dependendo da direção ideopolítica que o assistente social imprime à sua prática, o trabalho em equipe pode tanto fortalecer o seu papel profissional quanto reforçar o discurso dominante.

Quando questionados se algum profissional de outra área exerce atividades que são privativas do assistente social, a grande maioria, 165 entrevistados (81,68%), afirmou que profissionais de outras áreas não exercem atividades privativas do Serviço Social. No entanto, um número pequeno – mas não inexpressivo – de 15 entrevistados (7,43%) garantiu que outros profissionais – como psicólogos e médicos – exercem atividades que são privativas do Serviço Social (Gráfico 11).

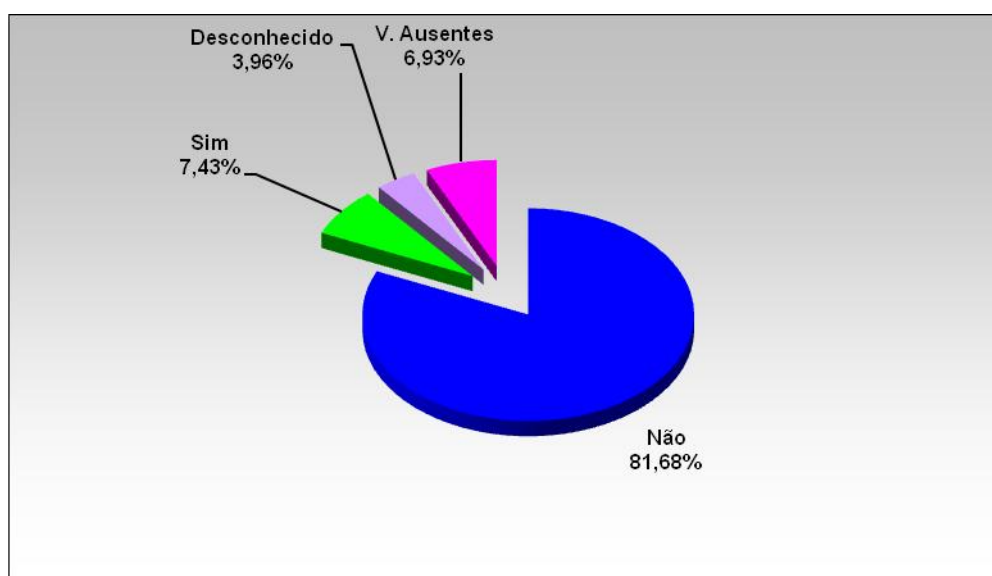


Gráfico 11: Profissionais de outras áreas x atribuições privativas do assistente social
 Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Quando questionados sobre quais atribuições privativas são desenvolvidas por outros profissionais, os entrevistados relataram atividades relativas ao setor de recursos humanos, confecção de cadastro de visitas, atendimento às famílias, entrevista individual, dentre outras.

Com base nesses relatos, a conclusão que se tem é que, mesmo sendo estabelecidas em Lei, alguns assistentes sociais não têm clareza das atribuições que lhe são específicas e privativas. As atividades acima mencionadas, por exemplo, podem ser realizadas normalmente por outras categorias profissionais. Essa conclusão nos leva a crer que, em alguns casos, o assistente social não consegue explicitar suas atribuições e reconhecer o significado social da profissão, esperando, muitas vezes que a própria instituição determine quais atribuições e atividades que precisam ser realizadas, como se ele mesmo não fosse capaz de identificá-las a partir de suas habilidades e saberes (CARLETTO; et al, 2007).

Acreditamos que isso pode estar associado ao desconhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão¹²⁸. E desconhecer essa Lei pode, até mesmo, comprometer o exercício profissional, dificultando a construção de respostas socioprofissionais capazes de atender as requisições que são postas à intervenção

¹²⁸ A Lei 8.662/93 foi apresentada no quarto capítulo desse estudo.

profissional. O assistente social ao buscar apoio nessa Lei tende a ter maior clareza sobre suas competências e atribuições privativas e, conseqüentemente, sobre sua prática profissional.

Além de servir como parâmetro para ampliar frentes de trabalho e favorecer a inserção do profissional em outros campos de intervenção e de investigação, essa Lei também pode contribuir para delimitar princípios e demarcar qual direção ideopolítica o assistente social quer imprimir à sua prática. É justamente o reconhecimento dessa Lei que dá condições ao profissional de orientar suas ações, bem como compreender, defender ou se contrapor às determinações impostas pela instituição.

Mas é claro que as atribuições privativas previstas em Lei não são imutáveis, resultam, antes de tudo, de determinados contextos societários do qual o Serviço Social faz parte, o que confirma “[...] a necessidade ou utilidade social dessa especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 2002, p. 18).

Após essa breve incursão sobre alguns aspectos da prática profissional dos assistentes sociais capixabas, podemos identificar algumas tendências que se tornam mais nítidas a partir da triangulação das questões anteriormente discutidas. Identificamos que ainda existem alguns profissionais que não ultrapassam o plano da imediatividade ao analisar demandas, competências e a realidade do usuário.

Sob essa tendência, os profissionais constroem suas ações quase que, exclusivamente, pelo que é requisitado pela instituição contratante, submetendo cada vez mais a sua atuação às determinações sociorganizacionais. E é justamente ao assumir os objetivos institucionais como se fossem os objetivos da própria profissão, que os assistentes sociais demonstram certa dificuldade em reconhecer quais são suas verdadeiras atribuições e competências.

É claro que temos ciência de que o trabalho dos assistentes sociais, normalmente, fica subsumido no espaço socioinstitucional, posto que é um profissional assalariado, submetido tanto ao movimento interno da instituição quanto às determinações impostas pelo mercado de trabalho. Mas mesmo que esses profissionais estejam subordinados às determinações sociorganizacionais – o que

contribui para que a sua autonomia e o seu poder de decisão sejam limitados –, é importante ele saber “[...] reconhecer e conquistar novas e criativas alternativas de atuação [...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 104), desmistificar competências e compreender os processos sociais.

E isso depende de uma apreensão teórico-metodológica, da direção ideopolítica que ele imprime à sua prática profissional e da superação da imediaticidade e de tudo aquilo que obscurece as relações sociais.

Mas sabemos que também existem alguns profissionais que conseguem ir além da intervenção técnica e burocrática, compreendendo as relações sociais e as contradições que engendram essa realidade. Esses profissionais conseguem romper com aquelas práticas reacionárias e compreender a totalidade social, considerando as contradições e as determinações históricas, econômicas, sociais e ideopolíticas que perpassam o seu cotidiano profissional.

Ao reconhecer essas múltiplas determinações, o profissional tende a construir respostas profissionais que não apenas justifiquem as ações propostas pela instituição, mas que priorizem as demandas apresentadas pelos usuários. Dessa forma, passam a construir respostas profissionais que consideram tanto as condições objetivas de vida dos usuários quanto os determinantes organizacionais e a realidade social.

Diante de tal constatação identificamos, por um lado, alguns profissionais que ainda mantêm aquele conservadorismo que sempre marcou a profissão. Esses assistentes sociais defendem que para se construir respostas profissionais é necessário reforçar as atribuições sociorganizacionais, inclusive, com a adequação dos usuários aos objetivos das instituições. Por outro, existem alguns profissionais que reconhecem a importância do trabalho desenvolvido não apenas por sua utilidade, mas por seu significado social.

É por isso mesmo que o assistente social ao romper com aquela visão endogenista¹²⁹ pode captar as novas mediações e requalificar o seu exercício

¹²⁹ As tendências "endogenistas" valorizam a filantropia, a benemerência e valores abstratos como o "bem-comum" e a "conciliação entre classes", aceitando como inalterável o sistema social vigente (MONTAÑO, 2006).

profissional, identificando suas particularidades e descobrindo novas alternativas de atuação.

Rompendo com essa visão o profissional, a partir das demandas que são postas no cotidiano e de um processo contínuo de construção de conhecimento, tende a estabelecer conexões entre o saber e o fazer, decifrar a realidade e construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar direitos. Também são capazes de apreender que a construção de respostas profissionais resulta da correlação de forças entre conjuntura, contexto institucional, demandas do usuário, demandas institucionais e o projeto ético-político da profissão.

5.2.3 As relações e condições de trabalho dos assistentes sociais: a realidade capixaba

Após um longo percurso buscando reunir substratos teóricos, analíticos e empíricos chegamos, finalmente, em um momento crucial de nossa análise: tentar elucidar e compreender como as mudanças processadas na sociedade capitalista, em âmbito mundial, nacional e local, repercutem sobre as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo.

Faz-se necessário, pois, estabelecer uma interlocução com o plexo de determinações anteriormente mencionado para que, assim, possamos desvendar um pouco do que se tem por detrás das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais capixabas. Isso nos remete à compreensão desse processo enquanto totalidade histórica inacabada, complexa e densa de contradições.

Os indicadores institucionais nos dão um panorama geral sobre algumas questões que incidem diretamente sobre a vida, as relações sociais e o cotidiano profissional dos assistentes sociais. Assim, os dados que se seguem expressam, portanto, algumas características que marcam as relações e as condições de trabalho dos

assistentes sociais no Espírito Santo, sendo que os detalhes sobre: tipo de vínculo empregatício, natureza da instituição, tempo de atuação na instituição, cargo, áreas e níveis de atuação e carga horária foram analisados de acordo com o principal vínculo empregatício dos assistentes sociais.

Antes, porém, precisamos deixar claro o que esses profissionais entendem como principal vínculo. Para responder tal questão foram apresentadas algumas alternativas que podiam ser escolhidas livremente pelos entrevistados. Das alternativas propostas, 88 profissionais (43,56%) não especificaram o que entendem por vínculo principal. Já outros 64 (31,68%) consideraram como principal o vínculo mais estável. Na seqüência, 23 (11,39%) declararam como principal aquele vínculo de maior afinidade, enquanto outros 12 (5,94%) relacionaram espontaneamente a novos desafios, aprendizado, conhecimento de outra área e mais benefícios. Por fim, 11 profissionais (5,45%) associaram à maior renda e 4 (1,98%) à maior carga horária (Gráfico 12).

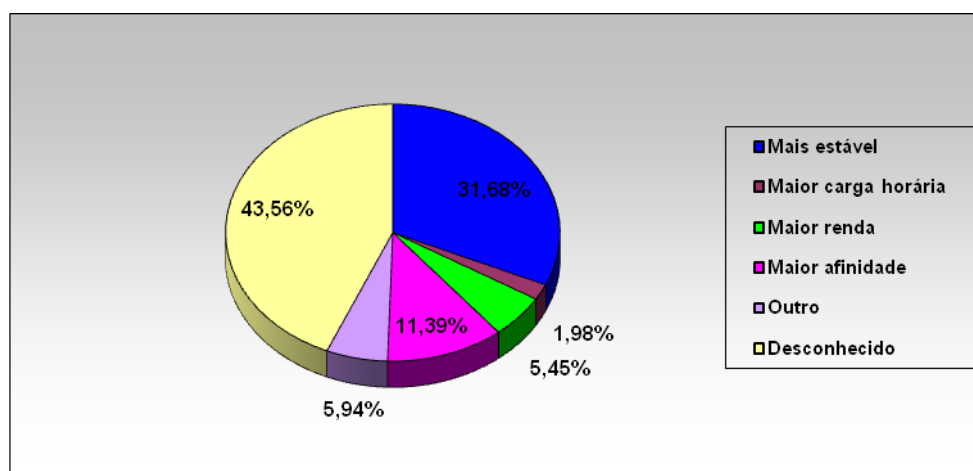


Gráfico 12: Conceito de principal vínculo
 Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Ao analisar a natureza da instituição, os dados confirmam que as instituições públicas ainda se mantêm como *lócus* privilegiado da prática profissional, representando um percentual de 66,33% dos entrevistados. As ONGs vêm logo em seguida, com 10,40% e, por fim, as instituições privadas que totalizam 8,91% dos profissionais (Gráfico 13).

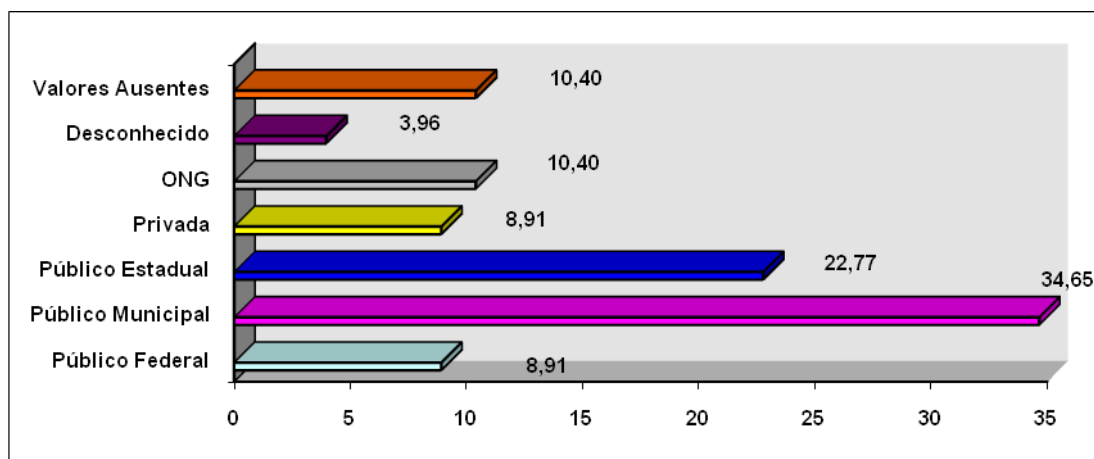


Gráfico 13: Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição

Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Ao comparar os resultados da pesquisa atual com aquela realizada em 1997, verificamos que a tendência de inserção dos assistentes sociais nas instituições públicas se mantém. Com relação aos espaços vinculados ao terceiro setor, onde se incluem as ONGs e as demais instituições filantrópicas, observamos uma significativa alteração, deixando a casa dos 2,56% para os consideráveis 10,40%.

Quanto ao setor privado, mesmo com todo o discurso que gira em torno da responsabilidade social, o processo de reestruturação produtiva também conseguiu alterar a inserção do assistente social nos espaços sociocupacionais vinculados a esse setor. O exemplo disso é que entre os anos de 1997 até o período de realização dessa pesquisa o índice de profissionais inseridos nesses espaços caiu de 10,25% para 8,91%, como pode ser visualizado na Tabela 6:

Tabela 6: Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição em 1997 e 2006-2007

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	PESQUISA CRESS/17 ^a REGIÃO 1997	PESQUISA CRESS/ 17 ^a REGIÃO 2006-2007
Instituições Públicas	79,51%	66,33%
Privada	10,25%	8,91%
Terceiro Setor	2,56%	10,40%
Economia Mista	2,56%	-
Desconhecido/ Valores Ausentes	5,12%	14,36%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Perfil do profissional assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo” (CRESS/17^a REGIÃO, 1997) e Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17^a REGIÃO, 2007).

Agora, se compararmos os nossos dados com a realidade regional¹³⁰ e nacional, observamos algumas variações, conforme demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 7: Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição – comparativo entre o panorama local, regional e nacional

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	PANORAMA		
	LOCAL	REGIONAL	NACIONAL
Público Federal	8,91%	12,65%	13,19%
Público Municipal	34,65%	47,00%	40,97%
Público Estadual	22,77%	20,68%	24,00%
Privada	8,91%	12,05%	13,19%
Terceiro Setor	10,40%	6,02%	6,81%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo”(CRESS/17^a REGIÃO, 2007) e Pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional” (CFESS, 2005).

Vemos que a concentração de assistentes sociais nos espaços públicos municipais, por exemplo, apresenta, na região Sudeste, índices superiores à realidade local e nacional. Enquanto isso, a inserção nas instituições estaduais mantém um patamar bem equilibrado entre os três panoramas.

Já a inserção dos profissionais nos espaços públicos federais no Espírito Santo, na região Sudeste e no Brasil é de 8,91%; 12,65% e 13,19% respectivamente. Tanto

¹³⁰ Esses dados fazem parte da pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS.

no Brasil como no Espírito Santo, o setor privado emprega o mesmo percentual de assistentes sociais que as instituições públicas federais, ou seja, em nosso estado o percentual de profissionais inseridos no espaço público federal é de 8,91%, percentual idêntico ao do setor privado. No Brasil isso se repete, as instituições públicas federais empregam 13,19% de assistentes sociais, o mesmo índice encontrado no setor privado. Apenas a região Sudeste apresenta uma ligeira oscilação – quase inexpressiva – de 12,65% no setor público federal contra 12,06% no setor privado.

Com relação ao terceiro setor, o nosso estado apresenta um percentual superior (10,40%) se comparado com a realidade nacional (6,81%) e com a região Sudeste (6,02%). No entanto, ao cruzar os dados entre as instituições privadas e aquelas do terceiro setor, observamos que enquanto no Brasil e na região Sudeste os espaços privados empregam mais assistentes sociais do que o terceiro setor, no Espírito Santo tem-se um movimento inverso.

Aqui cabe retomarmos uma questão já discutida no terceiro capítulo: a transferência para a sociedade civil da responsabilidade no desenvolvimento de ações que possam, de alguma forma, dar conta dos complicadores que envolvem as novas refrações da questão social. Isso reforça a desresponsabilização do Estado em responder às seqüelas da questão social. Há uma redução e uma precarização das políticas sociais estatais.

Esse quadro só vem confirmar o que já discutimos por diversas vezes nos capítulos precedentes: que o capitalismo monopolista – orientado pelo ideário neoliberal – sempre lança mão de uma nova estratégia para retomar e ampliar os seus níveis de acumulação. Na verdade, “[...] a estratégia neoliberal tende a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o [...] ‘terceiro setor’, os valores altruístas de ‘solidariedade individual’ e do ‘voluntarismo’ e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam [...]” (MONTAÑO, 2005, p. 233).

Mas mesmo que o debate em torno do terceiro setor¹³¹ – como ideologia – transforme a sociedade civil em instrumento para o projeto neoliberal viabilizar sua estratégia de dominação e de reestruturação do capital, o Estado ainda continua sendo a instância principal na implementação das políticas sociais¹³². E isso se comprova a partir da diferença expressiva que existe entre os percentuais de assistentes sociais inseridos nas instituições públicas e nas ONGs.

Outra tendência que pode ser observada a partir dos dados analisados é que nos três panoramas apresentados a contratação no setor público municipal é muito superior aos demais. Isso revela uma redução drástica de contratações nos setores público federal e estadual, com o aumento paralelo das contratações nas instituições públicas municipais.

Mas esse mesmo processo – que teve início após a Constituição de 1988 – traz sérias implicações na prestação direta de serviços sociais públicos que, agora, passam a ser assumidos pelas instituições públicas municipais. Com a descentralização, a prestação dos serviços sociais públicos desloca-se da esfera federal para a municipal, no entanto, transfere-se muito mais responsabilidades do que recursos. E o assistente social, um dos profissionais que é chamado para implementar e viabilizar políticas e programas sociais, se vê limitado em suas ações, à medida que para implementá-las depende de recursos, condições e meios de trabalho que encontram-se cada vez mais escassos.

Essa descentralização e municipalização das políticas públicas revestem-se, portanto, de uma dupla dimensão: por um lado, favorecem a abertura de espaços sociocupacionais para os assistentes sociais junto à municipalidade, tanto na execução como na gestão das políticas sociais. Por outro lado, ao transferir as iniciativas sociais para o âmbito municipal, a esfera federal deixa a cargo do

¹³¹ Não podemos deixar de mencionar que algumas instituições do terceiro setor são patrocinadas por fundações vinculadas às empresas privadas e que colocam em prática a conhecida “responsabilidade social”.

¹³² Inclusive, as instituições do terceiro setor, muitas vezes, recebem recursos do próprio Estado para desenvolver ações que são de responsabilidade pública.

município a responsabilidade por seu próprio desenvolvimento, ocasionando um distanciamento entre aqueles municípios que possuem mais e menos recursos (AMORIM; CAVALCANTE; LINS, 2007).

Cabe-nos, agora, questionar de que forma esses novos espaços sociocupacionais estão sendo disponibilizados ao Serviço Social: se por meio de vínculos não-estáveis ou estáveis. Quando consideramos o vínculo empregatício dos assistentes sociais entrevistados observamos que dentre o universo da pesquisa se sobressaem os profissionais com vínculo estatutário, com 33,66%, o que mostra que o Espírito Santo acompanha a tendência nacional (55,68%). Logo em seguida, aparecem aqueles profissionais com contrato temporário, 23,27%, seguido de celetista com 20,30%, cargo comissionado com 4,46%, prestação de serviço com 3,96%, voluntário com 2,97% e aposentado com 1,49%.

A soma desses dados revela que a tendência a precarização das relações de trabalho – produto da nova ordem do capital – já atinge os profissionais de Serviço Social. Se contabilizarmos os índices de contrato temporário, prestação de serviços e voluntário temos um percentual de 30,20% de profissionais que atuam com vínculo não-estável. Nesse universo também podemos acrescentar o percentual de profissionais que exerce cargo comissionado (4,46%), posto que todas essas formas de contratação são marcadas pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda da autonomia profissional (MANFROI, 2007).

Se no setor público como um todo, 33,66% são estatutários, outros 34,66% de profissionais atuam com vínculos não estáveis. E essa realidade tende a incidir diretamente sobre a qualidade dos serviços prestados, à medida que a rotatividade, a instabilidade, a falta de autonomia profissional e a não continuidade das ações inviabiliza a prestação de serviços públicos de qualidade e a defesa intransigente dos direitos sociais.

Sobre os chamados cargos comissionados – de confiança – precisamos esclarecer que eles estão, geralmente, atrelados à “indicação de conhecidos”. Ao assumir esse tipo de cargo, o assistente social tende a se submeter às diretrizes institucionais, comprometendo a sua autonomia – que já é relativa – e sua liberdade de ação. E isso só vem reforçar a visão de que o assistente social é aquele profissional que,

comumente, é identificado com os objetivos e as diretrizes sociorganizacionais (TORRES, 2006).

Contudo, para além desses resultados vimos à necessidade de cruzar os dados da natureza institucional com o tipo de vínculo. Para facilitar a visualização do cruzamento desses dados elaboramos a Tabela abaixo:

Tabela 8: Distribuição dos assistentes sociais por natureza da instituição e tipo de vínculo

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO							TOTAL
	CELETISTA	ESTATUTÁRIO/RJU	CONTRATO TEMPORÁRIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VOLUNTÁRIO	CARGO COMISSIONADO	APOSENTADO	
PÚBLICO FEDERAL	11,11%	61,13%	11,11%	5,55%	-	5,55%	5,55%	100%
PÚBLICO MUNICIPAL	5,71%	30,01%	51,43%	2,85%	2,85%	7,15%	-	100%
PÚBLICO ESTADUAL	2,20%	76,08	10,86%	-	4,34%	6,52%	-	100%
PRIVADA	77,78%	-	-	11,11%	-	-	11,11%	100%
ONG'S	71,44%	-	-	14,28%	14,28%	-	-	100%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

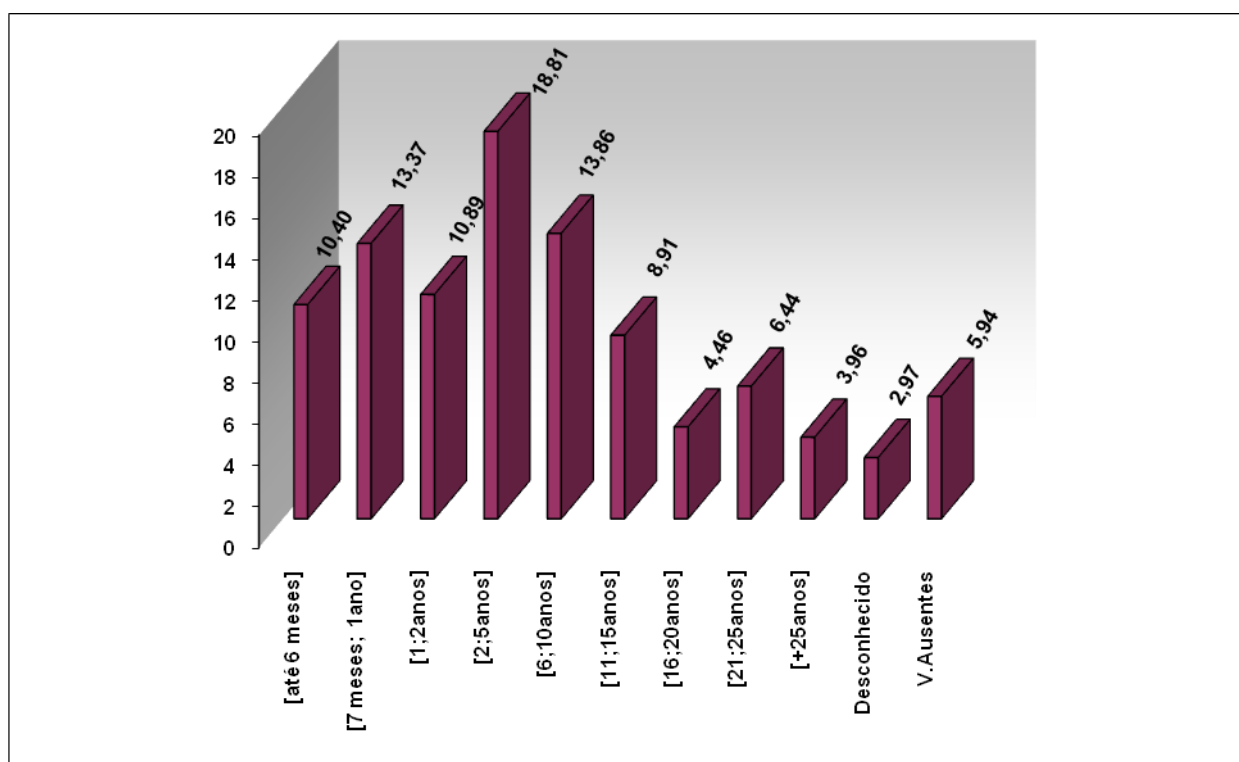
Com base nesses dados chegamos à conclusão de que mesmo que o processo de municipalização das políticas sociais tenha sublinhado uma maior inserção dos profissionais de Serviço Social nas prefeituras tem-se, na contraface desse movimento, uma precarização do vínculo contratual dos assistentes sociais. A contratação desses profissionais pela via do contrato temporário perfaz um total de 51,43%, contra 35,72% de vínculos efetivos. Também é considerável o percentual de profissionais que exercem cargos em comissão (7,15%). Nas instâncias federal e estadual essa realidade é inversa, os vínculos efetivos superam, em muito, os contratos temporários.

Na pesquisa nacional, o cruzamento entre os vínculos e a natureza institucional demonstrou, assim como no Espírito Santo, que as instituições públicas municipais apresentam o maior número de vínculos com contrato temporário.

Após um breve passeio por esses dados, podemos sinalizar que uma parcela significativa dos assistentes sociais que atuam nas prefeituras – mas não somente – encontra-se no limiar da incerteza, inserida em um mercado de trabalho marcado por fragilidades e tendências ao trabalho desprotegido, à precarização, flexibilização

e desregulamentação das relações e condições de trabalho. E é justamente esse tipo de inserção precarizada no mercado de trabalho que oculta grande parte do desemprego.

Ao analisar o tempo de atuação dos profissionais na instituição considerada principal temos uma média de 7,48 anos. Mas mesmo que essa média nos leve a pensar que existe uma possível estabilidade no tipo de vínculo dos assistentes sociais, dos 202 entrevistados, 64 (34,70%) possui no máximo 02 anos de atuação na mesma instituição, dado esse que não pode ser desconsiderado. Podemos, inclusive, relacioná-lo aos contratos temporários que vigoram nas instituições municipais e que têm acarretado uma alta rotatividade entre os profissionais. Outro dado importante é que a partir da faixa de 10 anos observamos um decréscimo dos percentuais associados a maiores tempos de serviço, como pode ser visualizado no Gráfico abaixo:



(*) Tempo médio: 7,48 anos

Gráfico 14: Distribuição dos assistentes sociais por tempo de atuação na instituição

Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Nossa pesquisa também procurou investigar em quais áreas de atuação concentra-se o maior número de assistentes sociais. Para responder tal questionamento, o profissional, a partir de algumas opções pré-definidas, podia citar livremente mais de uma área de atuação. Após a sistematização desses dados chegamos aos seguintes resultados (Tabela 9): a saúde, mantendo a mesma tendência da pesquisa de 1997, mantém-se como a área de maior concentração de assistentes sociais, perfazendo um total de 35,64%. Logo em seguida aparece a área da família com 26,73% e, na seqüência, criança e adolescente e assistência, com 19,80% cada uma. O que chama atenção é a área da juventude que mesmo tendo políticas sociais bem recentes apresentou um índice de 12,87%.

Tabela 9: Distribuição dos assistentes sociais por áreas de atuação

Áreas de Atuação	Frequência					
	Sim	%	Não	Desc.	V. Ausentes	Total
Saúde	72	35,64	99	3	28	202
Família	54	26,73	121	3	24	202
Assistência	40	19,80	134	3	25	202
Criança e Adolescente	40	19,80	130	3	29	202
Juventude	26	12,87	144	3	29	202
Terceira Idade	18	8,91	152	3	29	202
Jurídica	16	7,92	151	3	32	202
Previdência	16	7,92	152	3	31	202
Recursos Humanos	15	7,43	152	3	32	202
Desenvolvimento Humano	11	5,45	155	3	33	202
Cooperativismo	10	4,95	156	3	33	202

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Esses dados só vêm reforçar que a partir da descentralização das políticas sociais ampliam-se os campos de atuação para os assistentes sociais. Em um contexto regulado pela nova dinâmica capitalista, esse processo ao mesmo tempo em que atende aos interesses do projeto neoliberal, abre novos caminhos de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social.

Com a descentralização dessas políticas o profissional passa a ser requisitado a atuar em diversas frentes de trabalho, não apenas como executor terminal de

políticas sociais, mas também nos diversos níveis de atuação, atendendo às exigências de multifuncionalidade que são postas pelo mercado.

O novo quadro sócio-histórico exige que o assistente social dê novos rumos às suas funções tradicionais e defina novas qualificações. Há no momento atual “[...] um forte direcionamento das funções sócio-institucionais do Serviço Social não mais para a execução de políticas sociais, mas para uma base organizacional situada na função gerencial, seja das próprias políticas, seja de seus serviços ou ainda de pessoas [...]” (SARMENTO, 2000, p. 101). Exige-se do profissional um nível ampliado de conhecimento técnico que lhe dê condições não somente de compreender de forma crítica as condições políticas, mas também o caráter residual, focalista, seletivo e emergencial das políticas sociais.

Em nossa pesquisa foi possível visualizar como o processo de multifuncionalidade está presente no cotidiano dos assistentes sociais do Espírito Santo, à medida que se tem uma diversificação das demandas que lhes são postas. Esses profissionais realizam diversas atividades que podem variar desde o planejamento até a execução, como pode ser observado no Gráfico 15. No entanto, apesar de muitos assistentes sociais atuarem diretamente no planejamento, na gestão e na coordenação de políticas, as atividades relativas à execução ainda se mantêm majoritariamente superior às demais.

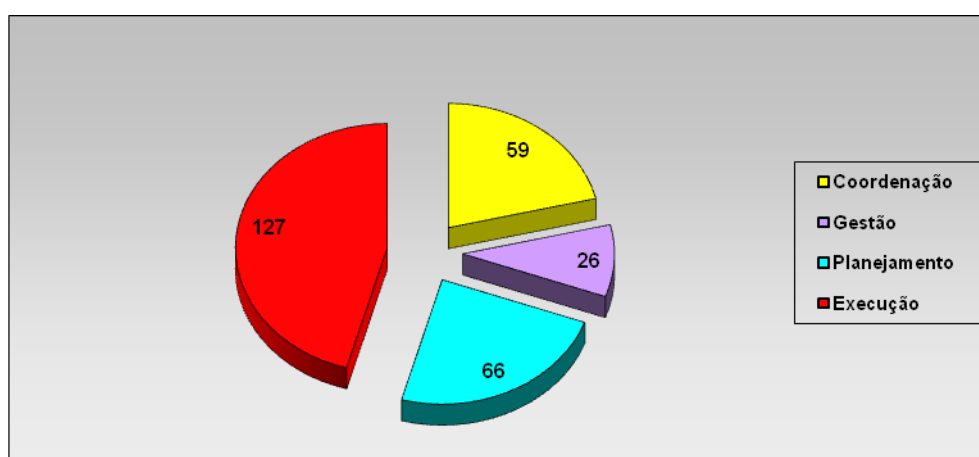


Gráfico 15: Processo de multifuncionalidade em que os assistentes sociais estão inseridos
Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Enquanto o planejamento foi citado por 66 entrevistados (32,67%), a gestão por 26 (12,87%) e a coordenação por 59 (29,21%), a execução atingiu um patamar de 127 profissionais, o que corresponde a 62,87%. É claro que nesse quesito o entrevistado podia mencionar mais do que uma opção, mas mesmo assim, fica claro que o assistente social ainda tem como nível de atuação mais expressivo a execução de políticas sociais.

Para complementação desses indicadores solicitamos aos entrevistados que informassem qual cargo ocupam no espaço organizacional. Aqui foi possível identificar que 58,41% (118) estão contratados como assistentes sociais. No entanto, outros 32,67% (66) assumem vários cargos, cuja denominação é determinada pela instituição contratante ou, até mesmo, pelo vínculo profissional com o programa e/ou projeto do qual assume a direção técnica, conforme relacionado no Quadro a seguir:

CARGO QUE OCUPA NA INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
Assistente Social	118
Técnico de Meio Ambiente	1
Agente Fiscal	1
Agente Multiplicador	1
Analista	3
Assessor Especial para Assuntos Técnicos	1
Assessora administrativa	1
Assessora Especial Nível 2	1
Assessora Parlamentar	1
Assessora Social	1
Assistente administrativo	2
Auxiliar Administrativo	1
Auxiliar de Coordenação	1
Chefe de Equipe	5
Coordenação	15
Diretora	3
Gerente	6
Professor	7
Técnico de Nível Superior	2
Técnico em Planejamento	2
Terapeuta Familiar	1
Voluntária da Comissão de Capacitação	1

Quadro 5: Cargo que ocupa na instituição
 Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Ao comparar a realidade local com os dados apresentados pela pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS identificamos que no cenário nacional também há a prevalência dos profissionais contratados como assistente social, representando 85% dos entrevistados. A partir desses dados, chegamos à conclusão de que em uma conjuntura marcada pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo, pela reforma administrativa do Estado “[...] tem-se uma tendência às mudanças nas nomenclaturas dos cargos e funções exercidos pelos profissionais, em que os cargos tendem a refletir muito mais as funções e competências exercidas do que a formação profissional original [...]” (CFESS, 2005, p. 28). Mas mesmo que tal tendência não tenha atingido massivamente os profissionais de Serviço Social, uma mudança de nomenclatura pode acarretar sérias implicações à identidade e à dinâmica profissional.

Para finalizar esse bloco exploratório, os dados a seguir demonstram os resultados obtidos em relação à renda profissional, à carga horária e ao local de moradia e de trabalho. Dos 202 entrevistados, 38,12% (77) possui uma renda mensal que gira em torno de R\$ 1.050,00 a R\$ 2.100,00. Logo em seguida aparecem 23,76% (48) com uma renda que varia entre R\$ 2.101,00 a R\$ 3.150,00. Por fim, temos um grupo composto por 14,85% dos entrevistados (30), cuja renda mensal não ultrapassa a casa dos R\$ 1.050,00. E outro, representando 13,37% (27) de assistentes sociais, com rendimento superior a R\$ 3.150,00 (Gráfico 16). A média salarial encontrada foi de R\$ 1.990,55.

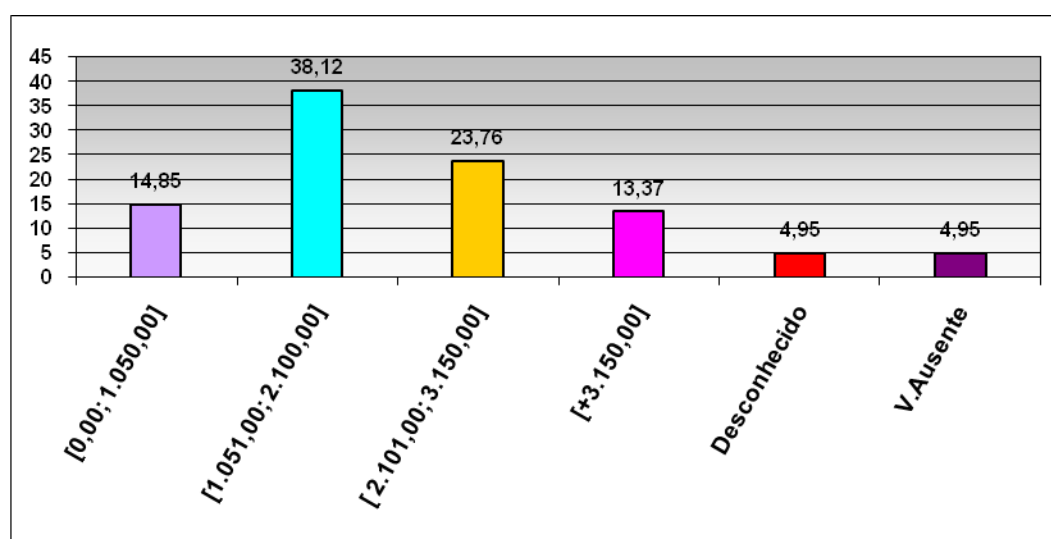


Gráfico 16: Distribuição dos assistentes sociais por renda total
 Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Com relação ao local de residência, os dados mostram que a maioria dos assistentes sociais reside na cidade de Vitória (49,50%) ou Vila Velha (30,69%), o que representa, dentro da amostra, um percentual de 80,19% dos pesquisados.

Tabela 10: Distribuição dos assistentes sociais por local de residência

Descrição	Prop. %
Vitória	49,50%
Serra	9,41%
Cariacica	9,90%
Vila Velha	30,69%
Outro	0,00%
Desconhecido	0,00%
*Valores ausentes	0,50%
	100,00%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Essa mesma tendência se mantém quando analisamos o local de trabalho: 52,97% dos postos de trabalho ocupados pelos profissionais entrevistados estão localizados em Vitória, seguido de Vila Velha, com 13,86%, Serra, com 10,89% e, por último, Cariacica, com apenas 10,40% (Gráfico 17). Esses números demonstram a importância da capital do estado na geração de espaços sociocupacionais para a profissão.

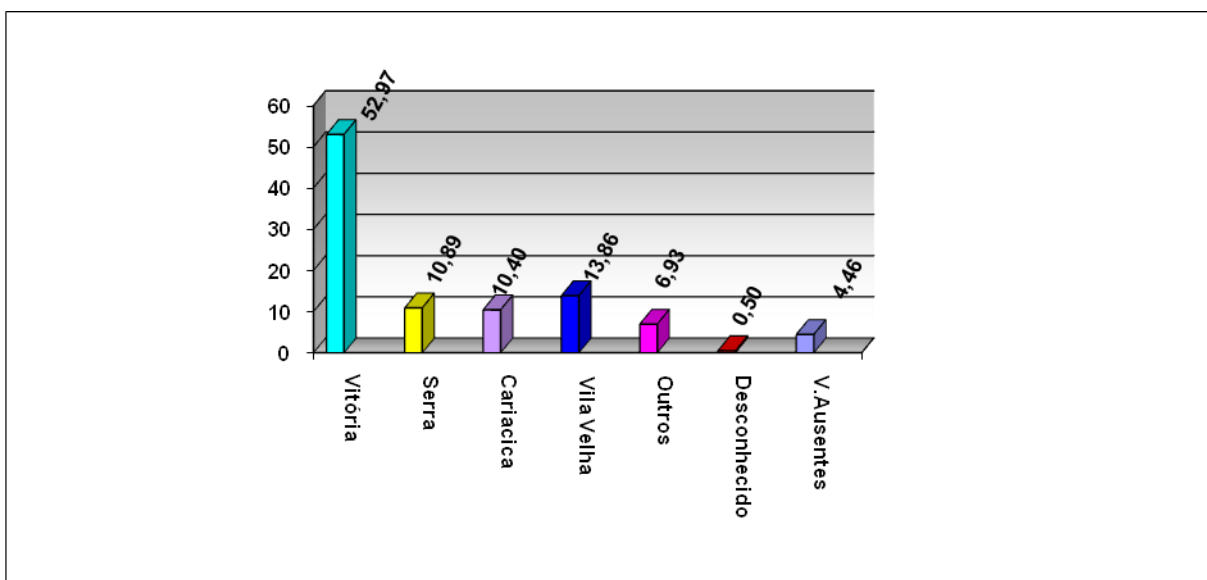


Gráfico 17: Distribuição dos assistentes sociais por local de trabalho

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Os dados atuais, se comparados com aqueles coletados pela pesquisa CRESS, (1997) apontam que o município de Vitória mantém a mesma tendência de concentração dos assistentes sociais. No entanto, a pesquisa de 1997 também revela dados que são aparentemente excludentes. Por um lado, essa pesquisa reforça os dados de que a RMGV ainda concentra o maior número de profissionais. Mas, por outro, enquanto a pesquisa anterior explicita um movimento de expansão do mercado de trabalho profissional para as regiões interioranas do estado, registrando um percentual de 38,41%, a pesquisa atual apresenta um arrefecimento dessa estatística. Se considerarmos todos os profissionais com registro ativo no CRESS/17ª Região em novembro de 2006, que perfazem um total de 1.773 assistentes sociais, encontraremos um percentual de apenas 18% de profissionais que residem ou trabalham nas regiões interioranas do estado.

Quando realizado o cruzamento das variáveis local de residência *versus* local de trabalho identificamos que grande parte dos entrevistados reside no mesmo município que trabalha. No município de Vila Velha, por exemplo, 82% dos assistentes sociais residem e trabalham nesse município. Em Vitória, essa realidade se repete, à medida que 63% dos profissionais residem e também exercem suas atividades profissionais nessa mesma cidade. O que reforça o dado nacional de que 79% dos assistentes sociais que estão atuando trabalham e residem na mesma cidade.

Na variável carga horária, os dados computados revelam a seguinte realidade: grande parte dos informantes – 103, que corresponde a 50,99% dos entrevistados – possui uma carga horária de 40 horas semanais. Na seqüência, temos 44 profissionais (21,78%) com 30 horas semanais e 23 (11,39%) com mais de 40 horas. Somente 9 (4,46%) dos profissionais trabalham 20 horas semanais e outros 3 (1,5%) possuem carga horária inferior a 20 horas, conforme pode ser aferido no Gráfico abaixo:

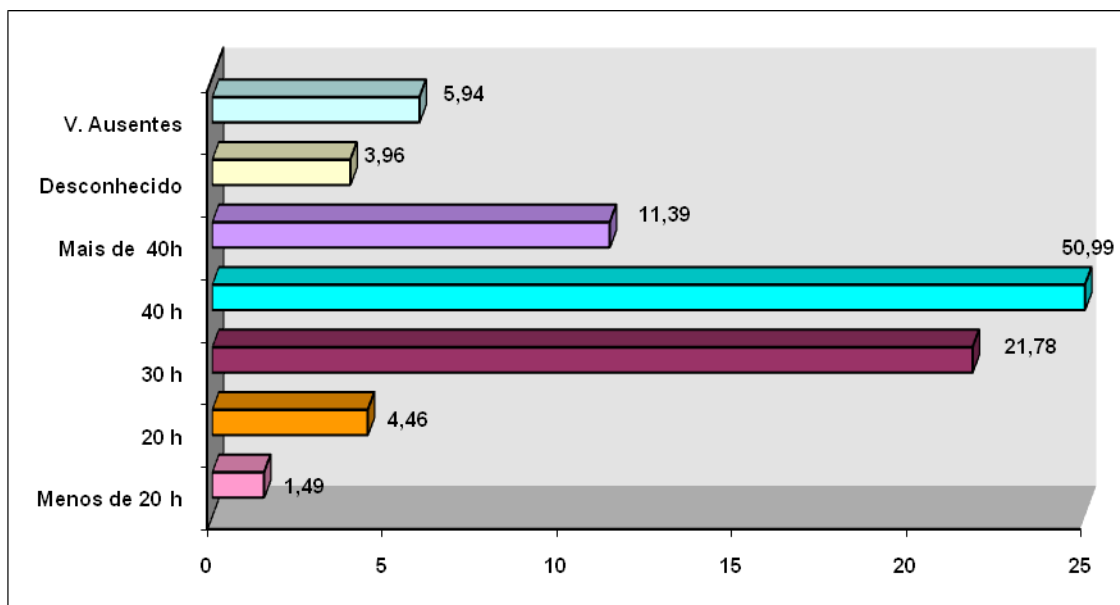


Gráfico 18: Distribuição dos assistentes sociais por carga horária semanal

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Cruzando os nossos dados sobre carga horária com os dados da pesquisa nacional têm-se o seguinte panorama:

Tabela 11: Distribuição dos assistentes sociais por carga horária semanal – comparativo entre pesquisa nacional e pesquisa local

CARGA HORÁRIA	PESQUISA CRESS/17ª REGIÃO 2006-2007	PESQUISA CFESS/CRESS 2004-2005
Menos de 20 h	1,49%	2,38%
20 h	4,46%	7,24%
24 h	-	2,92%
30 h	21,78%	28,65%
40 h	50,99%	50,70%
Acima 40 h	11,39%	8,11%
Desconhecidos	3,96%	-
V.Ausentes	5,93%	-
Total	100%	-

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007) e Pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional” (CFESS, 2005).

Esse quadro comparativo aponta que a intensificação do trabalho faz parte do cotidiano profissional dos assistentes sociais, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. As duas realidades mostram o predomínio de uma extensa jornada de trabalho, com maior incidência da carga horária de 40 horas semanais – 50,99% no estado capixaba e 50,70% no território nacional.

Em nossa opinião, essa realidade está associada ao aumento da demanda por serviços sociais e/ou ao pequeno número de profissionais contratados. Por isso, consideramos pertinente analisar a variável que identifica se os profissionais consideram suficiente o número de assistentes sociais que atuam na instituição (Gráfico 19).

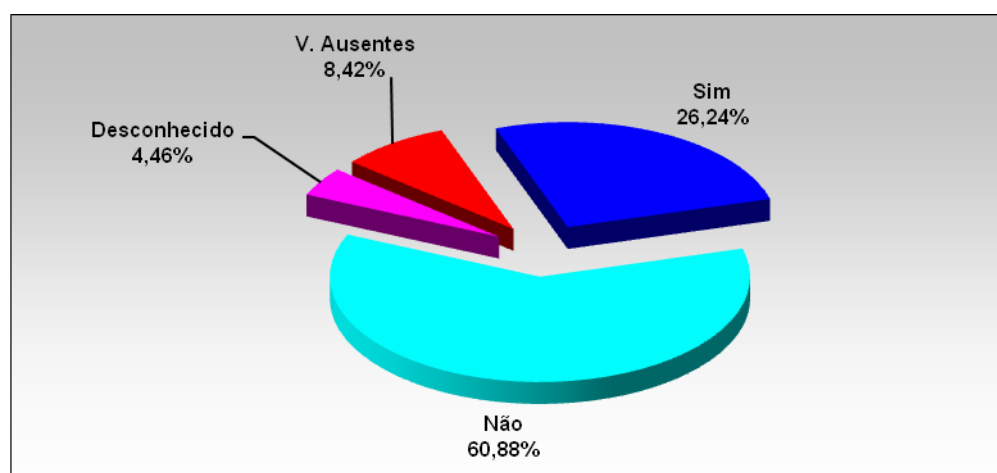


Gráfico 19: Número de assistentes sociais na instituição é suficiente?
 Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo”
 (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

No universo da amostra, enquanto 123 (60,89%) entrevistados acham insuficiente esse número de profissionais, outros 53 (26,24%) consideram suficiente. Muito além de uma necessidade específica da instituição empregadora, esses dados mostram mais um dos impactos do processo de reordenamento do capital e do trabalho no cotidiano profissional dos assistentes sociais. Esses profissionais passam a ter que dar conta de uma gama de atividades para atender às determinações institucionais, podendo, inclusive, comprometer a qualidade dos serviços prestados e, por consequência, o seu comprometimento com o projeto ético-político da profissão. Na sequência, os dados apresentados mostram se os profissionais entrevistados possuem outros vínculos:

Tabela 12: Outro vínculo

	SIM	NÃO	V. AUSENTES	TOTAL
Outro vínculo na área de Serviço Social (*)	34	162	6	202
Outro vínculo fora do Serviço Social	32	167	3	202

(*) Número médio de vínculos: 1,18. Para o cálculo do número médio de vínculos foram considerados apenas aqueles que indicaram ter outro vínculo empregatício.

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

No universo da amostra, 127 profissionais (62,87%) possuem apenas um vínculo empregatício. Já 66 (32,67%) possuem outro vínculo, sendo que 34 (16,83%) na área de Serviço Social e 32 (15,84%)¹³³ em área diversa. Dentre os profissionais que mantêm mais de um vínculo no Serviço Social, procurou-se identificar qual a motivação que os levou a buscar esse outro vínculo. Tendo com base variáveis pré-definidas, os informantes apresentaram as seguintes respostas (Tabela 13):

Tabela 13: Motivação para outro vínculo na área de Serviço Social

	SIM	NÃO
Complemento de renda	25	7
Tempo livre em excesso	2	28
Maior identificação com a área	8	23
Realização Profissional	16	16
Falta de profissionais no mercado	-	30
Melhores condições de trabalho	2	29

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Após a sistematização dessas respostas, identificamos que grande parte dos entrevistados que possuem outro vínculo, ou seja, 25 profissionais, apresentaram como motivação a complementação de renda. Na seqüência, a realização

¹³³ Esses profissionais que mantêm outro vínculo fora do Serviço Social exercem atividades autônomas; em outras áreas da saúde; no comércio e no ramo empresarial; na área de desenvolvimento humano; cargo comissionado; dentre outras.

profissional, a maior identificação com a área, as melhores condições de trabalho e o tempo livre em excesso aparecem, respectivamente, como outras motivações que levam o profissional a manter mais de um vínculo no Serviço Social.

Para além dessas variáveis, os entrevistados também fizeram menção a outras motivações: aperfeiçoamento profissional; desafios; empreendedorismo; interesse em conhecer o terceiro setor; aprovação em concurso público; importância de manter contato com outra área de atuação no Serviço Social.

Quando perguntamos aos 34 profissionais se o outro vínculo na área de Serviço Social exerce alguma influência sobre o vínculo principal, 20 entrevistados (58,82%) afirmaram que sim, contra 12 (35,29%) que responderam que não. Aqueles que responderam sim relacionaram essa influência à interação entre os dois vínculos; à troca de experiência; à atualização profissional. Somente um apontou que tal vínculo exerce uma influência negativa, citando a sobrecarga de trabalho.

Aqueles profissionais que mantêm outro vínculo fora do Serviço Social (32) exercem atividades autônomas; em outras áreas da saúde; no comércio; no ramo empresarial; na área de desenvolvimento humano; cargo comissionado; entre outras. Não foi perguntado a esses informantes sobre a influência desse vínculo sobre o principal, mas dentre as motivações apontadas por esses profissionais aparecem com maior frequência a complementação de renda e a afinidade com outra área. Contudo, duas motivações mencionadas nos chamaram a atenção: um profissional que diz ter outro vínculo por *hobby* e outro que por atuar como assistente social na condição de voluntário necessita de exercer uma atividade remunerada.

Quando perguntamos aos 202 profissionais que fizeram parte da amostra se eles já ficaram desempregados, 114 (56,44%) afirmaram que não e outros 87 (43,07%) sim. Tendo como base as respostas desses 87 profissionais, calculamos que o tempo médio de desemprego entre eles girou em torno de 18,94 meses. No entanto, se

considerarmos todo o universo da amostra esse tempo médio cai para 5,78 meses¹³⁴.

Ao questionarmos a esses 87 entrevistados se o período de desemprego foi ininterrupto ou não, 58 (66,67%) informaram que sim e outros 26 (29,89%) responderam que não, ou seja, esses últimos realizaram alguma atividade remunerada durante o período de desemprego, tais como: professor de inglês; operador de *telemarketing*; autônomo (em atividades de manicure, doceira, dentre outras); auxiliar de enfermagem; técnico em laboratório; microempresários; instrutor do programa Adolescente Aprendiz e serviços de consultoria.

Como se vê, a ausência de postos de trabalho suficientes para incorporar os assistentes sociais ao mercado de trabalho, faz com esses profissionais busquem alternativas de sobrevivência que vão desde ocupações por conta própria, emprego assalariado sem registro em carteira e, até mesmo, o desenvolvimento de atividades relacionadas às suas habilidades pessoais. Esse quadro só vem reforçar o que já discutimos anteriormente: mesmo que o profissional tenha um determinado nível de qualificação, isso não garante a sua colocação no mercado de trabalho. Embora os trabalhadores tenham a qualificação exigida, o sistema orgânico do capital não é capaz de absorvê-los, posto que o mercado não é para todos.

Para desvendar um pouco mais as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais capixabas, recorreremos ainda a outras questões, como aquelas relacionadas à participação política, às condições de trabalho na instituição, às repercussões do trabalho sobre a saúde, vida social, pessoal e familiar.

Para dar os primeiros passos na elucidação dessas questões perguntamos aos assistentes sociais entrevistados se eles participam ou não de movimentos sociais, associativos e/ou de conselhos de políticas e direitos. Àqueles que responderam afirmativamente foi solicitado que informassem em qual movimento ou conselho estão inseridos, podendo, inclusive, citar mais de um.

¹³⁴ Nossa intenção aqui era estabelecer um parâmetro entre o tempo médio de desemprego dos assistentes sociais capixabas com o tempo médio de desemprego dos trabalhadores em âmbito nacional, mas devido a dificuldade em localizar esses dados não foi possível realizar tal comparação.

Com relação à participação nos movimentos sociais, dos 202 participantes da pesquisa, 122 (60,40%) profissionais afirmaram que não participam de nenhum tipo de movimento social. E somente 75 (37,13%) admitiram participar desses movimentos. Dentre aqueles que participam, 37,33% são militantes de base, 26,67% são filiados e 25,33% são dirigentes. Na Tabela abaixo são destacados os movimentos sociais mais citados pelos profissionais:

Tabela 14: Movimentos sociais dos quais os assistentes sociais participam

MOVIMENTOS SOCIAIS	NÃO		SIM	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Movimento da categoria do assistente social	54	72,00%	9	12,00%
Movimento sindical	57	76,00%	8	10,67%
Associação de moradores	51	68,00%	13	17,33%
Movimento negro	62	82,67%	1	1,33%
Movimento de mulheres	60	80,00%	4	5,33%
Ambientalista	61	81,33%	2	2,67%
Movimento em defesa da diversidade sexual	60	80,00%	3	4,00%
Religiosos	40	53,33%	27	36,00%
Movimento relacionado à questões agrárias	62	82,67%	1	1,33%
Movimento partidário	55	73,33%	8	10,67%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Os profissionais inseridos nesses movimentos apresentaram várias justificativas para essa participação, dentre elas: a mobilização das comunidades em busca de uma sociedade mais justa e a construção de um novo projeto societário. Acreditam que esses movimentos são espaços de aprendizagem e de grande importância na conquista e garantia de direitos. Alguns profissionais participam por uma questão ideológica, porque estão envolvidos com diversas causas que são defendidas por esses movimentos e, até mesmo, como forma de capacitação para a inserção no mercado de trabalho. Citaram ainda que a participação nesses movimentos contribui para que o profissional ganhe força política no espaço institucional; e também por ser um espaço de materialização do projeto ético-político e do fortalecimento da organização da categoria profissional.

Aqueles que não participam (122) justificaram sua ausência nesses espaços por vários motivos como, por exemplo: o cansaço do dia-a-dia, que vem desestimular sua inserção nesses movimentos; falta de tempo, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pelo envolvimento em outras atividades; e a falta de interesse que, normalmente, está vinculada ao descrédito diante da conjuntura atual. Por último, alguns afirmaram que já deram a sua contribuição para esses movimentos em outras ocasiões e que, agora, não participam mais.

Quando questionados se participam de algum tipo de conselho de direitos e políticas, dos 202 entrevistados, 149 (73,76%) profissionais admitiram que não participam. Já outros 51 (25,25%) afirmaram que estão inseridos em algum tipo de conselho. Os mais citados pelos assistentes sociais podem ser visualizados na Tabela a seguir:

Tabela 15: Conselhos dos quais os assistentes sociais participam

CONSELHOS	NÃO		SIM	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Direitos Humanos	34	66,67%	7	13,73%
Assistência	26	50,98%	18	35,29%
Saúde	32	62,75%	11	21,57%
Idoso	38	74,51%	5	9,80%
Mulher	40	78,43%	1	1,96%
Criança e Adolescente	27	52,94%	14	27,45%
Juventude	38	74,51%	4	7,84%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Embora o número de assistentes sociais inseridos nesses conselhos (25,25%) esteja aquém do esperado, aqueles que participam acreditam que contribuem para a consolidação das políticas sociais. Outros associaram a participação nesses conselhos – assim como nas demais instâncias de deliberação das políticas sociais – às atribuições e competências dos próprios assistentes sociais.

Consideram esses espaços como *lócus* de representação da sociedade civil, de consolidação de direitos e cidadania e de contribuição para o desenvolvimento das comunidades. Apontam a importância dos conselhos na concretização de uma instância democrática de formulação, deliberação e monitoramento das políticas sociais e para a aquisição de conhecimento, o que vai favorecer a tomada de

decisões. Existem aquelas situações em que a participação nos conselhos aparece apenas como uma demanda institucional.

Quanto aos 122 profissionais que não participam desses conselhos, as justificativas que aparecem com maior frequência são as seguintes: falta de tempo; sobrecarga de trabalho; por acomodação; falta de interesse ou um motivo aparente; não julgam prioritário em sua agenda; não participam para dar oportunidade para outras pessoas participarem. Existem profissionais que asseguram que não participam dos conselhos diretamente, mas das discussões nos “bastidores”. Outros deixam claro que não estão participando, mas consideram fundamental essa participação; e têm aqueles que alegam que ainda não foram solicitados pelos gestores para atuar nessas instâncias.

Comparando os dados sobre militância e participação dos assistentes sociais no estado com os resultados apurados na pesquisa nacional nos deparamos com a seguinte realidade (Tabela 16):

Tabela 16: Militância e participação: comparação entre pesquisa local e nacional

	ESPÍRITO SANTO		BRASIL	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
CONSELHOS DE DIREITOS E POLÍTICAS	25,25%	73,75%	30%	70%
MOVIMENTOS SOCIAIS	37,13%	60,40%	32%	68%

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007) e Pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil do profissional” (CFESS, 2005).

Com base nesses dados observamos que tanto no Brasil como no Espírito Santo os profissionais de Serviço Social têm uma participação bem limitada nas instâncias de deliberação política. Tal realidade parece-nos um pouco contraditória, à medida que o próprio Código de Ética preconiza que os assistentes sociais devem promover a articulação com os movimentos de outras categorias que compartilhem dos princípios desse Código e com a luta geral dos trabalhadores.

Por meio da atividade política, o assistente social tende a apreender as contradições que permeiam a realidade social e a elaborar com maior rigor as estratégias e ações para o enfrentamento dessas contradições. É com essa participação política que os

profissionais conseguem reunir elementos que, de uma forma ou de outra, possam contribuir para a análise dos processos sociais. Dispondo de qualificação política, podem ter melhores condições de compreender as relações de poder dentro da instituição e, assim, detectar com maior propriedade os limites e as possibilidades de seu exercício profissional. Mas ter qualificação política não significa militância político-partidária. Muito pelo contrário, estamos falando de participação nas instâncias de representação política como os conselhos, movimentos sociais, entidades organizativas, entre outras.

Contudo, a simples inserção política, desvinculada de uma consistente fundamentação teórico-metodológica, mostra-se insuficiente para desvendar as determinações que envolvem os processos sociais. Ainda que a militância política estimule “[...] o potencial questionador da categoria profissional, dela não se pode derivar diretamente uma consciência teórica e uma competência profissional (IAMAMOTO, 2003, p. 54).

Diante desse quadro, se retomarmos a reflexão de Montaño (2007) quando afirma que, sob a perspectiva crítica, o assistente social é visto como um profissional que exerce um papel político, cabe indagar como os assistentes sociais podem imprimir uma direção política à sua prática se não participam dessas instâncias. E ainda, como fica a materialização do projeto ético-político do Serviço Social diante da inexpressiva participação política desses profissionais?

Mas nessa reflexão também precisamos levar em conta uma questão mais ampla que está ligada à nossa cultura política do clientelismo, do corporativismo, do assistencialismo, em que a participação da sociedade sempre foi negada. Assim, podemos associar a não participação dos assistentes sociais nos espaços analisados, tanto em função dos resquícios conservadores da profissão como também a uma cultura de não participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Inclusive, no terceiro capítulo afirmamos que o Estado brasileiro sempre foi um instrumento eficiente contra o surgimento, no interior da sociedade civil, de movimentos comprometidos com os interesses coletivos. Esse Estado, por meio de sua atuação, lança mão de estratégias para desarticular, seja pela via da

incorporação, seja pela via da repressão, aqueles movimentos que sinalizam qualquer comprometimento com os interesses das classes subalternas.

Por outro lado, os depoimentos apresentados podem nos levar a pensar que a baixa participação dos assistentes sociais nos movimentos sociais e nos conselhos de direito e políticas está relacionada à falta de importância atribuída por esses profissionais à dimensão política. Mas muito, além disso, os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores, estão submetidos a um plexo de determinações sociais, políticas e econômicas que subordinam seus conteúdos, seus objetivos e sua força de trabalho aos interesses do capital.

Diante de tal subordinação, a não participação dos assistentes sociais nos movimentos e conselhos pode estar vinculada ainda à sobrecarga e à extensa jornada de trabalho (Gráfico 18), posto que em um contexto de intensa exploração do capital sobre o trabalho, o profissional não dispõe de tempo suficiente para o envolvimento em atividades políticas.

Sem as devidas ponderações, corremos o risco de responsabilizar somente os assistentes sociais pela sua participação ou não nesses espaços. Desconsidera-se, assim, o conjunto de determinações que são impostas a esse profissional e também a cultura de autoritarismo do Estado, de repressão e os anos de ditadura que influenciaram sobremaneira no grau de participação do povo brasileiro.

Na seqüência, perguntamos aos participantes da pesquisa se houve mudanças em relação à política de trabalho na instituição em que atua nos últimos cinco anos. Após a sistematização dos dados foram apurados os seguintes resultados: 99 (49,01%) profissionais identificaram mudanças na política de trabalho na instituição em que atuam, contra 71 (35,15%)¹³⁵ que afirmaram que não houve alterações. Dada a impossibilidade de explicitar todas as respostas apontadas pelos profissionais que identificaram mudanças, elaboramos um Quadro analítico contendo alguns dos itens relatados pelos respondentes (Quadro 6).

¹³⁵ Encontra-se nesse pequeno universo aqueles profissionais que devido ao pouco tempo de atuação na instituição, optaram por não responder essa questão.

MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	FORMAS DE GESTÃO	ADOÇÃO DE NOVAS TÉCNICAS	PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
1) ampliação na infraestrutura da instituição;	1) adoção de gestão participativa ou de gestão compartilhada entre técnicos e voluntários;	1) planejamento estratégico;	1) perda dos direitos sociais;
2) aumento do número de profissionais;	2) novas leis e programas que redefinem as metas e ações na própria forma de gestão da instituição;	2) desenvolvimento de projetos;	2) falta de valorização profissional;
3) reconhecimento e valorização da atuação do assistente social dentro da instituição;	3) visões diferentes na abordagem das políticas públicas, o que também prejudica a realização das ações.	3) melhoria nos atendimentos,	3) contratação de profissionais temporários e de serviços terceirizados, comprometendo a continuidade das ações.
4) investimentos e incentivo à capacitação dos profissionais;		4) desenvolvimento de atividades em equipe multidisciplinar;	4) mudanças no organograma da instituição, o que tornou o processo mais lento e aumentou a hierarquia no desenvolvimento das ações;
5) realização de concurso público; plano de cargos e salários, horas extras, férias;		5) direcionamento de projetos para o atendimento às famílias.	5) redução da autonomia do assistente social;
6) apoio de outras hierarquias.			6) aumento da demanda;
			7) ampliação da carga horária

Quadro 6: Mudanças na política de trabalho na instituição

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Um dos fatos que nos chamou atenção foi que a precarização das condições de trabalho não apareceu com tanta frequência como as demais, sendo citada por somente 12 entrevistados, fato esse que será retomado mais adiante no desfecho dessa análise.

Investigamos ainda se as condições de trabalho oferecidas pela instituição permitem ao assistente social atuar embasados no Código de Ética de 1993. Dos 202 entrevistados, 117 (57,92%) afirmaram que as condições de trabalho garantem a atuação profissional dentro dos princípios do Código de Ética, outros 46 (22,77%) responderam que em parte e apenas 12 (5,94%) asseguraram que as condições de trabalho oferecidas pela instituição não permitem a atuação tendo como base os princípios norteadores desse Código (Gráfico 20).

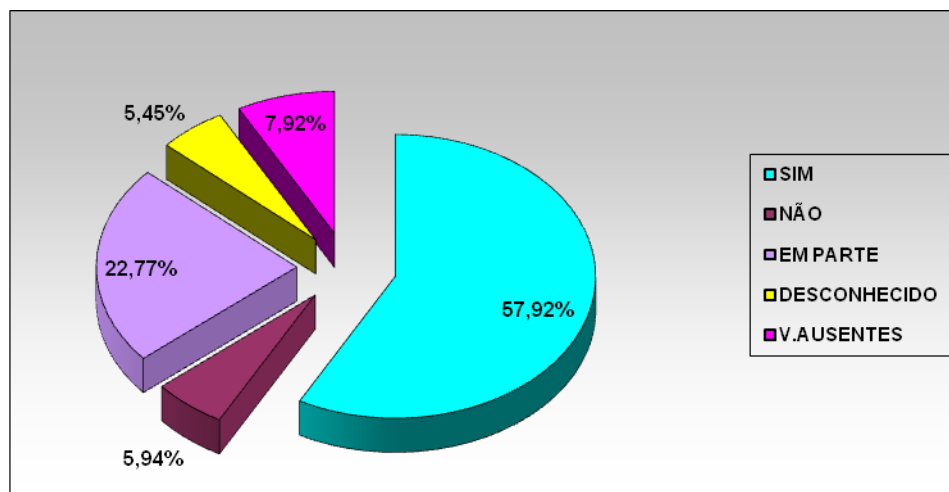


Gráfico 20: Condições de trabalho permitem a atuação profissional com base no Código de Ética de 1993

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Dos 117 profissionais que afirmaram que as condições de trabalho oferecidas pela instituição garantem a atuação profissional embasada nos princípios do Código de Ética, 68 fizeram menção, de uma forma ou de outra, a alguns princípios, bem como direitos e deveres dos assistentes sociais que são preconizados por esse Código, tais como: ampliação e consolidação da cidadania; respeito à pluralidade e à diversidade; autonomia no exercício da profissão; garantia dos direitos dos usuários; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação no sentido de preservar o sigilo profissional – um dos itens mais referenciados pelos assistentes sociais.

No entanto, desses 117 entrevistados, 49 apresentaram certa dificuldade em justificar a sua resposta. Dentre esses, quatro relatos nos chamaram a atenção: dois afirmaram desconhecer o Código de Ética; um informou que nunca existiu nenhuma situação em que fosse necessário recorrer ao Código; e outro que disse que quase não o utiliza em seu cotidiano profissional. Esses depoimentos nos chamaram a atenção e, não poderia ser de outra forma, porque é justamente o Código de Ética que embasa a direção ético-política da prática do assistente social.

A partir de seus princípios e diretrizes – acordados e assumidos coletivamente pela categoria – esse Código vai tecendo – entre fios e tramas – um novo projeto profissional no espaço sociocupacional cotidiano. Não entendemos, pois, como esses profissionais responderam afirmativamente que as condições de trabalho oferecidas pela instituição permitem a atuação tendo como base o Código de Ética.

Lança-se, então, no ar a seguinte questão: se o profissional não internaliza o conteúdo do Código de Ética, como ele pode construir sua legitimidade no ambiente institucional?

Com relação aos 46 (22,77%) assistentes sociais que informaram que as condições de trabalho oferecidas pela instituição permitem, apenas em parte, a atuação profissional embasada nesse Código, as justificativas reportaram-se ao sigilo profissional; à falta de privacidade e apoio administrativo; à falta de autonomia, sendo que 23 indicaram a precarização das condições de trabalho. Mas se tomarmos como base as respostas analisadas na variável anterior – mudanças na política de trabalho da instituição nos últimos cinco anos –, fica visível uma incoerência entre as respostas. Enquanto apenas 12 entrevistados apontaram a precarização como uma das mudanças na política de trabalho, no questionamento que ora trabalhamos essa justificativa aparece 23 vezes.

Por último, os 12 (5,94%) profissionais que afirmaram que as condições de trabalho não permitem a atuação com base no Código de Ética, associaram essa resposta à precariedade das condições de trabalho, à garantia do sigilo profissional e à falta de privacidade.

Sabemos que diante da política neoliberal e, conseqüentemente, de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores – e aqui se incluem os assistentes sociais – um dos maiores desafios para os profissionais de Serviço Social é justamente “[...] a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social [...]” (IAMAMOTO, 2003, p. 77).

A objetivação e efetivação dos princípios e valores consubstanciados no Código de Ética exigem, dos assistentes sociais, a adoção de uma nova postura profissional. Postura essa que requer a compreensão e o desvendamento da realidade social em sua densa e complexa totalidade. Requer que o profissional tenha conhecimento do movimento conjuntural, na imbricação das relações entre realidade nacional, regional e local para que, dessa forma, possa estabelecer as devidas mediações que o permitam decifrar as particularidades e singularidades da realidade dos

sujeitos de suas ações profissionais e, sobretudo, do cotidiano que os envolve (VASCONCELOS, 2007).

Partimos agora para a variável que analisa os cinco principais problemas relatados pelos assistentes sociais com relação às condições de trabalho. Nessa questão os entrevistados podiam relatar espontaneamente quais eram esses problemas.

Devido à multiplicidade de problemas citados pelos profissionais entrevistados, optamos por apresentar os dados sob a forma de um quadro referencial. Esse quadro tem como objetivo oferecer uma melhor visualização das respostas apresentadas.

PRINCIPAIS PROBLEMAS RELACIONADOS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO	FREQUÊNCIA
Escassez de recursos	105
Estrutura física inadequada/insuficiente	100
Recursos humanos insuficiente	67
Falta de reconhecimento profissional, autonomia, comunicação	60
Questões salariais	32
Acúmulo de atividades	22
Contratação precarizada/descontinuidade das ações	21
Falta de capacitação	17
Carga horária excessiva	10
Desconhecimento acerca da profissão de Serviço Social	8
Periculosidade; insalubridade; falta de segurança no trabalho	8
Mudanças institucionais	6
Burocracia	6

Quadro 7: Principais problemas relacionados às condições de trabalho

Fonte: Pesquisa "Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo" (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Um dado importante nessa análise é o fato de 11 profissionais terem afirmado que não enfrentam problemas com relação às condições de trabalho, totalizando no universo da amostra um percentual de 5,45% do total de questionários respondidos.

O que fica claro diante de tais constatações é que as condições de trabalho dos assistentes sociais capixabas em seu cotidiano profissional são indissociáveis dos dilemas vivenciados pelo conjunto dos trabalhadores. Esses profissionais ficam subordinados ao aumento do número de atendimentos realizados e à amplitude e variedade de situações que lhes são postas cotidianamente. Essa intensificação torna-se ainda mais visível com o aumento do ritmo de trabalho, com a extensão de sua jornada e com a redução dos postos de trabalho. Como se vê, as condições em que se efetiva a prática profissional são adversas e, por certo, os assistentes sociais se deparam com vários desafios e limitações no direcionamento de seu trabalho, como veremos ao final dessa análise.

Muito além dessas questões, o conjunto de respostas apresentadas anteriormente também suscita várias indagações, mas dentre elas uma merece a nossa atenção: como 117 profissionais podem afirmar que as condições oferecidas pela instituição permitem uma atuação pautada no Código de Ética se muitos dos problemas apresentados vão de encontro aos princípios e diretrizes desse Código?

Agora só nos resta saber quais as repercussões do trabalho do assistente social sobre sua saúde e sobre a sua vida social, pessoal e familiar. Com relação às repercussões sobre a saúde, 54 (26,73%) respondentes afirmaram que o seu trabalho não repercute sobre sua saúde. Já outros 135 (66,83%) apresentaram algum tipo de implicação, que vão desde problemas físicos a doenças psicossomáticas. Esses problemas podem ser melhor visualizados no Quadro abaixo:

FÍSICOS							
	Hipertensão	Crises Alérgicas	Perda da Voz	Enxaqueca	Postura	Outros	Total
Frequência	05	02	01	01	01	24	34
PSICOLÓGICOS							
	Angústia	Cansaço mental	Insônia	Desânimo	Alterações de Humor	Outros	Total
Frequência	07	06	05	02	01	-	21
PSICOSSOMÁTICOS							
	Stress	Cansaço	Abalo Emocional	Ansiedade	Depressão	Outros	Total
Frequência	71	18	13	05	03	-	110

Quadro 8: Repercussão do trabalho do assistente social sobre a sua saúde

Fonte: Pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (CRESS/17ª REGIÃO, 2007).

Dentre os profissionais que afirmaram que o trabalho repercute sobre a sua saúde, 11 fizeram menção a aspectos positivos. O trabalho é visto por esses profissionais como um estimulante, como forma de promoção à sua saúde, de sentir-se produtivo e cidadão.

Sobre as repercussões na vida pessoal, social e familiar, 135 (66,83%) entrevistados admitiram que essas repercussões existem, contra 55 (27,23%) que responderam que não. Dos 135 profissionais, 45 apontaram que o excesso de trabalho os impede de realizar outras atividades. Outros 21 afirmaram que não conseguem dissociar o trabalho da vida familiar e, muitas vezes, levam os problemas vivenciados no ambiente do trabalho para casa; 15 entrevistados voltaram a declarar que a falta de tempo e o *stress* no trabalho têm provocado problemas de saúde. Na seqüência, seis indicaram que a distância entre o local de trabalho e de moradia fez com que esses profissionais fossem morar longe da família; três relataram a existência de desgastes nas relações de trabalho e apenas um a insegurança quanto ao vínculo empregatício.

Ainda identificamos aqueles profissionais que consideraram como positiva a repercussão do seu trabalho na vida pessoal, social e familiar. Desses, 15 afirmaram que o trabalho trouxe melhorias nas relações sociais e familiares; 13 associaram o trabalho à formação de consciência crítica; sete declararam que a sua renda contribuiu para melhorias nas condições de vida; outros sete destacaram a

ampliação do conhecimento por meio do trabalho e, por último, dois admitiram que a partir de sua atuação começaram a valorizar mais a vida.

Mesmo que alguns assistentes sociais tenham apresentado pontos positivos com relação às implicações do seu trabalho sobre sua vida pessoal, social, familiar e, até mesmo, sobre a sua saúde, o que precisamos considerar é que mediante as novas tendências e repercussões das mudanças processadas no mundo do trabalho, esses profissionais, assim como os demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que assumem novas responsabilidades, também sofrem uma grande carga de sofrimento psíquico e físico¹³⁶. Geralmente esse sofrimento está relacionado às condições materiais e sociopolíticas presentes nas condições de trabalho e de vida desse profissional.

Por outro lado, muitas vezes o trabalhador não dispõe nem mesmo de tempo livre para a vida familiar e para o lazer. O trabalho torna-se, dessa forma, uma tarefa árdua e desgastante, sendo que o único tempo livre é utilizado para repouso e recuperação da força de trabalho.

Na atual dinâmica capitalista, o trabalhador converte-se em um elemento de integração cada vez mais articulado às requisições do capital, apresentando-se como um sujeito ativo que incorpora diferentes funções no processo produtivo. Diante desse quadro, segundo Antunes (1999b), a dimensão da subjetividade presente nesse processo fica tolhida e voltada para a valorização e auto-reprodução do capital.

Na busca de capturar integralmente a subjetividade do trabalhador, o despotismo presente nos espaços sociorganizacionais torna-se então mesclado com a manipulação do trabalho, com o “envolvimento” dos trabalhadores por meio de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado. O trabalhador passa, assim, a pensar e fazer pelo e para o capital, aprofundando ainda mais a subordinação do trabalho ao capital (ANTUNES, 2002).

¹³⁶ Os problemas físicos apresentados pelos profissionais entrevistados também estão associados a sintomas psicossomáticos como: a hipertensão, crises alérgicas, perda de voz, enxaqueca.

Têm sido observadas intensas modificações na forma de produção – acentuando sobremaneira a exploração sobre a força de trabalho – e na forma de organização do trabalho, tornando-o mais mecanizado, repetitivo e precarizado. Modifica-se também a forma de materialidade e subjetividade do trabalhador que é obrigado a integrar-se no dia-a-dia à lógica do mercado, tendo que produzir muito além de seu limite para atender à demanda de consumo e aos projetos lucrativos do capital.

Todas essas modificações têm provocado ainda impactos e mudanças na saúde do trabalhador, posto que todo esse conjunto de mutações altera as condições de trabalho e de vida, desencadeando um novo panorama de doenças no trabalho, como aquelas ligadas aos distúrbios mentais provocados pelo *stress* e as lombalgias.

Em face às atuais configurações do mundo do trabalho que impõem até mesmo o “[...] modo de ser dos trabalhadores [...], fica cada vez mais nítido que a saúde e a doença a que estão submetidos os trabalhadores dependem dos rumos do capitalismo e, se este encontra novas formas de organização, isto, conseqüentemente, implica sacrifícios para o outro lado” (SANTOS, 2005, p. 83).

Eis que ao mesmo tempo em que o assistente social é requisitado a compor a equipe de profissionais que atuam nos programas destinados à saúde do trabalhador, também está exposto a fatores de risco resultantes da degradação intensificada do trabalho. Vivencia como os demais trabalhadores a angústia e a ansiedade de atender aos requisitos de um trabalhador polivalente e às demandas impostas pela estrutura sociorganizacional. Passa a sofrer com isso, contínuas tensões psicológicas que favorecem o surgimento ou o agravamento de distúrbios e lesões.

Não nos restam dúvidas de que os resultados da nossa pesquisa só vêm reforçar essa tendência, à medida que 66,83% dos entrevistados afirmaram que o seu trabalho provoca algum tipo de implicação sobre a sua saúde, que vão desde problemas físicos a doenças psicossomáticas.

Do mesmo modo, dos 135 profissionais que relataram algum tipo de repercussão do seu trabalho sobre a sua vida pessoal, social e familiar, apenas 44 apresentaram

implicações positivas. Já os demais, (91), afirmaram que tais repercussões incidem de maneira negativa sobre a sua vida. Dentre os problemas mais citados fica evidente a precarização das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais capixabas como, por exemplo, a sobrecarga de trabalho.

O que nos causou surpresa é que apenas um entrevistado mencionou a insegurança causada pelo vínculo empregatício não-estável. Causou-nos surpresa porque dos 202 entrevistados, 34,66% (70) vivenciam formas de contratação marcadas pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda da autonomia profissional, como aqueles profissionais com vínculo temporário, prestadores de serviço, voluntários e cargos comissionados.

Por certo, em alguns casos, tal precarização fica obscurecida para os profissionais, o que os impede de perceber as múltiplas formas de fetichização que permeiam o mundo do trabalho e que repercutem tanto em sua saúde quando em sua vida pessoal, social e familiar.

Após uma breve exposição dos dados coletados nesta pesquisa, cabe-nos, agora, responder o que há por detrás das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais capixabas. Antes, contudo, precisamos retomar alguns aspectos que caracterizam esses profissionais. Em termos gerais, os assistentes sociais capixabas são, em grande parte, mulheres, com idade entre 20 a 35 anos, casadas, sem filhos e com curso de especialização.

Nossa pesquisa também confirma a tendência histórica de inserção do Serviço Social em instituições de natureza pública estatal, totalizando um percentual de 66,83% de profissionais inseridos em instituições públicas. Do universo da amostra (202), 33,66% são estatutários, 20,30% celetistas e 34,66% possuem algum tipo de vínculo não-estável. Vê-se, portanto, que o principal tipo de vínculo empregatício dos assistentes sociais é o estatutário. Contudo, nem todos os profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos. Além do mais, embora a maioria dos profissionais mantenha vínculos considerados estáveis, isso não quer dizer que eles não estão submetidos às condições de trabalho precárias e degradantes.

A saúde mantém-se como a área de maior concentração, perfazendo um total de 35,64%, seguida da área da família com 26,73% e da criança e adolescente e assistência, com 19,80% cada uma. No quesito nível de atuação ainda predomina, majoritariamente, as atividades ligadas à execução, sendo citada por 127 profissionais. E a média salarial dos assistentes sociais capixabas gira em torno de R\$ 1.990,55.

Esses profissionais residem e trabalham, em sua maioria, na cidade de Vitória, o que vem reforçar a importância da capital do estado na geração de espaços sociocupacionais para a profissão. Dos 202 entrevistados, 50,99% possuem uma carga horária de 40 horas semanais, seguida de 21,78% com 30 horas e 11,39% com mais de 40 horas.

Prevalece na categoria o estabelecimento de apenas um vínculo empregatício, totalizando 127 profissionais (62,87%). Outros 66 (32,67%) possuem outro vínculo, sendo que 34 (16,83%) na área de Serviço Social e 32 (15,84%) em área diversa.

Com relação à participação política, concluímos que os assistentes sociais têm uma participação bem limitada nas instâncias de deliberação política. Dentre aqueles que participam dos movimentos sociais predomina a condição de militante de base.

Ao analisar as respostas que indicam se houve ou não mudanças na política institucional nos últimos cinco anos, essas respostas mostram tanto fatores positivos quanto negativos, que vão desde a melhoria nas condições de trabalho, formas de gestão, adoção de novas técnicas, a precarização das condições de trabalho.

Como aspectos positivos os profissionais dão ênfase à ampliação na infra-estrutura da instituição; aumento do número de profissionais; reconhecimento e valorização da atuação do assistente social dentro da instituição; investimentos e incentivo à capacitação dos profissionais; realização de concurso público; plano de cargos e salários, horas extras, férias¹³⁷; apoio de outras hierarquias, entre outros.

Dentre os aspectos negativos, apenas 12 assistentes sociais indicaram a precariedade como um elemento de mudança na política da instituição (Quadro 6)

¹³⁷ Muitas vezes as relações e condições de trabalho vivenciadas por esse profissional obscurecem até mesmo a sua concepção de direito como, por exemplo, o direito de férias e de horas extras.

como, por exemplo: perda dos direitos sociais; não realização de concursos, o que tem resultado na contratação de profissionais temporários e serviços terceirizados, prejudicando a continuidade das ações; mudanças no organograma institucional, o que tornou o processo mais lento e aumentou a hierarquia no desenvolvimento das ações; redução da autonomia do assistente social – que já é relativa –; aumento da carga horária de trabalho, à medida que o número de assistentes sociais na instituição é insuficiente para atender ao aumento da demanda.

Ao cruzar esse dado com as informações obtidas com a variável que discute os cinco principais problemas vivenciados por esses profissionais na instituição (Quadro 7) e com a variável que identifica se as condições de trabalho oferecidas pela instituição permitem uma atuação tendo como base o Código de Ética (Gráfico 20), chegamos a seguinte conclusão: mesmo que alguns profissionais tenham relatado aspectos positivos na variável que indica mudanças institucionais, a precarização e a degradação das condições de trabalho fazem parte do cotidiano profissional dos assistentes sociais capixabas.

São visíveis as evidências de que o assistente social tem seu trabalho intensificado e encontra-se, dia-a-dia, mais sujeito às inseguranças que afligem o conjunto dos trabalhadores, de modo especial, no que diz respeito à instabilidade no emprego e a dependência salarial para garantir os meios necessários à sua sobrevivência.

A análise das condições concretas em que se efetiva o exercício profissional – no âmbito dos processos e relações de trabalho – permite-nos concluir que os assistentes sociais capixabas, diante das novas tendências contemporâneas e enquanto vendedores de sua força de trabalho, vivenciam um processo de precariedade e desregulamentação de seus vínculos empregatícios. Sofrem também com as exigências postas pelo mercado de trabalho que requer a atuação de um profissional multifuncional e com elevado grau de especialização.

É a sua condição assalariada – regulada por um contrato de trabalho – que introduz uma série de novas mediações que não podem ser desconsideradas da análise do exercício profissional. Essa condição envolve necessariamente a incorporação de determinados parâmetros institucionais e trabalhistas. São justamente os organismos institucionais públicos e privados, empresariais ou não, que detêm o

poder de regular as relações de trabalho consubstanciadas no contrato de trabalho e as condições de sua realização – ritmo de intensidade, jornada, salário, controle do trabalho e de sua produtividade, metas a serem cumpridas, direitos e benefícios, oportunidade de capacitação e treinamento. Também são esses mesmos organismos empregadores públicos e privados que normatizam as atribuições e competências específicas do profissional, regulando a realização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2002).

As condições de trabalho e relações sociais que estão inseridos os assistentes sociais são também indissociáveis do processo que Behring (2003) denominou de contra-reforma do Estado. Esse processo, marcado pela privatização, retração estatal no enfrentamento das necessidades sociais das grandes majorias e desarticulação dos direitos sociais, rompe com padrões de universalidade relativos a esses direitos, provocando uma profunda radicalização da questão social. São essas tendências que alteram as demandas de trabalho do assistente social, modificam o mercado de trabalho e as relações e condições em que se efetiva seu exercício profissional. Como vimos, as relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas, redimensionando as condições da atuação profissional, uma vez que se efetiva pela mediação das condições do assalariamento.

Nos marcos da chamada mundialização do capital são observadas profundas alterações na produção de bens e serviços, nas formas de organização e gestão do trabalho nos organismos empregadores. Em consequência, alteram-se consideravelmente as formas como os diversos profissionais se articulam no interior desses espaços sociorganizacionais (IAMAMOTO, 2002).

Diante desse quadro de mundialização, as políticas sociais que vêm sendo implementadas também não rompem com o favorecimento do capital financeiro e, muito menos, caminham para qualquer possibilidade de distribuição de renda. Em particular, tornam-se cada vez mais assistencialistas, seletivas, fragmentadas e focalizadas e, por isso mesmo, claramente insuficientes, não conseguindo reverter o estrago provocado, sobretudo, pela precarização e degradação das condições de vida e de trabalho de grande parte da população.

Embora no Brasil, de uma maneira ou de outra, tenhamos uma expansão dos programas sociais, isso não significa uma expansão das políticas sociais públicas. Na verdade, esses programas são manipulados politicamente e se enquadram nos moldes de uma política de governo e não de Estado, funcionalizando ainda mais a pobreza.

As necessidades sociais, em sua maioria, são recortadas e os programas sociais destinados aos segmentos da população de baixa renda, ou seja, “os mais pobres entre os pobres”. Assim, se não há como redistribuir renda são formuladas ações de caráter compensatório – como o programa Bolsa Família –, que não funcionam como mecanismo de distribuição de renda, mas aprofundam ainda mais a focalização e a seletividade, mantendo os elevados índices de pobreza.

Na implementação desses programas e projetos de renda mínima, Bolsa Família, dentre outros, o assistente social é requisitado para acompanhar e avaliar a adesão das famílias e a influência desses programas na qualidade de vida da população usuária.

No entanto, se lançarmos um olhar sobre as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais – profissionais que atuam diretamente na implementação dessas políticas –, essa situação tende a se agravar, posto que as condições em que se efetiva a sua prática, muitas vezes, são adversas e dificultam a continuidade das ações. A precarização, por exemplo, impede a realização de um planejamento; a construção de ações comprometidas com o projeto ético-político e que tenham uma direção e objetivos a serem alcançados em médio e longo prazo; e a avaliação dos resultados dos programas e projetos coordenados pelo Serviço Social. A precarização também conduz à fragmentação, à medida que o assistente social ora está atuando na saúde, ora na assistência, ora com criança e adolescente, o que tem dificultado uma formação continuada; o engajamento em lutas e movimentos sociais vinculados à sua área de atuação; a participação em conselhos de direitos onde possa dar uma direção articulada com outros movimentos da sociedade.

Ao final dessa análise o que precisa ficar claro é que as transformações no sistema de relações de trabalho fazem parte de um movimento mais amplo de reestruturação capitalista, tanto do ponto de vista institucional como da dinâmica das negociações

coletivas. A precarização das relações de trabalho com demissões constantes, trabalho por tempo determinado, desemprego, terceirização, perda de direitos sociais e trabalhistas passam a fazer parte do cotidiano do conjunto de trabalhadores, inclusive, dos assistentes sociais. Tais condições ampliam a instabilidade do trabalho e a insegurança funcional, podendo até mesmo onerar demasiadamente a saúde de quem trabalha.

Nesse momento, a flexibilidade invade todas as esferas e dimensões da acumulação, seja ela: espacial, com o fim das restrições de entrada e saída de capitais e mercadorias, nos diversos países e regiões; temporal, com a instituição de novos e impressionantes meios de comunicação e de produção de informações; produtiva, com a utilização de máquinas, equipamentos e da mão-de-obra em conformidade com as flutuações quantitativas e qualitativas da demanda; e financeira e de comercialização (FILGUEIRAS, 2007).

Existe ainda a flexibilidade no uso e na contratação e dispensa da mão-de-obra, com a total desregulamentação do mercado de trabalho, que varia também de acordo com as demandas; e, por fim, a flexibilidade da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores. O capital tem, portanto, total liberdade de movimento, contratação e exploração da força-de-trabalho (FILGUEIRAS, 2007).

Diante das incertezas, instabilidades e incongruências dessas mudanças, as relações de trabalho ficam ao sabor das flutuações do mercado. A desregulação dessas relações extrapola a mera ação do Estado, envolvendo as relações sociais e o mercado de trabalho e contribuindo para modificar as configurações profissionais em que se têm novas demandas, novos perfis e novas formas de inserção nesse mercado.

O novo ciclo de expansão do capital altera exponencialmente as condições de trabalho dos assistentes sociais. Esses profissionais passam a vivenciar condições de trabalho marcadas pela intensificação e racionalização do trabalho; redução dos postos de trabalho profissional, instabilidade e insegurança; e multifuncionalidade. Como trabalhadores assalariados, os assistentes sociais também estão sujeitos à desqualificação, em função da flexibilidade funcional que pode conduzir à descaracterização de suas funções, tarefas e responsabilidades. Também estão

submetidos aos esquemas de controle e aferição da performance individual e ou grupal (CÉSAR, 2006).

Esses profissionais ainda estão sujeitos a um tipo de requalificação, que ao mesmo tempo em que pode enriquecer o conteúdo de seu trabalho, também pode gerar um empobrecimento, caso lhes sejam conferidas determinadas atribuições que impõem responsabilidades limitadas. Devido às exigências de maleabilidade e perfil generalista que, algumas vezes, produz uma alteração do cargo e, até , um acúmulo de funções, cresce a polivalência profissional do assistente social (CÉSAR, 2006).

Para além dessas questões, a redução do quadro ou a realocização administrativa e técnica dos assistentes sociais imprimem mudanças nas condições de trabalho que acabam afetando o reconhecimento desse profissional, transformando-o em objeto de julgamento da eficiência das suas ações. Muitas vezes o seu trabalho é considerado ineficiente, sendo responsabilizado pela precariedade das suas ações, mas sem se levar em conta as condições em que ele efetiva o seu exercício profissional (CÉSAR, 2006).

É por isso mesmo que afirmamos que os assistentes sociais capixabas, assim como os demais trabalhadores, vivem no limiar da incerteza, tendo que conviver cotidianamente com condições e relações de trabalho precárias, desregulamentadas e, muitas vezes, degradantes, fatores esses que puderam ser, explicitamente, comprovados ao longo desse estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim dessa etapa compartilhando os caminhos percorridos e os fios que ao longo dessa pesquisa se entrelaçaram. No escopo desse estudo tecemos algumas considerações sobre conceitos e premissas que, ao se colocar à disposição de um olhar investigador, indicaram possibilidades de respostas. É claro que essas respostas não são unívocas, muito menos decisivas, mas parciais e reveladoras.

Ao fazer uma retrospectiva desse processo percebemos o quão instigante se tornou investigar uma realidade em curso, cujas repercussões estão em pleno fluxo. Lançar o olhar sobre as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais capixabas, tendo como fio condutor a perspectiva da totalidade, mostrou-se, para nós, uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo desafiadora. Foi preciso transitar nas análises de diversos autores, que ao longo do trabalho subsidiaram as impressões e as descobertas, a fim de reunir substratos teóricos e analíticos que pudessem adensar o nosso objeto de estudo.

O diálogo com os diversos autores que fizeram parte de toda caminhada possibilitou um aprendizado que, não se limitando a particularidade do objeto de estudo, incorporou-se a outros conhecimentos anteriormente adquiridos. A revisão da bibliografia pertinente nos apontou inúmeros aspectos e quais os caminhos a percorrer para uma maior aproximação com a questão norteadora. Revelou ainda um precioso leque de contribuições que nos ajudaram a ultrapassar o plano da imediatez e da facticidade para que assim, pudessemos responder como as mudanças processadas na sociedade capitalista, em âmbito mundial, nacional e local, repercutem sobre as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo, no período entre novembro de 2006 a agosto de 2007?

Num primeiro movimento, o eixo analítico proposto procurou desvelar o processo de produção e reprodução das relações sociais no interior da sociedade capitalista, considerando a vida material e subjetiva dos sujeitos sociais, tanto nas dimensões individuais quanto coletivas. Para nós, é no reconhecimento do capital como uma relação social por excelência que encontramos a chave para desvelar o significado

social da profissão, no âmbito das relações entre as classes e das classes com o Estado.

Dado que a análise do nosso objeto de estudo se dá no interior de uma processualidade histórica, a opção por nós adotada foi, no primeiro capítulo, lançar um olhar sobre o capitalismo que, entre fios e tramas, tem um potencial extraordinário para se reordenar estrategicamente no sentido de manter e ampliar seus padrões de acumulação e dominação.

Ao longo do segundo capítulo optamos por trazer à tona as novas condições do trabalho e de sua reprodução. Em largas pinceladas apresentamos um panorama geral sobre o mundo do trabalho, procurando reunir elementos teóricos e históricos que nos permitissem decifrar alguns de seus dilemas, sobretudo, àqueles relacionados às condições e relações de trabalho.

No momento seguinte todos os esforços foram envidados na tentativa de apreender, entre o passado e o presente, o plexo de determinações que se interpõe na relação da formação social brasileira com a dinâmica do capitalismo em geral.

A partir do quadro sócio-histórico apresentado nos capítulos anteriores, no quarto capítulo procuramos inscrever o Serviço Social na trama das relações sociais capitalistas, agrupando o máximo possível de mediações e determinações que nos dessem condições de compreender como a natureza dos processos de mudança em curso repercute no Serviço Social.

E, no último capítulo, mesmo mantendo o permanente diálogo com a teoria trabalhada no escopo desse estudo, tecemos algumas considerações sobre a realidade empírica dos assistentes sociais no Espírito Santo, em especial no que toca às relações e condições de trabalho. A investigação, ora realizada, revelou muitos fatores que mereceram ser retomados durante a análise dos dados.

Em todo o desenrolar desse percurso buscamos reformular as questões que envolvem o objeto de estudo a partir dos elementos que ao longo do processo investigativo foram se descortinando. Nossa análise centrou-se basicamente na correlação de forças econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais que se gestam no plano societário e na mediação do trabalho assalariado, o que permitiu

decifrar as condições e relações de trabalho, o conteúdo e a direção social em que se efetiva o exercício profissional.

Sabemos que a atuação profissional dos assistentes sociais, mediada pelo trabalho assalariado, reproduz interesses sociais bem distintos, posto que pela mesma atividade e, simultaneamente, pode atender às necessidades de reprodução do capital e/ou às necessidades legítimas de sobrevivência material e social de diferentes frações das camadas trabalhadoras. É na esteira dessa dinâmica contraditória que a direção social dada às ações profissionais, além de depender de determinantes sócio-históricos, também depende das respostas dos próprios assistentes sociais.

Tais respostas são indissociáveis de projetos coletivos, profissionais e societários e expressam as visões que esses profissionais têm da sociedade e da profissão e da forma como colocam em prática sua relativa autonomia em condições e relações de trabalho determinadas.

Para dar conta de tantas questões, articulamos, pois, um conjunto de determinações que não poderia ser, de forma alguma, negligenciado: as particulares expressões da questão social e suas formas de enfrentamento que são consubstanciadas nas políticas sociais; as formas de organização e luta dos sujeitos; e as relações de poder que interferem diretamente na definição das atribuições e competências do assistente social.

Nossa intenção foi reunir substratos que permitissem uma posterior discussão, mesmo que sinopticamente, de algumas questões que envolvem as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais capixabas – salário, carga horária, tipo de vínculo empregatício, natureza da instituição empregadora, área de atuação, dentre outros.

Esse trabalho termina sem a pretensão de apontar verdades absolutas. As contribuições ora apresentadas permitiram um maior aprofundamento de determinados aspectos que envolvem as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais. Diante de tudo que vimos, o que podemos concluir é que o

Serviço Social se inscreve em um espaço sociorganizacional perpassado por conflitos, lutas e jogos de poder.

Nesses espaços, a atuação profissional encontra-se permeada por contradições que ao mesmo tempo em que revelam, também ocultam sua essência. O exercício profissional dos assistentes sociais, portanto, é nitidamente contraditório e torna-se, cada vez mais, tendo em vista que “[...] a organicidade com objetivos corporativos que lhes é exigida, esbarra na condição de serem os próprios profissionais vendedores da força de trabalho, pertencentes à classe sobre a qual incide sua atuação de cunho político-ideológico” (CÉSAR, 2006, p. 144).

Tendo como base as reflexões de Netto (2005) podemos afirmar ainda que o Serviço Social pode contemplar de forma diferenciada os vários protagonistas sócio-históricos em presença. No entanto, a opção por um tratamento privilegiado de qualquer um desses não se resume numa escolha pessoal dos profissionais, mas depende de alguns determinantes, da ponderação social e da força polarizadora de tais protagonistas.

Por outro lado, reafirma-se com nossa análise a constatação de que as principais dificuldades enfrentadas pelo assistente social no exercício de sua prática profissional não se restringem somente às questões de ordem técnico-profissional relacionadas ao direcionamento, conteúdo ou desenvolvimento das atividades. Relacionam-se também com as condições de trabalho que limitam as possibilidades de potencializar a atuação profissional, “[...] tais como: baixa remuneração, aumento e diversificação de atividades, redução de pessoal, carga horária excessiva e ausência de reconhecimento profissional” (IAMAMOTO, 2002, p. 40).

Portanto, as relações e condições de trabalho em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que influenciam diretamente o exercício profissional e os resultados projetados individual e coletivamente. A história nada mais é do que o resultado de inúmeras vontades que são lançadas em diferentes direções e que têm múltiplas repercussões sobre a vida social. Assim, os objetivos e projetos que direcionam a ação são fundamentais para a afirmação da condição dos indivíduos sociais como sujeitos da história (IAMAMOTO, 2002).

Muitos outros seriam os aspectos a serem destacados, porém é preciso considerar o contexto em que a pesquisa se insere e o limite de tempo que delimita as chances de aprofundamento de um trabalho de Mestrado. Dentre os aspectos que consideramos pertinente investigar um nos chama atenção: se as relações e condições de trabalho precarizadas interferem na qualidade do exercício profissional, como elas têm sido enfrentadas? Dessa forma, cabe-nos apenas evidenciar a necessidade de investigações futuras que se debrucem especialmente sobre a temática trabalhada.

É claro que a finalização do nosso processo investigativo não significa conclusões ou certezas. É preciso ir muito além e continuar atento às vozes que sussurram, diariamente, novas perguntas e inquietações. Essas trazem, sem dúvida, possibilidades de entrever outros caminhos, encontrar outras respostas, compreender os sujeitos na sua singularidade, particularidade e totalidade.

REFERÊNCIAS:

ACAYABA, Cíntia. Espírito Santo vai divulgar vítimas de homicídios em site. **FolhaOnline**, Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> .Acesso em 19 mai. 2008.

ALVES, Giovanni. **A nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade**: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/ToyotismoNovas%>. Acesso em: 05 mai. 2007.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

AMMANN, Safira. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho de; CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; LINS, Maria Alcina Terto. A inserção dos assistentes sociais em instituições de saúde. In.: PRÉDES, Rosa (Org.). **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 29-46.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra S. A., 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999a.

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999b.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania Negada**. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; CLACSO, 2002.

_____. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-25.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p 191-229.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa. Padrões de desenvolvimento, crise e endividamento no capitalismo contemporâneo. In: VII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL, 2004, Maringá. **Anais ... Maringá**, 2004, p. 575-594.

BALTAR, Paulo. Abertura econômica e absorção de mão-de-obra no Brasil. In: CASTRO, Nadya; DEDECCA, Cláudio Salvadori (Org.). **A ocupação na América Latina**. Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

BARBALET, J.M. A cidadania. Teorias da Cidadania. In: _____. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Finanças globais e ciclo de expansão. In: FIORI, José Luiz (Org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 87-119.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIANCHI, Álvaro Gabriel. **O ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

BOITO JUNIOR, A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: CAETANO, Gerardo. (Org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2006, v. 1, p. 271-297.

BORÓN. Atílio. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRAVO, Maria Inês Souza. Prefácio. In: FREIRE, Lúcia Maria Barros; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs). **Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006, p. 9-14.

_____; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 197-217.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto-ético político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 80, ano XXV, p. 48-68, jul. 2004.

_____. O Projeto-Ético Político do Serviço Social. In: SMARZARO, Márcia Siqueira; COTT, Gabriela Sperandio (Org.). **Manual do Estagiário de Serviço Social**. Vitória: UFES /DSSO, 2005.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**: os EUA na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **“A reforma do Estado nos anos 90”**: lógica e mecanismos de controle, Trabalho apresentado à segunda reunião do Círculo de Montevideu. Barcelona, 25-26 de abril de 1997. <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/95-ReformaDosAnos90.p.pdf>>
Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: IPE-USP, 1989 (mimeo).

_____. Desgaste da legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho no Brasil nos anos 90. In: POSTHUMA, Ane (Org.). **Brasil**. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. São Paulo: Ed.34, 1999, p. 207 – 232.

_____. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, jun. 2000, p. 153-174.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. **Sobre a ilusória origem da mais-valia**. São Paulo: Crítica Marxista, 2003, v.16, p. 76-95.

_____. **A dialética da mercadoria**: guia de leitura. mimeo, [s.d.].

_____; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. Ensaio FEE, v.20, n.1, p. 284-304. Porto Alegre: FEE, 1999.

_____. **Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina.** mimeo, [s.d.].

CARDOSO DE MELLO, José Manuel. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARLETTO, Adriana Estela Custódio et al. Prática Profissional, Demandas e Política social. In: CRESS. Mercado de trabalho dos assistentes sociais do Espírito Santo. **Relatório de Pesquisa.** Vitória: Conselho Regional de Serviço Social – 17ª Região, 2007.

CARONE, Edgard. **As origens da III Internacional Comunista.** Disponível em <http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/08/06-carone.pdf>. Acesso em: 22 de Julho de 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997.

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CEPAL. **Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas.** Brasília: CEPAL/DFID, 2003.

CERQUEIRA FILHO, Gisalio. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CÉSAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **A nova fábrica de consensos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 115-148.

CHEQUER, Namy. PH e o novo ciclo na política capixaba. **Legislativo On-line.** Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br>> . Acesso em: 25 abr. 2008.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. In: **Revista Economia e Sociedade**. São Paulo: Campinas, n. 05, dez. 1995, p. 1-30.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. In: **Praga – Revista de Estudos Marxistas**. n. 3. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 19-46.

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998, p. 249-293.

_____. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, A. [et al]. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 77-108.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. In: **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. n.5. São Paulo: Xamã, 2001, p. 7-28.

COLBARI, Antonia. **Rumos do movimento sindical no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, Florecultura, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Relatório de Pesquisa do Conjunto CFESS/CRESS. Brasília: CFESS/CRESS, 2005.

_____. **Manifesto de entidades de Serviço Social contra cursos de graduação a distância para a formação de assistentes sociais**. Brasília: CFESS/CRESS, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil do profissional assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo**. Vitória: Conselho Regional de Serviço Social – 17ª Região, 1997.

_____. Mercado de trabalho dos assistentes sociais do Espírito Santo. **Relatório de pesquisa**. Vitória: Conselho Regional de Serviço Social – 17ª Região, 2007.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e democracia no Brasil. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Encontros com a Civilização Brasileira – V. 17.

_____. Gramsci. **Um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, p 213-239.

DEDECCA, Cláudio. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil: anos 90**. Campinas, 1998 (mimeo).

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.

DRAIBE, Sonia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **IPEA/IPLAN**. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. v. 4. Brasília: IPEA/IPLAN, mar. 1990.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades**. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: UNESP, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESPÍRITO SANTO. **Investimentos previstos para o Espírito Santo 2006-2011**. 2007. Disponível em <www.planejamento.es.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2008.

_____. **Plano de desenvolvimento do Espírito Santo 2025**. 2006. Disponível em: <www.espiritosanto2025.com.br>. Acesso em: 9 abr. 2008.

FAGNANI, Eduardo. **Política social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. Tese (Doutorado). 2005, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas: SP, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 24, ano VIII, ago.1987, p. 45-56.

_____. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CEFESS/ABEPSS/CEAD. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB/CEAD, 2000, p. 41-56.

FARIA, Vilmar. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert. **A transição incompleta – Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 75-112.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Rompimento dos vínculos do pátrio poder:** condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras, 2001.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 227-255.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real:** fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil:** implantação, evolução, estrutura e dinâmica. 2005 (mimeo).

_____. **Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo:** capitalismo e exclusão social neste final de século. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 22 set. 2007.

FINELLI, Roberto. O “pós-moderno”: verdade do “moderno”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 99-112.

FORTI, Valéria Lucília. Ética e Serviço Social: formalismo, intenção ou ação? In: FREIRE, Lúcia Maria de Barros; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Org). **Serviço Social, política social e trabalho:** desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Concepção materialista da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós moderna.** 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HENRIQUE, Wilnês. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). In: **Economia & Trabalho:** textos básicos. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 79-94.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **História do marxismo**. v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A era dos extremos** – O breve século XX / 1914 -1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 161-196.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**: São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa no Brasil. In: **Temas de Ciências Humanas**. n. 10. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.

_____. **A sociedade global**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2008.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Brasília, 2007. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2008.

_____. **População Economicamente Ativa**. <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In: **Radar Social**. Condições de vida no Brasil. Brasília: jul. 2006. Disponível em <<http://ipea.gov.br>> Acesso em: 28 dez. 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA JONES DOS SANTOS NEVES. **Produção industrial capixaba avança e lidera mais uma vez a alta registrada na indústria brasileira**. Vitória: IJSN, 2008. Disponível em www.ijsn.es.gov.br. Acesso em: 25 mai. 2008.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2000.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Política Social do Neoliberalismo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÊNIN, Vladimir Illitch Ulianov. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, t. 1, 1977.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; NETO, José Francisco Siqueira; OLIVEIRA, Marco Antonio de

(Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas: Página Aberta 1. ed., 1994.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA; FAPEMA, 2006, p. 130-160.

LOUREIRO, Grazielle. **Crise cafeeira no Espírito Santo a partir de 1962 resultou na erradicação de 180 milhões de pés de café**. Revista Cafeicultura, Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1979.

MACHADO, Rosiane Passos de Moraes. O trabalho da (o) assistente social nos hospitais públicos em Maceió – AL. In.: PRÉDES, Rosa (Org.). **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 93-108.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MANDEL, Ernest. **Tratado de economia marxista**. Lisboa: Bertrand, 1978.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.

_____. **“El capital”**. Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. México: Siglo XXI, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência – das dimensões conceituais e políticas. In: **Educação e Sociedade**, v.9, nº 64. Campinas, 1998.

MANFROI, Vânia Maria. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Revista Conexão**. Montes Claros: FACISA, n. 01, ano I, p. 09-15, nov. 2003.

_____. Inserção Institucional dos assistentes sociais do Espírito Santo. In: CRESS. Mercado de trabalho dos assistentes sociais do Espírito Santo. **Relatório de pesquisa**. Vitória: Conselho Regional de Serviço Social – 17ª Região, 2007.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, Carlos Estevam. **O capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FROMM, Erich. **O conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. **Teorias da mais-valia**. História crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, v. II, 1983.

_____. **O Capital**. Crítica à economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Rogério. Capixabas fogem da seca e procuram a Amazônia. **Revista Século Diário**, Vitória, 1999. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**: políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália. Primeira Edição Portuguesa, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base sustentação funcional-ocupacional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 53, ano XVIII, p. 102-125, mar. 1997.

_____. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 3 ed., 2005.

_____. MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

_____. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MORETTO, Amilton José. **O sistema público de emprego no Brasil**: uma construção inacabada. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Políticas Sociais e Setoriais por Segmento: trabalho. In: CEFESS/ABEPSS/CEAD. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB/CEAD, 2000, módulo 3.

_____. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.23-44.

MOTA, Ana Elizabete; et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Documento ABESS/CEDEPSS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 143-171.

_____. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 40-48.

NAVARRO, Vicenç. **Neoliberalismo y Estado del Bienestar**. Barcelona: Ariel, 1998.

NAKATANI, Paulo. **A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho**. Vitória: [s.d.] (mimeo).

_____. Capital especulativo parasitário, capital fictício e crise no Brasil. In: **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, julio-diciembre, año/vol. VI, número 002. Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela, 2000, p. 209-235.

_____; SABADINI, Maurício de Souza. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, 2002, p.265-290.

NETTO, José Paulo. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: **Cadernos da Associação Brasileira e Ensino de Serviço Social – ABESS**. São Paulo: Cortez, n. 4, 1991.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção questões da nossa época). v. 20.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, abr. 1996, p. 87-132.

_____. Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 79. São Paulo: Cortez, 2004, p. 5-26.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 4. ed., 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 141-160.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 10. ed., 2007.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: **Trabalho e Sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, n. 85.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 82, jul. 2005, p. 22-45.

OLIVEIRA, Francisco de. Fernando Otto Von Collor Bismarck. In: **Revista de Economia Política**. vol.10, n. 3, jul./set. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 137-139.

_____. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. Novos estud. – CEBRAP. São Paulo, n. 74, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101>. Acesso em: 18 mar. 2008.

PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú. **Mito e realidade na automação bancária**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas – UNICAMP/IFCH. 1996.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 53, 1997, p. 80-101.

_____. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção questões da nossa época). v. 109.

_____. As políticas sociais e o Serviço Social. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades. In: MONTAÑO, Carlos Eduardo (Org). **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **“Por baixo dos Panos”**: Governadores e Assembléias no Brasil Contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Políticas de satisfação das necessidades no contexto brasileiro. In: **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo, Cortez. 2000, p. 125-187.

PINTO, Eduardo Costa. **As dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo e a desarticulação setorial e social no Brasil**. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2005.

POCHMANN, Márcio. O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo. In: **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. 2004, vol. 18, no. 2, p. 3-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 05 mai. 2007.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 59-73.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el estado capitalista**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1972.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

PRZEWORSKY, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRIEB, Sérgio Alfredo Massen. **A redução do trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz**: uma crítica marxista. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

QUIROGA, Consuelo. **A invasão positivista no marxismo** – manifestações no ensino de metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

ROCHA, Haroldo; MORANDI, Ângela. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo 1955/1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSENBERG, Arthur. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Global, 1986.

RUAS, Roberto Lima. “Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho”. In: GITAHY, Leda (Org.). **Reestructuracion Productiva**,

Trabajo y Educación en América Latina. Campinas, Buenos Aires, Santiago, México, CIID-Cenep/Cinterfor-OIT/IG: Unicamp/Unesco, 1994.

_____. **Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho.** Condições objetivas de controle na indústria de calçados. Secretaria de Coordenação e Planejamento/Fundação de Economia e Estatística – FEE. Porto Alegre: FEE, 1985.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Polis, 1987.

SABÓIA, João Luiz Maurity. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política.** n. 6. São Paulo: Brasiliense, jul./set.1986, p. 82-106.

_____. Salário e produtividade na indústria brasileira: os efeitos da política salarial no longo prazo. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico.** v. 20. n. 3. Rio de Janeiro, 1990.

SADER, Emir. **A transição no Brasil:** da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** 7. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTOS, Cleusa. Liberalização dos serviços e apropriação do excedente: elementos para a crítica da mercantilização dos serviços da seguridade social. A questão social e o serviço social. In: **Revista Praia Vermelha.** Estudos de Política e Teoria Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. n. 14 e 15. Rio de Janeiro: UFRJ, primeiro e segundo semestre, 2006. p. 16-47. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/publicacoes.htm>. Acesso em: 02 fev.2008.

SANTOS, Marta Alves. A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** n. 82. São Paulo: Cortez, jul. 2005, p. 73-85.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolíticas ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**: CFESS/ABEPSS/CEAB-UNB, Módulo 4, p. 97-103, 2000.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interface**, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: <<http://www.interface.com.br/revista8/ensaio3.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

SERRA, Rose Mary Sousa. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

SILVA, Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 275-289.

_____. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso de da Grande Vitória - 1950-1980. Vitória: EDUFES/CCHN, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização, 1964.

SOUZA, Angela Tude de. A crise contemporânea e a nova ordem mundial – as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica. **Universidade e Sociedade**. São Paulo: ANDES, v.4, n. 6, Fev. 1994. p.30-39.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SWEEZZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Destruição não criadora**. São Paulo: Record, 1999.

_____; FIORI, José Luiz. **(Des) ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, Ana. Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações. In: **Revista Trabalho e Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais / Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Belo Horizonte: UFMG/NETE, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1987.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 2006. 414 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TOSI, Alberto; COLBARI, Antonia; ALVES, Wania. **Bancários - 60 anos de história: 1934-1994**. Vitória: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995.

VARGA, Eugene. **O capitalismo do século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular/Civilização Brasileira, 1963.

VASCONCELLOS, J. G.; PANDOLFI, R. Elites e Gestão do Desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo. In: _____ (Orgs). **Memória do Desenvolvimento**. Vitória: EDUFES, 2003.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Reavan/UCAM / IUPERJ, 2000.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

WOOD JR, Thomaz. Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: EAESP/FGV, p.6-18, set./out., 1992.

ZACARIAS, Carlos. **A classe trabalhadora no Brasil sob o impacto da Revolução Russa de 1917**. Disponível em http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/08/06-carone.pdf. Acesso em: 22 de Julho de 2007.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A “globalização” e os impasses do neoliberalismo. In: _____; CARRION, R. K. M. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e privatizações: quem decide este jogo?** 2. ed. Porto Alegre: Universidade / UFRGS, 1998, p. 53-60.

YASBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília: UNB / CEAD, 2000, p. 21-36.

APÊNDICES

APÊNDICE A**Questionário****1. IDENTIFICAÇÃO**

Nº. do questionário: _____

1.1. Qual a sua idade? de 20 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos 36 a 41 anos 42 a 46 anos 47 a 50 anos acima de 50 anos**1.2. Sexo** masculino feminino**1.3. Estado Civil** Solteiro(a) Casado(a) Separado(a) Viúvo(a) União Estável**1.4. Possui filhos?** nenhum 1 2 3 4 mais de quatro.**1.5. Em que município reside?** Vitória Serra Cariacica Vila Velha Outro: _____**1.6. Em que município trabalha?** Vitória Serra Cariacica Vila Velha Outro: _____

1.7. Instituição em que se graduou:

UFES Salesiana EMESCAM UNIVILA

Outra: _____

1.8. Em quantas instituições você atuou desde a sua graduação?

1.9. Tempo de graduação concluída:

até 5 anos de 6 a 10 anos de 11 a 15 anos

de 16 a 20 anos de 21 a 25 anos mais de 25 anos

1.10. Quanto tempo atua na área de Serviço Social?

até 5 anos de 6 a 10 anos de 11 a 15 anos

de 16 a 20 anos de 21 a 25 anos mais de 25 anos

aposentado(a)

1.11. Sua formação atual é:

Graduado(a) Especialista(a) Mestre (a) Doutor(a)

Pós-Doutor(a)

Em qual área: _____

Instituição: _____

1.12. Sua última participação em eventos relacionados à sua atuação ocorreu:

há 3 meses há 6 meses há 1 ano há 2 anos

há mais de 3 anos

2. INSTITUIÇÃO

* Responder as perguntas de acordo com seu principal vínculo.

Entende-se por PRINCIPAL: () mais estável () maior carga horária

() maior renda () maior afinidade

() outro: _____

Nome da Instituição: _____

Telefone: _____

Endereço: _____

2.1. Natureza da Instituição:

() Público Federal () Público Municipal () Público Estadual () Privada

() ONG () Economia mista

2.2. Tempo de atuação na Instituição:

() até 6 meses () de 7 meses a 1 ano () 1 ano a 2 anos

() de 2 a 5 anos () de 6 a 10 anos () de 11 a 15 anos

() de 16 a 20 anos () de 21 a 25 anos () mais de 25 anos

2.3. Qual vínculo empregatício você mantém?

() Celetista () Estatutário / RJU () Contrato Temporário

() Prestação de Serviço () Voluntário () Cargo Comissionado

() Aposentado

2.4. Qual (is) a (as) área (as) de atuação?

Saúde Terceira Idade Recursos Humanos

Jurídica Família Cooperativismo

Criança e Adolescente Previdência Assistência

Desenvolvimento Humano Juventude

Outro: _____

2.5. Qual o nível de atuação?

Coordenação Gestão Planejamento Execução

2.6. Qual cargo ocupa na Instituição?

2.7. Desenvolve atividades que não competem ao Serviço Social?

Sim Não

Se sim, quais?

2.8. Algum profissional de outra área exerce atividades que são privativas ao Assistente Social?

Sim Não

Se sim, quais?

2.9. Cite até cinco principais problemas relacionados às condições de trabalho:

2.10. Houve mudança em relação à política de trabalho na Instituição nos últimos 5 anos?

Sim Não

Se sim, quais?

2.11. Houve mudança no perfil dos usuários nos últimos 5 anos?

Sim Não

Se sim, quais?

2.12. As condições de trabalho permitem a atuação profissional tendo por base o Código de Ética de 1993?

Sim Não Em parte

Justifique sua resposta:

2.13. Qual sua renda total?

até R\$ 1.050, 00 de R\$ 1.051, 00 a R\$ 2.100, 00

de 2.101, 00 a 3.150, 00 mais de R\$ 3.150, 00.

2.14. Qual sua carga horária semanal?

menos de 20 h 20 h 30 h 40 h mais de 40 h.

2.15. Como você desenvolve suas atividades?

Sozinho(a) Em equipe de Serviço Social Em equipe multidisciplinar

Em equipe interdisciplinar.

2.16. Acha suficiente o número de Assistentes Sociais que trabalham na Instituição para atender às demandas do Serviço Social?

Sim Não

3. RELAÇÕES DE TRABALHO

3.1. Você já ficou desempregado (a)?

Sim Não

Se sim, por quanto tempo? _____.

Esse período de desemprego foi ininterrupto?

Sim Não

3.1.1. Você desenvolveu outra atividade remunerada nesse período? (fora do Serviço Social).

Sim Não

Se sim, qual (is)? _____

3.2. Possui outros vínculos empregatícios na área de Serviço Social?

Sim Não

Se sim, quantos? _____.

As perguntas 3.2.1 e 3.2.2 são para quem respondeu SIM na pergunta 3.2.

3.2.1. Qual a motivação de possuir este outro vínculo?

Complemento de renda Tempo livre em excesso

Maior identificação com a área Realização profissional

Falta de profissionais no mercado Melhores condições de trabalho

Outras: _____

3.2.2. O (s) outro (s) vínculo (s) exerce (m) alguma influência sobre aquele vínculo principal?

Sim Não

Se sim, qual (is)?

3.2.3. Exerce outra atividade remunerada fora do Serviço Social?

Sim Não

Se sim, quais? E por qual (is) motivo (s)?

3.3. Exerce outra atividade remunerada fora do Serviço Social?

() Sim () Não

Se sim, qual (is)? E por qual (is) motivo (s)?

3.4. Seu trabalho repercute sobre sua saúde?

() Sim () Não

De que maneira?

3.5. Seu trabalho repercute sobre sua vida social, pessoal e familiar?

() Sim () Não

De que maneira?

4. MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO

4.1. Participa de eventos realizados pela categoria?

() Sim () Não

Por quê? _____

4.2. Participa de algum movimento social e/ou associativo?

() Sim () Não

Por quê? _____

Se sim, qual (is)?

- Movimento da Categoria de Assistente Social Movimento Sindical
 Associação de Moradores Movimento Negro
 Movimento de Mulheres Ambientalista
 Movimento em Defesa da Diversidade Sexual Religiosos
 Movimento Relacionado à Questões Agrárias Movimento Partidário
 Outros: _____

4.2.1. Qual sua situação junto a esse movimento?

- Sou dirigente Sou militante de base Sou apenas filiado

4.3. Você participa de Conselhos de direitos ou de políticas sociais?

- Sim Não

Por quê? _____

Se sim, quais?

- Direitos Humanos Assistência Saúde
 Idoso Mulher Criança e Adolescente
 Juventude Outros _____

5 DEMANDAS

5.1. Qual (is) a (s) demanda (s) da instituição em que você está inserido?

5.2. Qual (is) a (s) demanda (s) do usuário?

5.3. Em qual (is) Política (s) Social (is) o seu trabalho está inserido?

Nome do (s) entrevistador (es): _____

Data: _____

Local: _____

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Por este documento você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa O MERCADO DE TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de inserção dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho do estado. Assim, busca-se analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir do final da década de 1970. Essas mudanças são decorrentes da crise do capitalismo que ocorreu em nível mundial, o que conduziu a um processo de reorganização do Estado. Essa pesquisa está sendo realizada pelo CRESS – Conselho Regional de Serviço Social – ES, 17ª região, em conjunto com a UFES e as faculdades particulares UNIVILA e Salesiana. A realização dessa pesquisa propiciará ao CRESS o acesso ao real mapeamento das condições de trabalho dos assistentes sociais para uma intervenção mais qualificada.

No que tange as técnicas de coleta de dados, serão aplicadas entrevistas semi-estruturadas com roteiro. Ademais, é relevante apontar que as entrevistas serão transcritas e, posteriormente, analisadas.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) garantia de esclarecimentos antes e durante o decorrer da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você receberá uma cópia deste termo em que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG nº. _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo e das demais faculdades particulares, responsáveis por esta pesquisa”.

Vitória, _____ de _____ de 2006.

Assinatura do Declarante

CRESS: 3322-0233

Entrevistador (a): _____

Tel.: _____

ANEXO

ANEXO I

MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO

REALIZAÇÃO

Gestão 2005-2008:

“Tocando em Frente, Fortalecendo Compromissos”

Presidente – Jeane Andréa Ferraz Silva

Vice-presidente – Renata Maria Sales Madureira

1ª Secretária – Teresa Camata

2ª Secretária – Luzia do Nascimento Silva

1ª Tesoureira – Gessimara Sousa

2ª Tesoureira – Aurelina Neto de Jesus

Conselho Fiscal:

Isabela Queiroz Coutinho

Lúcia Filomena Botani

Eliana Moreira Nunes

Suplentes:

Maria Beatriz Saiter Garschagem

Lucimar Teresinha Grizendi

Soraya Gama de Ataíde

Fabricia Maria Milanezi

Coordenadora:

Professora Dra. Vânia Maria Manfroi

Professores:

Professora Rosangela D'Avila – Faculdade Salesiana de Vitória

Professora Dra. Vânia Maria Manfroi – Universidade Federal do Espírito Santo

Estatístico:

Lúcio Passos Patrocínio

Profissionais:

Aline Fardin Pandolfi

Charles Travezani de Jesus

Fabíola Xavier Leal – UNIVILA

Juliana Iglesias Melim – UNIVILA

Kéttini Upp Calvi – UFES

Estudantes Nível Pós-Graduação – Mestrado em Política Social / UFES

Adriana Estela Custódio Carletto

Patricia Ebani Peixoto

Rafael Vieira Teixeira

Ruteléia Cândida de Souza Silva

Estudantes Nível Graduação:

1. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Ana Júlia Martinusso Camporez

Aniele Zanardo Pinholato

Arine Monteiro Pettersen

Bianca Nicoli Scaramussa

Camila Falçoni Specimille

Carla Cristina Silva Bonella

Cleberson de Deus Silva

Devanilda de Almeida Souza

Estefani Abdalla de Toledo

Evelani Frederico Hoffmann

Fernanda Louzada Matos

Francielli Lima Correia

Gláucia O. Sant'Anna

Josiane Ferreira de Araújo Laborão

Karina Sily Bastos

Liana Amarins

Lorena Cruz Ribeiro

Lucélia Jaqueline Barbosa dos Santos

Marizete da Penha Rui

Mylena Santos de Oliveira

Naara de Lima Campos

Poliana Santana Ribeiro

Priscila Stein Casagrande

Rafael Santiago Mendes

Rafaella Vieira Albuquerque

Rayani Rampinelli Loureiro

Renata Ferreira Mattos

Rodrigo Rodrigues Hortelan

Simone Alves de Souza

Tatiana Benevides Lovati

Thatianne Trajano da Silva

Wanderson Antônio Favalessa Pereira

Werlany Dassie Almeida

2. Faculdade Salesiana de Vitória – FSV

Adriana Pinheiro Techio Pereira

Ana Paula V. Batista

Benedito Siqueira de Oliveira

Carla de Oliveira

Cristina Zágo Mont-Mor

Denise Azevedo Candido

Eleny dos Santos Luciano

Eliana Cristo Alvarino

Iraneide Soares A. Pimenta da Silva

Juliana Bastos

Juliana Presente Kerckhoff

Katiussi Pessoti

Larisse Silva Duarte

Lorraine Biolzani

Marcela Aparecida Pandolfi

Michele Pereira Mattos

Nice Lana

Patrícia Andrade

Rosânia Gomes Francisco

Siomália Santos Rosário Darós

Tânia Maria P. Ferreira

3. Faculdade de Ciências Administrativas e Econômicas de Vila Velha – UNIVILA

Adleha Denise Lopis – UNIVILA

Amanda Vieira da Silveira – UNIVILA

Dolores Cristina Ignácio Freire – UNIVILA

Edébia Rodrigues de Barros – UNIVILA

Rozelaine Linhares Antunes – UNIVILA

Suely Martins Ribeiro – UNIVILA

Bolsistas de Iniciação Científica – CNPQ/UFES:

Jacqueline Mendonça Malacarne

Mônica Paulino de Lanes

Apoio Técnico:

Polyana Pereira do Prado – Coordenadora Técnica/CRESS

Jacqueline Mendonça Malacarne – Bolsista CNPQ/UFES

Contribuições:

Maria Helena Elpídio Abreu

Renato Almeida de Andrade

Rosilane Aline Freire dos Santos Rodrigues

Sílvia Moreira Trugilho

Waleska das Neves Prati Cardoso

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)